As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA

MINUTA DE PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

[Ticker Novo Mercado]

TEUTO | SE É TEUTO, É DE CONFIANÇA

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
CNPJ/ME 17.159.229/0001-76 | NIRE 5230000906-5
VP 7D, Módulo 11 Quadra 13
CEP 75132-901, Anápolis, Goiás
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

O LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A. ("**Companhia**") e os acionistas vendedores identificados na seção "Informações sobre a Oferta - Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 30 deste Prospecto estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 30 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente vigente, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**Código ANBIMA**" e "**ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**Regulamento do Novo Mercado**" e "**B3**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc, pelo J.P. Morgan Securities LLC. pelo Bradesco Securities, Inc. pelo BofA Securities, Inc, e pelo Goldman Sachs & Co. LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América ("**Estados Unidos**"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("**CMN**") n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), pela Resolução da CVM n° 13, de 11 de novembro de 2020 ("**Resolução CVM 13**"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, que não o Brasil, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional ("**Contrato de Distribuição Internacional**") (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definidas abaixo), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais: (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 29 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 29 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de 30 dias contados do primeiro dia útil após a publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definida neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações e não foi e não será realizado nenhum registro na SEC, nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido na página 34 deste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual ocorrência de um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos deste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação**.

	Preço (R$)[1][5]	Comissões (R$)[1][2][3][5]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4][5]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[6]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 36 deste Prospecto.
(4) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.
(5) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.
(6) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores, exclusivamente no caso de colocação das Ações Adicionais e/ou das Ações do Lote Suplementar, e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 30 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, bem como os termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" e do pedido de admissão ao Novo Mercado, como também a reforma de seu Estatuto Social de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021 ("**AGE**"), cuja ata [será/foi] devidamente arquivada [em [•] de [•] de 2021] perante a Junta Comercial do Estado de Goiás ("**JUCEG**")[sob o nº [•]], e publicada no jornal "O Hoje" e no Diário Oficial do Estado de Goiás ("**DOEGO**") em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no artigo 6º do seu Estatuto Social], com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEG e publicada no jornal "O Hoje" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOEGO no dia útil seguinte.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a sua participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificação, tendo em vista que todos os Acionistas Vendedores são pessoas físicas.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos em 19 de fevereiro de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 8 E 66, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA – Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Itaú BBA – Coordenador Líder | Santander | J.P.Morgan | bradesco bbi | BANK OF AMERICA | Goldman Sachs

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2021

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **9**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **28**
Composição do Capital Social da Companhia 28
Acionistas e Administradores da Companhia 29
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 30
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 31
Descrição da Oferta 32
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 33
Aprovações Societárias 34
Instituições Participantes da Oferta 34
Preço por Ação 34
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 35
Custos de Distribuição 36
Estabilização do Preço das Ações 39
Características das Ações 40
Público Alvo da Oferta 41
Procedimento da Oferta 41
Oferta Não Institucional 42
Oferta Institucional 51
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 52
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 53
Prazo de Distribuição 54
Liquidação 54
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 55
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 56
Violações de Normas de Conduta 57
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 58
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 59
Cronograma Tentativo Estimado da Oferta 60
Inadequação da Oferta 61
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 61
Informações Adicionais 63
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **66**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **77**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **84**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 84
Relacionamento entre a Companhia e o Santander 85
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 87
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 88
Relacionamento entre a Companhia e o BofA 90
Relacionamento entre a Companhia e o Goldman Sachs 91
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA **93**
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander 93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan 94

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 95
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA 95
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Goldman Sachs 96
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 97
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 99
CAPITALIZAÇÃO 102
DILUIÇÃO 103
ANEXOS 105
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, INCLUINDO O ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 109
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO 137
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.... 143
DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 147
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 163
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 2019 E 2018, ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 169
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 389

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Laboratório Teuto” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, ao Laboratório Teuto Brasileiro S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 9 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Vendedores	Ítalo Nogueira Alves de Melo; Igor Nogueira Alves de Melo; Priscilla Nogueira Alves Melo; Anna Liz Teles de Melo; e Marcelo Leite Henriques.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Laboratório Teuto	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOEGO	Diário Oficial do Estado de Goiás.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCEG	Junta Comercial do Estado de Goiás.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
OMS	Organização Mundial da Saúde.

Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Registro da Companhia	Aprovação pela CVM do registro de emissor de valores mobiliários da Companhia de categoria "A".
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM n° 13, de 11 de novembro de 2020, conforme alterada
SEC	Securities and Exchange Commission, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Laboratório Teuto Brasileiro S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.159.229/0001-76, com seus atos constitutivos registrados na JUCEG sob o NIRE 5230000906-5.
Registro na CVM	Em fase de submissão de registro de emissor de valores categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada no Distrito Agroindustrial de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, CEP 75133-666.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada no Distrito Agroindustrial de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, CEP 75133-666. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores é Luiz Lyra. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (62) 3310-2017 e o seu endereço eletrônico é ri@teuto.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditor Independente	KPMG Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOEGO e no jornal "O Hoje".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	www.ri.teuto.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência incorporado a este Prospecto por referência e junto à Companhia, os Acionistas Vendedores, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos na página 66, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de expansão, seja por aquisições ou organicamente;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia da COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- a capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia da COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto;
- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- eventos de surtos de doenças e pandemias, tal como o surto da COVID-19 no Brasil e no mundo;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais econômicas, políticas, demográficas e comerciais no Brasil, particularmente nas regiões em que a Companhia opera, incluindo, por exemplo, inflação, desvalorização do real, taxas de juros, taxas de câmbio, níveis de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;

- instabilidade política no País (inclusive referente a políticas desenvolvidas pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro ou como resultado de intervenções do governo e/ou novos impostos e tarifas) e mudanças na situação política e macroeconómica do País;

- instabilidade política no país e a percepção dos riscos em relação à corrupção e a outras investigações em curso, o que incentiva relações turbulentas e lutas internas dentro da administração do Presidente Bolsonaro, bem como políticas e possíveis mudanças para tratar dessas questões ou de outra forma, incluindo reformas econômicas e fiscais e respostas aos efeitos contínuos da pandemia COVID-19, qualquer um dos quais pode afetar negativamente as perspectivas de crescimento da economia brasileira como um todo;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;

- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;

- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;

- impacto da recessão econômica e do eventual ajuste fiscal que poderá afetar negativamente o crescimento da demanda na economia brasileira como um todo;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;

- efeitos de eventual reforma tributária;

- eventos de força maior; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, na página 8, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. A COMPANHIA DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NOS TERMOS DO INCISO II, § 3º, DO ARTIGO 40 DA INSTRUÇÃO CVM 400.

A Companhia apresenta a seguir um sumário dos seus negócios, incluindo suas informações operacionais e financeiras, vantagens competitivas e estratégias de negócio. Este sumário é apenas um resumo das informações sobre a Companhia, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento nas Ações. Portanto, antes de tomar sua decisão em investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações sobre Estimativas e Perspectivas sobre o Futuro", e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 8 e 66 deste Prospecto, bem como nas seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores", respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, além das demonstrações contábeis da Companhia e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para um entendimento mais detalhado dos negócios da Companhia e da Oferta.

Visão Geral

A Companhia [•].

Impactos da COVID-19 nos Negócios da Companhia

Para mais informações sobre as iniciativas da Companhia e impactos da COVID-19 em seus negócios, veja item [•] do Formulário de Referência da Companhia.

Cinco Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Abaixo estão listados os cinco principais fatores de risco que nos afetam, nos termos do artigo 40, §3º, inciso IV da Instrução CVM 400. Para mais informações sobre os fatores de risco a que estamos expostos, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", a partir da página 66 deste Prospecto, e os itens "4.1 Fatores de Risco" e "4.2 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia.

[•].

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 8 e 66, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Acionistas Vendedores	Ítalo Nogueira Alves de Melo; Igor Nogueira Alves de Melo; Priscilla Nogueira Alves Melo; Anna Liz Teles de Melo; e Marcelo Leite Henriques.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais: (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 30 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações da Oferta de Varejo	Montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 30 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, [não existem ações da Companhia em circulação no mercado]. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 28 deste Prospecto.
Agente Estabilizador	Banco Itaú BBA S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc. J.P. Morgan Securities LLC o Bradesco Securities, Inc. BofA Securities, Inc. e o Goldman Sachs & Co. LLC, em conjunto.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., a ser divulgado pela Companhia, e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., a ser divulgado pela Companhia, e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia, e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, bem como os termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" e do pedido de admissão ao Novo Mercado, como também a reforma de seu Estatuto Social de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, cuja ata [será/foi] devidamente registrada [em [•] de [•] de 2021] perante a JUCEG[sob o nº [•],] e publicada no jornal "O Hoje" e no DOEGO em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações objeto da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no artigo 6º do seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEG e publicada no DOEGO e no jornal "O Hoje" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a sua participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificação, tendo em vista que todos os Acionistas Vendedores são pessoas físicas.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2021 pela Companhia, e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto.

BofA

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Bradesco BBI

Banco Bradesco BBI S.A.

Características das Ações

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 40 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.
Contrato de Distribuição Internacional	Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., a ser celebrado entre a [•], na qualidade de [doador/doadora], o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Santander, J.P. Morgan, Bradesco BBI, BofA e o Goldman Sachs, em conjunto.
Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até [•] dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até [•] dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.

Destinação dos Recursos

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos que estima receber com a Oferta Primária para (i) capital de giro, (ii) investimento em forças de venda no canal hospital e de varejo, (iii) investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, e (iv) pagamento de dividendos aos atuais acionistas da Companhia a serem declarados no valor de R$64.312.654,55.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados nas respectivas proporções aos Acionistas Vendedores[, inclusive o resultante da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar].

Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 99 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de 30 dias contados do primeiro dia útil após a publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular nº 1/2020-CVM/SRE, de 5 de março de 2020, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos na página 66, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição. Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o Registro da Companhia, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 39 deste Prospecto.

Goldman Sachs

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Inadequação da Oferta

Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

Banco Bradesco S.A.

Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Com *Lock-up*	Investidores de Varejo que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos os investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) acima, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, de solicitação de obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, que não o Brasil, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores profissionais, conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539 e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, e investidores qualificados, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes valores mínimos e máximos de investimento.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e os Investidores Private, considerados em conjunto.
Investidores Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private.
Investidores Private Com *Lock-up*	Investidores Private que terão prioridade de alocação por concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Private Sem *Lock-up*	Investidores Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta Private.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM 539.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**

Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contado da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

***Lock-up* da Oferta Private**

Investidores Private que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private não poderão, pelo prazo de [•] dias contado da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private, cada Investidor Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.
Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e Oferta de Varejo Com *Lock-up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up*.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up*.
Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas ordens de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Não Institucional	Oferta de Varejo e Oferta Private, consideradas em conjunto. Compreende a distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva.
Oferta Primária	A distribuição primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Private	Oferta Private Com *Lock-up* e Oferta Private Sem *Lock-up*, consideradas em conjunto.

Oferta Private Com *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up*.
Oferta Private Sem *Lock-up*	O montante de, no mínimo, [•]% e no máximo [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up*.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante os respectivos Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.

Período de *Lock-up*	Período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início em que a [Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a não efetuar, direta ou indiretamente, determinadas operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2021, inclusive, e [•] de [•] de 2021, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau dos Acionistas Vendedores; (iii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iv) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (v) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (ix) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (iii) a (vi) acima; e (x) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por ação ordinária de emissão da Companhia estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por ação ordinária de emissão da Companhia poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito na página 30 deste Prospecto.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus pedidos de reserva", na página 71 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

	Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Para mais informações, leia a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.", neste Prospecto Preliminar.
Público Alvo da Oferta	Investidores de Varejo, Investidores Private e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta do Private	Rateio da Oferta Private Com *Lock-up* e Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* a que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*	Rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia]obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos instrumentos de *Lock-up*: (i) com relação à Companhia: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, subscrever ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (c) celebrar qualquer contrato de *hedge*, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em ou razoavelmente seja esperado que conduza ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pela Companhia ou outra pessoa que não a Companhia) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos direta ou indiretamente decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (d) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do *Securities Act* e da legislação brasileira em vigor; ou (e) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (a) a (d) acima, sem o consentimento de Coordenador(es) da Oferta (nos termos e condições dos instrumentos de *Lock-up*, conforme o caso); e (ii) com relação às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção, direito ou garantias de compra ou de venda, realizar uma venda a descoberto ou de outro modo emprestar, dispor ou conceder quaisquer direitos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou qualquer opção ou garantia de comprar quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) celebrar qualquer contrato de *hedge*, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em, ou do qual seja razoavelmente esperado que ocorra ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pelas demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up* ou outra pessoa que não as demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos decorrentes, direta ou indiretamente, da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, se tais transações ou acordos (ou instrumento previstos em transações ou acordos) fossem liquidados com a entrega dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (c) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do *Securities Act* e da legislação brasileira em vigor; ou (d) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer transação ou ação especificada nos itens (a), (b) ou (c) acima, sem o consentimento de Coordenador(es) da Oferta (nos termos e condições dos instrumentos de *Lock-up*, conforme o caso).]

[As vedações listadas acima não se aplicarão (i) à Companhia, em relação (a) às Ações a serem ofertadas nos termos do Contrato de Distribuição, conforme disposto nos Prospectos; (b) a emissões pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou da permuta de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de garantias ou opções, em cada caso, desde que estejam em circulação na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descritos no Formulário de Referência anexo aos Prospectos; e (c) a outorgas pela Companhia de opções de ações aos seus empregados, nos termos de um plano de opções de ações vigente na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descrito no Formulário de Referência anexo aos Prospectos, incluindo a emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; (ii) às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, em relação (a) às ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado secundário após a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar; (b) a doações de boa-fé; (c) a transferências a um trust em benefício direto ou indireto do respectivo signatário do instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (d) a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, do respectivo signatário do instrumento de *Lock-up*; (e) a transferências realizadas para fins de empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia pelo respectivo signatário do instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização previstas no Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização, observado que, com relação aos itens (b) a (e) acima, o respectivo donatário, trust, destinatário ou beneficiário comprometa-se por escrito perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a estar vinculado aos termos do respectivo instrumento de *Lock-up* e confirme que esteve em conformidade com os termos do instrumento de *Lock-up* desde a data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, conforme aplicável, observado, ainda, que as hipóteses previstas nos itens (b) a (d) acima não devem envolver uma disposição de valor e que nenhum arquivamento por qualquer parte será exigido ou será voluntariamente realizado, nos termos da legislação brasileira, dos Estados Unidos ou outra legislação aplicável, em conexão com qualquer transferência, disposição ou distribuição contempladas nos itens (b) a (d) acima (exceto com relação a um arquivamento realizado após o término do Período de *Lock-up*).]

	A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos acionistas controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de Lock-up poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 68 deste Prospecto Preliminar.**
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Termo de Aceitação	Documento específico para aceitação da Oferta celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, pelos Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, mas sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private	O valor de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 por Investidor Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas às Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) descritas acima.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 143.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$68.808.167,59, totalmente subscrito e integralizado, representado por 54.655.555 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite global de R$200.000.000,00, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cabendo ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	54.655.555	68.808.167,59	[•]	[•]
Total.....	**54.655.555**	**68.808.167,59**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	54.655.555	68.808.167,59	[•]	[•]
Total.....	**54.655.555**	**68.808.167,59**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	54.655.555	68.808.167,59	[•]	[•]
Total.....	**54.655.555**	**68.808.167,59**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	54.655.555	68.808.167,59	[•]	[•]
Total	**54.655.555**	**68.808.167,59**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas controladores da Companhia, por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos Administradores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Espólio de Walterci De Melo	31.658.786	57,92	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	5.165.358	9,45	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	5.123.968	9,37	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	2.459.500	4,50	[•]	[•]
Flávia Modesto Teles	9	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em tesouraria	**0**	**0**	**[•]**	**[•]**
Total	**54.655.555**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Espólio de Walterci De Melo	31.658.786	57,92	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	5.165.358	9,45	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	5.123.968	9,37	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	2.459.500	4,50	[•]	[•]
Flávia Modesto Teles	9	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em tesouraria	**0**	**0**	**[•]**	**[•]**
Total	**54.655.555**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Espólio de Walterci De Melo	31.658.786	57,92	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	5.165.358	9,45	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	5.123.968	9,37	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	2.459.500	4,50	[•]	[•]
Flávia Modesto Teles	9	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em tesouraria	**0**	**0**	**[•]**	**[•]**
Total	**54.655.555**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Espólio de Walterci De Melo	31.658.786	57,92	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	5.165.358	9,45	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	5.123.968	9,37	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	5.123.967	9,37	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	2.459.500	4,50	[•]	[•]
Flávia Modesto Teles	9	0,00	[•]	[•]
Outros	0	0	[•]	[•]
Ações em tesouraria	0	**0**	**[•]**	**[•]**
Total	**54.655.555**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle” do Formulário de Referência.

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

Ítalo Nogueira Alves de Melo, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG no 3.783.633 (DGPC/GO), inscrito no CPF/ME sob o no 693.025.881-49, residente e domiciliado na Capital do Estado de Goiás, na Rua Parnaíba, Quadra P6, Lote 20, Alphaville Araguaia, CEP 74883-005;

Igor Nogueira Alves de Melo, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG no 367.429-81 (SESP/GO), inscrito no CPF/ME sob o no 850.173.021-15, residente e domiciliado na Capital do Estado de Goiás, Rua Novo Planalto, Quadra P2, Lote 05, CEP 74884-665;

Priscilla Nogueira Alves Melo, brasileira, solteira, gestora administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG no 3783634 (DGPC/GO), inscrita no CPF/ME sob o no 704.292.431-20, residente e domiciliada na Capital do Estado de Goiás, na Rua Mamoré, Quadra M6, Lote 11, Alphaville Araguaia, CEP 74883-015;

Anna Liz Teles de Melo, brasileira, solteira, menor, nascida em 06 de março de 2006, residente e domiciliada na Capital do Estado de Goiás, na Rua Acapu Qd. C – Condomínio Alphaville Ipê, representada legalmente por Flávia Modesto Teles, brasileira, casada, agropecuarista, portadora da Cédula de Identidade RG no 4368751 (DGPC/GO), inscrita no CPF/ME sob o no 980.182.301-10, residente e domiciliada na Capital do Estado de Goiás, Rua Acapu Qd. C – Condomínio Alphaville Ipê; e

Marcelo Leite Henriques, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG no 116.365-4 (SSP/MG), inscrito no CPF/ME sob o no 447.029.906-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de Goiás, na Rua dos Barus, bloco 14A, Lote 01 – Residencial Aldeia do Vale.

Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	[•]	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	[•]	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•]e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	[•]	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	[•]	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•]e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	[•]	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	[•]	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
Ítalo Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Igor Nogueira Alves de Melo	[•]	[•]	[•]
Priscilla Nogueira Alves Melo	[•]	[•]	[•]
Anna Liz Teles de Melo	[•]	[•]	[•]
Marcelo Leite Henriques	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e outros custos, despesas e tributos. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400 e com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Distribuição Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução CMN 4.373, da Resolução CVM 13 ou da Lei 4.131, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizaram e não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme definido abaixo), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em [até] [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais: (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 30 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a [até] [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em [até] [•] ações ordinárias da Companhia[, das quais (i) até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 30 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de 30 dias contados do primeiro dia útil após a publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta Primária, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais, bem como da Lei 4.131, da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM 13.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia solicitou à B3 a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o "*Contrato de Participação no Novo Mercado*" com a B3, por meio do qual a Companhia fará a adesão às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas, de forma resumida, no Formulário de Referência, que está à disposição dos investidores.

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, e a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", do Prospecto Preliminar.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do estatuto social da Companhia, bem como os termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" e do pedido de admissão ao Novo Mercado, como também a reforma de seu Estatuto Social de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de fevereiro de 2021, cuja ata [será/foi] devidamente arquivada[em [•] de [•] de 2021] perante a JUCEG [sob o nº [•]], e publicada no jornal "O Hoje" e no DOEGO em 18 de fevereiro de 2021.

O Preço por Ação, bem como a quantidade de Ações da Oferta e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no artigo 6º do seu Estatuto Social, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCEG e publicada no DOEGO e no jornal "O Hoje" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOEGO no dia útil seguinte.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a sua participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificação, tendo em vista que todos os Acionistas Vendedores são pessoas físicas.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar seus esforços de colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou ordens de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 73 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

[Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 28 deste Prospecto.]

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia, exceto pelas despesas com advogados dos Acionistas Vendedores, que serão pagas por cada Acionista Vendedor ao seu respectivo advogado. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma", na página 74 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[4]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocado, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme de Liquidação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Comissão de Garantia Firme de Liquidação será devida independentemente do efetivo exercício da Garantia Firme de Liquidação pelos Coordenadores da Oferta em razão dos custos de alocação de capital realizados pelos Coordenadores da Oferta.

(5) A Remuneração de Incentivo, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Remuneração de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[4]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme de Liquidação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Remuneração de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	**Valor total[1]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta**	**Custo unitário por Ação**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[4]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Remuneração de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Remuneração de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[4]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas da Oferta[6]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Despesas com Advogados[7]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]	[•]
Outras Despesas[8]	[•]	[•]	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de 30 dias contados do primeiro dia útil após a publicação do anúncio de início da Oferta, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

- observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável, que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início;

- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), por, no mínimo, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;

- no caso de liquidação da Companhia, os acionistas terão direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, observado o disposto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

- direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores de Varejo, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo; (ii) Investidores do Private, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Private, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private; e (iii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Distribuição. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, incluindo o Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como de seus eventuais aditamentos e/ou suplementos, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o Registro da Companhia, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e o cumprimento das condições suspensivas neles previstas, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais, conforme descritas abaixo.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Consorciadas, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular SRE nº [1/2020, de 5 de março de 2020], relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido dos registros da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou ordens de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.", na página 70 deste Prospecto.**

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve e nem haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional compreenderá:

i. uma oferta destinada aos Investidores Private Com *Lock-up*;

ii. uma oferta destinada aos Investidores Private Sem *Lock-up*;

iii. uma oferta destinada aos Investidores de Varejo Com *Lock-up*; e

iv. uma oferta destinada aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*.

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária prevista no Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio da (i) Oferta Private, destinada aos Investidores Private; e (ii) Oferta de Varejo, destinada aos Investidores de Varejo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva ou do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, em ambos os casos observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com os procedimentos descritos abaixo. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, o Pedido de Reserva será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

(I) Oferta Private

O montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública no âmbito da oferta para Investidores Private, sendo certo que:

(i) montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Com *Lock-up* ("**Oferta Private Com *Lock-up***"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Com *Lock-up* (a) de até [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para os Investidores Private Sem *Lock-up* ("**Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta Private Com *Lock-up*, "Oferta Private"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores Private Sem *Lock-up* (a) de até [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta Private Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up*.

A Oferta Private será realizada exclusivamente junto a Investidores Private que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, e observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 52, 53 e 57, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, e de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Private interessados em participar da Oferta Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta Private, sendo que tais Investidores Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta Private Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private, sob pena de serem considerados Investidores Private Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta Private Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Private serão informados a cada Investidor Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta Private;

(e) cada Investidor Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 52, 53 e 57, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta Private (conforme definido na alínea (h) abaixo). Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta Private Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta Private Com *Lock-up*, nos termos acima descritos, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Com *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta Private Com *Lock-up*, nos termos acima descritos, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta Private Sem *Lock-up*, nos termos acima descritos, não haverá Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta Private Sem *Lock-up*, nos termos acima descritos, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Private Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta Private Sem *Lock-up***" e, em conjunto com o Rateio Oferta Private Com *Lock-up*, "**Rateio da Oferta Private**"); e

(i) Caso haja Rateio da Oferta Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta Private**. Os Investidores Private Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta Private e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Private Com *Lock-up*, cada Investidor Private Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta Private. Não obstante o *Lock-up* da Oferta Private, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores Private com Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta Private com Lock-up serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia, permutadas, de outra forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações" na página 71 deste Prospecto.

(II) Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, conforme disposto a seguir:

(i) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Com Lock-up**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-up* (a) de até [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (ii) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*; e

(ii) o montante de, no mínimo, [•]% e, no máximo, [•]% das Ações ofertadas no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-up*, a "**Oferta de Varejo**"), sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) de até [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a [•]% do total de Ações ofertado no âmbito da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Com *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (i) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (conforme definido abaixo).

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores de Varejo que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, e observado o disposto neste item.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 52, 53 e 57, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, e de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo, serão informados a cada Investidor de Varejo até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 52, 53 e 57, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta de Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*) (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações; e

(i) caso haja Rateio da Oferta de Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Lock-up* da Oferta de Varejo**. Os Investidores de Varejo Com *Lock-up* que indicarem no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo e subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [•] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("Lock-up* da Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo com Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo com Lock-up serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 71 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas ordens de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de ordens de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas ordens de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou CVM.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, o Termo de Aceitação será o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do referido Termo de Aceitação e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido dos registros da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) haja um Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada, conforme aplicável, sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 71 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação da Oferta, considerando as novas condições.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação, de forma expressa, sob pena de presunção de manutenção da aceitação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até às 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste, observado o disposto no Contrato de Distribuição, na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), pelo Preço por Ação, que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido o Registro da Companhia, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 39 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Agente Estabilizador	[•]	[•]
Santander	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
J.P. Morgan	[•]	[•]
BofA	[•]	[•]
Goldman Sachs	[•]	[•]
Total	[•]	**100,00**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por determinados acionistas e Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações adicionais, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*", na página 71 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 63 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas ordens de investimento e/ou Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos instrumentos de *lock-up*: (i) com relação à Companhia: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, subscrever ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (c) celebrar qualquer contrato de hedge, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em ou razoavelmente seja esperado que conduza ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pela Companhia ou outra pessoa que não a Companhia) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos direta ou indiretamente decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (d) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do *Securities Act* e da legislação brasileira em vigor; ou (e) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (a) a (d) acima, sem o consentimento de Coordenador(es) da Oferta (nos termos e condições dos instrumentos de *lock-up*, conforme o caso); e (ii) com relação às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção, direito ou garantias de compra ou de venda, realizar uma venda a descoberto ou de outro modo emprestar, dispor ou conceder quaisquer direitos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou qualquer opção ou garantia de comprar quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) celebrar qualquer contrato de hedge, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em, ou do qual seja razoavelmente esperado que ocorra ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pelas demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up* ou outra pessoa que não as demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos decorrentes, direta ou indiretamente, da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, se tais transações ou acordos (ou instrumento previstos em transações ou acordos) fossem liquidados com a entrega dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (c) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do *Securities Act* e da legislação brasileira em vigor; ou (d) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer transação ou ação especificada nos itens (a), (b) ou (c) acima, sem o consentimento de Coordenador(es) da Oferta (nos termos e condições dos instrumentos de lock-up, conforme o caso).]

[As vedações listadas acima não se aplicarão (i) à Companhia, em relação (a) às Ações a serem ofertadas nos termos do Contrato de Distribuição, conforme disposto nos Prospectos; (b) a emissões pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou da permuta de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de garantias ou opções, em cada caso, desde que estejam em circulação na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descritos no Formulário de Referência anexo aos Prospectos; e (c) a outorgas pela Companhia de opções de ações aos seus empregados, nos termos de um plano de opções de ações vigente na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descrito no Formulário de Referência anexo aos Prospectos, incluindo a emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; (ii) às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, em relação (a) às ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado secundário após a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar; (b) a doações de boa-fé; (c) a transferências a um trust em benefício direto ou indireto do respectivo signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo; (d) a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, do respectivo signatário do instrumento de *lock-up*; (e) a transferências realizadas para fins de empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia pelo respectivo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização previstas no Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização, observado que, com relação aos itens (b) a (e) acima, o respectivo donatário, trust, destinatário ou beneficiário comprometa-se por escrito perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a estar vinculado aos termos do respectivo instrumento de *lock-up* e confirme que esteve em conformidade com os termos do instrumento de *lock-up* desde a data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, conforme aplicável, observado, ainda, que as hipóteses previstas nos itens (b) a (d) acima não devem envolver uma disposição de valor e que nenhum arquivamento por qualquer parte será exigido ou será voluntariamente realizado, nos termos da legislação brasileira, dos Estados Unidos ou outra legislação aplicável, em conexão com qualquer transferência, disposição ou distribuição contempladas nos itens (b) a (d) acima (exceto com relação a um arquivamento realizado após o término do Período de *Lock-up*).]

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos acionistas controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de Lock-up poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 68 deste Prospecto Preliminar.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Cronograma Tentativo Estimado da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[(1)]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM Divulgação de fato relevante pela Companhia relativo ao protocolo do pedido dos registros da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2021
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto	[•] de [•] de 2021
3	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2021
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
5	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2021
6	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2021
7	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
8	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2021
9	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2021
10	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2021
11	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
12	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2021
13	Término do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2021
14	Término do *Lock-up* da Oferta Private	[•] de [•] de 2021
15	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução da CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 61 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 55 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA

www.ri.teuto.com.br (neste website, acessar [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, aviso ao mercado, anúncio de início, anúncio de encerramento ou comunicado da Oferta).

Banco Santander (Brasil) S.A.

www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o *link* "Ofertas em andamento", posteriormente selecionar "IPO Teuto" e, por fim, clicar no *link* específico do documento correspondente).

Banco J.P. Morgan S.A.

https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/teuto (neste *website* clicar em "Aviso ao Mercado")

Banco Bradesco BBI S.A.

http://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/ (neste *website*, acessar "ofertas públicas" e posteriormente a pasta identificar "IPO Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

http://www.bankofamerica.com.mx/br/default.html (neste website, neste website, no item "Prospectos" clicar no item "Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, então, clicar em cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html (neste website, acessar "Laboratório Teuto Brasileiro S.A.", em seguida clicar em "De Acordo" e em seguida no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias e Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias e Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Laboratório Teuto Brasileiro S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Laboratório Teuto Brasileiro S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 8 e 66, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

COMPANHIA

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.
VP 7D, Módulo 11, Quadra 13
CEP 75133-901, Anápolis, Goiás
At.: Sr. Luiz Alberto Lyra
Tel.: +55 (62) 3310-2017
www.ri.teuto.com.br (neste website, acessar [•]).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: (11) 3708 8000
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, posteriormente, clicar em "2021" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar")

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o link "Ofertas em Andamento", posteriormente selecionar "IPO Teuto" e, por fim, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. [•]
Tel.: +55 (11) [•]
https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures/prospectos/Laboratório Teuto Brasileiro S.A. (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Cláudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "ofertas públicas" e, posteriormente, identificar "IPO Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, em seguida, clicar no link "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
https://www.bankofamerica.com.mx/br/default.html (neste website, neste website, no item "Prospectos" clicar no item "Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr, 700, 17º andar
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Federici
Tel.: +55 (11) 3371-0700
http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html (neste website, acessar "Laboratório Teuto Brasileiro S.A." e em seguida clicar em "De Acordo" e em seguida clicar em "Prospecto Preliminar")

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares
CEP 01333-010, São Paulo, SP
www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas", posteriormente no campo "Informações sobre Companhias", selecionar "Informações periódicas e eventuais (ITR, DFs, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros). Nesta página digitar "Laboratório Teuto" e, em seguida, clicar em "Continuar" e, na sequência, em "Laboratório Teuto Brasileiro S.A". Ato contínuo, na opção "Período de Entrega" selecionar um período que se inicie, no máximo, na data deste Aviso ao Mercado. Em sequência, na opção "Categoria", escolher "Documentos de Oferta de Distribuição Pública" e, em seguida, "Prospecto Preliminar", posteriormente, clicar em "Visualizar o Documento" ou "*Download*").

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Laboratório Teuto Brasileiro S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2021, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*., exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NA PÁGINA 66, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 66 deste Prospecto, os riscos constantes da seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as demonstrações financeiras, e respectivas notas explicativas, anexo a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, reputação, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 8 deste Prospecto e a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A extensão da pandemia de COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia e sua capacidade de continuar operando seus negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

A Organização Mundial de Saúde ("**OMS**") declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da doença causada pela COVID-19. Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia de COVID-19 desencadeou severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em ações relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos assim como fechamento prolongado de locais de trabalho.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo aqueles onde a Companhia atua, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social. Além disso, essas medidas influenciaram no comportamento da população em geral, inclusive dos clientes da Companhia, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e aumento do desemprego. Essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo e medidas ainda mais restritivas podem vir a ser adotadas pelas autoridades a qualquer tempo.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas específicas de contenção pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Nesse sentido, surtos de doenças ou o avanço da atual pandemia de COVID-19, podem (i) impactar significativamente a cadeia de fornecimento de materiais, equipamentos de proteção individual ou as operações dos prestadores de serviços da Companhia caso suas operações venham a ser interrompidas ou suspensas ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação de COVID-19; (ii) afetar a capacidade dos clientes de cumprirem com suas obrigações com a Companhia, impactando seus fluxo de caixa e liquidez; (iii) provocar o fechamento das operações da Companhia; (iv) causar contaminação da alta gerência, prejudicando a gestão da Companhia; (v) causar contaminação de funcionários e colaboradores da Companhia, inclusive aqueles que atuam no atendimento direto aos pacientes, prejudicando a condução das operações da Companhia, e (vi) causar impactos financeiros diversos como, por exemplo, elevar o risco de crédito com contrapartes e inadimplência de clientes.

Uma crise de saúde pública, como a pandemia de COVID-19, pode reduzir a confiança nos estabelecimentos de saúde, especialmente hospitais que não sejam capazes de apresentar prontamente diagnósticos precisos ou que estejam tratando ou trataram pacientes afetados por doenças infecciosas, como a COVID-19. Caso qualquer dos estabelecimentos da Companhia trate ou haja a percepção de que esteja tratando pacientes afetados por uma doença infecciosa, outros pacientes podem cancelar procedimentos eletivos ou deixar de buscar os cuidados necessários nos estabelecimentos da Companhia. Além disso, uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa pode afetar adversamente as operações da Companhia, causando fechamentos temporários ou dispersão de pacientes, interrompendo ou atrasando a produção e entrega de insumos, materiais e equipamentos por fornecedores ou causando escassez de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e outros colaboradores nos estabelecimentos da Companhia. Os planos de contingenciamento e protocolos de doenças infecciosas da Companhia podem não ser suficientes em caso de surgimento de uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa, como a COVID-19, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

A Companhia pode vir a tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia de COVID-19 ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes.

Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por este causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas. Mesmo depois da diminuição do surto de COVID-19, a Companhia pode ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado de seu impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro, o que pode diminuir a demanda pelos serviços prestados pela Companhia. Os impactos da pandemia de COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Prospecto.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as medidas restritivas impostas por alguns estados e municípios, bem como os impactos decorrentes da pandemia nos negócios e na atividade da Companhia, conforme descritos acima, não venham a se agravar caso o Brasil enfrente uma segunda onda da COVID-19, como vem ocorrendo em diversos países da Europa.

Dessa forma, dependendo da extensão e duração de todos os efeitos descritos acima nos negócios e operações da Companhia e nos negócios e operações de seus fornecedores, seus custos podem aumentar, incluindo custos para tratar da saúde e segurança dos colaboradores e a capacidade de obter certos suprimentos ou serviços podem ser restringidos, o que poderá impactar de forma adversa as operações da Companhia. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 nos negócios da Companhia, veja item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.]

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que, após a conclusão de sua oferta pública inicial de distribuição, haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, determinados acionistas da Companhia e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (Lock-up), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Distribuição Internacional ou no respectivo instrumento de lock-up, conforme aplicável, durante o período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)" na página 58 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 57 deste Prospecto.

A necessidade de captação de recursos adicionais pela Companhia por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia ou não ser economicamente satisfatória.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros pode afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% da quantidade de ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento automaticamente cancelados, sendo que os valores, eventualmente depositados, serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 53 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 99 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 103 deste Prospecto.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up da Oferta Private e o Lock-up da Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 50 e 40 dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo com Lock-up e/ou os Investidores Private com Lock-up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up da Oferta de Varejo e/ou período de Lock-up da Oferta Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo com Lock-up e das ações da Oferta Private com Lock-up serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta Oferta, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestaram diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comercias, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da econômica global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações.

[Além disso, Joe Biden venceu a eleição presidencial nos Estados Unidos realizada em novembro de 2020 e tomou posse como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2020.] Não podemos prever os efeitos da eleição do Joe Biden e de suas políticas. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo manterá políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de emissores brasileiros.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos como forma de proteção (*hedge*) contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swaps*) além de outras operações permitidas pelo artigo 48 da Instrução CVM 400.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações da Oferta.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 36 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contém condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional", na página 56 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 63 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 61 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de até 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 53 deste Prospecto.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, [25%] do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia vedam a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente à época de sua respectiva celebração, caso (i) a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas em tal contratos/escritura; ou (ii) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer evento de inadimplemento (para maiores detalhes sobre contratos financeiros, vide itens 3.4, 10.1 e 18.5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto). Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o caso.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

***Risco vinculado a não participação dos Investidores da Oferta Não Institucional no Procedimento de* Bookbuilding**

Os investidores que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação e, sendo assim, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores da Oferta Não Institucional, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar pulverização na distribuição das Ações no âmbito da Oferta, bem como a capacidade das Instituições Participantes da Oferta de executar o plano de distribuição das Ações.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos.

Em 2020, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €5,1 bilhões no mundo, dos quais 63% nas Américas e 30% no Brasil. Na América Latina, em 2020, o Santander Brasil possuía mais de 2,1 mil agências e cerca de 45 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2020, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 27,9 milhões de clientes ativos, 3.564 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 36,7 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos que supera R$1,0 trilhão e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$76,9 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2020, possui uma participação de aproximadamente 30% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 50% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais do Grupo Mateus S.A. e da Rede D'Or São Luiz S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da MPM Corpóreos S.A. e da INTELBRAS S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, da Jalles Machado S.A. e da Focus Energia Holding Participações S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Light S.A., do Banco BTG Pactual S.A. e da Petro Rio S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A., da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., da Eletromidia S.A. e da CSN Mineração S.A.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,7 trilhões, em 31 de dezembro de 2019, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge* funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet.

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60 atuando em diversas áreas. A área de Investment Banking oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias e financeiras, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de Local Markets, Sales & Trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de Private Banking; a Corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de Private Banking; a área de Equities oferece produtos de equities em geral, tais como operações de derivativos; a área de Treasury Services oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de Trade and Loan Products oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de Direct Custody and Clearing oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de Asset Management e Wealth Management oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também concede crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas no mercado de ações, as quais totalizam um recorde de dezoito prêmios da revista IFR desde 2007.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o “Best Equity House in Latin America”. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio “Best M&A House in Latin America” e, em 2009, o prêmio “Best Investment Bank in Latin America”, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios “Best Investment Bank in Latin America”, concedido pela Latin Finance, e “Best M&A House in Mexico”, “Best M&A House in Chile”, “Best Debt House in Brazil” e “Best Investment Bank in Chile”, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como “Best Investment Bank in Latin America”, assim como “Best M&A House”, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Equity House in Latin America” pela Euromoney e “Best Investment Bank in Latin America” pela Latin Finance. Em 2016, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de “Best Investment Bank in Latin America” e, em 2017, “Bond House of Year in Latin America” pela Latin Finance. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 em quatro dos últimos cinco anos, em 2015, 2016, 2018 e 2019.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações de oferta de ações, como as ofertas de Marfrig, Unidas, Intermédica, XP Inc., Aliansce Sonae, Magazine Luiza, Banco do Brasil, Vivara, Banco Inter, Movida, Petrobras Distribuidora, IFS, Cencosud Shoppings, Neoenergia, Intermédica, Totvs, Stone, MercadoLibre, Localiza, Unidas, Intermédica, Stone, Falabella, Mall Plaza, Intermédica, Globant, Central Puerto, PagSeguro ("Latin America Equity Issue" em 2018, segundo a IFR), Burger King Brasil, Nexa Resoucers, Camil, Magazine Luiza, Supervielle, Atacadão ("IPO of the Year" em 2017, segundo a Latin Finance), IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, Lenova ("*Follow-on of the Year*" em 2017, segundo a Latin Finance), Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, America Movil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2019, US$2,849 bilhões em ações em 4.496 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008, 2017 e 2018), "Equity House of the Year" (2008, 2009 e 2016), "Americas Equity House of the Year" (2016), "Bond House of the Year" (2008, 2019), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012 e 2017), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance nos anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" em 2018 e 2019.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios "Melhor Banco de Investimentos da América Latina" e "Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina", pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como joint *bookrunner* no *Follow-on* da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, joint *bookrunner* no *Follow-on* de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, joint *bookrunner* no *Follow-on* de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, joint *bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, joint *bookrunner* no *Follow-on* de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, joint *bookrunner* no *Follow-on* de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, joint *bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, joint *bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do *Follow-on* de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, joint *bookrunner* do *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

- O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

BofA

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Goldman Sachs

O Goldman Sachs é uma instituição financeira global com atuação em fusões e aquisições, coordenação de oferta de ações, serviços de investimento, investimentos de carteira própria e análise de empresas, prestando em todo o mundo uma ampla gama de serviços a empresas, instituições financeiras, governos e indivíduos de patrimônio pessoal elevado. Fundado em 1869, o Goldman Sachs tem sua sede global em Nova York, com escritórios também em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros. O Goldman Sachs tem três atividades principais:

Banco de investimentos: ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos;

Trading e investimentos com recursos próprios: intermediação de operações financeiras tendo como contraparte empresas, instituições financeiras, fundos de investimentos, governos e indivíduos. Além disso, o Goldman Sachs investe seus recursos, diretamente, em renda fixa e produtos de renda variável, câmbio, commodities e derivativos de tais produtos, bem como realiza investimentos diretamente em empresas e por meio de fundos que são captados e geridos pelo banco; e

Investment Management: assessoria e serviços de planejamento financeiro, bem como produtos de investimentos (por meio de contas e produtos geridos separadamente, tais como fundos de investimentos) em todas as classes de ativos para investidores institucionais e indivíduos no mundo inteiro, provendo também serviços de prime brokerage, financiamento e empréstimo de ativos para clientes institucionais, incluindo hedge funds, fundos de investimento abertos, fundos de pensão e fundações, e para indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

O Goldman Sachs tem representação em São Paulo desde meados da década de 90 e, recentemente, ampliou suas operações locais por meio da estruturação de um banco múltiplo e uma corretora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, a plataforma brasileira inclui atividades de carteira de banco de investimento, operações com recursos próprios, nas áreas de renda variável, renda fixa, câmbio e commodities, dentre outros. Atualmente, aproximadamente 250 pessoas trabalham no escritório de São Paulo. Em particular, na área de banco de investimentos, o Goldman Sachs acredita que tem vasto conhecimento local e experiência comprovada em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida. Goldman Sachs tem desempenhado importante papel em ofertas realizadas no mercado brasileiro, tais como a coordenação da oferta pública inicial de ações da BM&FBOVESPA em 2007 (R$6,7 bilhões), da Visanet em 2009 (R$8,4 bilhões), da Qualicorp S.A. em 2011 (R$1,1 bilhão), do BTG Pactual em 2012 (R$3,2 bilhões), do *follow-on* da TAESA (R$1,8 bilhão) e do *follow-on* da Equatorial (R$1,4 bilhão)também em 2012, do *follow-on* da BHG (R$329 milhões), do IPO da Alupar (R$851 milhões), do IPO da Ser Educacional (R$619 milhões), do re-IPO da Via Varejo (R$2,8 bilhões) no ano de 2013, do *follow-on* da Oi (R$13,2 bilhões) no ano de 2014, do *follow-on* da Telefônica Brasil (R$16,1 bilhões) no ano de 2015, do IPO do Atacadão S.A. (R$5,1 bilhões) no ano de 2017, do *follow-on* de Rumo (R$2,6 bilhões) e do re-IPO de ENEVA (R$834 milhões na oferta base) também no ano de 2017, do IPO de Hapvida (R$3 bilhões na oferta base) no ano de 2018, bem como do IPO de Centauro (R$671 milhões), do *follow-on* de Linx (R$1,1 bilhão), do *follow-on* de Hapvida (R$2,3 bilhões), do *follow-on* de Banco Inter (R$1,2 bilhão) e do *follow-on* de Log-In (R$634 milhões) no ano de 2019, valores constantes dos prospectos ou memorandos da oferta.

Em 2019, como reconhecimento à expansão e excelência de sua atuação no mercado de capitais e assessoria financeira na América Latina, o Goldman Sachs foi eleito “Latin America’s best bank for advisory” pela Euromoney pelo segundo ano consecutivo, além do reconhecimento em 2018 como “Latin America Equity House of the Year” pela International Financing Review (IFR) e “Equity House of the Year” pela LatinFinance.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- A Companhia é devedora de duplicatas firmadas entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, com vencimento entre fevereiro de 2021 e maio de 2021, no montante total de R$5.443.199,56. Tais operações contam com taxa efetiva entre 0,527% a.m. e 0,738% a.m. e não possuem garantias.

- Prestação de serviço de administração de pagamentos, contratado em maio de 1984 com prazo de vencimento indeterminado, com tarifa média de R$1,38, tal operação não conta com remuneração específica ou quaisquer garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, exceto pelo abaixo, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia:

- O Itaú BBA, atuou como coordenador líder na operação de Debêntures, da 1ª emissão da Companhia, no montante de R$485.000.000,00, emitidas em 14/05/2018, com prazo de vencimento em 20/01/2023, a qual se aplicam taxas de juros semestrais de CDI + 2,89% aa., contando com as seguintes garantias: (i) aval de Igor Nogueira Alves de Melo, Ítalo Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves de Melo e Marcelo Leite Henriques (ii) alienação de ações de emissão da Laboratório Teuto Brasileiro S.A., de titularidade dos avalistas mencionados acima; e (iii) cessão fiduciária de duplicatas.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 36 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 36 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Santander e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Laboratório Teuto Brasileiro (CNPJ: 17.159.229.0001-76)

- Serviços de Cash Management por prazo indeterminado, como Cobrança (volume financeiro médio mensal de R$3.300.000,00) e Folha de Pagamento para operacionalização/pagamento de colaboradores. Tais operações não contam com quaisquer garantias;

- Operação de Debêntures via ICVM 476 contratada pelo Laboratório Teuto Brasileiro, com o propósito de amparar a necessidade de capital de giro da referida companhia (juntamente com outras 2 instituições financeiras), contratada em 19/07/2018, com vencimento previsto para janeiro de 2023 e a taxa de juros de CDI + 2,89% a.a. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Aval e (ii) % em Ações da Companhia;

- Operação de Capital de Giro contratada pelo Laboratório Teuto Brasileiro, com o propósito de amparar necessidade de capital de giro da companhia e exposição atual de R$10.000.000,00, contratada em 22/04/2020, com vencimento em abril de 2021 e taxa de juros de CDI + 5,44% a.a. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Aval e (ii) Percentual de Duplicatas.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 36 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive Ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 73 deste Prospecto.

Exceto pelo disposto acima, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico, e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Risco em debenture de R$95 milhões, com garantia de 40% duplicatas em cessão fiduciária, 40% alienação fiduciária de ações (estamos reduzindo para 15% em função da Oferta) e aval solidário acionistas. Taxa CDI + 2,89% aa. Fluxo de amortização trimestral com vencimento final em Jan/23.

- Reciprocidades:

    i. Cash management da empresa, com 80% da cobrança no Bradesco. Transaciona R$107 milhões, com total de 15.491 títulos.

    ii. Cartão corporativo com emissão de 233 cartões a funcionários e executivos da empresa. Remuneração anual média do Bradesco é de R$20 mil ao ano.

    iii. Cartões benefício Alelo (refeição e alimentação) com a emissão de 3.500 cartões. Remuneração anual média do Bradesco é de R$393 mil ao ano.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 36 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 36 deste Prospecto.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com o BofA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BofA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BofA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BofA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BofA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga ao BofA e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BofA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BofA como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BofA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Goldman Sachs

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, o Goldman Sachs e demais sociedades do seu grupo econômico não possuem qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico. Adicionalmente, o Goldman Sachs e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Goldman Sachs no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações veja seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Goldman Sachs poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Goldman Sachs ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Goldman Sachs ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

[Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira]

[Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado fianannceiro.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder, na qualidade de Agente Estabilizador, poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.]

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. [Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Srs. Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves Melo e Anna Liz Teles de Melo não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Os Srs. Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves Melo e Anna Liz Teles de Melo poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários, incluindo, entre outros, prestação de serviço de conta corrente, prestação de serviço de cartão de crédito, prestação de serviço de cheque, operação de financiamento de veículos, aplicações financeiras, prestação de serviço de seguro e investimentos em poupança, para os Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo e Marcelo Leite Henriques.

Os Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo e Marcelo Leite Henriques poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores a Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, os Acionistas Vendedores não tinham qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan e seu respectivo grupo econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico (i) não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, (ii) não participaram em operações de financiamento e em reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável.

Os Acionistas Vendedores e sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores poderão, no futuro, vir a contratar o J.P. Morgan e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores possuem relacionamento com Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

[Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores a Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação d Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. [Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BofA

[Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores possuem relacionamento com BofA e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- [•].]

[Na data deste Prospecto, exceto pelo [disposto acima e, pelo] relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com BofA e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar BofA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores a BofA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação d BofA como instituição intermediária da Oferta. [Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e BofA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Goldman Sachs

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento relevante com Goldman Sachs e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 36 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores a Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação d Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e Goldman Sachs ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.
VTD 7D, Módulo 11, Quadra 13
CEP 75132-901, Anápolis, Goiás
At.: Departamento de RI
Tel.: +55 (62) 3310-2017
www.teuto.com.br

Acionistas Vendedores

Marcelo Leite Henriques
Rua dos Barus, bloco 14A, Lote 01 – Residencial Aldeia do Vale
CEP [•], Capital do Estado de Goiás
Tel.: +55 [•]
E-mail: [•]

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.itau.com.br/itaubba-pt/

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br/

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º (parte), 10º (parte), 11º, 12º (parte), 13º (parte), 14º e 15º andares
CEP 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: +55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com.br/country/br/pt/jpmorgan

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
www.bradescobbi.com.br

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Federici
Tel.: +55 (11) 3371-0700
http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E,
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás - Edifício New Business Style,
CEP 74810-100, Goiânia, GO
At.: Fernando Rogerio Liani
Tel.: +55 (62) 3604-7900
www.kpmg.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Srs. Ricardo Prado e Bruno Massis
Tel.: +55 (11) 3024-6100
Fax: +55 (11) 3024-6200
www.lefosse.com

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Junior e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Jean Marcel Arakawa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br/

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP
Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 2.041,
Torre E, CJ 17ª
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Srs. Manuel Garciadiaz
Tel.: +55 (11) 4871-8400
Fax: +55 (11) 4871-8400
www.davispolk.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3311 – 7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: [Srs. Filipe B. Areno e Lauren Bennett]
Tel.: +55 (11) 3708.1820
Fax: +55 (11) 3708.1845
www.skadden.com

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 143.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos que serão recebidos com a Oferta Primária serão de R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e com base no Preço por Ação de R$[•] que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos que estima receber com a Oferta Primária da seguinte forma: (i) capital de giro para fortalecimento da estrutura de capital, (ii) investimento em forças de venda no canal hospital e de varejo, (iii) investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos (P&D), e (iv) pagamento de dividendos aos atuais acionistas da Companhia pagamento de dividendos aos atuais acionistas da Companhia a serem declarados no valor de R$64.312.654,55.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar):

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[1][2][**
		(em R$)
Capital de giro	[•]	[•]
Inventimentos em forças de vendas	[•]	[•]
Investimentos em P&D	[•]	[•]
Pagamento de dividendos	R$64.312.654,55	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar):

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[1][2]**
		(em R$)
Capital de giro	[•]	[•]
Inventimentos em forças de vendas	[•]	[•]
Investimentos em P&D	[•]	[•]
Pagamento de dividendos	R$64.312.654,55	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar):

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[1][2]**
		(em R$)
Capital de giro	[•]	[•]
Inventimentos em forças de vendas	[•]	[•]
Investimentos em P&D	[•]	[•]
Pagamento de dividendos	R$64.312.654,55	[•]
Total	**100,00%**	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar):

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
		(em R$)
Capital de giro	[•]	[•]
Inventimentos em forças de vendas	[•]	[•]
Investimentos em P&D	[•]	[•]
Pagamento de dividendos	R$64.312.654,55	[•]
Total	**100,00%**	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

A efetiva aplicação pela Companhia dos recursos que vier a captar com a Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, a exclusivo critério da Companhia.

Os recursos necessários para a Companhia atingir os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente de suas atividades operacionais, especialmente se os recursos líquidos que vierem a ser captados pela Companhia por meio da Oferta Primária forem inferiores às suas expectativas. Neste caso, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos dispostos acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

A Companhia não utilizará recursos da Oferta Primária para pagamento de dívidas.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o montante dos recursos que a Companhia receberia com a Oferta Primária em R$[•], após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A destinação dos recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária se baseia nas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização, a exclusivo critério da Companhia.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária sobre a situação patrimonial e nos resultados da Companhia encontra-se descrito na tabela da seção “Capitalização” na página 102 deste Prospecto.

Aquisição da participação de controle da Companhia

Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado em 30 de junho de 2017, entre Pfizer Medicamentos Genéricos e Participações Ltda. e Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda. de um lado (conjuntamente referidos como "**Pfizer**") e de outro Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves de Melo, Ítalo Nogueira Alves de Melo, Anna Liz Teles de Melo e Marcelo Leite Henriques (conjuntamente referidos como "**Acionistas Adquirentes**") (o "**Contrato de Aquisição**"), pelo qual os Acionistas Adquirentes adquiriram junto à Pfizer 21.862.222 ações de emissão da Companhia (as "**Ações Adquiridas**"), os Acionistas Adquirentes se comprometeram a fazer o pagamento à Pfizer, a título de parcelas de pagamento do preço da referida aquisição, de valores calculados (i) em função do montante total de recursos auferidos pelos Compradores em distribuição pública secundária de ações da Companhia por eles detidas, sujeito a um limite total de até 10% (dez por cento) deste montante; e (ii) em função do montante de avaliação implícita das ações da Companhia em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia, sujeito a um limite total de até 10% (dez por cento) das Ações Adquiridas, após o desconto do valor indicado anteriormente em (i). Estas obrigações de pagamento dos Acionistas Adquirentes são garantidas pela Companhia. Os Acionistas Adquirentes destinarão parte dos recursos auferidos com a distribuição secundária de ações no âmbito da oferta pública inicial da Companhia para arcar com estes pagamentos, em observância aos termos, condições e prazos previstos no Contrato de Aquisição.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta os saldos dos empréstimos e financiamentos e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, indicando (i) a situação real em 31 de dezembro de 2020; e (ii) a posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta Primária, no montante de R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e com base no Preço por Ação de R$[•], que corresponde ao ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com as seções "3. *Informações Financeiras Selecionadas*" e "10. *Comentários dos Diretores*" do Formulário de anexo a este Prospecto, bem como com as informações e demonstrações contábeis da Companhia anexo a este Prospecto.

	Em 31 de dezembro de 2020	**Ajustado Pós-Oferta[3]**
	(em R$)	
Empréstimos e financiamentos circulante	221.748.000,00	[•]
Empréstimos e financiamentos não circulante	201.557.000,00	[•]
Patrimônio Líquido	543.261.179,87	[•]
Capitalização Total[1]	**966.566.179,87**	**[•]**

(1) Corresponde à soma do total dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020. A definição aqui prevista pode variar das usadas por outras companhias.

(2) A coluna "Ajustado Pós Oferta" considera o recebimento de recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta Primária, no montante de R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta. Para mais informações ver a seção "Destinação dos Recursos" deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$[•] no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R$[•], após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas estimados e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta Primária e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de dezembro de 2020.

Tendo em vista que a Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Oferta Secundária não impactará na capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$543.261.179,87 e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia correspondia, na mesma data, a R$9,94 por ação. Esse valor patrimonial por ação representa o valor contábil total do patrimônio líquido da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2020. Considerando a subscrição da totalidade das Ações da Oferta Primária a serem emitidas pela Companhia no âmbito da Oferta, pelo Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões, tributos, taxas e despesas da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação ordinária de sua emissão. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, vide seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 36 deste Prospecto Preliminar.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Preço por Ação" na página 34 deste Prospecto.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, considerando a realização da Oferta:

Preço por Ação[(1)]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020	R$9,94
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuído aos atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação ajustado para refletir a Oferta[(2)]	R$[•]
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta[(3)]	**[•]%**

(1) Ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto.
(2) Representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2020.
(3) Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo (b) Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta" na página 28 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$[•] no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa, aumentaria a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores da Oferta em R$[•] por Ação, após a dedução das comissões, tributos e despesas que a Companhia antecipa ter de pagar no âmbito da Oferta

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, tampouco em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues ao Acionista Vendedor.

Planos de Remuneração Baseada em Ações

Na data deste Prospecto, a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor e não tem a intenção de aprovar um plano de remuneração baseado em ações imediatamente após a Oferta.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos não foram realizadas emissões de ações pela Companhia.

ANEXOS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, INCLUINDO O ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 2019 E 2018, ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, INCLUINDO O ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.
CNPJ/ME nº 17.159.229/0001-76
NIRE 5230000906-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2021

1. **Data, Hora e Local**: Realizada aos 12 dias do mês de fevereiro de 2021, às 10:30, realizada na sede do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, localizada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901 ("Companhia").

2. **Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia ("Acionistas"), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

3. **Composição da Mesa**: Presidente: Ítalo Nogueira Alves de Melo; Secretário: Marcelo Leite Henriques.

4. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a: **(i)** submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a submissão do (a) pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(iii)** reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"); **(iv)** renúncia de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como a eleição do membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado; **(vi)** ratificação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia referente aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018; **(vii)** realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(viii)** autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o *"Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações do Laboratório Teuto Brasileiro S.A."* ("Prospecto Definitivo") e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; e (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a

destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta; e **(ix)** autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

5. **Deliberações**: Dispensada à leitura da Ordem do Dia, a presente ata foi lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, e após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas deliberaram por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) Aprovar a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) Aprovar a submissão à B3 (a) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações constantes da presente ata para (a) instituir um capital autorizado, (b) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores e estabelecer suas respectivas atribuições, (c) adaptá-lo às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, dentre outras alterações, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os Acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(iv) Aceitar a renúncia (a) da Sra. **Andreia Cavalcante da Silva**, brasileira, divorciada, farmacêutica, portadora as Cédula de Identidade RG nº 317.747-3 DGPC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 796.589.381-91, residente e domiciliada na Rua T-29, nº 634, Quadra 48, Lote 20/22, apartamento 1808, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP74210-050, do seu cargo como membro do Conselho de Administração da Companhia; e do (b) Sr. **Luiz Alberto Lyra Pinheiro**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 201326035 expedida pela SP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 433.831.065-00, residente e domiciliado na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, às Rua GGC45, Quadra 41, Lote 10 – Residencial G G Clube, CEP 74.884-777, do seu cargo como membro do Conselho de Administração da Companhia.

(v) Reeleger os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia:

(a) **Ítalo Nogueira Alves de Melo**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.783.633 DGPC/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 693.025.881-49,

residente e domiciliado à Avenida Parnaíba, Qd. P-6, Lt. 20, Residencial Araguaia – Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74883-005, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração;

(b) **Marcelo Leite Henriques**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 116.365-4 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 477.029.906-00, residente e domiciliado na Rua dos Baurus, Bloco 14A, Lote 01, Residencial Aldeia do Vale, CEP 74680-185, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração;

(c) **Priscilla Nogueira Alves Melo**, brasileira, solteira, gestora administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3783634 DGPC/GO, inscrita no CPF/ME sob o nº 704.292.431-20, residente e domiciliada na Rua Mamoré, Quadra M6, Lote 11, Alphaville Araguaia, CEP 74883-015, na Capital do Estado de Goiás, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração;

(d) **Carlos José Rolim de Mello**, brasileiro, separado judicialmente, membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo inscrito sob o nº 107.508 e perante o CPF/ME sob o nº 075.711.958-10, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.355, 16º andar, CEP 04538-133 na cidade na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração; e

(e) **Igor Nogueira Alves de Melo**, brasileiro, casado, administrador portador da Cédula de Identidade RG nº 367.429-8 SESP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 850.173.021-15, residente e domiciliado à Rua Novo Planalto, S/N, Qd., P-2, Lt. 05, Residencial Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração;

bem como, eleger o seguinte membro para o Conselho de Administração:

(f) **Marcelo José de Aquino**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade 17.708.398 SS/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 129.747.258-64, residente e domiciliado a Quadra 201 lote 3 Edifício Bella Fiore apto 1501, Águas Claras – Brasília DF CEP 71.937.540, na qualidade de membro independente efetivo do Conselho de Administração;

A caracterização dos Srs. **Carlos José Rolim de Mello** e **Marcelo José de Aquino**, ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas e arquivadas na sede da Companhia.

Os Conselheiros ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes do **Anexo II** à presente ata e devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

Em razão da deliberação tomada no item "(iv)" acima, o Conselho de Administração da Companhia fica composto pelos seguintes membros: **(a) Presidente:** Ítalo Nogueira Alves de Melo; **(b) Membros Efetivos:** Marcelo Leite Henriques, Priscilla Nogueira Alves Melo e Igor Nogueira Alves de Melo; **(c) Membros Independentes Efetivos**: Carlos José Rolim de Melo e Marcelo José de Aquino. Assim, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia possuirão mandato unificado de 2 (dois) anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, permitida a reeleição.

(vi) Ratificar montante global da remuneração dos administradores da Companhia no valor de R$ 15.538.195,29, R$ 14.811.995,62 e R$ 8.050.168,06, referentes aos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

(vii) Aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A., do Banco J.P. Morgan, Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A., do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A.*", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Definitivo), conforme o caso, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção que poderá ser

outorgada pelos Acionistas Vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

(viii) Aprovar, desde que observadas as diretrizes do item **(vi)** acima, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo e o *Offering Memorandum* para os esforços de colocação no exterior; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta;

(ix) Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a praticarem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

6. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

7. **Presenças**: Composição da Mesa: Presidente: Ítalo Nogueira Alves de Melo; Secretário: Marcelo Leite Henriques. Acionistas: Espólio de Walterci de Melo, devidamente representante pelo inventariante Ítalo Nogueira Alves de Melo, Ítalo Nogueira Alves de Melo, Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves Melo, Marcelo Leite Henriques, Flávia Modesto Teles, Anna Liz Teles de Melo, representada por Flávia Modesto Teles.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Anápolis, 12 de fevereiro de 2021.

Mesa:

ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO

Presidente

MARCELO LEITE HENRIQUES

Secretário

ESTATUTO SOCIAL DO

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.

CNPJ/ME nº 17.159.229/0001-76

NIRE 52.300009065

CAPÍTULO I
NOME, OBJETO SOCIAL, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º. O Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Parágrafo único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (a) a fabricação própria ou sob encomenda de terceiros (para a linha humana e também para a linha veterinária) de produtos farmacêuticos (em todas as classes terapêuticas, podendo extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, distribuir, fracionar, transportar e prestar serviços de terceirização), produtos para saúde, dietéticos, fitoterápicos, insumos, alimentos, suplementos alimentares, cosméticos, saneantes, correlatos, perfumes, produtos de higiene e toucador, produtos médico-hospitalares, cujas formas sejam: xarope, elixir, suspensão, gotas, solução, frasco-ampolas, injetáveis, comprimidos, drágeas, cápsulas, pomadas, cremes, cosméticos, (b) obtenção de autorizações e licenças especiais para fabricação de produtos farmacêuticos especiais que contenham entorpecentes, (c) importação, exportação, embalagem, reembalagem e comercialização de matérias primas, bicos de mamadeira, mamadeiras, chupetas, máscaras anestésicas e preservativos contra oxidação e deterioração de materiais, (d) importação e exportação de produtos acabados para as linhas humana, veterinária, de higiene e cosméticos, e reembalagem e comercialização destes produtos, em nome próprio ou em nome de terceiros, (e) fabricação em nome de terceiros de todos os produtos acima, (f) incineração de produtos, (g) transporte aéreo, aquaviário e terrestre de produtos, (h) armazenagem, (i) execução de atividades de representação comercial, conforme descrito na Lei 4.886/1965, conforme alterada e (j) aluguel de imóveis, maquinário, equipamentos industriais e veículos.

Artigo 3º. A sede da Companhia é na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, e, mediante deliberação da Diretoria, poderá abrir e encerrar filiais, agências, escritórios, depósitos ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia em qualquer parte do território nacional.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ 68.808.167,59 (sessenta e oito milhões, oitocentos e oito mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 54.655.555 (cinquenta e quatro milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e quinhentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas resoluções em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 2º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Artigo 6º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), somente por deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, no limite de R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

Parágrafo 1º. O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º. As Assembleias Gerais ocorrerão ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que seja requerido conforme os interesses da Companhia ou por lei.

Parágrafo 1º. Sem prejuízo de outras hipóteses de convocação conforme prevê a Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, em sua ausência, pela decisão da maioria de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Parágrafo 3º. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em Assembleia Geral, exceto quando todos os Acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem em deliberar sobre tal questão.

Parágrafo 4º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 5º. A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste estatuto se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo 6º. As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 7º. A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo 8º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

Artigo 9º. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

(a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital

social, observadas as disposições do Artigo 6º do presente Estatuto Social;

(b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se houver;

(c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(e) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(f) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;

(g) deliberar sobre a incorporação da e/ou pela Companhia (incluindo incorporação de ações), bem como fusão, cisão, ou transações similares envolvendo a Companhia;

(h) deliberar sobre a distribuição de dividendos;

(i) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

(j) aprovar compra, resgate ou outra aquisição de quaisquer ações e/ou outros títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia;

(k) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(l) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(m) aprovar qualquer operação de natureza financeira, incluindo, mas não limitado, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, que seja superior ao orçamento anual e que ultrapasse o limite do índice de dívida liquida de 2x (duas vezes) o EBTIDA;

(n) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado;

(o) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado;

(p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria que serão compostos e operarão de acordo com as disposições deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2º. A investidura no cargo pelos membros do Conselho de Administração, pelos Diretores e pelos membros do Conselho Fiscal, se houver, ocorrerá por meio de termo de posse transcrito em livro próprio, que deverá contemplar sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social, assinada pelo administrador que estiver assumindo o cargo, sem a necessidade de prestação de garantia.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão nos cargos até que seus sucessores sejam devidamente investidos nos cargos.

Parágrafo 4º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria cumprirão os requisitos do Artigo 147 da Lei 6.404/76 e outras disposições legais aplicáveis.

Artigo 11. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, -5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente que será nomeado pela Assembleia Geral que o eleger ou sempre que quando houver renúncia ou vacância nesses cargos conforme lei.

Parágrafo 4º. No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, o seu substituto será nomeado pela (i) Assembleia Geral, ou (ii) caso a Assembleia Geral não seja convocada em 30 (trinta) dias contados da vacância, pelos conselheiros remanescentes que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, que deverá ser referendado por maioria simples na primeira Assembleia Geral seguinte, ordinária ou extraordinária, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo 5º. Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 12. O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 1º. Para cada reunião os Conselheiros escolherão um secretário, que poderá ser ou não um Conselheiro.

Parágrafo 2º. Todas as reuniões do Conselho de Administração e quaisquer resoluções adotadas em tais reuniões serão registradas no livro de atas de Reuniões do Conselho de Administração, e, quando requerido pela lei aplicável, serão registradas na Junta Comercial competente.

Parágrafo 3º. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira ou segunda convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos Conselheiros

Parágrafo 4º. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Parágrafo 5º. O Conselho de Administração poderá criar um ou mais comitês em conformidade com o Artigo 14, item (t) para exercer qualquer uma das competências do Conselho de Administração.

Parágrafo 6º. Caso o Conselho de Administração seja formado por número par de membros, será atribuído ao Presidente nas deliberações do Conselho de Administração, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação.

Artigo 13. Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14. O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(a) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;

(b) (i) qualquer alteração relevante no escopo do negócio da Companhia (incluindo os países em que a Companhia e/ou suas subsidiárias operem, tenham propriedade de ativos ou façam vendas) ou (ii) a aprovação de, ou qualquer alteração relevante ao Plano de Negócios;

(c) aquisição, compra ou venda (incluindo séries de aquisições ou vendas relacionadas), pela Companhia e/ou suas subsidiárias, de ativos, negócios ou linha de negócios, incluindo a compra ou venda de ativos ou participações societárias com valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

(d) aprovação do orçamento anual da Companhia e/ou de suas subsidiárias e plano operacional para qualquer exercício social, e qualquer aditamento ou modificação a estes, ou desvio destes;

(e) aprovar qualquer operação de natureza financeira, incluindo, mas não limitado, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, que resulte isoladamente em endividamento da Companhia perante a instituição financeira ou semelhante com montante igual ou superior a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), não ser superior ao orçamento anual e com limite do índice de dívida liquida de 2x (duas vezes) o EBTIDA;

(f) ajuizamento de, assinatura de acordo em relação a, renúncia ou liberação no âmbito de qualquer demanda ou litígio envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias seja igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(g) aprovação de doações por ou em nome da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(h) constituição e instalação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, ou modificações nas funções de qualquer desses comitês da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(i) qualquer pesquisa, desenvolvimento (incluindo estudos e testes clínicos, e a busca de aprovações regulatórias), importação ou aquisição de matérias primas e insumos, manufatura, armazenamento, embalagem, teste, comercialização, promoção, distribuição, vendas, suporte, vigilância pós-marketing, reporte de eventos adversos, recall, processamento de devoluções ou outras atividades com relação a produtos farmacêuticos envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias, que estejam fora do orçamento anual aprovado;

(j) análise de qualquer contrato, acordo ou arranjo que envolva derivativos e estratégias de *hedging* envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias, a serem deliberadas pela Assembleia Geral;

(k) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(l) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(m) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(n) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares;

(o) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(p) deliberar sobre transações com partes relacionadas, observado o disposto na política de transação com partes relacionadas da Companhia vigente à época da celebração;

(q) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(r) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(s) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(t) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

(u) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

Artigo 15. A Diretoria da Companhia será formada por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) diretores ("Diretoria"), sendo (a) um Diretor Presidente; (b) um Diretor Financeiro; (c) um Diretor de Relações com Investidores; (d) dois Diretores Comerciais; (e) um Diretor Industrial; (f) um Diretor de Qualidade; (g) um Diretor de Novos Negócios; e (h) um Diretor de Marketing.

Artigo 16. Os Diretores serão pessoas físicas, com capacidade de administração e técnicas compatíveis com as suas respectivas áreas de desempenho, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de 2 (dois) anos, com possibilidade de reeleição.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente da Companhia:

(a) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores;

(b) Supervisionar as atividades de auditoria interna e dos advogados da Companhia;

(c) Informar o Conselho de Administração da implementação de operações relevantes que não exijam aprovação prévia do Conselho de Administração e Assembleia Geral

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor Financeiro da Companhia:

(a) Apresentar e reportar informações financeiras históricas precisas e tempestivas sobre a Companhia e/ou suas subsidiárias;

(b) Investir o capital da Companhia e/ou de suas subsidiárias, levando em consideração o risco e a liquidez;

(c) Supervisionar a estrutura de capital da Companhia e/ou de suas subsidiárias, determinando a melhor composição de dívida, capital social e financiamento próprio;

(d) Executar previsões e modelagens econômicas e financeiras da Companhia e/ou de suas subsidiárias; e

(e) Identificar e avaliar riscos financeiros e econômicos aos quais a Companhia e/ou de suas subsidiárias possam estar sujeitas e preparar planos para mitigação destes riscos.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(a) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Parágrafo 4º. Compete aos Diretores Comerciais da Companhia:

(a) Dirigir e coordenar a área Comercial divisão Hospitalar, realizando o planejamento estratégico através de reuniões com a alta administração e com o conselho administrativo, estabelecendo objetivos, metas, entre outros pontos, com o intuito de promover o alcance dos resultados, desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Parágrafo 5º. Compete ao Diretor Industrial da Companhia:

(a) Definir e coordenar estratégias da empresa relacionadas às áreas de Produção, Engenharia e Manutenção e Otimização de Processos da Companhia.

Parágrafo 6º. Compete ao Diretor de Qualidade da Companhia:

(a) Dirigir e coordenar as áreas de Garantia da Qualidade, Controle de Qualidade, Registros - Assuntos Regulatório, SAC e Farmacovigilância, Desenvolvimento Tecnológico e Desenvolvimento Analítico realizando o alinhamento das metas com a presidência, definindo os planos de ação para atingir os resultados esperados, envolvendo as áreas, objetivando contribuir com os resultados da Companhia.

Parágrafo 7º. Compete ao Diretor de Novos Negócios da Companhia:

(a) Dirigir e coordenar as áreas de Novos Negócios, Suprimentos, Compras, Comercio Exterior e Lançamentos, realizando o planejamento estratégico das áreas através de reuniões com a alta administração e com o conselho administrativo, estabelecendo objetivos, metas, entre outros pontos, com o intuito de promover o alcance dos resultados, desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Parágrafo 8º. Compete ao Diretor de Marketing da Companhia:

(a) Dirigir e coordenar o setor de marketing da Companhia, focando no tripé de responsabilidades, sendo

eles, gestão de pessoas (endomarketing), gestão do canal de distribuição (Distribuidor e varejo) e consumidor final, definindo estratégias e projetos visando cumprir com o compromisso em promover saúde e bem-estar para as pessoas (colaboradores , clientes e pacientes).

Artigo 17. Os Conselheiros e Diretores estão obrigados aos termos deste Estatuto Social e às resoluções aprovadas em Assembleias Gerais e executarão, dentro de suas competências e de seus poderes, com a devida consideração às disposições deste Estatuto Social, todas as ações requeridas para a operação regular da Companhia.

Artigo 18. A representação da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, bem como a assinatura de qualquer documento que envolva a assunção de obrigações e/ou direitos pela Companhia, será realizada pelo (a) Diretor Presidente, isoladamente, (b) por dois diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; ou (c) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes específicos.

Parágrafo Único. As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas sempre por dois Diretores, em conjunto, e deverão especificar expressamente os poderes conferidos, e conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos (*ad judicia*), que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Artigo 19. Os Diretores se reunirão sempre que necessário e a reunião instalar-se-á com os diretores que representem a maioria dos seus membros. As reuniões extraordinárias da Diretoria podem ocorrer dependendo da urgência das questões a serem discutidas. A Diretoria preparará atas de todas as deliberações adotadas durante cada reunião, que deverão ser arquivadas em livro próprio na sede da Companhia e apresentada a qualquer Conselheiro mediante solicitação.

Artigo 20. A Diretoria tem as atribuições e os poderes que lhe forem conferidos por lei e pelo presente Estatuto Social, observadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração para assegurar o regular funcionamento da Companhia, competindo-lhe, especialmente:

(i) deliberar sobre a condução dos negócios, conforme orientação fixada pelo Conselho de Administração, organizando planos gerais do desenvolvimento da Companhia;

(ii) solucionar as dúvidas e divergências suscitadas no exercício das competências de seus membros e conceder-lhes autorizações;

(iii) autorizar a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, dependências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia em qualquer parte do território nacional ou no exterior;

(iv) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado, da Companhia e suas controladas;

(v) apresentar anualmente ao Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, que será objeto de aprovação da Assembleia Geral, nos termos do Artigo 9º, item (d);

(vi) observar e fazer cumprir este Estatuto Social, bem como fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;

(vii) representar a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas de serviços públicos e quaisquer outros órgãos do Poder Público e observado o disposto neste Estatuto Social.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 21. O Conselho Fiscal será instalado apenas nos exercícios sociais em que for convocado por solicitação dos acionistas, nos termos da lei.

Artigo 22. Quando convocado, o Conselho Fiscal será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, sendo permitidas as reeleições, com as competências e duração de mandato estabelecidos em lei.

Parágrafo Único. A remuneração devida aos membros do Conselho Fiscal será estabelecida na Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 23. O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, os Diretores apresentarão as demonstrações financeiras determinadas em lei.

Parágrafo 1º. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 24. A Companhia pagará dividendos anuais obrigatórios aos acionistas (distribuídos aos acionistas de forma proporcional) em um montante igual a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos da Companhia, após a dedução dos montantes mencionados no Artigo 202, I da Lei 6.404/76.

Artigo 25. O Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 24 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o Artigo 24 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sempre como antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 26. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
LIQUIDAÇÃO

Artigo 27. A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO VIII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 28. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 29. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos

previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: **(i)** o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 30. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

CAPÍTULO X
CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 31. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 32. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações, pelas normas emitidas pela CVM, e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 33. As disposições contidas no Parágrafo único do Artigo 1º, item (n) do Artigo 9º, Parágrafo 1º e Parágrafo 2º do Artigo 10, Parágrafo 1º e Parágrafo 2º do Artigo 11, itens (s) e (t) do Artigo 14, Capítulo VIII e Capítulo X, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação

no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * *

TERMO DE POSSE

Eu, **MARCELO JOSÉ DE AQUINO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade 17.708.398 SS/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 129.747.258-64, residente e domiciliado a Quadra 201 lote 3 Edifício Bella Fiore apto 1501, Águas Claras – Brasília DF CEP 71.937.540, tendo sido eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

MARCELO JOSÉ DE AQUINO

TERMO DE POSSE

Eu, **MARCELO LEITE HENRIQUES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 116.365-4 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 477.029.906-00, residente e domiciliado na Rua dos Baurus, Bloco 14A, Lote 01, Residencial Aldeia do Vale, CEP 74680-185, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo sido eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

MARCELO LEITE HENRIQUES

TERMO DE POSSE

Eu, **PRISCILLA NOGUEIRA ALVES MELO**, brasileira, solteira, gestora administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3783634 DGPC/GO, inscrita no CPF/ME sob o nº 704.292.431-20, residente e domiciliada na Rua Mamoré, Quadra M6, Lote 11, Alphaville Araguaia, CEP 74883-015, na Capital do Estado de Goiás, tendo sido eleita para o cargo de membro do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeita à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

PRISCILLA NOGUEIRA ALVES MELO

TERMO DE POSSE

Eu, **CARLOS JOSÉ ROLIM DE MELLO**, brasileiro, separado judicialmente, membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo inscrito sob o nº 107.508 e perante o CPF/ME sob o nº 075.711.958-10, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.355, 16º andar, CEP 04538-133 na cidade na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

CARLOS JOSÉ ROLIM DE MELLO

SP - 28509900v1

TERMO DE POSSE

Eu, **IGOR NOGUEIRA ALVES DE MELO**, brasileiro, casado, administrador portador da Cédula de Identidade RG nº 367.429-8 SESP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 850.173.021-15, residente e domiciliado à Rua Novo Planalto, S/N, Qd., P-2, Lt. 05, Residencial Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, tendo sido eleito para o cargo de membro do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

IGOR NOGUEIRA ALVES DE MELO

TERMO DE POSSE

Eu, **ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.783.633 DGPC/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 693.025.881-49, residente e domiciliado à Avenida Parnaíba, Qd. P-6, Lt. 20, Residencial Araguaia – Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74883-005, tendo sido eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo nos termos da lei, do Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia e declaro atender às disposições do Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da LSA.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da LSA, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

Anápolis/GO, 12 de fevereiro de 2021.

ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.

CNPJ/ME nº 17.159.229/0001-76

NIRE 5230000906-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

Data, Hora e Local: Realizada em [•] de [•] de 2020, às [•] horas, realizada através de videoconferência, nos termos do item 7.1.4. do Regimento Interno do Comitê de Administração do Laboratório Teuto Brasileiro ("Companhia").

Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 12, parágrafo quarto, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo, Marcelo Leite Henriques, Priscilla Nogueira Alves Melo, Fernando Fontes Iunes, Carlos José Rolim de Mello e Igor Nogueira Alves de Melo.

Mesa: Presidente da mesa: Ítalo Nogueira Alves de Melo; Secretário: Marcelo Leite Henriques.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 6º, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; **(iv)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(v)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(viii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

Deliberações: Após análise e discussão da ordem do dia, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[●] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá

diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●] ([●]), o qual passará de R$ 68.808.167,59 (sessenta e oito milhões, oitocentos e oito mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) para R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[●] ([●]), que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 54.655.555 (cinquenta e quatro milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e quinhentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia;

(iii) aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iv) aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(v) homologar, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$ [●] ([●]) mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A."; (ii) o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A."; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos; e

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Ítalo Nogueira Alves de Melo; Secretário: Marcelo Leite Henriques. Membros do Conselho de Administração: Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo, Marcelo Leite

Henriques, Priscilla Nogueira Alves de Melo, Fernando Fontes Iunes, Carlos José Rolim de Mello e Igor Nogueira Alves de Melo.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

Mesa:

ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO	**MARCELO LEITE HENRIQUES**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A., companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações prestadas no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A.*" ("Prospecto Preliminar") e no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A.*" ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

DECLARAÇÕES DOS ACIONISTAS VENDEDORES, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.783.633 DGPC/GO, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 693.025.881-49, residente e domiciliado à Avenida Parnaíba, Qd. P-6, Lt. 20, Residencial Araguaia – Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74883-005 ("**Ofertante**" ou "**Acionista Vendedor**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do **Ofertante** e os dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(B) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(D) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

ÍTALO NOGUEIRA ALVES DE MELO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

IGOR NOGUEIRA ALVES DE MELO, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 367.429-81 SESP/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 850.173.021-15, residente e domiciliado à Rua Novo Planalto, S/N, Qd., P-2, Lt. 05, Residencial Alphaville Flamboyant, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74884-665 ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do **Ofertante** e os dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(B) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(D) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

IGOR NOGUEIRA ALVES DE MELO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

PRISCILLA NOGUEIRA ALVES DE MELO, brasileira, solteira, gestora administrativa, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3783634 DGPC/GO, inscrita no CPF/ME sob o nº 704.292.431-20, residente e domiciliada na Rua Mamoré, Quadra M6, Lote 11, Alphaville Araguaia, CEP 74883-015, na Capital do Estado de Goiás, ("**Ofertante**" ou "**Acionista Vendedor**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da **Ofertante** e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

PRISCILLA NOGUEIRA ALVES DE MELO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ANNA LIZ TELES DE MELO, brasileira, solteira, menor, nascida em 06 de março de 2006, residente e domiciliada na Capital do Estado de Goiás, na Rua Acapu Qd. C – Condomínio Alphaville Ipê, representada legalmente por **FLÁVIA MODESTO TELES**, brasileira, casada, agropecuarista, portadora da Cédula de Identidade RG no 4368751 (DGPC/GO), inscrita no CPF/ME sob o no 980.182.301-10, residente e domiciliada na Capital do Estado de Goiás, Rua Acapu Qd. C – Condomínio Alphaville Ipê, ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do **Ofertante** e os dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(B) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(D) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

ANNA LIZ TELES DE MELO

(***representada legalmente por Flávia Modesto Teles***)

_____

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

MARCELO LEITE HENRIQUES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 116.365-4 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 477.029.906-00, residente e domiciliado na Rua dos Baurus, Bloco 14A, Lote 01, Residencial Aldeia do Vale, CEP 74680-185, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, ("**Ofertante**" ou "**Acionista Vendedor**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do **Ofertante** e os dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido) ("**Acionistas Vendedores**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Santander, J.P. Morgan o Bradesco BBI e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) (a) as informações no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

Anápolis, [•] de [•] de 2021.

MARCELO LEITE HENRIQUES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com estabelecimento na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o n° 62.073.200/0001-21, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**", "**Agente Estabilizador**" ou "**Itaú BBA**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na VP 7D, Módulo 11 Quadra 13, Distrito Industrial de Anápolis, CEP 75133-666, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 17.159.229/0001-76, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do **[•]** ("**[•]**) [e os acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme abaixo definido)] ("**Acionistas Vendedores**") ("**Oferta Secundária**"), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), com esforços de colocação no exterior, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**") e do Banco J.P. Morgan S.A. ("**J.P. Morgan**"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**BofA**"), e o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com Coordenador Líder, o Santander, o Bradesco BBI, o J.P. Morgan e o BofA, "**Coordenadores da Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**" e "**Oferta**", respectivamente), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em **[•]** de 2021 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes como seu auditor independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e o Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

(Página de assinatura a seguir)

(Página de assinatura da declaração para fins do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400 no âmbito da distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão do Laboratório Teuto Brasileiro S.A.)

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 2019 E 2018, ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **8**

Demonstrações de resultados **9**

Demonstrações de resultados abrangentes **10**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **11**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **12**

Demonstrações do valor adicionado **13**

Notas explicativas às demonstrações financeira **14**

KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e aos diretores do
Laboratório Teuto Brasileiro S.A
Anápolis - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Realização dos tributos diferidos ativos	
Veja a Nota 9 e 3.j) (ii) das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Tais saldos são reconhecidos à medida em que é provável que exista um lucro tributável futuro e contra o qual referidos tributos serão realizados. As projeções dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios e orçamento. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseiam em premissas, tais como crescimento da receita e aumento das margens de lucros, que se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros e avaliação da razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a sua determinação, através da sua comparação com os dados disponíveis no mercado e efetuarmos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e as diferenças temporárias, incluindo confronto delas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas. - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitável o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,

determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 19 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO

Fernando Rogerio Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.585	7.453
Contas a receber	5	252.160	295.803
Estoques	6	434.231	291.710
Impostos a recuperar	7	14.229	9.058
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.184	1.603
Despesas antecipadas		3.377	2.849
Outros créditos	12.a	17.676	15.452
Total do ativo circulante		**771.442**	**623.928**
Não circulante			
Contas a receber	5	7.690	7.690
Impostos a recuperar	7	5.261	7.361
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	-	11.475
Ativo fiscal diferido	9.e	36.221	38.927
Programa FOMENTAR	20	5.194	992
Despesas antecipadas		1.560	1.464
Caixa restrito	11	5.456	14.752
Outros créditos	12.a	2.944	3.931
Depósitos judiciais	12.b	10.739	20.238
		75.065	**106.830**
Propriedades para investimentos	13	32.515	31.565
Imobilizado	14	348.350	351.886
Intangível	15	17.313	7.068
Total do ativo não circulante		**473.243**	**497.349**
Total do ativo		**1.244.685**	**1.121.277**

Passivo	Notas explicativas	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	16	104.797	95.301
Empréstimos e financiamentos	17	221.748	104.523
Obrigações trabalhistas	18	56.827	53.403
Obrigações tributárias	19	10.269	7.400
Programa Fomentar	20	772	345
Juros sobre capital próprio a pagar	23.h	4.924	2.462
Dividendos a pagar	23.g	16.078	-
Outras obrigações	21	20.712	14.008
Total do passivo circulante		**436.127**	**277.442**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	201.557	375.082
Obrigações tributárias	19	144	167
Programa Fomentar	20	5.713	1.091
Provisão para demandas judiciais	22	41.098	34.898
Outras obrigações	21	16.784	12.994
Total do passivo não circulante		**265.296**	**424.232**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	68.808	68.808
Reserva de capital	23.b	2.676	2.676
Reserva de reavaliação	23.c	23.879	25.522
Ajuste de avaliação patrimonial	23.i	5.559	5.559
Reserva de lucros		442.340	317.038
Total do patrimônio líquido		**543.262**	**419.603**
Total do passivo		**701.423**	**701.674**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.244.685**	**1.121.277**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2020	2019
Receita operacional líquida	24	1.048.723	966.055
Custo dos produtos vendidos	25	(667.522)	(668.556)
Lucro bruto		**381.201**	**297.499**
Despesas com vendas	26	(104.175)	(105.572)
Perdas esperadas de créditos	5.3	(1.543)	(3.589)
Despesas administrativas	27	(41.557)	(35.900)
Outras receitas	28	(88.812)	61.732
Outras despesas	28	77.398	(40.132)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**222.512**	**174.038**
Receitas financeiras	29.a	42.228	16.302
Despesas financeiras	29.b	(86.082)	(61.519)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**178.658**	**128.821**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.f	11.570	4.923
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.f	(46.241)	(26.844)
Resultado do exercício		**143.987**	**106.900**
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído	30	**2,63**	**1,96**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2020	2019
Resultado do exercício		**143.987**	**106.900**
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	23.i	11	113
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perda	23.i	(11)	(113)
Resultado abrangente do exercício		**143.987**	**106.900**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

					Reservas de lucros					
	Notas explicativas	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Reserva de reavaliação**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**68.808**	**2.676**	**26.964**	**9.499**	**-**	**204.197**	**5.559**	**-**	**317.703**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	106.900	106.900
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributários	23.c	-	-	(1.442)	-	-	-	-	1.442	-
Juros sobre capital próprio	23.h	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor just	23.i	-	-	-	-	-	-	113	-	113
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou per	23.i	-	-	-	-	-	-	(113)	-	(113)
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23.d	-	-	-	4.263	-	-	-	(4.263)	-
Reserva de incentivos fiscais	23.e	-	-	-	-	-	99.079	-	(99.079)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**68.808**	**2.676**	**25.522**	**13.762**	**-**	**303.276**	**5.559**	**-**	**419.603**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	143.987	143.987
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributários	23.c	-	-	(1.643)	-	-	-	-	1.643	-
Juros sobre capital próprio a pagar	23.h	-	-	-	-	-	-	-	(4.250)	(4.250)
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor just	23.i	-	-	-	-	-	-	11	-	11
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou per	23.i	-	-	-	-	-	-	(11)	-	(11)
Destinações:										
Constituição de reserva de lucros	23.d	-	-	-	-	48.235	-	-	(48.235)	-
Constiuição de Dividendos propostos	23.g	-	-	-	-	-	-	-	(16.078)	(16.078)
Reserva de incentivos fiscais	23.e	-	-	-	-	-	77.067	-	(77.067)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**68.808**	**2.676**	**23.879**	**13.762**	**48.235**	**380.343**	**5.559**	**-**	**543.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		143.987	106.900
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado	9.e	(11.570)	(4.923)
Imposto de renda e contribuição correntes provisionados		46.241	26.844
Depreciação do Imobilizado	14	22.894	22.308
Amortização do intangível	15	43	2
Baixa de ativos imobilizados líquido	14	838	457
Baixa do intangível líquido	15	132	91
Perdas esperadas de créditos	5.3	1.543	3.589
Ajusta ao valor realizável de estoques obsoletos	6	19.594	1.787
Provisão para descarte	21	3.524	405
Provisão para demandas judiciais	22	6.200	3.729
Despesas de juros nacionais	30	28.193	46.211
Despesas de juros internacionais	30	1.674	605
Variação cambial empréstimos internacionais	30	13.946	1.094
Despesas de juros sobre obrigações tributárias	19	(6)	1
Subvenção fiscal	20	(28.201)	(50.887)
Avaliação a valor justo de propriedade para investimento	13	(950)	(1.744)
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	5	42.100	(84.970)
Estoques	6	(162.115)	(7.947)
Impostos a recuperar	8	10.400	7.559
Programa Fomentar	20	(4.202)	(106)
Despesas antecipadas		(624)	329
Caixa restrito	11	9.296	(5.219)
Outros créditos	12	8.262	(12.570)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	16	9.496	14.766
Obrigações trabalhistas	18	3.424	19.504
Obrigações tributárias	19	2.852	(1.517)
Programa Fomentar	20	33.250	50.913
Outras obrigações	21	1.090	1.407
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33.542)	(18.007)
Juros sobre empréstimos e financiamentos nacionais pagos	17	(52.700)	(45.864)
Juros sobre empréstimos e financiamentos internacionais pagos	17	(1.738)	(623)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		**113.331**	**74.124**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	14	(14.316)	(12.878)
Aquisição de ativo intangível	15	(10.420)	(3.220)
Recursos líquidos utilizado nas atividades de investimento		**(24.736)**	**(16.098)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos		(1.788)	(2.538)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	111.983	21.781
Swap pagos	17	(12.624)	(841)
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(145.034)	(77.841)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de financiamento		**(47.463)**	**(59.439)**
Fluxos de caixa líquidos nos exercícios		**41.132**	**(1.413)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	7.453	8.866
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.585	7.453
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019		**41.132**	**(1.413)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
RECEITAS	**1.241.071**	**1.171.186**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.208.643	1.114.477
Provisão para devedores duvidosos - reversão / constituição	(1.584)	(3.589)
Outras receitas	34.012	60.298
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TECEIROS (INCLUI ICMS, IPI,PIS e C	**640.187**	**614.543**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	495.187	458.566
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	90.209	139.934
Perda / Recuperação de valores ativos	54.791	16.044
VALOR ADICIONADO BRUTO	**600.884**	**556.643**
RETENÇÕES	**19.878**	**22.374**
Depreciação, amortização e exaustão	19.878	22.374
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**581.006**	**534.269**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	**42.319**	**16.427**
Receitas financeiras	42.319	16.427
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**623.325**	**550.696**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**623.325**	**550.696**
Pessoal e encargos	**217.187**	**210.888**
Remuneração direta	194.338	185.462
Benefícios	7.423	9.955
FGTS	15.426	15.471
Impostos, taxas e contribuições	**176.455**	**171.663**
Federais	96.939	85.502
Estaduais	79.012	85.825
Municipais	504	336
Remuneração de capitais de terceiros	**85.696**	**61.245**
Juros	85.646	61.135
Aluguéis	50	110
Remuneração de capitais próprios	**143.987**	**106.900**
Juros sobre o capital próprio	4.250	5.000
Dividendos	16.078	-
Outras reservas	123.659	101.900
	143.987	**106.900**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("Laboratório Teuto" ou "Companhia") localizado à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, no Estado de Goiás, foi constituída em 17 de junho de 2002, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A Companhia é pioneira na produção de medicamentos genéricos no Brasil, consolida-se como uma solução completa na área de saúde, confirmando sua tradição nos segmentos farma e hospitalar, com produtos nas classes de Genéricos, Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP's, Produtos Equivalentes - EQ's, produtos para saúde, alimentos e cosméticos. Além da atuação no mercado nacional, o Teuto exporta para América Central, América do Sul, África, Oriente Médio e Portugal.

Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a administração da Companhia ressalta que vem acompanhando os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus, em especial ao mercado brasileiro.

A Companhia atua em segmento considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas até o momento, todavia, em 2020 a Companhia implementou medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização dos eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios tomando as seguintes medidas:

- Reforço da atenção à saúde condicionando a entrada em suas instalações à verificação de temperatura com termômetros de infravermelho.
- Adoção do trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores que fazem parte do grupo de risco do COVID19, nas atividades administrativas.
- Criação de ferramenta Web, para avaliação diária da Saúde dos colaborares.
- Controle e monitoramento de pessoas contratadas por terceiros, restringindo apenas a serviços emergenciais com reforço no uso de EPI's;
- Exigência do uso de máscara e outros EPI's quando necessários, implantação do protocolo de higienização pessoal;
- Utilização de ferramentas eletrônicas para promover reuniões e a suspenção de viagens internacionais e restrições a viagens nacionais;
- Aumento no Rigor com a limpeza e sanitização e higienização das áreas;
- Ampliação do ambulatório médico da Companhia para monitoramento e atendimento dos colaboradores e Terceiros;
- Implantação do programa "Carona Solidaria", disponibilizando combustíveis aos colaboradores para incentivar os colaboradores a deixarem de utilizar o Ônibus fretado a passarem a vir em seus respectivos veículos;
- A companhia contratou e aumentou o número de Ônibus fretados para aumentar o distanciamento dos colaboradores;
- Os horários dos turnos foram separados com escalonamento de horários para entradas e saídas de turnos, incluindo escalonamento para horários de refeição, buscando desta forma evitar qualquer tipo de aglomeração;

- As áreas de refeitórios foram expandidas buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações;
- A Companhia instalou novos sanitários/banheiros/catracas, instalou barreiras físicas e demarcou com sinalização os lugares, buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações;
- Foram realizadas alterações nas escalas e horários de trabalhos para evitar aglomeração;
- Criação do Comitê de Prevenção e Monitoramento da COVID19, Órgão interno de caráter permanente, consultivo e informativo, com foco na reavaliação das ações de prevenção implementadas;

Em virtude do acompanhamento contínuo da administração, foi possível observar que os níveis de estoques da Companhia permanecem alinhados ao plano de negócio, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis a Companhia não verificou um aumento da inadimplência e não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. Não houve opção por parcelamento de tributos e/ou contratação de financiamentos em função do COVID19. Em função do diversificado mix de produtos, verificou-se um impacto positivo em nossas receitas, a evolução das vendas de medicamentos anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares, dentre outros, utilizados para manutenção da vida de pacientes infectados.

2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (*International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Todas as informações relevantes que devem ser apresentadas nestas demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão as sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- *Nota Explicativa nº 14 - Imobilizado (revisão da vida útil do imobilizado)*
- *Nota Explicativa nº 3.p – Segmentos operacionais (definição dos segmentos operacionais)*

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota Explicativa nº 5 - provisão para perdas esperadas do contas a receber (definição do valor de perda esperada)*
- *Nota Explicativa nº 6 - Valor realizável líquido dos estoques*
- *Nota Explicativa nº 9 - ativo fiscal diferido (realização de ativos e passivos fiscais diferidos)*
- *Nota Explicativa nº 20 – Programa Fomentar - subsídio do governo*
- *Nota Explicativa nº 22 - provisão para demandas judiciais (definição do valor e risco de perda)*

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- *Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.*
- *Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).*
- *Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota Explicativa nº 13 - Propriedades para investimentos*
- *Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros*

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto no caso das propriedades para investimentos e instrumentos financeiros derivativos que são avaliadas de pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Mudança nas práticas contábeis

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

b. Receita operacional

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa não aceita devoluções, exceto em situações específicas, como danos de transporte ou problemas técnicos. Os descontos podem ser aplicados em ações comerciais de acordo com a estratégia da empresa ou podem ser lineares quando há contratos entre a empresa e as redes de Farmácia e Drogaria e representam uma contraprestação no preço da transação reconhecida na receita de acordo com o CPC 47.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas Free on Board (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem:

- *Receitas/despesas de juros*
- *Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros*
- *Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado*

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são, geralmente, reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de passivos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

(i) Instrumentos financeiros

(iii) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como a VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia somente tinha ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia somente tinha passivos financeiros classificados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteger a variabilidade fluxos de caixa associados a transações previstas altamente prováveis decorrentes de variações nas cotações de moedas estrangeiras.

No início dos relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem se compensar mutuamente.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumulada na reserva de hedge. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo que são reconhecidas em ORA é limitada à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020 a Companhia teve operações de hedges iniciadas e liquidadas dentro do próprio exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge* em aberto.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Os itens são identificados separadamente, analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e à localização atuais.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada móvel.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto. Abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação dos estoques incluem todos os gastos diretamente relacionados com as unidades produzidas, também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

O reconhecimento como custo dos produtos vendidos no resultado é feito mediante a venda do produto, sendo registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

Perdas de estoques

A Companhia reconhece e revisa trimestralmente a perdas de estoques, avaliando os itens individualmente com base em alguns fatores como o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade e itens avariados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliações, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- *O custo de materiais e mão de obra direta.*
- *Outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.*
- *Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.*
- *Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.*

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, o dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente pela Companhia.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil média (em anos)	
	2020	**2019**
Prédios e benfeitorias	36,09	38,56
Instalações	1,29	1,88
Computadores e periféricos	3,39	1,63
Software e aplicativos	4,72	2,99
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7,59	8,18
Sistemas de climatização	6,16	7,10
Móveis e utensílios	3,66	4,08
Veículos	7,00	2,11

(iv) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

g. Intangível

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis definidas conforme contrato e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Referem-se a aquisição de direitos de uso de marca e adiantamentos para aquisição de dossiês farmacêuticos (documentação para obtenção de registro no órgão regulador). Os custos com aquisição de documentação farmacêutica são capitalizados quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando, ainda, sua viabilidade econômica. Anualmente a Companhia revisa a viabilidade econômica daqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo desse ativo intangível, ou sobre outro o valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual desse ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada para esses ativos que no caso dos novos produtos é em média de 5 anos.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A metodologia para o cálculo da perda esperada é descrita na Nota explicativa 5.3.

Para os demais ativos financeiros, a cada data de balanço, a Companhia avalia se esses ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando existe uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para demandas judiciais é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mensais para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

l. Benefício a empregados

a) **Remuneração variável**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de premiação a funcionários conforme avaliação de desempenho focado no EBITDA, redução de desperdício de insumos no processo produtivo bem como na manutenção da qualidade alinhados os objetivos da Companhia.

b) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33 (Resultado por ação).

O resultado por ação básico é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

n. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia realizou o desconto a valor presente relacionado ao ICMS Incentivado Fomentar do Estado de Goiás para débitos constituídos no período com vencimento futuro. As dívidas constituídas no período com vencimentos futuros foram ajustadas a valor presente à taxa média histórica de desconto de 1,7% a.m até 31 de dezembro de 2032, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20.

q. Segmentos operacionais

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

As informações sobre os segmentos operacionais da Companhia estão demonstradas na Nota Explicativa 31.

r. Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos - Conta movimento	1.601	441
Aplicações Financeiras (a)	46.984	7.012
Total	48.585	7.453

(a) Referem-se a aplicações em renda fixa de resgate imediato realizadas em instituições financeiras na modalidade CDB DI com alta liquidez e rendimento médio de 97% do CDI (94% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

5 Contas a receber

5.1 Composição do saldo

	2020	2019
Clientes em geral (5.2)	280.667	321.080
Devoluções de clientes	(1.688)	(115)
Provisão para perda esperada (5.3)	(18.734)	(17.191)
Cheques devolvidos (5.2)	44	44
Provisão para perda de cheques (5.3)	(44)	(44)
Recebimentos a identificar	(421)	(297)
Subtotal	**259.824**	**303.477**
Partes relacionadas (Nota 10) (5.2)	26	16
Total de contas a receber	**259.850**	**303.493**
Circulante	252.160	295.803
Não circulante (a)	7.690	7.690

(a) Refere-se a clientes com processos judiciais, e os valores mantidos no contas a receber, são os valores das garantias reais.

5.2 Perda esperada

A Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Para o reconhecimento contábil de perdas esperadas é apurado um rating de perdas históricas abrangendo os últimos cinco exercícios, sendo considerados como perda os títulos baixados do contas a receber por perda e os títulos vencidos na data do encerramento do período deduzidos das garantias judiciais nos respectivos exercícios.

Para realização de tais análise a carteira de cliente é segregada em cinco principais grupos: varejo, redes e distribuidores, órgãos públicos, outros clientes e exportação sendo enquadrados nos percentuais de perda definidos com base no tempo de atraso.

Sendo assim, a provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

						2020
	Duplicatas a vencer	Vencidos acima de 1 dias até 360 dias	Vencidos acima de 361 dias até 1080 dias	Vencidos acima de 1080 dias	Total duplicatas vencidas	Total Geral
Varejo	15	-	-	-	-	15
Redes e distribuidores	246.248	1.427	6.096	20.334	27.857	274.105
Órgãos públicos	628	2.596	439	600	3.635	4.263
Outros clientes	75	-	-	27	27	102
Exportação	56	1.757	26	413	2.196	2.252
Contas a receber	**247.022**	**5.780**	**6.561**	**21.374**	**33.715**	**280.737**
Taxa de perdas esperadas - %	**0%**	**0%**	**64%**	**63%**	**53%**	**7%**
Redes e distribuidores	(963)	-	(4.213)	(12.524)	(16.737)	(17.700)
Órgãos públicos	(15)	-	-	(592)	(592)	(607)
Outros clientes	-	-	-	(27)	(27)	(27)
Exportação	(21)	-	(10)	(413)	(423)	(444)
Provisão para perdas esperadas	**(999)**	**-**	**(4.223)**	**(13.556)**	**(17.779)**	**(18.778)**
Total	**246.023**	**5.780**	**2.338**	**7.818**	**15.936**	**261.959**
Devoluções de clientes	(1.688)	-	-	-	-	(1.688)
Recebimentos a identificar	(421)	-	-	-	-	(421)
Total contas a receber	**243.914**	**5.780**	**2.338**	**7.818**	**15.936**	**259.850**

						2019
	Duplicatas a vencer	Vencidos acima de 1 dias até 360 dias	Vencidos acima de 361 dias até 1080 dias	Vencidos acima de 1080 dias	Total duplicatas vencidas	Total Geral
Varejo	14	-	-	-	-	14
Redes e distribuidores	284.188	1.258	13.174	14.465	28.897	313.085
Órgãos públicos	1.320	3.461	93	603	4.157	5.477
Outros clientes	445	24	-	46	70	515
Exportação	1.026	683	20	320	1.023	2.049
Contas a receber	**286.993**	**5.426**	**13.287**	**15.434**	**34.147**	**321.140**
Taxa de perdas esperadas - %	**1%**	**0%**	**-58%**	**-50%**	**-45%**	**-5%**
Redes e distribuidores	(1.713)	-	(7.750)	(6.781)	(14.531)	(16.244)
Órgãos públicos	(23)	-	-	(595)	(595)	(618)
Outros clientes	(2)	-	-	(46)	(46)	(48)
Exportação	(1)	-	(4)	(320)	(324)	(325)
Provisão para perdas esperadas	**(1.739)**	**-**	**(7.754)**	**(7.742)**	**(15.496)**	**(17.235)**
Total	**285.254**	**5.426**	**5.533**	**7.692**	**18.651**	**303.905**
Devoluções de clientes	(115)	-	-	-	-	(115)
Recebimentos a identificar	(297)	-	-	-	-	(297)
Total contas a receber	**284.842**	**5.426**	**5.533**	**7.692**	**18.651**	**303.493**

5.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	(17.235)	(13.646)
Provisões reconhecidas durante o ano	(7.317)	(10.525)
Provisões revertidas durante o ano	5.774	6.936
Saldo em 31 de dezembro	**(18.778)**	**(17.235)**

6 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	177.843	110.735
Produtos em elaboração	26.520	19.921
Matéria-prima	153.157	96.380
Materiais de embalagem	31.179	31.644
Materiais de consumo	32.207	28.445
Outros (*)	13.325	4.585
Total	**434.231**	**291.710**

(*) Compreendem compras para entrega futura, estoques de mercadorias para revenda, em poder de terceiros e mercadorias em transferência de estabelecimento.

O ajuste ao valor realizável líquido constituído leva em consideração o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade, avariados e a probabilidade de perda do estoque avaliada individualmente e revisada trimestralmente.

No exercício de 2020 a companhia constitui no resultado do exercício o total R$ 19.594 (2019 R$ 1.787) referente a ajuste ao valor realizável líquido. (Nota explicativa nº 28)

O valor de estoque de matéria prima e de consumo, de produtos acabados, foram reconhecidos no resultado durante o período e estão representados na nota explicativa nº 25.

7 Impostos a recuperar

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
COFINS (a)	4.711	-	4.268	-
PIS	1.535	-	1.343	-
ICMS (b)	2.744	2.679	1.479	4.779
ICMS sobre venda não entregue	5.180	-	1.558	-
ICMS auto de infração (c)	-	2.582	-	2.582
Outros	59	-	410	-
Total	**14.229**	**5.261**	**9.058**	**7.361**

(a) Refere-se aos créditos de COFINS apurados pelo regime cumulativo provenientes da compra de bens utilizados como insumos na produção, bem como da aquisição de bens para o ativo imobilizado.

(b) Refere-se aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado classificado nos ativos circulante e não circulante, de acordo com os prazos previstos para recuperação, conforme determinado na Lei Complementar nº 102/2000. Também possui créditos por antecipação do imposto recolhido de acordo com a IN nº 1208/15 e IN nº 1269/16 que serão compensados conforme IN GSF nº 1428/18.

(c) Refere-se aos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado cujo débito oriundo de um auto de infração foi compensado com créditos adquiridos de terceiros nos termos da Lei nº 15.573/06 e que está aguardando homologação por parte da Secretaria da Fazenda Estadual. Adicionalmente, a Companhia possui garantia real em eventual negativa de compensação com o vendedor dos créditos.

8 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda	888	-	1.152	8.650
Contribuição social sobre o lucro	296	-	451	2.825
Total	**1.184**	**-**	**1.603**	**11.475**

Refere-se à Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro recolhida por estimativa no exercício e em anos anteriores e atualizado mensalmente pela taxa Selic.

9 Imposto de renda

a. Ativo fiscal diferido

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2020, elaborado pela Administração da Companhia. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

Composição do ativo fiscal diferido	**2020**	**2019**
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal:		
Prejuízos fiscais	132.367	174.357
Alíquota aplicável	25%	25%
	33.092	**43.589**
Crédito fiscal sobre base negativa:		
Base negativa de contribuição social	133.971	175.961
Alíquota aplicável	9%	9%
	12.057	**15.836**
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias:		
Ajuste de estoques ao valor realizável líquido	45.032	25.438
Provisão para perdas esperadas - contas a receber	18.891	17.306
Provisão despesas sobre descartes	8.087	4.563
Provisão descontos concedidos	4.658	4.816
Provisão de fretes sobre vendas	2.084	1.429
Provisão viagens e estadas	2	213
Provisão honorários advocatícios	5.006	4.927
Provisão para premiações	18.328	16.462
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis/tributarias	41.098	34.898
Receitas não entregues	15.233	5.309
Provisão para prêmio permanência	1.503	1.944
Apropriações melhorias patrimoniais	4.076	4.444
Depreciação incentivada P&D	450	504
IRPJ/CSLL Anos Ant. PAES	7.956	-
Outras adições temporárias	1	1.487
Base de Cálculo	172.406	123.740
Alíquota aplicável	34%	34%
Subtotal	58.618	42.072
Total	**103.767**	**101.497**

b. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Segundo estimativas da Administração, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social serão realizados com o seguinte cronograma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Diferenças temporárias	Total
2021	16.833	26.509	43.342
2022	20.200	12.805	33.005
2023	8.116	308	8.424
2024	-	308	308
>2025	-	18.688	18.688
Subtotal	**45.149**	**58.618**	**103.767**

c. Movimentação do ativo fiscal diferido

	2020	2.019
Saldo inicial	101.497	98.966
(-) Utilização	(23.971)	(11.762)
(+) Constituição	26.241	14.293
Saldo final	**103.767**	**101.497**

d. Passivo fiscal diferido

As obrigações com impostos diferidos referem-se principalmente a diferenças temporárias devido a depreciação com base na vida útil econômica e reavaliação de ativos conforme demonstradas a seguir:

	2020	2019
Exclusões por diferimento da tributação - Art. 409 RIR	1.113	1.196
Exclusão da avaliação a valor justo de propriedade para investimento	22.688	21.738
Depreciação Fiscal Lei n° 11.941/09	130.262	114.004
Reserva de reavaliação de ativos	44.603	47.092
Base de cálculo dos tributos diferidos	198.666	184.030
Alíquota aplicável - IRPJ e CSLL	34%	34%
Impostos diferidos passivos	**67.546**	**62.570**

e. Compensação entre ativo e passivo fiscais diferidos

	2020	2.019
Ativo fiscal diferido	103.767	101.497
Passivo fiscal diferido	(67.546)	(62.570)
Saldo líquido	**36.221**	**38.927**

f. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2.020	2.019
Resultado antes dos impostos	178.658	128.821
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de Imposto de renda (IR) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	(60.744)	(43.799)
Adições e exclusões permanentes e diferenças temporárias:		
Despesas não dedutíveis	(4.047)	(1.966)
Ajuste de transfer price - IN n° 1312 PRL 40%	(725)	(1.007)
Efeito líquido das provisões não dedutíveis	(15.259)	(9.509)
Subvenção fiscal – Nota 20	22.302	18.223
Ajuste líquido das receitas (CPC 47)	(3.374)	1.055
Depreciação fiscal Lei nº 11.941/09 (i)	4.378	5.459
Incentivo fiscal - P&D	7.510	2.042
Juros Sobre Capital Próprio Pago	1.445	863
Outras deduções	2.273	1.795
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46.241)	(26.844)
IRPJ/CSLL diferido s/ prejuízo fiscal	10.724	4.180
IRPJ/CSLL diferido s/ reserva de reavaliação	846	743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.570	4.923
Total	**(34.671)**	**(21.921)**
Alíquota efetiva	19,41%	17,02%

i) Refere-se à diferença entre a depreciação societária apurada em laudo técnico interno que apura a vida útil econômica dos bens e a depreciação fiscal cuja vida útil é determinada na legislação fiscal.

10 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus acionistas controladores, administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Acionistas da Companhia (Beneficiários finais):

O espólio de Walterci de Melo detém 57,92 %, os filhos do espólio detêm 37,58% das ações da Companhia e o restante é detido por outros acionistas.

A seguir, estão relacionadas as transações realizadas entre as partes relacionadas:

- *Doações à Fundação Teuto Brasileiro, uma entidade sem fins lucrativos administrada pelo Teuto com o objetivo de fornecer creche e pré-escola aos filhos dos funcionários.*

- *Repasse à Associação de funcionários do Teuto Anápolis, entidade sem fins lucrativos administrada por funcionários indicados pelo Teuto relativa a descontos realizados na folha de pagamento de colaboradores associados.*

- *Prestação de serviços entre Laboratório Teuto S.A. e ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda cujo espólio de Walterci de Melo é sócio.*

  Os principais saldos até 31 de dezembro de 2020 de ativos e passivos com partes relacionadas e os resultados produzidos estão apresentados a seguir:

a. Compra e venda de mercadorias e doações

Contas patrimoniais

Ativo	**2020**		**2019**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Instituto de Ciências Farmacêuticas (nota15)		315	-	54
Associação Teuto Anápolis (Nota 5.2)	27	-	16	-
Total	**27**	**315**	**16**	**54**

Passivo	**2020**		**2019**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Associação Teuto Anápolis	210	-	252	-
Total	210	-	252	-

Contas de resultado

		2020
	Associação Teuto Anápolis	**ICF - Instituto de ciências Farmacêuticas**
Receita de vendas	305	-
Prestação de serviços	-	47
Total	305	47

		2019	
	Fundação Teuto Brasileiro	**Associação Teuto Anápolis**	**ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas**
Receita líquida de vendas	-	329	-
Despesas com doações	80	-	-
Despesas com eventos internos	-	1	-
Prestação de serviços	-	-	37
Total	**80**	**330**	**37**

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2020, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, pago ou a pagar estão assim demonstrados:

	2020	2019
Salários e benefícios de curto prazo a funcionários	23.726	22.845
Honorários do conselho	264	-
Total	**23.990**	**22.845**

11 Caixa restrito

	2020	2019
Caixa restrito	5.456	14.752
Total	**5.456**	**14.752**

Refere-se a saldos em moeda corrente reconhecidas a valor justos, vinculados à empréstimos e financiamentos e são provenientes de duplicatas que compõem a carteira de contas a receber e, embora estas tenham sido liquidadas, a movimentação para disponibilidades ocorre conforme o prazo de compensação das instituições financeiras.

12 Outros créditos e depósitos judiciais

a. Outros créditos

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores (a)	6.440	9.371
Créditos com devoluções	5.828	1.914
Adiantamentos a funcionários	2.255	1.372
Outros créditos	3.153	2.796
Precatórios Judiciais	2.262	3.249
Créditos Forn. ICMS - Lei 1557	682	682
Total	**20.620**	**19.383**
Circulante	**17.676**	**15.452**
Não- circulante	**2.944**	**3.931**

(a) Corresponde a adiantamentos para aquisição de mercadoria com prazo médio de liquidação de até 30 dias.

b. Depósitos judiciais

Referem-se a garantias judiciais. As ações que compõem esse ativo não circulante estão classificadas conforme demonstrado a seguir:

Depósitos judiciais	2020	2019
Cíveis	1.376	11.086
Trabalhistas	6.236	6.089
Tributárias	2.906	2.904
Administrativos	221	159
Total	**10.739**	**20.238**

13 Propriedades para investimentos

Referem-se a imóveis rurais próximos às instalações da Companhia mantidos para valorização de capital.

a. Reconciliação do valor contábil

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	31.565	29.821
Alteração do valor justo	950	1.744
Saldo em 31 de dezembro	32.515	31.565

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes.

b. Mensuração do valor justo

(ii) Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com experiência recente na localização e na categoria das propriedades que estão sendo avaliadas.

A mensuração do valor justo de propriedade para investimento de R$ 32.515 foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados (*inputs*) para a técnica de avaliação utilizada.

(iii) Valor justo nível 3 - Técnicas de avaliação de apreçamento

Foram aplicados pelos especialistas contratados os seguintes métodos e técnicas de avaliação:

Foram adotados pelos especialistas contratados, os Métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado e Método Evolutivo, conjugação dos métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização.

Foram seguidos os seguintes procedimentos:

- *Vistoria: observação criteriosa.*
- *Pesquisa de mercado: coleta do maior número de elementos significativos em bases realistas e comprováveis.*
- *Tratamento de dados por fatores de homogeneização (Anexo B ABNT NBR 14653).*

- *Método do custo de reprodução: consiste em determinar o valor das edificações e benfeitorias através da elaboração de elementos sumários ou detalhados de todas as parcelas que compõem o valor do imóvel avaliado (custos primários ou diretos e custos secundários ou indiretos).*

- *Valor atual ou custo de reedição: é o custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.*

- *VUER técnico: no cálculo da depreciação pelo método Ross - Reidecke foram consideradas a vida útil estimada de prédios e as benfeitorias (tabela-padrão para obras civis).*

14 Imobilizado

a. Composição

			2020			2019
	Custo	**Depreciação**	**Total**	**Custo**	**Depreciação**	**Total**
Prédios e benfeitorias	240.525	(71.850)	168.675	237.945	(66.794)	171.151
Imóveis e terrenos	7.668	0	7.668	7.668	-	7.668
Instalações	2.126	(2.124)	2	2.141	(2.137)	4
Veículos	1.257	(789)	468	1.154	(1.138)	16
Máquinas e equipamentos	301.659	(156.695)	144.964	299.043	(141.741)	157.302
Móveis e utensílios	19.939	(14.036)	5.903	19.645	(12.183)	7.462
Computadores e periféricos	7.107	(5.985)	1.122	6.546	(5.689)	857
Software	9.362	(6.893)	2.469	8.601	(6.225)	2.376
Bens em construção	8.877	0	8.877	2.317	-	2.317
Direito de uso	8.941	(739)	8.202	3.043	(310)	2.733
Total	607.461	(259.111)	348.350	588.103	(236.217)	351.886

A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada a taxas que levam em conta a vida útil remanescente dos bens. A depreciação do período foi alocada nos custos e nas despesas operacionais, de acordo com a natureza dos bens, cujos valores serviram de base para esse cálculo. Embora uma parte da depreciação tenha transitado por resultado na forma de custo indireto, quando é efetuada apuração mensal do custo por absorção, é carregada para o estoque de produtos em elaboração, retornando ao resultado apenas a parcela que compõe o produto acabado por ocasião da venda ou da baixa.

A Companhia possui ativos imobilizados, sendo eles máquinas e equipamentos e obras civis, oferecidos como garantias de alguns de seus financiamentos que importam o montante de R$ 42.460.

b. Reconciliação do valor contábil

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2020
Prédios e benfeitorias	171.151	42	(23)	2.561	(5.056)	168.675
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	4	-	(15)	-	13	2
Veículos	16	480	(377)	-	349	468
Máquinas e equipamentos	157.302	981	(162)	1.797	(14.954)	144.964
Móveis e utensílios	7.462	259	(22)	57	(1.853)	5.903
Computadores e periféricos	857	554	(81)	88	(296)	1.122
Software	2.376	201	(2)	562	(668)	2.469
Bens em construção	2.317	11.646	(21)	(5.065)	-	8.877
Direito de uso (*i*)	2.733	6.033	(135)	-	(429)	8.202
Total	**351.886**	**20.196**	**(838)**	**-**	**(22.894)**	**348.350**

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2019
Prédios e benfeitorias	169.497	286	(22)	6.215	(4.825)	171.151
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	10	-	-	-	(6)	4
Veículos	59	4	-	-	(47)	16
Máquinas e equipamentos	168.413	1.553	(227)	1.700	(14.137)	157.302
Móveis e utensílios	9.199	54	(18)	15	(1.788)	7.462
Computadores e periféricos	1.187	241	(120)	(60)	(391)	857
Software	2.796	355	-	39	(814)	2.376
Bens em construção	2.944	9.151	(70)	(9.708)	-	2.317
Direito de uso (*i*)	-	1.234	-	1.799	(300)	2.733
Total	**361.773**	**12.878**	**(457)**	**-**	**(22.308)**	**351.886**

(i) Para a Demonstração de Fluxo de caixa não há efeito caixa para o Direito de Uso.

15 Intangível

a. Composição

	2020	2019
Desenvolvimento de produtos	14.564	5.216
Dossiês farmacêuticos (*ii*)	1.834	1.198
Direito de uso	600	600
Subtotal	16.998	7.014
Instituto de Ciências Farmacêuticas	315	54
Total	**17.313**	**7.068**

b. Reconciliação do valor contábil

	2019	Adições	Baixas	Amortização	2020
Desenvolvimento de produtos (*i*)	5.701	9.714	-	-	15.415
Dossiê farmacêuticos (*ii*)	1.198	706	(70)	-	1.834
Direito De Uso	600	-	-	-	600
(-) Amortização	(431)	-	(62)	(43)	(536)
Total	**7.068**	**10.420**	**(132)**	**(43)**	**17.313**

	2018	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2019
Desenvolvimento de novos produtos (i)	2.236	3.074	-	391	-	5.701
Dossiês farmacêuticos (ii)	1.143	146	(91)	-	-	1.198
Direito de uso soluções para lentes	600	-	-	-	-	600
(-) Amortização	(38)	-	-	(391)	(2)	(431)
Total	**3.941**	**3.220**	**(91)**	**-**	**(2)**	**7.068**

(i) Gastos com desenvolvimento de novos produtos - P&D.

Companhia registra os gastos com desenvolvimento de novos produtos no ativo intangível, os quais incluem gastos com mão-de-obra aplicada mediante apontamento de horas do pessoal técnico envolvido, materiais diretos consumidos, bem como serviços e outras despesas gerais necessárias às atividades de desenvolvimento. Para tanto, o Laboratório Teuto implementou uma política interna que estabelece a distinção entre as fases de pesquisa e desenvolvimento e a criação de controles por projeto de onde espera-se obter um produto novo ou mudança substancial em um produto/processo existente, definindo também o início e critérios para amortização dos gastos ao resultado, a partir da comercialização do produto.

(ii) Dossiês farmacêuticos

Os referidos "dossiês farmacêuticos" são utilizados na fabricação de produtos a serem comercializados pela Companhia.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade ("impairment") dos saldos de gastos com de novos produtos, sempre que praticável, por método de fluxo de caixa descontado, considerando entre outros aspectos: a). premissas de geração futura de receitas, fundamentadas pelo tamanho de mercado atual e expectativa do mercado futuro, quantidade de players, preços as serem praticados e a participação de mercado que a Companhia espera atingir; b). Estimativa de custo direto e indireto, partindo da valorização da ficha técnica do produto e adicionado o custo de produção baseado na rota similar de produto já em linha produtiva; c). Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável; d). Gastos associados a comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e frete.
O exercício de projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamentos dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor recuperável (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado.

(iii) Principais investimentos em Desenvolvimentos de Produtos:

O Laboratório Teuto tem como foco a produção de medicamentos genéricos e similares de forma que investe no desenvolvimento de produtos visando ampliar seu portifólio. Entre os principais produtos em desenvolvimento estão antidepressivos, antiulceroso, antibiótico, hipolipemiante, anti-hipertensivo, antialérgico e tratamento de disfunção erétil.

16 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	30.834	38.430
Fornecedores internacionais	73.963	56.871
Total	**104.797**	**95.301**

Nossos principais fornecedores de matérias primas são empresas estrangeiras, principalmente em relação aos ingredientes necessárias para a produção de medicamentos. Estes ingredientes são denominados "API" ou Active Principle Ingredient, e foram responsáveis, por 70,5% dos custos e despesas totais de fornecedores, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O custo destes produtos está sujeito a variações, para cada empresa fornecedora, há um custo de transporte envolvido que é variável por país, custos fiscais, e principalmente a variação cambial que afetam a volatilidade dos custos totais. Além de ingredientes, as classes envolvidas de fornecedores incluem: embalagem, produtos acabados, serviços, alimentação e transporte.

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			2020		2019	
Modalidade	**Atualização**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Debêntures	CDI + 2,89% a.a.	2023	171.030	191.674	89.401	359.277
Capital de Giro	CDI + 3,19% a.a. 5,44% a.a.	2022	46.594	5.505	8.622	7.333
FCO	2,94% a 10% a.a.	2024	2.612	2.294	2.906	4.886
FINAME	2,5 a 9,5% a.a.	2024	1.512	2.083	3.594	3.586
Total			**221.748**	**201.557**	**104.523**	**375.082**

Em maio de 2018 o Laboratório Teuto emitiu 485.000 debêntures simples sob a forma nominativa e escritural de valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil Reais), incidindo juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI acrescido de 2,89% a.a., com seis meses de carência e amortização trimestral finalizando em janeiro de 2023. As debêntures contam com as seguintes garantias: alienação fiduciária de 40% das ações representativas do capital social da Companhia; e cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da comercialização de produtos pela Companhia.

Os financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) referem-se a repasses do BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos novos destinados a produção industrial, pesquisa e desenvolvimento de produtos e estudos de bioequivalência farmacêutica.

(i) Cronograma

Os vencimentos anuais classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 são:

Ano	Valor
2022	185.369
2023	16.077
2024	111
Total	**201.557**

(ii) Conciliação da atividade de financiamento

Modalidade	Variações dos fluxos de caixa de financiamento				Outras Variações		
	31/12/2019	Contratações	Pagamento Principal	Provisão Juros	Pagamento Juros	Variação Cambial	31/12/2020
Moeda Nacional	30.927	65.000	(36.168)	3.133	(2.291)	-	60.601
Moeda Nacional Debêntures	448.678	-	(60.626)	25.061	(50.409)	-	362.704
Moeda Estrangeira	-	46.983	(60.864)	1.674	(1.739)	13.946	0,00
Total	**479.605**	**111.983**	**(157.658)**	**29.868**	**(54.439)**	**13.946**	**423.305**

	31/12/2018	Contratações	Pagamento principal	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	31/12/2019
Moeda nacional	50.592	-	(19.450)	2.969	(3.184)	-	30.927
Moeda nacional Debêntures	484.491	-	(36.375)	43.242	(42.680)	-	448.678
Moeda estrangeira	-	21.781	(22.016)	605	(1.464)	1.094	-
Total	**535.083**	**21.781**	**(77.841)**	**46.816**	**(47.328)**	**1.094**	**479.605**

(iii) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, hipoteca, recebíveis e máquinas e equipamentos.

	Saldo
Contas a receber - Clientes caucionadas	192.600
Imobilizado penhorado	42.460

(iv) Cláusulas restritivas de covenants

Os covenants financeiros são medidos junto aos credores calculados com base nas demonstrações financeiras anuais. A Companhia possui nos contratos de debêntures cláusulas restritivas em relação aos indicadores de dívida líquida/EBITDA, EBIT/Resultado Financeiro e Liquidez Corrente e implica em liquidação antecipada do saldo devedor.

18 Obrigações trabalhistas

	2020	**2019**
Salários a pagar	7.797	7.247
Instituto Nacional de Previdência Social (INSS)	5.587	5.138
Provisão prêmio meritocracia *(i)*	18.328	16.462
Provisão de férias e encargos de férias	23.469	22.824
FGTS	1.645	1.644
Encargos sociais parcelados	-	87
Contribuição sindical	1	1
	56.827	**53.403**

(i) Refere-se a remuneração variável estruturada para estimular os funcionários a se manterem alinhados aos objetivos pré-estabelecidos e a buscarem o cumprimento de metas estabelecidas pela administração da Companhia.

19 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
ICMS (a)	6.229	-	3.573	-
IRRF a Recolher (b)	3.822	-	3.507	-
PIS/COFINS	-	2	159	167
Outros tributos	218	142	161	-
Total	**10.269**	**144**	**7.400**	**167**

a) Refere-se ao ICMS apurado mensalmente nos Estados de Goiás e São Paulo.

b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre notas fiscais de serviços e folha de pagamento a funcionários.

20 Programa Fomentar

A Companhia, por estar situada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), no Estado de Goiás, obteve no Estado um incentivo fiscal denominado Fomentar. Através deste, a Companhia tem um prazo até 2032 para liquidar 70% do ICMS devido ou liquidá-lo através de leilões com deságio, que historicamente acontecem duas vezes ao ano.

A Companhia vem cumprindo todas as obrigações contratuais. Os saldos em aberto em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo:				
Bolsa garantia (a)	-	5.194	-	992
	-	**5.194**	**-**	**992**
Passivo:				
ICMS Fomentar (b)	-	51.935	-	9.918
Bolsa Garantia	677	-	265	-
Juros Fomentar (c)	95	-	80	-
Ajuste a valor presente (d)	-	(46.222)	-	(8.827)
Total	**772**	**5.713**	**345**	**1.091**

(a) Sobre a parcela de 70% incentivada do ICMS, 10% devem ser depositados em instituição financeira bancária e poderão ser utilizados em leilões oferecidos pelo Estado a companhias participantes do Projeto Fomentar. O reconhecimento contábil ocorre a partir da apuração do ICMS devido no período. De acordo com a Lei nº 16.285/2008, os valores destinados ao Programa Bolsa Garantia não são corrigidos. A referida Lei revogou o art. 4º da Lei nº 14.063, de 26 de dezembro de 2001.

(b) Refere-se às apurações mensais do ICMS de maio a dezembro/2020 que não foram incluídos nos leilões oferecidos pelo Estado. O valor liquidado do ICMS Fomentar abrangeu os períodos de apuração de novembro/2019 a abril/2020 utilizando o saldo da Bolsa Garantia que gerou um deságio de R$ 28.201. O ganho transitou em conta de resultado do exercício e foi constituído a reserva para subvenções fiscais no próprio exercício nos termos da Lei nº 11.941/09.

Os resultados apurados estão demonstrados a seguir:

Evento	Leilão Ago/2020	Saldo
Saldo Devedor	31.687	31.687
Quitação com Bolsa Garantia	(3.169)	(3.169)
Quitação por meio de Dare	(317)	(317)
Deságio	28.201	28.201

(c) Sobre o valor financiado do ICMS, 70% do valor apurado, incidem juros de 2,4% a.a.

(d) Os débitos constituídos no período com vencimento futuro foram ajustados a valor presente, utilizando uma taxa média histórica de 1,7% de desconto ao mês até 31 de dezembro de 2032. A contrapartida desse ajuste é registrada como outras receitas no resultado do exercício e sua realização é efetuada em contrapartida a despesas financeiras pelo regime de competência até o vencimento efetivo da obrigação.

21 Outras obrigações

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Créditos de ICMS Lei nº 15.573/06 (a)	-	210	-	210
Precatórios a pagar (b)	1.500	-	1.500	-
Contratos a realizar	2.463	-	1.957	-
Honorários advocatícios (c)	-	5.006	21	4.927
Acordos cíveis e trabalhistas a pagar	1.190	-	870	-
Reembolsos recebidos a realizar(d)	-	4.076	-	4.444
Provisão para despesas c/ descartes (e)	8.087	-	4.563	-
Contratos de fornecimento	1.520	6.183	856	1.664
Outras provisões (f)	5.743	1.309	3.989	1.749
	20.502	**16.784**	**13.756**	**12.994**
Partes relacionadas (Nota 10)	**210**	**-**	**252**	**-**
Total	**20.712**	**16.784**	**14.008**	**12.994**

(a) A Companhia, aproveitando-se dos dispositivos legais da Lei Estadual nº 15.573/06, regulamentada pela Instrução Normativa GSF nº 774/06, adquiriu créditos tributários de terceiros que estão aguardando homologação da autoridade estadual, sendo os pagamentos suspensos sem incidência de atualização monetária.

(b) A Companhia adquiriu precatórios de terceiros, e quitou débitos do ICMS no Estado do Rio de Janeiro, o pagamento restante está vinculado à homologação perante a Fazenda Estadual.

(c) Provisão de honorários advocatícios vinculados ao êxito em ações tributárias.

(d) Refere-se a custos para ampliação e melhorias incrementais nas linhas de envase líquido e injetável que foram reembolsados e serão apropriados ao resultado na mesma proporção da depreciação pela vida útil.

(e) Refere-se à provisão para impostos e serviços de descarte dos inventários provisionados para perda, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	2.020	2.019
Saldo anterior	4.563	4.158
Constituições	5.202	1.845
Reversões	(1.678)	(1.440)
Saldo atual	**8.087**	**4.563**

(f) Circulante: Referem-se principalmente à provisão de custos e despesas diversas, tais como a provisão de fretes a pagar registradas atendendo ao período de competência. Não Circulante: Referem-se a obrigações contratuais de longo prazo com fornecedores.

22 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista. A determinação da provisão necessária para essas contingências foi efetuada após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2018	Adições	Reversões	Em 31 de dezembro de 2019	Adições	Reversões	Em 31 de dezembro de 2020
Trabalhistas	29.699	9.341	(5.382)	33.658	11.841	(5.641)	39.858
Cíveis	1.470	-	(230)	1.240	-	-	1.240
Total	**31.169**	**9.341**	**(5.612)**	**34.898**	**11.841**	**(5.641)**	**41.098**

As garantias judiciais existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 12.b.

Resumo das ações classificadas como "risco provável" e provisionadas

Ao exercer o julgamento sobre a possibilidade de perda de uma ação, nossos assessores levam em conta as particularidades do andamento processual, como um recurso negado, uma sentença desfavorável e o histórico de julgamentos semelhantes.

- *Ações trabalhistas - Refere-se a ações tais como indenizações e outras reclamações trabalhistas oriundas de reintegração, dispensa em período de estabilidade, pagamento de verbas salariais, danos morais e materiais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reconhecimento de vínculo empregatício, entre outras. Parte substancial das adições estão relacionadas a ações oriundas de horas extras, diferenças de premiações e cotas de PCD.*

- *Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas, danos materiais e morais, direitos autorais e ações regressiva acidentária.*

Resumo das contingências classificadas como possíveis e não provisionadas

As contingências, cuja possibilidade de perda foi classificada como possível por nossos assessores legais, são as seguintes:

	2020	2019
Tributarias	133.408	131.488
Trabalhista	6.909	1.245
Cíveis (*)	1.044	4.263
Total	**141.361**	**136.996**

- *Ações tributárias - Referem-se principalmente a autos de infração decorrentes de questionamento da base de cálculo utilizada no recolhimento de ICMS substituição tributária no Estado da Bahia, e reconhecimento de decadência e/ou da prescrição de Crédito Tributário junto a Procuradoria da Fazenda Nacional.*

- *Ações trabalhistas - Referem-se a ações, tais como indenizações por danos morais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reclamações por responsabilidade subsidiária entre outras reclamações trabalhistas.*

- *Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas e ações de reparação de danos materiais e morais,*

(*) Em 2020 foram finalizados processos.

Outros litígios

Processo Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
Em 2 de abril de 2015, foi instaurado Processo Administrativo pela Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apurar supostas infrações à ordem econômica previstas na Lei nº 12.529/2011, ocorridas desde, ao menos, 2007 até abril de 2011, em licitações públicas para aquisição de medicamentos promovidas em diversos Estados da Federação. Em 23 de abril de 2015, o Laboratório Teuto recebeu notificações relativas ao Processo Administrativo.

Esse Processo Administrativo deriva diretamente de investigações promovidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) contra três empresas farmacêuticas, que supostamente estariam envolvidas em práticas que configurariam cartel em licitações promovidas pela Secretaria de Saúde daquele Estado. O Laboratório Teuto não foi alvo de investigação do MP/MG.

A SG/CADE não conduziu nenhuma medida investigativa adicional. A Nota Técnica é um documento emitido para fundamentação formal por técnicos especializados em concorrência e defesa econômica, que instaurou o Processo Administrativo em comento se baseou apenas no material obtido pelo MP/MG no curso das investigações contra três empresas farmacêuticas.

A referida Nota Técnica não cita nenhum indício obtido por meio de busca e apreensão ou interceptações telefônicas contra o Laboratório Teuto. Entre os indícios identificados nos documentos apreendidos, a Nota Técnica cita apenas uma anotação de agenda de uma das empresas na qual há referência ao Laboratório Teuto. A SG/CADE não incluiu nenhum executivo ou funcionário do Laboratório Teuto no polo passivo desse processo.

Além da anotação de agenda mencionada acima, nenhum dos documentos juntados ao processo é citado como indício de participação do Laboratório Teuto em suposto cartel pela SG/CADE em sua Nota Técnica.

Até o momento não houve manifestação do CADE em relação às defesas apresentadas pelo Laboratório Teuto.

Com base na opinião dos assessores legais do Laboratório Teuto, o processo do CADE contra o Laboratório Teuto não fornece provas diretas ou mesmo indiretas suficientes para implicar a responsabilidade do Teuto pela participação no suposto cartel sob investigação. No entanto, como o processo ainda está pendente de instrução processual e novas evidências podem ser trazidas aos autos, a chance de perda foi estimada como "possível" e será revista assim que concluída, visando determinar os riscos envolvidos e possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, no valor de R$ 68.808, é formado por 54.655.555 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, cada ação ordinária nominativa atribui ao titular o direito de um voto nas resoluções em Assembleia Geral.

b. Reservas de capital

A Companhia obteve com o Governo do Estado de Goiás o direito de crédito especial para investimento, destinado à subvenção dos gastos com implantação da fábrica no complexo industrial de produtos farmacêuticos do Estado, com limite autorizado de R$ 2.676.

c. Reservas de reavaliação

A Companhia possui um saldo de reserva de reavaliação de ativos, líquido dos efeitos tributários, no valor de R$ 23.879 (R$ 25.522 em 2019), sendo a última reavaliação ocorrida em maio de 2005.

A Companhia mantém provisão dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação em contrapartida ao passivo não circulante, a qual está sendo realizada anualmente.

d. Reserva legal

O valor apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi constituído em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social.

Em 2019 a companhia atingiu o limite de 20% do capital, não havendo mais a necessidade de constituição da reserva legal.

e. Reserva de incentivos fiscais

Refere-se ao deságio gerado pela liquidação do Fomentar, registrado em contrapartida ao resultado do exercício, conforme disposição legal em vigor, retornando para o patrimônio líquido após destinação do lucro líquido.

Em 2020, a Companhia apurou um deságio de R$ 28.201, reconheceu a reserva de incentivo fiscal integral e uma constituição adicional de R$ 48.866, compreendendo o saldo residual de 2019 e integral de 2020, totalizando uma constituição de R$ 77.067.

f. Reserva de lucros

No encerramento do exercício, a Companhia compensou o equivalente ao cálculo dos impostos diferidos sobre o ativo imobilizado no resultado apurado da reserva de lucros.

g. Dividendos a pagar

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da Lei.
Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	2020	2019
Resultado do período	143.987	106.900
Reserva legal de 5%	-	-4.263
Resultados acumulados	-2.608	-3.558
Reserva de incentivo fiscais 2020	-77.067	-99.079
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	**64.312**	**-**
Dividendos propostos	**16.078**	**-**

h. Juros sobre capital próprio a pagar

No exercício de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a deliberação de juros sobre capital próprio, o montante de R$ 5.000. O valor correspondente ao acionista espólio de Walterci de Melo que totaliza R$ 4.924,está disponível para pagamento e aguardando apenas a decisão judicial relacionada a inventário.

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende a diferença entre o valor de custo e o valor justo, líquidos dos efeitos tributários, das propriedades para investimentos, no momento do reconhecimento inicial das propriedades para investimento ao valor justo, e a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos, ambos reconhecidos como outros resultados abrangentes.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está relacionado apenas ao valor justo da propriedade para investimento no reconhecimento inicial da mudança de prática contábil de custo para valor justo.

24 Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos.

				2020
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	744.408	471.428	7.015	1.222.851
Impostos incidentes sobre as vendas	(103.142)	(56.777)	(1)	(159.920)
Devoluções	(6.631)	(6.394)	(1.183)	(14.208)
Receita operacional líquida	**634.635**	**408.257**	**5.831**	**1.048.723**

				2019
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	670.642	447.750	4.718	1.123.110
Impostos incidentes sobre as vendas	(94.388)	(54.034)	-	(148.422)
Devoluções	(3.816)	(3.808)	(1.009)	(8.633)
Receita operacional líquida	**572.438**	**389.908**	**3.709**	**966.055**

25 Custos dos produtos vendidos

				2020
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Custo de materiais	(257.273)	(131.588)	(1.057)	(389.918)
Custo de mão de obra	(108.273)	(54.306)	(542)	(163.121)
Industrialização por terceiros	(3.492)	(52)	(0)	(3.544)
Depreciação	(11.043)	(6.143)	(87)	(17.274)
Gastos gerais de fabricação	(41.911)	(26.597)	(335)	(68.844)
Custo das mercadorias vendidas	(19.231)	(5.574)	(18)	(24.823)
Custos dos produtos vendidos	**(441.223)**	**(224.260)**	**(2.039)**	**(667.522)**

				2019
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Custo de materiais	(223.140)	(148.616)	(788)	(372.544)
Custo de mão de obra	(109.985)	(61.456)	(481)	(171.922)
Industrialização por terceiros	(3.381)	(48)	(10)	(3.439)
Depreciação	(12.539)	(7.705)	(53)	(20.297)
Gastos gerais de fabricação	(41.614)	(30.929)	(211)	(72.754)
Custo das mercadorias vendidas	(21.725)	(5.693)	(182)	(27.600)
Custos dos produtos vendidos	**(412.384)**	**(254.447)**	**(1.725)**	**(668.556)**

26 Despesas com vendas

	2020	2019
Perdas no recebimento de créditos	(872)	(140)
Remuneração encargos e benefícios	(75.726)	(67.235)
Despesas de marketing	(1.407)	(1.521)
Despesas com viagens e estadas	(3.873)	(9.154)
Fretes e carretos sobre vendas	(17.934)	(17.278)
Indenizações judiciais	(757)	(5.280)
Operação logística	(81)	(367)
Feiras e Congressos	(70)	(1.169)
Gastos gerais comerciais	(3.455)	(3.428)
Total	**(104.175)**	**(105.572)**

27 Despesas administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal	(23.959)	(24.887)
Despesas com manutenção e locação	(1.611)	(1.343)
Despesas com serviços de terceiros	(2.963)	(2.302)
Depreciação e amortização	(2.605)	(2.076)
Tributos e taxas federais	(2.191)	3.638
ICMS outras saídas	(6.053)	(5.584)
Doações a entidades civis	-	(80)
Outros gastos gerais	(2.175)	(3.266)
Total	**(41.557)**	**(35.900)**

28 Outras receitas e despesas líquidas

	2020	2019
Outras receitas :		
Reversão da provisão para contingências	5.642	5.612
Doações e subvenções para investimentos	28.201	50.887
Avaliação de prop. p/ invest. a valor justo (a)	950	1.744
Ajuste a valor presente (d)	37.395	942
Receita com avarias de produtos	3.745	2.041
Outras receitas	1.465	506
Subtotal	**77.398**	**61.732**
Outras despesas :		
Pesquisa e desenvolvimento	(6.211)	(4)
Despesas com regulatórios (b)	(2.321)	(3.595)
Taxa Protege sobre Fomentar (c)	(9.196)	(6.454)
Contingências	(11.842)	(9.341)
Disposição de resíduos	(11.859)	(9.870)
Provisão para premiação	(8.000)	(8.000)
Acordos judiciais	(3.150)	-
Outras despesas	(1.257)	(676)
Ajuste ao valor realizável, líquido por conta de perdas de estoque (e)	(19.594)	(1.787)
Ajuste ao valor realizável, líquido por conta de descarte (e)	(3.524)	(405)
Provisão processo PAES (f)	(11.858)	-
Subtotal	**(88.812)**	**(40.132)**
Outras receitas (despesas) líquidas	**(11.414)**	**21.600**

a) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes conforme nota 14.

b) Refere-se a taxas de registros, modificações, boas práticas de fabricação recolhidas para a Anvisa.

c) Contribuição ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS que permite a manutenção dos benefícios fiscais concedidos pelo estado com relação ao ICMS, desde que o contribuinte beneficiário contribua para o Fundo. Caso este deixe de recolher esta contribuição, ele terá os benefícios do ICMS suspensos, até a sua regularização.

d) Reconhecimento do ajuste ao valor presente sobre o financiamento do Fomentar, na proporção de 89% do saldo devedor, com base no histórico de deságios obtidos nas liquidações, a companhia já cumpriu todas as condições exigidas e obteve o direito ao benefício e o fato do governo de Goiás ter adiado o leilão (devido a pandemia) que ocorre historicamente em dezembro.

e) Constituição de provisão de perdas de estoque sobre produtos sinistrados, itens vencidos, reprovados e com possibilidade de reprovações. Em 2020 especificamente, devido a pandemia, muitos itens foram provisionados, por não terem sido descartados tempestivamente.

f) Provisão sobre ação judicial de crédito tributário, com decisão desfavorável em primeira instancia emitida em 2020, contudo a Companhia busca reverter a decisão em instancias superiores. Trata-se de despesa não recorrente proveniente de processos de exercícios anteriores, os créditos não afetaram o caixa da Companhia, pelo fato de não ter ocorrido compensação de imposto.

29 Resultado financeiro líquido

	2020	2019
a) Receitas Financeiras		
Juros recebidos	105	470
Rendimento de aplicações financeiras	1.502	1.539
Descontos obtidos	42	155
Variação monetária ativa	223	358
Variação cambial ativa	23.024	11.441
Ganho SWAP	12.624	1.114
Variação cambial de empréstimos e financiamentos (SWAP)	4.708	1.225
Subtotal	**42.228**	**16.302**
b) Despesas Financeiras		
Juros de mora	(628)	130
Despesa bancária	(724)	(468)
Descontos concedidos	(1)	(193)
Variação monetária passiva	(1.437)	(66)
Variação cambial passiva	(34.193)	(11.079)
IOF	(186)	(281)
Juros sobre financiamentos Nacionais	(3.384)	(2.969)
Juros sobre financiamentos Interacionais	(1.674)	(605)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos (SWAP)	(18.654)	(2.319)
Perda SWAP	-	(273)
Juros sobre debêntures	(25.064)	(43.242)
Outras despesas	(137)	(154)
Subtotal	**(86.082)**	**(61.519)**
Resultado Financeiro Líquido	**(43.854)**	**(45.217)**

30 Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	Básico		Diluído	
	2020	2019	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	143.987	106.900	143.987	106.900
Quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas	54.655	54.655	54.655	54.655
Resultado por ação (Em milhares de reais)	**2,63**	**1,96**	**2,63**	**1,96**

A Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluidoras em 31 de dezembro de 2020 ou 2019.

31 Informação por segmento e informação área geográfica

a) informação por segmento

A Administração da Companhia identificou três segmentos : Negócios Farma, Unidade de Negócios Hospitalar e Exportação, sendo estes os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A administração avalia o desempenho desses segmentos com base em sua receita bruta.

Cada segmento é gerido por uma diretoria específica com auxílio de equipe composta por gerentes, supervisores.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

Unidade de Negócios Farma – abrange o atendimento do canal varejo farmacêutico, cadeia de farmácias localizadas no Brasil, com seus medicamentos similares, genéricos, alimentos, produtos para saúde e cosméticos, incluindo Helth Beatiful HB&S.

Pela farmacopeia brasileiras as definições dos produtos são as seguintes:
Medicamento similar – é aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal, responsável pela vigilância sanitária, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.
Medicamento genérico – é aquele medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que pretende ser com esse intercambiável, geralmente produzido após a expiração patentearia ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB). Devendo sempre ser identificado pelo princípio ativo e com tarja indicativa de medicamento genérico.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nosso principal produto, comercializado pela Unidade Negócios Farma, qual seja, o medicamento "Losartana", representou 6,5% de nossa receita operacional líquida. Em função de um portfólio diversificado, mix dinâmico, não há dependência de produto chave para a nossa receita.

Unidade de Negócios Hospitalar – abrange o atendimento de hospitais e clínicas no âmbito público e privado, com medicamentos similares e genéricos comercializados em embalagem múltipla com destinação hospitalar.

Em 31 de dezembro de 2020, o percentual do nosso faturamento decorrente dos contratos diretos firmados com entidades da Administração Pública era de 2,29%, cerca de R$ 28.021.

Exportação – abrange o atendimento do mercado externo, através do comércio exterior.

				2020
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	744.408	471.428	7.015	1.222.851
Impostos incidentes sobre as vendas:	(103.142)	(56.777)	(1)	(159.920)
Devoluções:	(6.631)	(6.394)	(1.183)	(14.208)
Receita operacional líquida	**634.635**	**408.257**	**5.831**	**1.048.723**
Custo de materiais	(257.273)	(131.588)	(1.057)	(389.917)
Custo de mão de obra	(108.273)	(54.306)	(542)	(163.120)
Industrialização por terceiros	(3.492)	(52)	(0)	(3.544)
Depreciação	(11.043)	(6.143)	(87)	(17.274)
Gastos gerais de fabricação	(41.911)	(26.597)	(335)	(68.844)
Custo das mercadorias vendidas	(19.231)	(5.574)	(18)	(24.823)
Custo dos produtos vendidos	**(441.223)**	**(224.260)**	**(2.039)**	**(667.522)**
Lucro Bruto	**193.412**	**183.997**	**3.792**	**381.201**

				2019
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	670.642	447.750	4.718	1.123.110
Impostos incidentes sobre as vendas:	(94.388)	(54.034)	-	(148.422)
Devoluções:	(3.816)	(3.808)	(1.009)	(8.633)
Receita operacional líquida	**572.438**	**389.909**	**3.709**	**966.055**
Custo de materiais	(223.140)	(148.616)	(788)	(372.544)
Custo de mão de obra	(109.985)	(61.456)	(480)	(171.921)
Industrialização por terceiros	(3.381)	(48)	(10)	(3.439)
Depreciação	(12.539)	(7.705)	(54)	(20.298)
Gastos gerais de fabricação	(41.614)	(30.929)	(211)	(72.754)
Custo das mercadorias vendidas	(21.725)	(5.693)	(182)	(27.600)
Custo dos produtos vendidos	**(412.384)**	**(254.447)**	**(1.725)**	**(668.556)**
Lucro Bruto	**160.053**	**135.462**	**1.984**	**297.499**

b) Receita por área geográfica

	2020	**2019**
Brasil	1.215.851	1.118.392
Israel	3.115	-
Angola	1.920	836
Portugal	1.841	1.494
Uruguai	79	83
Estados Unidos	38	-
Costa Rica	21	26
África	-	1.419
Líbia	-	426
Emirados Árabes Unidos	-	249
Ilhas Virgens Britânicas	-	185
Receita Bruta	**1.222.851**	**1.123.110**

32 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Hierarquia do valor justo	**Valor contábil**		**Valor justo**	
		2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	-	48.585	7.453	-	-
Ativos Financeiros não mensurados ao valor justo					
Contas a receber (Nota 5)	-	259.851	307.837	-	-
Contas vinculadas (Nota 11)	-	5.456	14.752	-	-
Garantias judiciais (Nota 12 b)	-	10.739	20.338	-	-
Outros créditos (Nota 12 a)	-	20.620	19.383	-	-
Total		**345.251**	**369.763**	**-**	**-**

Passivo					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (Nota 16)	-	104.797	95.301	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	Nível 2	423.305	479.605	433.724	503.622
Outros obrigações (Nota 21)	-	37.497	27.002	-	-
Total		**565.599**	**601.908**	**433.724**	**503.622**

A Companhia não divulgou os valores justos para os instrumentos financeiros, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, fornecedores, dividendos e outras obrigações de curto prazo, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

b. Políticas de gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez.

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A seguir, o detalhamento dos principais riscos:

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Risco de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e as compras são denominadas e a respectiva moeda funcional da Companhia, a qual está exposta essencialmente à variação na taxa de câmbio do Dólar.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal:

	2020			2019		
	USD	**EURO**	**R$**	**USD**	**EURO**	**R$**
Fornecedores	(12.309)	(1.556)	(73.889)	(12.215)	(1.665)	(56.780)
Clientes	374	48	2.251	370	121	2.048
Exposição liquida	**(11.935)**	**(1.507)**	**(71.638)**	**(11.845)**	**(1.544)**	**(54.732)**

Para os exercício de 2020 e 2019 a Companhia não contratou instrumentos de *hedge* cambial.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira da Companhia se o cliente ou a contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2020	**2019**
Perdas esperadas de créditos	(1.543)	(3.589)

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O departamento financeiro estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão inclui a avaliação das demonstrações financeiras, e informações de agências de crédito. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da diretoria financeira.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são varejistas, rede de distribuidores, órgãos públicos, ou clientes estrangeiros, seu histórico de negociação com a Companhia, e existência de dificuldades financeiras no passado.

Para determinados clientes a Companhia possui garantias hipotecárias em relação ao contas a receber no valor de R$ 9.505 para os quais a provisão de perda é o que exceder o valor da garantia.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

	2020	**2019**
Varejo	15	14
Redes e distribuidores	274.105	313.085
Órgãos públicos	4.263	5.477
Outros clientes	102	515
Exportação	2.252	2.049
Total	**280.737**	**321.140**

A companhia possui uma carteira de cliente bastante pulverizada sendo que em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil do cliente mais relevante da Companhia (uma rede de distribuição) é de R$ 35.770 mil (2019 R$ 16.020mil).

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que não quebre os limites ou cláusulas de empréstimos em qualquer uma de suas linhas de crédito (quando aplicável). Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	2020					
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**<1 ano**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	423.305	444.551	232.239	172.590	39.722	-
Fornecedores e outras contas a pagar	104.797	104.797	104.797	-	-	-
Contas a pagar	37.497	37.497	26.537	1.918	3.681	5.361
Obrigações tributárias	10.413	10.413	10.413	-	-	-
Total	**576.012**	**597.258**	**373.987**	**174.507**	**43.403**	**5.361**

	2019				
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**0 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	479.605	526.895	310.463	216.432	-
Fornecedores	95.301	95.301	95.301	-	-
Outras obrigações	27.002	27.002	21.322	2.813	2.867
Obrigações tributárias	7.567	7.567	7.567	-	-
Total	**609.475**	**656.765**	**434.653**	**219.245**	**2.867**

c. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	2020	**2019**
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	423.305	479.605
Caixa restrito (Nota 11)	(5.456)	(14.752)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(48.585)	(7.453)
Dívida líquida	**369.264**	**457.400**
Total do patrimônio líquido	543.261	419.603
Patrimônio ajustado	912.525	877.003
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	**(40,47%)**	**(52,15%)**

d. Análise de sensibilidade

O principal risco ao qual o valor dos ativos financeiros está exposto está relacionado à variação de taxas de juros e à taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e à variação na taxa de câmbio do Dólar e do Euro.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Dólar e Euro, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no Relatório de Mercado Focus/BC de 11 de janeiro de 2021, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, conforme Instrução CVM nº 475 de 2008, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020:

	Risco	**Saldo contábil**	**Cenário provável**	**Ajuste de 25%**	**Ajuste de 50%**
CDI	Redução do CDI		3,00%	2,25%	1,50%
Aplicações financeiras		46.984	46.984	46.632	46.279
Juros estimados			1.410	1.057	705
Efeito estimado no resultado				(352)	(705)
CDI	Aumento do CDI		3,00%	3,75%	4,50%
Empréstimos e financiamentos		221.749	221.749	223.412	225.075
Juros estimados			6.652	8.316	9.979
Efeito estimado no resultado				1.663	3.326

A análise de sensibilidade apresentada a seguir considera as variações em relação ao dólar norte-americano e ao euro, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas aos demais riscos.

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dolar	Aumento do Dolar		5,0300	6,2875	7,5450
Fornecedores		12.309	12.309	27.788	58.745
Juros estimados		63.967	61.915	77.394	92.873
Efeito estimado no resultado			(2.052)	15.479	30.958
Euro	Aumento do Euro		7,8000	9,7500	11,7000
Fornecedores		1.556	1.556	4.589	10.656
Juros estimados		9.922	12.134	15.167	18.201
Efeito estimado no resultado				3.033	6.067

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dolar	Aumento do Dolar		5,0300	6,2875	7,5450
Clientes		1.943	1.943	4.386	9.271
Juros estimados		10.095	9.772	12.215	14.657
Efeito estimado no resultado			(324)	2.443	4.886
Euro	Aumento do Euro		7,8000	9,7500	11,7000
Clientes		308	308	910	2.112
Juros estimados		1.967	2.405	3.007	3.608
Efeito estimado no resultado				601	1.203

33 Seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	2020	2019
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	250.000	150.000
Lucros cessantes em decorrência de incêndio	84.094	84.094
Equipamentos estacionários	3.000	3.000
Outras coberturas	6.600	9.600

34 Eventos subsequentes

Em 18 de fevereiro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas presentes, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram pela aprovação do quanto segue:

• aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações descrita na cláusula 3.5.1 (i) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação

Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação;

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações da Menor descrita na cláusula 3.5.2 (ii) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações da Menor passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas da Menor Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações da Menor Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações da Menor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação;

- aprovar (a) a alteração da composição do capital social da Emissora em decorrência do IPO, bem como de qualquer aumento de capital social e/ou desmembramento e/ou grupamento de ações da Emissora decorrentes do IPO, com a consequente não aplicação do vencimento antecipado automático das Debêntures na forma prevista no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão e ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a tais matérias previstos nos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, especificamente em virtude da realização do IPO; (b) a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para retirar a previsão relacionada à alteração da composição do capital social da Emissora, em decorrência do IPO; e (c) a exclusão dos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor. Em decorrência da deliberação constante na alínea (b) deste item (iii), o inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxi) qualquer mudança ou transferência do controle direto ou indireto da Emissora, exceto se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;"

- aprovar a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para fins de alterar o limite total anual de distribuição de dividendos obrigatórios, que passará de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações. Em decorrência da deliberação constante neste item (iv), o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxii) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto (a) pelos dividendos obrigatórios até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações; ou (b) se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;" Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão deverá passar a vigorar com a redação anterior, ou seja, com a previsão do limite total anual de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a distribuição de dividendos obrigatórios, ficando a Emissora e os Garantidores desde já obrigados a tomar todas as providências necessárias para tanto indicadas pelo Agente Fiduciário.

- aprovar (a) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 12 de fevereiro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor; e (b) a exclusão do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor referente ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a eleição dos membros do conselho de administração e/ou diretoria da Emissora, de modo que a eleição dos referidos cargos possa ocorrer de forma livre e independente nos termos do estatuto social da Emissora; e

- autorizar a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário para praticarem todos os atos e/ou convenientes à implementação das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamento à Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, bem como dos termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação ou das Ações da Menor Objeto da Liberação.

.

* * *

Marcelo Leite Henriques
Presidente

Luiz Alberto Lyra Pinheiro
Diretor-financeiro

Josy Rodrigues da Silva Peixoto
Contadora
CRC GO 15.990/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A
CNPJ: 17.159.229/0001-76

SUMÁRIO

Objetivo ____ 3

Descrição dos negócios ____ 4

Conjuntura econômica geral ____ 14

Pesquisa e Desenvolvimento ____ 17

Sustentabilidade ____ 18

teuto.com.br
+55 62 3310 2000
Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Endereço/Address: VP 7 D - Módulo 11, Quadra 13 - DAIA
Anápolis - Goiás - Brasil
CEP/Zip Code: 75.132.140

OBJETIVO

Conforme as disposições legais da legislação societária brasileira, o Laboratório Teuto Brasileiro S.A apresenta o Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, destacando seus resultados operacionais e financeiros.

O Relatório da Administração é requerido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente pelo artigo 243 da Lei n° 6.404/76, sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

As informações contidas neste documento foram elaboradas conforme demonstrações financeiras da empresa, considerando os aspectos operacionais, econômicos e macroeconômicos.

Entre os principais indicadores destacamos os itens abaixo.

Destaques:

- Crescimento de 9% da receita bruta em relação a 2020;
- Receita Líquida de R$ 1,05 Bilhão, crescimento de 9% superior a 2019;
- EBITDA de R$ 242 MM, crescendo 23% em relação a 2019;
- Lucro Líquido de R$ 144 MM, 38% maior que o realizado em 2019.

1. Panorama Geral

1.1. Laboratório Teuto Brasileiro S/A

O Laboratório Teuto Brasileiro S/A está há mais de 70 anos no mercado farmacêutico nacional , sendo pioneiro na produção de medicamentos genéricos no Brasil. Com 110 mil m² de área construída a companhia se consolida como uma solução completa na área de saúde, tanto no segmento voltado para farmácias e drogarias bem como hospitalar.

2. Contexto Operacional

Em 2020, o Laboratório Teuto Brasileiro S/A, registrou um crescimento na ordem de 9% na sua receita bruta versus o ano anterior, atingindo o valor de R$ 1,244 bilhão.

Ainda no ano de 2020, sua receita líquida atingiu o patamar de 1 bilhão de reais, crescendo 9% em relação ao ano de 2019.

O segmento voltado para farmácias e drogarias, identificado como Unidade de Negócios Farma, obteve um crescimento de 11% em sua receita bruta comparativamente a 2019. Em valores o faturamento bruto foi de R$ 745 MM.

Para a divisão hospitalar, o crescimento na receita bruta foi de 5% e em valores R$ 471 MM.

Referente as vendas para outros países, via exportação, o crescimento da receita bruta foi de 49% em relação a 2019 e em valores R$ 7 MM.

Com essa separação, a participação da divisão farmácias e drogarias representou 60,89% do faturamento total, seguida da divisão hospitalar com 38,53% e exportação com 0,56% de participação no ano de 2020.

Em 2020, o EBITDA atingido foi de R$ 242 MM, ante R$ 196 MM de 2019, apontando para um crescimento de 23%. Com referência a margem, no ano de 2020 o alcance foi de 23,1% versus 20,33% observada no ano de 2019.

O lucro líquido alcançado em 2020 é de R$ 144 MM, 38% maior que em 2019. A partir de 2019, com estratégia comercial voltada ao lucro, bem como melhoria nos fundamentos para redução das despesas financeiras, o lucro líquido foi beneficiado por essas estratégias.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19, a qual afetou a economia mundial e por via de consequência, todos os negócios. Notou-se que alguns setores foram mais impactados, outros menos, dependendo da natureza do negócio.

No Setor Farmacêutico, dada a necessidade do tratamento de doenças e consumo crescente da população, segundo levantamento da IQVIA, os impactos da COVID na demanda do canal farmácias e drogarias, mesmo com elementos positivos e negativos na demanda, resultaram num crescimento de +10,7% até o momento da pesquisa.

De acordo com IQVIA, os fatores positivos foram a maior aderência à tratamentos crônicos de prescrição, estocagem do canal no segundo trimestre, maior demanda em categorias com caráter de prevenção e a evolução das vendas de medicamentos anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares, dentre outros, utilizados para a manutenção da vida de pacientes infectados trazendo um crescimento suplementar.

Segundo a mesma pesquisa os fatores negativos resultaram na queda na renda, da demanda de tratamento agudos, procrastinação do aumento de preços e adiamento de lançamentos.

Especificamente no caso do Laboratório Teuto S/A, em função do diversificado mix de produtos, teve seu orçamento financeiro original cumprido, mesmo com a alteração do seu mix de vendas.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em 2020, o Laboratório Teuto S/A fez o lançamento de 22 novos produtos, alcançando uma receita bruta de R$ 32 milhões, proveniente desses lançamentos.

A companhia mantém sua crença na inovação, atendendo às demandas do mercado com ações marcadas pela excelência e busca no que há de melhor para desenvolvimento de novos produtos.

Investimos em processos e treinamento com foco na tomada de decisão e melhores práticas do mercado. Realizamos parcerias com centros de pesquisa e desenvolvimento com grande experiência em diversos setores da indústria, produtores de APIs (matéria-prima) e máquinas, buscando a excelência e ganhos intelectuais.

teuto.com.br
+55 62 3310 2000
Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Endereço/Address: VP 7 D - Módulo 11, Quadra 13 - DAIA
Anápolis - Goiás - Brasil
CEP/Zip Code: 75.132.140

SUSTENTABILIDADE

Há mais de 7 décadas no coração do Brasil, o maior complexo farmacêutico da América Latina mantém sua filosofia de crescimento contínuo com qualidade e inovação e se consolida entre os maiores no segmento de produtos complexos, similares, OTC e genéricos no mercado nacional, com novas estratégias também para o setor hospitalar.

Para os próximos anos, a estratégia é consolidar o crescimento, atendendo a crescente demanda por meio da excelência no desenvolvimento, fabricação e comercialização de seus produtos, sempre com qualidade e inovação, sem abrir mão da produtividade, valorizando também a responsabilidade socioambiental, reafirmando que "Se é Teuto, é de confiança".

O Laboratório Teuto possui, desde 2010, um programa de *Compliance*, que estabelece procedimentos específicos a serem seguidos pelos colaboradores, com o objetivo de reforçar o compromisso da companhia com a transparência e ética dos negócios, valores que pautam a história da companhia há mais de sete décadas.

Para o ano de 2021, serão realizadas ações que reforcem a comunicação de ética e integridade, aprimorando o cumprimento de normas e desenvolvimento da equipe. Além disso, o programa fará uma parceria com a Segurança do Trabalho, para realização de treinamento anual de Compliance no evento SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho).

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Luiz Alberto Lyra Pinheiro, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 201326035, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 433.831.065-00, com endereço comercial à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

19 de fevereiro de 2021.

LUIZ ALBERTO LYRA PINHEIRO

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Marcelo Leite Henriques, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 116.365-4, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 477.029.906-00, com endereço comercial à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na qualidade de Diretor Presidente do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

19 de fevereiro de 2021.

MARCELO LEITE HENRIQUES

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Carlos Roberto de Andrade, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.992.650 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 532.433.908-34, com endereço comercial à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na qualidade de Diretor de Produção/Industrial do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

19 de fevereiro de 2021.

CARLOS ROBERTO DE ANDRADE

DocuSign Envelope ID: 910A7760-E0A4-4DA3-9356-438E34283068

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

Osvaldo Soares Pinto, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.707.347-2 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.027.578-31, com endereço comercial à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na qualidade de Diretor Comercial do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, com sede VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.159.229/0001-76 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que, juntamente com os demais diretores da Companhia: **(i)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e **(ii)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia elaboradas para fins de registro referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

19 de fevereiro de 2021.

DocuSigned by:

31441FE323C9419...

OSVALDO SOARES PINTO

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e aos diretores do
Laboratório Teuto Brasileiro S.A
Anápolis - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Laboratório Teuto Brasileiro S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras

Em 21 de fevereiro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Realização dos tributos diferidos ativos	
Veja a Nota 9 e 3 i) (ii) das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Tais saldos são reconhecidos à medida em que é provável que exista um lucro tributável futuro e contra o qual referidos tributos serão realizados. As projeções dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios e orçamento. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseiam em premissas, tais como crescimento da receita e aumento das margens de lucros, que se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros e avaliação da razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a sua determinação, através da sua comparação com os dados disponíveis no mercado e efetuarmos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e as diferenças temporárias, incluindo confronto delas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas. - Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitável o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do

processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou

quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 19 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO

Fernando Rogerio Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.453	8.866
Contas a receber	5	295.803	214.422
Estoques	6	291.710	285.550
Impostos a recuperar	7	9.058	15.181
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.603	1.955
Despesas antecipadas		2.849	2.297
Outros créditos	12.a	15.452	11.922
Total do ativo circulante		**623.928**	**540.193**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	7.690	7.690
Impostos a recuperar	7	7.361	8.669
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	11.475	11.251
Ativo fiscal diferido	9.e	38.927	42.458
Programa FOMENTAR	20	992	886
Despesas antecipadas		1.464	2.345
Caixa restrito	11	14.752	9.533
Depósitos judiciais	12.b	20.238	9.764
Outros créditos	12.a	3.931	5.365
		106.830	**97.961**
Propriedades para investimentos	13	31.565	29.821
Imobilizado	14	351.886	361.773
Intangível	15	7.068	3.941
Total do ativo não circulante		**497.349**	**493.496**
Total do ativo		**1.121.277**	**1.033.689**

Passivo	Notas explicativas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	16	95.301	80.535
Empréstimos e financiamentos	17	104.523	61.610
Obrigações trabalhistas	18	53.403	33.814
Obrigações tributárias	19	7.400	8.583
Programa Fomentar	20	345	435
Juros sobre capital próprio a pagar	23.h	2.462	-
Outras obrigações	21	14.008	15.218
Total do passivo circulante		**277.442**	**200.195**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	375.082	473.473
Obrigações trabalhistas	18	-	85
Obrigações tributárias	19	167	117
Programa Fomentar	20	1.091	975
Provisão para demandas judiciais	22	34.898	31.169
Outras obrigações	21	12.994	9.972
Total do passivo não circulante		**424.232**	**515.791**
Patrimônio líquido			
Capital social	23.a	68.808	68.808
Reserva de capital	23.b	2.676	2.676
Reserva de reavaliação	23.c	25.522	26.964
Ajuste de avaliação patrimonial	23.i	5.559	5.559
Reserva de lucros		317.038	213.696
Total do patrimônio líquido		**419.603**	**317.703**
Total do passivo		**701.674**	**715.986**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.121.277**	**1.033.689**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2019	2018
Receita operacional líquida	24	966.055	767.538
Custo dos produtos vendidos	25	(668.556)	(562.304)
Lucro bruto		**297.499**	**205.234**
Despesas com vendas	26	(105.572)	(85.690)
Perdas esperadas de créditos	5.3	(3.589)	(7.076)
Despesas administrativas	27	(35.900)	(32.649)
Outras receitas	28	61.732	44.316
Outras despesas	28	(40.132)	(28.339)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**174.038**	**95.796**
Receitas financeiras	29.a	16.302	63.416
Despesas financeiras	29.b	(61.519)	(129.701)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**128.821**	**29.511**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.f	4.923	(21.012)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.f	(26.844)	913
Resultado do exercício		**106.900**	**9.412**
Lucro por ação			
Lucro básico diluído por ação	30	**1,96**	**0,17**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2019	2018
Resultado do exercício		**106.900**	**9.412**
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	23.i	113	2.403
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perd	23.i	(113)	(459)
Resultado abrangente do exercício		**106.900**	**11.356**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

					Reservas de lucros					
	Notas explicativas	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Reserva de reavaliação**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**68.808**	**2.676**	**28.500**	**9.029**	**429**	**193.290**	**3.615**	**-**	**306.347**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.412	9.412
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributários)	23.c	-	-	(1.536)	-	-	-	-	1.536	-
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	23.i	-	-	-	-	-	-	2.403	-	2.403
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perdas	23.i	-	-	-	-	-	-	(459)	-	(459)
										-
Destinações:										-
Constituição de reserva legal	23.d	-	-	-	470	-	-	-	(470)	-
Reserva de incentivos fiscais	23.e	-	-	-	-	(429)	10.907	-	(10.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**68.808**	**2.676**	**26.964**	**9.499**	**-**	**204.197**	**5.559**	**-**	**317.703**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	106.900	106.900
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributários)	23.c	-	-	(1.442)	-	-	-	-	1.442	-
Juros sobre capital próprio	23.h	-	-	-	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	23.i	-	-	-	-	-	-	113	-	113
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perdas	23.i	-	-	-	-	-	-	(113)	-	(113)
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23.d	-	-	-	4.263	-	-	-	(4.263)	-
Reserva de incentivos fiscais	23.e	-	-	-	-	-	99.079	-	(99.079)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**68.808**	**2.676**	**25.522**	**13.762**	**-**	**303.276**	**5.559**	**-**	**419.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	106.900	9.412
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado	(4.923)	20.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado abrangente	-	1.002
Imposto de renda e contribuição correntes provisionados	26.844	
Depreciação e amortização	22.308	22.422
Amortização do intangível	2	38
Baixa de ativos imobilizados líquido	457	616
Baixa do intangível líquido	91	405
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda no recebimento de créditos	3.589	7.076
Provisão para perdas de estoques obsoletos	1.787	3.565
Provisão para descarte	405	570
Provisão para demandas judiciais	3.729	867
Despesas de juros nacionais	46.211	40.658
Despesas de juros internacionais	605	4.850
Variação monetária empréstimos internacionais	1.094	23.657
Resultado com *Swap*	-	(12.870)
Despesas de juros sobre obrigações tributárias	1	535
Subvenção fiscal	(50.887)	(39.404)
Avaliação a valor justo de propriedade para investimento	(1.744)	-
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	(84.970)	5.193
Estoques	(7.947)	(59.035)
Impostos a recuperar	7.559	10.832
Programa Fomentar	(106)	(213)
Despesas antecipadas	329	(1.315)
Caixa restrito	(5.219)	(2.387)
Outros créditos	(12.570)	(827)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	14.766	10.780
Obrigações trabalhistas	19.504	5.395
Obrigações tributárias	(1.517)	(1.843)
Programa Fomentar	50.913	39.752
Outras obrigações	1.407	3.298
Juros sobre obrigações tributárias pagos	-	(7.866)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.007)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos nacionais pagos	(45.864)	(42.514)
Juros sobre empréstimos e financiamentos internacionais pagos	(623)	(5.860)
Recursos líquidos das atividades operacionais	**74.124**	**36.888**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(12.878)	(9.794)
Aquisição de ativo intangível	(3.220)	(2.283)
Recursos líquidos das atividades de investimento	**(16.098)**	**(12.077)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos	(2.538)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	21.781	616.465
Swap pagos	(841)	(15.257)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(77.841)	(632.272)
Recursos líquidos das atividades de financiamento	**(59.439)**	**(31.064)**
Fluxos de caixa líquidos nos exercícios	**(1.413)**	**(6.253)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.866	15.119
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.453	8.866
Redução de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios	**(1.413)**	**(6.253)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
RECEITAS	**1.171.186**	**926.021**
Vendas de Mercadorias, produtos e serviços	1.114.477	888.426
Provisão para Devedores Duvidosos - Reversão / Constituição	(3.589)	(7.076)
Outras Receitas	60.298	44.671
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TECEIROS (INCLUI ICMS, IPI,PIS e COFINS)	**614.543**	**531.984**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	458.566	397.027
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	139.934	114.510
Perda / Recuperação de valores ativos	16.044	20.447
VALOR ADICIONADO BRUTO	**556.643**	**394.037**
RETENÇÕES	**22.374**	**21.813**
Depreciação, amortização e exaustão	22.374	21.813
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (3 - 4)	**534.269**	**372.224**
	-	-
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	**16.427**	**36.292**
Receitas Financeiras	16.427	36.292
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**550.696**	**408.516**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**550.696**	**408.516**
Pessoal e encargos	**210.888**	**185.527**
Remuneração Direta	185.462	161.160
Benefícios	9.955	9.595
FGTS	15.471	14.772
Impostos, taxas e contribuições	**171.663**	**125.078**
Federais	85.502	78.466
Estaduais	85.825	46.194
Municipais	336	418
Remuneração de Capitais de Terceiros	**61.245**	**88.499**
Juros	61.135	88.367
Aluguéis	110	132
Remuneração de Capitais Próprios	**106.900**	**9.412**
Juros sobre o Capital Próprio	5.000	-
Outras reservas	101.900	9.412
	106.900	**9.412**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("Laboratório Teuto" ou "Companhia") localizado à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, no Estado de Goiás, foi constituída em 17 de junho de 2002, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A Companhia é pioneira na produção de medicamentos genéricos no Brasil, consolida-se como uma solução completa na área de saúde, confirmando sua tradição nos segmentos farma e hospitalar, com produtos nas classes de Genéricos, Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP's, Produtos Equivalentes - EQ's, produtos para saúde, alimentos e cosméticos. Além da atuação no mercado nacional, o Teuto exporta para América Central, América do Sul, África, Oriente Médio e Portugal.

Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a administração da Companhia ressalta que vem acompanhando os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus, em especial ao mercado brasileiro. Apesar de o novo agente nocivo ("Covid-19") ter sido identificado em Wuhan, na China, no mês de dezembro de 2019, a administração entende que seus impactos começaram a ser sentidos pela economia brasileira apenas em 2020, não afetando, portanto, suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

A Companhia atua em segmento considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas até o momento. Todavia implementou em 2020 medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização dos eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios tomando as seguintes medidas:

- Reforço da atenção à saúde condicionando a entrada em suas instalações à verificação de temperatura com termômetros de infravermelho.
- Adoção do trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores que fazem parte do grupo de risco do COVID-19, nas atividades administrativas, sendo considerado grupo de riscos os colaboradores idosos (acima de 60 anos), diabéticos, hipertensos, portadores de obesidade mórbida, insuficiência renal crônica , doença respiratória crônica e doença cardiovascular, de acordo com a definição do ministério da saúde.
- Criação de ferramenta Web, para avaliação diária da Saúde dos colaborares, nessa ferramenta é possível que os colaboradores reportem o estado de saúde e a apresentação de sintomas através de qualquer smartphone ou computador, sendo que a ferramenta disponibiliza todas as informações para o devido acompanhamento médico, através do ambulatório médico;
- Controle e monitoramento de pessoas contratadas por terceiros, restringindo apenas a serviços emergenciais com reforço no uso de EPI's;
- Exigência do uso de máscara e outros EPI's quando necessários, implantação do protocolo de higienização pessoal;
- Utilização de ferramentas eletrônicas para promover reuniões e a suspenção de viagens internacionais e restrições a viagens nacionais;

- Aumento no Rigor com a limpeza e sanitização e higienização das áreas;
- Ampliação do ambulatório médico da Companhia para monitoramento e atendimento dos colaboradores e Terceiros;
- Implantação do programa "Carona Solidaria", disponibilizando combustíveis aos colaboradores para incentivar os colaboradores a deixarem de utilizar o Ônibus fretado a passarem a vir em seus respectivos veículos;
- A companhia contratou e aumentou o número de Ônibus fretados para aumentar o distanciamento dos colaboradores;
- Os horários dos turnos foram separados com escalonamento de horários para entradas e saídas de turnos, incluindo escalonamento para horários de refeição, buscando desta forma evitar qualquer tipo de aglomeração;
- As áreas de refeitórios foram expandidas buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações;
- A Companhia instalou novos sanitários/banheiros/catracas, instalou barreiras físicas e demarcou com sinalização os lugares, buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações;
- Foram realizadas alterações nas escalas e horários de trabalhos para evitar aglomeração;
- Criação do Comitê de Prevenção e Monitoramento da COVID19, Órgão interno de caráter permanente, consultivo e informativo, com foco na reavaliação das ações de prevenção implementadas;

Em virtude do acompanhamento contínuo da administração, foi possível observar que os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis a Companhia não verificou um aumento da inadimplência e não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. Em relação ao faturamento não se verifica até o momento redução significativa do faturamento. Não houve opção por parcelamento de tributos e/ou contratação de financiamentos em função do COVID19, a companhia efetuou postergação do FGTS, e INSS para pagamento ainda dentro do exercício corrente conf. MP927/2020 e portaria 139/2020.

2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Todas as informações relevantes que devem ser apresentadas nestas demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão as sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 3.a.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- *Nota Explicativa nº 14 - Imobilizado (revisão da vida útil do imobilizado)*
- *Nota Explicativa nº 3.p – Segmentos operacionais (definição dos segmentos operacionais)*

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota Explicativa nº 5 - provisão para perdas esperadas do contas a receber (definição do valor de perda histórica e prospectiva)*
- *Nota Explicativa nº 6 - Valor realizável líquido dos estoques*
- *Nota Explicativa nº 9 - ativo fiscal diferido (realização de ativos e passivos fiscais diferidos)*
- *Nota Explicativa nº 20 – Programa Fomentar - subsídio do governo*
- *Nota Explicativa nº 22 - provisão para demandas judiciais (definição do valor e risco de perda)*

Mensuração do valor justo
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- *Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.*
- *Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).*
- *Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- *Nota Explicativa nº 13 - Propriedades para investimentos*
- *Nota Explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros*

d. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto no caso das propriedades para investimentos e instrumentos financeiros derivativos que são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Mudança nas práticas contábeis

- *CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos*

O CPC 06 / *IFRS 16* (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 / *IFRS 16* (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos da nova norma.

A aplicação dos requerimentos do CPC 06 / *IFRS 16* (Arrendamento Mercantil) no reconhecimento inicial resultaram na constituição de ativos de direito de uso no valor de R$ 3.043 e de um passivo correspondente, conforme demonstrado a seguir.

A Companhia não reconheceu o efeito do ajuste a valor presente sobre os contratos de arrendamento por serem considerados de baixo valor.

Objeto	Início	Término	Exceção ao CPC 06 (R2)	Valor Ativo
Locação de antenas de estação e cabine de comunicação	22/09/2016	Indeterminado	Valor imaterial	-
Locação de empilhadeira	01/11/2019	30/11/2022	-	135
Locação de máquinas e equipamentos de vigilância	01/12/2017	30/11/2020	-	80
Locação de máquina encapsuladora	01/08/2018	31/12/2023	-	1.728
Locação de posições de pallets.	01/05/2019	30/05/2022	-	1.100
Total	**-**	**-**	**-**	**3.043**

- *ICPC 22 – IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários*

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação.

b. Receita operacional

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia não aceita devoluções, exceto em situações específicas, como por exemplo, danos de transporte ou problemas técnicos. Os descontos podem ser aplicados em ações comerciais de acordo com a estratégia da empresa ou podem ser lineares quando há contratos entre a empresa e as redes de Farmácia e Drogaria e representam uma contraprestação no preço da transação reconhecida na receita de acordo com o CPC 47.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem:

- *Receitas/despesas de juros*
- *Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros*
- *Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado*

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são, geralmente, reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de passivos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como a VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia somente tinha ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia somente tinha passivos financeiros classificados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteger a variabilidade fluxos de caixa associados a transações previstas altamente prováveis decorrentes de variações nas cotações de moedas estrangeiras.

No início dos relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem se compensar mutuamente.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumulada na reserva de hedge. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo que são reconhecidas em ORA é limitada à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia liquidou operações de *hedge*, sendo as variações no valor justo desses instrumentos financeiros antes das liquidações reconhecidas no patrimônio líquido. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia teve operações de hedges iniciadas e liquidadas dentro do próprio exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos de hedge em aberto.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Os itens são identificados separadamente, analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e à localização atuais.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada móvel.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto. Abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação dos estoques incluem todos os gastos diretamente relacionados com as unidades produzidas, também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

O reconhecimento como custo dos produtos vendidos no resultado é feito mediante a venda do produto, sendo registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

Perdas de estoques

A Companhia reconhece e revisa trimestralmente a perdas de estoques, avaliando os itens individualmente com base em alguns fatores como o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade e itens avariados.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliações, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- *O custo de materiais e mão de obra direta.*
- *Outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.*
- *Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.*
- *Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.*

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, o dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente pela Companhia.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil média (em anos)	
	2019	**2018**
Prédios e benfeitorias	38,56	39,36
Instalações	1,88	1,25
Computadores e periféricos	1,63	1,81
Softwares e aplicativos	2,99	3,31
Máquinas, equipamentos e ferramentas	8,18	8,82
Sistemas de climatização	7,10	7,91
Móveis e utensílios	4,08	4,93
Veículos	2,11	1,62

(iv) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

f. Intangível

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis definidas conforme contrato e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Referem-se a aquisição de direitos de uso de marca e adiantamentos para aquisição de dossiês farmacêuticos (documentação para obtenção de registro no órgão regulador). Os custos com aquisição de documentação farmacêutica são capitalizados quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando, ainda, sua viabilidade econômica. Anualmente a Companhia revisa a viabilidade econômica daqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo desse ativo intangível, ou sobre outro o valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual desse ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada para esses ativos que no caso dos novos produtos é em média de 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A metodologia para o cálculo da perda esperada é descrita na Nota explicativa 5.3.

Para os demais ativos financeiros, a cada data de balanço, a Companhia avalia se esses ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando existe uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para demandas judiciais é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mensais para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

j. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

k. Benefício a empregados

a) **Remuneração variável**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de premiação a funcionários conforme avaliação de desempenho focado no EBITDA, redução de desperdício de insumos no processo produtivo bem como na manutenção da qualidade alinhados os objetivos da Companhia.

b) **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33 (Resultado por ação).

O lucro básico por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

m. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.

n. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia efetuou o desconto a valor presente referente ao incentivo do Estado de Goiás ICMS FOMENTAR para os débitos constituídos no período com vencimentos futuros. As dívidas constituídas no período com vencimentos futuros foram ajustadas a valor presente à taxa média histórica de desconto de 1,6% a.m até 31 de dezembro de 2032. Vide Nota Explicativa nº 20.

p. Segmentos operacionais

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

As informações sobre os segmentos operacionais da Companhia estão demonstradas na Nota Explicativa 31.

q. Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual para relatório financeiro (CPC 00 (R2)/ Framework).
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23/IAS 1 and IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos - Conta movimento	441	379
Aplicações financeiras (a)	7.012	8.487
Total	**7.453**	**8.866**

(a) Referem-se a aplicações em renda fixa de resgate imediato realizadas em instituições financeiras na modalidade CDB DI com alta liquidez e rendimento médio de 94% do CDI e Fundo de Investimento baseado na variação média de 82,5% do CDI (94% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5 Contas a receber

5.1 Composição do saldo

	2019	2018
Clientes em geral (5.2)	321.080	236.036
Devoluções de clientes	(115)	(108)
Provisão para perda esperada (5.3)	(17.191)	(13.602)
Cheques devolvidos (5.2)	44	44
Provisão para perda de cheques (5.3)	(44)	(44)
Recebimentos a identificar	(297)	(251)
Subtotal	**303.477**	**222.075**

Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 10) (5 .2)	16	37
Total de contas a receber	**303.493**	**222.112**
Circulante	295.803	214.422
Não circulante (a)	7.690	7.690

(a) Refere-se a clientes com processos judiciais, e os valores mantidos no contas a receber, são os valores das garantias reais.

5.2 Perda esperada

A Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Para o reconhecimento contábil de perdas esperadas é apurado um rating de perdas históricas abrangendo os últimos cinco exercícios, sendo considerados como perda os títulos baixados do contas a receber por perda e os títulos vencidos na data do encerramento do período deduzidos das garantias judiciais nos respectivos exercícios.

Para realização de tais análise a carteira de cliente é segregada em seis principais grupos: varejo, redes e distribuidores, órgãos públicos, outros clientes e estabelecimento privado de saúde sendo enquadrados nos percentuais de perda definidos com base no tempo de atraso.

						2019
	Duplicatas a vencer	**Vencidos acima de 1 dias até 360 dias**	**Vencidos acima de 361 dias até 1080 dias**	**Vencidos acima de 1080 dias**	**Total duplicatas vencidas**	**Total Geral**
Varejo	14	-	-	-	-	14
Redes e distribuidores	284.188	1.258	13.174	14.465	28.897	313.085
Órgãos públicos	1.320	3.461	93	603	4.157	5.477
Outros clientes	445	24	-	46	70	515
Exportação	1.026	683	20	320	1.023	2.049
Contas a receber	**286.993**	**5.426**	**13.287**	**15.434**	**34.147**	**321.140**
Taxa de perdas esperadas - %	**-1%**	**0%**	**-58%**	**-50%**	**-45%**	**-5%**
Redes e distribuidores	(1.713)	-	(7.750)	(6.781)	(14.531)	(16.244)
Órgãos públicos	(23)	-	-	(595)	(595)	(618)
Outros clientes	(2)	-	-	(46)	(46)	(48)
Exportação	(1)	-	(4)	(320)	(324)	(325)
Provisão para perdas esperadas	**(1.739)**	**-**	**(7.754)**	**(7.742)**	**(15.496)**	**(17.235)**

Total	**285.254**	**5.426**	**5.533**	**7.692**	**18.651**	**303.905**
Devoluções de clientes	(115)	-	-	-	-	(115)
Recebimentos a identificar	(297)	-	-	-	-	(297)
Total contas a receber	**284.842**	**5.426**	**5.533**	**7.692**	**18.651**	**303.493**

Sendo assim, a provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

						2018
	Duplicatas a vencer	**Vencidos acima de 1 dias até 360 dias**	**Vencidos acima de 361 dias até 1080 dias**	**Vencidos acima de 1080 dias**	**Total duplicatas vencidas**	**Total Geral**
Redes e distribuidores	197.902	8.421	8.638	12.513	29.572	227.474
Órgãos públicos	2.729	3.720	9	635	4.364	7.093
Outros clientes	443	135	30	16	181	624
Exportação	526	92	-	308	400	926
Contas a receber	**201.600**	**12.368**	**8.677**	**13.472**	**34.517**	**236.117**
Taxa de perdas esperadas - %	**-1%**	**-4%**	**-67%**	**-43%**	**-35%**	**-6%**
Redes e distribuidores	(1.395)	(550)	(5.783)	(5.316)	(11.649)	(13.044)
Órgãos públicos	(38)	-	-	(203)	(203)	(241)
Outros clientes	(3)	-	(30)	(16)	(46)	(49)
Exportação	(4)	-	-	(308)	(308)	(312)
Provisão para perdas esperadas	**(1.440)**	**(550)**	**(5.813)**	**(5.843)**	**(12.206)**	**(13.646)**
Total	**200.160**	**11.818**	**2.864**	**7.629**	**22.311**	**222.471**
Devoluções de clientes	(108)	-	-	-	-	(108)
Recebimentos a identificar	(251)	-	-	-	-	(251)
Total contas a receber	**199.801**	**11.818**	**2.864**	**7.629**	**22.311**	**222.112**

5.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	(13.646)	(6.571)
Provisões reconhecidas durante o ano	(10.525)	(11.960)
Provisões revertidas durante o ano	6.936	4.885
Saldo em 31 de dezembro	**(17.235)**	**(13.646)**

6 Estoques

	2019	2018
Produtos acabados	110.735	109.488
Produtos em elaboração	19.921	21.899
Matéria-prima	96.380	91.080
Materiais de embalagem	31.644	27.119
Materiais de consumo	28.445	29.844
Outros (*)	4.585	6.120
Total	**291.710**	**285.550**

(*) Compreendem compras para entrega futura, estoques de mercadorias para revenda, em poder de terceiros e mercadorias em transferência de estabelecimento.

O ajuste ao valor realizável líquido constituído leva em consideração o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade, avariados e a probabilidade de perda do estoque avaliada individualmente e revisada trimestralmente.

No exercício de 2019 a companhia constitui no resultado do exercício o total R$ 1.787 (2018 R$ 3.565) referente a ajuste ao valor realizável líquido. (Nota explicativa nº 28)

7 Impostos a recuperar

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
COFINS (a)	4.268	-	4.516	-
PIS	1.343	-	1.273	-
ICMS (b)	1.479	4.779	3.902	6.087
ICMS sobre venda não entregue	1.558	-	3.866	-
ICMS auto de infração (c)	-	2.582	-	2.582
Outros	410	-	1.624	-
Total	**9.058**	**7.361**	**15.181**	**8.669**

(a) Refere-se aos créditos de COFINS apurados pelo regime cumulativo provenientes da compra de bens utilizados como insumos na produção, bem como da aquisição de bens para o ativo imobilizado.

(b) Refere-se aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado classificado nos ativos circulante e não circulante, de acordo com os prazos previstos para recuperação, conforme determinado na Lei Complementar nº 102/2000. Também possui créditos por antecipação do imposto recolhido de acordo com a IN nº 1208/15 e IN nº 1269/16 que serão compensados conforme IN GSF nº 1428/18.

(c) Refere-se aos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado cujo débito oriundo de um auto de infração foi compensado com créditos adquiridos de terceiros nos termos da Lei nº 15.573/06 e que está aguardando homologação por parte da Secretaria da Fazenda Estadual. Adicionalmente, a Companhia possui garantia real em eventual negativa de compensação com o vendedor dos créditos.

8 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Imposto de renda (a)	1.152	8.650	1.396	8.481
Contribuição social sobre o lucro (b)	451	2.825	559	2.770
	1.603	**11.475**	**1.955**	**11.251**

(a) Refere-se ao imposto de renda recolhido por estimativa no exercício e em anos anteriores.

(b) Refere-se à contribuição social sobre o lucro recolhida por estimativa no exercício e em anos anteriores.

9 Imposto de renda

a. Ativo fiscal diferido

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2019, elaborado pela Administração da Companhia. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

	2019	**2018**
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal:		
Prejuízos fiscais	174.357	199.222
Alíquota aplicável	25%	25%
Subtotal	**43.589**	**49.806**

	2019	2018
Crédito fiscal sobre base negativa:		
Base negativa de contribuição social	175.961	200.826
Alíquota aplicável	9%	9%
Subtotal	**15.836**	**18.074**
Total	**59.425**	**67.880**
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias:		
Ajuste de estoques ao valor realizável líquido	25.438	23.650
Provisão para perdas esperadas – Contas a receber	17.306	9.795
Provisão despesas sobre descartes	4.563	4.158
Provisão descontos concedidos	4.816	2.083
Provisão de fretes sobre vendas	1.429	2.233
Provisão viagens e estadas	213	235
Provisão honorários advocatícios	4.927	4.703
Provisão para premiações	16.462	180
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis	34.898	31.169
Receitas não entregues	5.309	8.412
Provisão para prêmio permanência	1.944	-
Apropriações melhorias patrimoniais	4.444	4.812
Depreciação incentivada P&D	504	-
Outras adições temporárias	1.487	-
Base de cálculo	123.740	91.431
Alíquota aplicável	34%	34%
Subtotal	42.072	31.086
Total	**101.497**	**98.966**

b. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Segundo estimativas da Administração, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social serão realizados com o seguinte cronograma:

Ano	Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa	Crédito sobre diferenças temporárias	Total
2020	20.553	9.997	30.550
2021	13.565	16.468	30.033
2022	8.953	384	9.337
2023	5.909	-	5.909
>2024	10.445	15.223	25.668
Sub-total	**59.425**	**42.072**	**101.497**

c. Movimentação do ativo fiscal diferido

	2019	2018
Saldo inicial	98.966	105.247
(-) Utilização	(11.762)	(18.431)
(+) Constituição	14.293	12.150
Saldo final	**101.497**	**98.966**

d. Passivo fiscal diferido

As obrigações com impostos diferidos referem-se principalmente a diferenças temporárias devido a depreciação com base na vida útil econômica e reavaliação de ativos conforme demonstradas a seguir:

	2019	2018
Exclusões por diferimento da tributação - Art. 409 RIR	1.196	1.952
Exclusão da avaliação a valor justo de propriedade para investimento	21.738	19.994
Depreciação Fiscal Lei n° 11941/09	114.004	94.978
Reserva de reavaliação de ativos	47.092	49.277
Base de cálculo dos tributos diferidos	184.030	166.201
Alíquota aplicável - IRPJ e CSLL	34%	34%
Impostos diferidos passivos	**62.570**	**56.508**

e. Compensação entre ativo e passivo fiscais diferidos

	2019	2018
Ativo fiscal diferido	101.497	98.966
Passivo fiscal diferido	(62.570)	(56.508)
Saldo líquido	**38.927**	**42.458**

f. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes dos impostos	128.821	29.511
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL (*)	**(43.799)**	**(10.034)**

	2019	2018
Adições e exclusões permanentes e diferenças temporárias:		
Despesas não dedutíveis	(1.966)	(3.706)
Ajuste *transfer price* - IN n° 1312 PRL 40%	(1.007)	(788)
Efeito líquido das provisões não dedutíveis	(9.509)	(4.033)
Subvenção fiscal	18.223	13.398
Ajuste líquido das receitas (CPC 30)	1.055	(458)
Depreciação fiscal Lei nº 11.941/09 – (i)	5.459	6.595
Incentivo fiscal - P&D	2.042	-
Juros sobre capital próprio	863	-
Outras deduções	1.795	(61)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.844)	913
IRPJ/CSLL diferido s/ prejuízo fiscal	4.180	(12.581)
IRPJ/CSLL diferido s/ reserva de reavaliação	743	791
IRPJ/CSLL diferido s/ *swap*	-	(9.222)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.923	(21.012)
Total	**(21.921)**	**(20.099)**
Alíquota efetiva	(17,02%)	(68,10%)

i) Refere-se à diferença entre a depreciação societária apurada em laudo técnico interno que apura a vida útil econômica dos bens e a depreciação fiscal cuja vida útil é determinada na legislação fiscal.

10 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus acionistas controladores, administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Acionistas da Companhia (Beneficiários finais):

O espólio de Walterci de Melo detém 57,92 %, os filhos do espólio detêm 37,58% das ações da Companhia e o restante é detido por outros acionistas.

A seguir, estão relacionadas as transações realizadas entre as partes relacionadas:

- *Doações à Fundação Teuto Brasileiro, uma entidade sem fins lucrativos administrada pelo Teuto com o objetivo de fornecer creche e pré-escola aos filhos dos funcionários.*

- *Repasse à Associação de funcionários do Teuto Anápolis, entidade sem fins lucrativos administrada por funcionários indicados pelo Teuto relativa a descontos realizados na folha de pagamento de colaboradores associados.*

- *• Prestação de serviços entre Laboratório Teuto S.A. e ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda cujo espólio de Walterci de Melo é sócio.*

Os principais saldos até 31 de dezembro de 2019 de ativos e passivos com partes relacionadas e os resultados produzidos estão apresentados a seguir:

a. Compra e venda de mercadorias e doações

Contas patrimoniais

	2019		2018	
Ativo	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Instituto de Ciências Farmacêuticas (NE 15)	-	54	28	-
Fundação Teuto Brasileiro (NE 5.2)	-	-	5	-
Associação Teuto Anápolis (NE 5.2).	16	-	32	-
Total	**16**	**54**	**65**	**-**

	2019		2018	
Passivo	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Associação Teuto Anápolis (NE 21)	252	-	241	-
Total	**252**	**-**	**241**	**-**

Contas de resultado

	2019		
	Fundação Teuto Brasileiro	**Associação Teuto Anápolis**	**ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas**
Receita líquida de vendas	-	329	-
Despesas com doações	80	-	-
Despesas com eventos internos	-	1	-
Prestação de serviços	-	-	37
	80	**330**	**37**

	2018		
	Fundação Teuto Brasileiro	**Associação Teuto Anápolis**	**ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas**
Receita líquida de vendas	-	298	-
Despesas com doações	1.866	-	-
Prestação de serviços	-	-	7
	1.866	**298**	**7**

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2019, a remuneração do pessoal-chave da administração, incluindo a Alta Administração e o Conselho de Administração da Companhia paga ou a pagar é apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários e benefícios de curto prazo	22.845	11.483

11 Caixa restrito

	Não circulante	
	2019	2018
Caixa restrito	14.752	9.533
Total	**14.752**	**9.533**

Refere-se a saldos em moeda corrente reconhecidas a valor justos, vinculados à empréstimos e financiamentos e são provenientes de duplicatas que compõem a carteira de contas a receber e, embora estas tenham sido liquidadas, a movimentação para disponibilidades ocorre conforme o prazo de compensação das instituições financeiras.

12 Outros créditos e depósitos judiciais

a. Outros créditos

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores (a)	9.371	6.957
Adiantamentos a funcionários	1.372	1.616
Créditos com devoluções	1.914	209
Crédito Pfizer (b)	2.796	3.140
Créditos com fornecedores ICMS - Lei nº 1.557	682	955
Outros créditos	3.249	4.410
	19.383	**17.287**
Circulante	15.452	11.922
Não Circulante	3.931	5.365

(a) Corresponde a adiantamentos para aquisição de mercadoria com prazo médio de liquidação dos em até 30 dias.

(b) Refere-se a créditos a receber com ex-sócios da Companhia.

b. Depósitos judiciais

Referem-se a garantias judiciais. As ações que compõem esse ativo não circulante estão classificadas conforme demonstrado a seguir:

	Não circulante	
Garantias judiciais	**2019**	**2018**
Cíveis (a)	11.086	1.558
Trabalhistas	6.089	7.016
Tributárias	2.904	1.031
Regulatório	159	159
Total	**20.238**	**9.764**

(a) O aumento do saldo da conta está relacionado a bloqueio judicial referente a ação cível movida por um único cliente, e que teve desfecho em 2020 mediante acordo sendo devido a parte reclamante o montante de R$ 3.150 mil.

13 Propriedades para investimentos

Referem-se a imóveis rurais próximos às instalações da Companhia mantidos para valorização de capital.

a. Reconciliação do valor contábil

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro (i)	29.821	29.821
Alteração do valor justo	1.744	-
Saldo em 31 de dezembro	**31.565**	**29.821**

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes**.**

b. Mensuração do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com experiência recente na localização e na categoria das propriedades que estão sendo avaliadas.

A mensuração do valor justo de propriedade para investimento de R$ 31.565 foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados (*inputs*) para a técnica de avaliação utilizada.

(ii) Valor justo nível 3 - Técnicas de avaliação de apreçamento

Foram aplicados pelos especialistas contratados os seguintes métodos e técnicas de avaliação:

Foram adotados pelos especialistas contratados, os Métodos Comparativo Direto de Dados de Mercado e Método Evolutivo, conjugação dos métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização.

Foram seguidos os seguintes procedimentos:

- *Vistoria: observação criteriosa.*
- *Pesquisa de mercado: coleta do maior número de elementos significativos em bases realistas e comprováveis.*
- *Tratamento de dados por fatores de homogeneização (Anexo B ABNT NBR 14653).*
- *Método do custo de reprodução: consiste em determinar o valor das edificações e benfeitorias através da elaboração de elementos sumários ou detalhados de todas as parcelas que compõem o valor do imóvel avaliado (custos primários ou diretos e custos secundários ou indiretos).*
- *Valor atual ou custo de reedição: é o custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra*
- *VUER técnico: no cálculo da depreciação pelo método Ross - Reidecke foram consideradas a vida útil estimada de prédios e as benfeitorias (tabela-padrão para obras civis).*

14 Imobilizado

a. Composição

	2019			2018		
	Custo	**Depreciação**	**Total**	**Custo**	**Depreciação**	**Total**
Prédios e benfeitorias	237.945	(66.794)	171.151	231.466	(61.969)	169.497
Imóveis e terrenos	7.668	-	7.668	7.668	-	7.668
Instalações	2.141	(2.137)	4	2.142	(2.132)	10
Veículos	1.154	(1.138)	16	1.149	(1.090)	59
Máquinas e equipamentos	299.043	(141.741)	157.302	296.017	(127.604)	168.413
Móveis e utensílios	19.645	(12.183)	7.462	19.595	(10.396)	9.199
Computadores e periféricos	6.546	(5.689)	857	6.485	(5.298)	1.187
Software	8.601	(6.225)	2.376	8.217	(5.421)	2.796
Bens em construção	2.317	-	2.317	2.944	-	2.944
Direito de uso – CPC 06 (R2)	3.043	(310)	2.733	-	-	-
Total	**588.103**	**(236.217)**	**351.886**	**575.683**	**(213.910)**	**361.773**

Atendendo ao que dispõem a Lei nº 11.638/07 e o CPC 27, a depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada a taxas que levam em conta a vida útil remanescente dos bens. A depreciação do período foi alocada nos custos e nas despesas operacionais, de acordo com a natureza dos bens, cujos valores serviram de base para esse cálculo. Embora uma parte da depreciação tenha transitado por resultado na forma de custo indireto, quando é efetuada apuração mensal do custo por absorção, é carregada para o estoque de produtos em elaboração, retornando ao resultado apenas a parcela que compõe o produto acabado por ocasião da venda ou da baixa.

A Companhia possui ativos imobilizados, sendo eles máquinas e equipamentos e obras civis, oferecidos como garantias de alguns de seus financiamentos que importam o montante de R$ 61.671.

b. Reconciliação do valor contábil

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2019
Prédios e benfeitorias	169.497	286	(22)	6.215	(4.825)	171.151
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	10	-	-	-	(6)	4
Veículos	59	4	-	-	(47)	16
Máquinas e equipamentos	168.413	1.553	(227)	1.700	(14.137)	157.302
Móveis e utensílios	9.199	54	(18)	15	(1.788)	7.462
Computadores e periféricos	1.187	241	(120)	(60)	(391)	857
Software	2.796	355	-	39	(814)	2.376
Bens em construção	2.944	9.151	(70)	(9.708)	-	2.317
Direito de uso	-	1.234	-	1.799	(300)	2.733
Total	**361.773**	**12.878**	**(457)**	**-**	**(22.308)**	**351.886**

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2018
Prédios e benfeitorias	169.828	472	(33)	4.130	(4.900)	169.497
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	54	-	-	-	(44)	10
Veículos	112	-	-	-	(53)	59
Máquinas e equipamentos	178.352	3.198	(293)	1.205	(14.049)	168.413
Móveis e utensílios	10.827	114	(7)	100	(1.835)	9.199
Computadores e periféricos	1.385	216	(5)	189	(598)	1.187
Software	3.460	79	-	200	(943)	2.796
Bens em construção	3.331	5.715	(278)	(5.824)	-	2.944
Total	**375.017**	**9.794**	**(616)**	**-**	**(22.422)**	**361.773**

15 Intangível

a. Composição

	2019	2018
Gastos com desenvolvimento de novos produtos - P&D líquido	5.216	2.198
Dossiês farmacêuticos	1.198	1.115
Direito de uso soluções para lentes	600	600
Subtotal	7.014	3.913
Instituto de Ciências Farmacêuticas (10)	54	28
Total	**7.068**	**3.941**

b. Reconciliação do valor contábil

	2018	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2019
Desenvolvimento de novos produtos P&D (a)	2.236	3.074	-	391	-	5.701
Dossiês farmacêuticos (b)	1.143	146	(91)	-	-	1.198
Direitos de uso soluções para lentes	600	-	-	-	-	600
(-) Amortização	(38)	-	-	(391)	(2)	(431)
Total	**3.941**	**3.220**	**(91)**	**-**	**(2)**	**7.068**

	2.017	Adições	Baixas	Amortização	2.018
Desenvolvimento de novos produtos - P&D (a)	-	2.236	-	-	2.236
Dossiês farmacêuticos (b)	1.501	47	(405)	-	1.143
Direitos de uso soluções para lentes	600	-	-	-	600
(-) Amortização	-	-	-	(38)	(38)
Subtotal	**2.101**	**2.283**	**(405)**	**(38)**	**3.941**

a) Gastos com desenvolvimento de novos produtos - P&D líquido

Companhia registra os gastos com desenvolvimento de novos produtos no ativo intangível, os quais incluem gastos com mão-de-obra aplicada mediante apontamento de horas do pessoal técnico envolvido, materiais diretos consumidos, bem como serviços e outras despesas gerais necessárias às atividades de desenvolvimento. Para tanto, o Laboratório Teuto implementou uma política interna que estabelece a distinção entre as fases de pesquisa e desenvolvimento e a criação de controles por projeto/produto, desde a aprovação de orçamentos a partir da conclusão da pesquisa até a conclusão do projeto, de onde espera-se obter um produto novo ou mudança substancial em um produto/processo existente, definindo também o início e critérios para amortização dos gastos ao resultado, a partir da comercialização do produto.

b) Dossiês farmacêuticos

Os referidos "dossiês farmacêuticos" são utilizados na fabricação de produtos a serem comercializados pela Companhia.
Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade ("impairment") dos saldos de gastos com de novos produtos, sempre que praticável, por método de fluxo de caixa descontado, considerando entre outros aspectos: a). premissas de geração futura de receitas, fundamentadas pelo tamanho de mercado atual e expectativa do mercado futuro, quantidade de players, preços as serem praticados e a participação de mercado que a Companhia espera atingir; b). Estimativa de custo direto e indireto, partindo da valorização da ficha técnica do produto e adicionado o custo de produção baseado na rota similar de produto já em linha produtiva; c). Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável; d). Gastos associados a comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e frete.

O exercício de projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamentos dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor recuperável (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado

16 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais - Fornecedores em geral	38.430	33.419
Fornecedores internacionais	56.871	47.116
Total	**95.301**	**80.535**

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			2019		2018	
Modalidade	**Atualização**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Debêntures	CDI + 2,89% a.a.	2023	89.401	359.277	42.486	442.005
Capital de Giro	CDI + 3,04 a 3,18 % a.a.	2021	8.622	7.333	12.152	16.545
FCO	2,94 a 10% a.a.	2024	2.906	4.886	3.081	7.759
FINAME	2,5 a 9,5% a.a.	2024	3.594	3.586	3.891	7.164
Total			**104.523**	**375.082**	**61.610**	**473.473**

Em maio de 2018 o Laboratório Teuto emitiu 485 mil debêntures simples sob a forma nominativa e escritural de valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil Reais), incidindo juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI acrescido de 2,89% a.a., com seis meses de carência e amortização trimestral finalizando em janeiro de 2023.
As debêntures contam com as seguintes garantias: alienação fiduciária de 40% das ações representativas do capital social da Companhia; e cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da comercialização de produtos pela Companhia.

Os financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) referem-se a repasses do BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos novos destinados a produção industrial, pesquisa e desenvolvimento de produtos e estudos de bioequivalência farmacêutica.

(i) Cronograma

Os vencimentos anuais classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 são:

Vencimentos	**Valor**
2021	173.139
2022	161.459
2023	36.375
2024 em diante	4.109
Total	**375.082**

(ii) Conciliação da atividade de financiamento

Modalidade		Variações dos fluxos de caixa de financiamento			Outras Variações				
	31/12/2018	Contratações	Pagamento principal	Total	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	Total	31/12/2019
Moeda nacional	50.592	-	(19.450)	31.142	2.969	(3.184)	-	(215)	30.927
Moeda nacional Debêntures	484.491	-	(36.375)	448.116	43.242	(42.680)	-	562	448.678
Moeda estrangeira	-	21.781	(22.016)	(235)	605	(1.464)	1.094	235	-
Total	**535.083**	**21.781**	**(77.841)**	**479.023**	**46.816**	**(47.328)**	**1.094**	**582**	**479.605**

Modalidade		Variações dos fluxos de caixa de financiamento			Outras Variações				
	31/12/2017	Contratações	Pagamento principal	Total	Provisão juros	Pagamento juros	Variação cambial	Total	31/12/2018
Moeda nacional	319.501	110.829	(378.392)	(267.563)	20.235	(21.581)	-	(1.346)	50.592
Moeda nacional Debêntures	-	485.000	-	485.000	20.423	(20.933)	-	(510)	484.491
Moeda estrangeira	210.598	20.636	(253.880)	(233.244)	4.850	(5.860)	23.657	22.647	-
Total	**530.099**	**616.465**	**(632.272)**	**(15.807)**	**45.508**	**(48.374)**	**23.657**	**20.791**	**535.083**

(iii) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, hipoteca, recebíveis e máquinas e equipamentos.

	Saldo
Contas a receber - Clientes caucionadas	116.227
Imobilizado penhorado	61.671

(iv) Cláusulas restritivas de covenants

Os covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras anuais. A Companhia possui nos contratos de debêntures cláusulas restritivas em relação aos indicadores de dívida líquida/EBITDA, EBIT/Resultado Financeiro e Liquidez Corrente. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia esteve em conformidade com as cláusulas de disciplina financeira, exceto em relação à dívida líquida/EBITDA, sendo obtido *waiver* em 31 de dezembro de 2019 junto às instituições financeiras credoras das debêntures para que não ocorresse a quebra dos *covenants*.

18 Obrigações trabalhistas

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Salários a pagar	7.247	-	6.598	-
INSS a pagar	5.138	-	4.590	-
Provisão para premiação a empregados (i)	16.462	-	-	-
Provisão de férias e encargos de férias	22.824	-	21.086	-
FGTS	1.644	-	1.451	-
Encargos sociais parcelados	87	-	89	85
Contribuição sindical	1	-	1	-
Total	**53.403**	**-**	**33.814**	**85**

(i) Refere-se a remuneração variável implementada no exercício de 2019 estruturada para estimular os funcionários a se manterem alinhados aos objetivos pré-estabelecidos e a buscarem o cumprimento de metas estabelecidas pela administração da Companhia.

19 Obrigações tributárias

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
ICMS - Parcelamento (a)	-	-	1.648	-
ICMS (b)	3.573	-	3.915	-
IRRF a recolher (c)	3.507	-	2.834	-
PIS/COFINS	159	167	117	117
Outros tributos	161	-	69	-
Total	**7.400**	**167**	**8.583**	**117**

(a) Refere-se a um parcelamento de ICMS no Estado de Minas Gerais que em 2018 houve requerimento da Companhia para sua quitação utilizando precatórios adquiridos de terceiros com condição de pagamento parcial em espécie (Resolução conjunta SEF/AGE 5.031/2017) e aguarda a tramitação processual perante a Advocacia Geral do Estado.

A Companhia protocolou em 7 de maio de 2010, na Secretaria Estadual do Estado do Rio de Janeiro, pedido de compensação dos débitos de ICMS com precatórios adquiridos de terceiros. Atendendo à Emenda Constitucional nº 62/2009, esse processo está acolhido pelas reduções e pelos benefícios trazidos pela Lei nº 5.647/2010 e está aguardando homologação por parte da autoridade estadual. Com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a Companhia entende que a homologação ocorrerá sem nenhum tipo de perda.

(b) Refere-se a ICMS a vencer apurado mensalmente nos Estados de Goiás e São Paulo.

(c) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre notas fiscais de serviços e folha de pagamento a funcionários.

20 Programa Fomentar

A Companhia, por estar situada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), no Estado de Goiás, obteve no Estado um incentivo fiscal denominado Fomentar. Através deste, a Companhia tem um prazo até 2032 para liquidar 70% do ICMS devido ou liquidá-lo através de leilões com deságio, que historicamente acontecem duas vezes ao ano.

A Companhia vem cumprindo todas as obrigações contratuais. Os saldos em aberto em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Ativo:				
Bolsa garantia (a)	-	992	-	886
Total	**-**	**992**	**-**	**886**
Passivo:				
ICMS Fomentar (b)	-	9.918	-	8.860
Bolsa Garantia	265	-	379	-
Juros Fomentar (c)	80	-	56	-
Ajuste a valor presente (d)	-	(8.827)	-	(7.885)
Total	**345**	**1.091**	**435**	**975**

(a) Sobre a parcela de 70% incentivada do ICMS, 10% devem ser depositados em instituição financeira bancária e poderão ser utilizados em leilões oferecidos pelo Estado a companhias participantes do Projeto Fomentar. O reconhecimento contábil ocorre a partir da apuração do ICMS devido no período.

De acordo com a Lei nº 16.285/2008, os valores destinados ao Programa Bolsa Garantia não são corrigidos. A referida Lei revogou o art. 4º da Lei nº 14.063, de 26 de dezembro de 2001.

(b) Refere-se às apurações mensais do ICMS de novembro e dezembro/2019 que não foram incluídos nos leilões oferecidos pelo Estado. O valor liquidado do ICMS Fomentar abrangeu os períodos de apuração de novembro/2018 a outubro/2019 utilizando o saldo da Bolsa Garantia que gerou um deságio de R$ 50.887. O ganho transitou em conta de resultado do exercício e constituirá a reserva para subvenções fiscais nos exercícios seguintes nos termos da Lei nº 11.941/09. Os resultados apurados estão demonstrados a seguir:

Evento	Leilão em junho de 2019	Leilão em dezembro de 2019	Saldo
Saldo devedor	26.282	30.895	57.177
Quitação com a Bolsa Garantia	(2.628)	(3.090)	(5.718)
Quitação por meio do DARE	(263)	(309)	(572)
Deságio	**23.391**	**27.496**	**50.887**

(c) Sobre o valor financiado do ICMS, 70% do valor apurado, incidem juros de 2,4% a.a.

(d) Os débitos constituídos no período com vencimento futuro foram ajustados a valor presente, utilizando uma taxa média histórica de 1,6% de desconto ao mês até 31 de dezembro de 2032. A contrapartida desse ajuste é registrada como outras receitas no resultado do exercício e sua realização é efetuada em contrapartida a despesas financeiras pelo regime de competência até o vencimento efetivo da obrigação.

21 Outras obrigações

	2019		2018	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Créditos de ICMS -Lei nº 15.573/06 (a)	-	210	-	210
Precatórios a pagar (b)	1.500	-	1.500	-
Contratos a realizar	1.957	-	1.101	-
Honorários advocatícios (c)	21	4.927	40	4.703
Acordos cíveis e trabalhistas a pagar	870	-	2.781	-
Apropriação a transcorrer (d)	-	4.444	-	4.812
Provisão para despesas de descarte (e)	4.563	-	4.158	-
Outras provisões de contas a pagar (f)	4.845	3.413	5.397	247
	13.756	12.994	14.977	9.972
Partes relacionadas (Nota 10)	252	-	241	-
Total	**14.008**	**12.994**	**15.218**	**9.972**

(a) A Companhia, aproveitando-se dos dispositivos legais da Lei Estadual nº 15.573/06, regulamentada pela Instrução Normativa GSF nº 774/06, adquiriu créditos tributários de terceiros que estão aguardando homologação da autoridade estadual, sendo os pagamentos suspensos sem incidência de atualização monetária.

(b) A Companhia adquiriu precatórios de terceiros, com o objetivo de quitar débitos do ICMS no Estado do Rio de Janeiro, o pagamento restante está vinculado à homologação perante a Fazenda Estadual.

(c) Provisão de honorários advocatícios vinculados ao êxito em ações tributárias.

(d) Refere-se a custos para ampliação e melhorias incrementais nas linhas de envase líquido e injetável que foram reembolsados e serão apropriados ao resultado na mesma proporção da depreciação pela vida útil.

(e) Refere-se à provisão para impostos e serviços de descarte dos inventários provisionados para perda, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo anterior	4.158	3.588
Constituições	1.845	2.378
Reversões	(1.440)	(1.808)
Saldo atual	**4.563**	**4.158**

(f) Circulante: Referem-se principalmente à provisão de custos e despesas diversas, tais como a provisão de fretes a pagar registradas atendendo ao período de competência. Não Circulante: Referem-se a obrigações contratuais de longo prazo com fornecedores e instituições financeiras.

22 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista. A determinação da provisão necessária para essas contingências foi efetuada após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2017	Adições	Reversões	Em 31 de dezembro de 2018	Adições	Reversões	Em 31 de dezembro de 2019
Trabalhistas	28.832	2.572	(1.705)	29.699	9.341	(5.382)	33.658
Cíveis	1.470	-	-	1.470	-	(230)	1.240
	30.302	**2.572**	**(1.705)**	**31.169**	**9.341**	**(5.612)**	**34.898**

As garantias judiciais existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 12.b.

Resumo das ações classificadas como "risco provável" e provisionadas

Ao exercer o julgamento sobre a possibilidade de perda de uma ação, nossos assessores levam em conta as particularidades do andamento processual, como um recurso negado, uma sentença desfavorável e o histórico de julgamentos semelhantes.

- *Ações trabalhistas - Refere-se a ações tais como indenizações e outras reclamações trabalhistas oriundas de reintegração, dispensa em período de estabilidade, pagamento de verbas salariais, danos morais e materiais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reconhecimento de vínculo empregatício, entre outras. Parte substancial das adições estão relacionadas a ações intervalo intrajornada e tempo de troca de uniforme.*

- *Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas, danos materiais e morais, direitos autorais e ações regressiva acidentária.*

Resumo das contingências classificadas como possíveis e não provisionadas

As contingências, cuja possibilidade de perda foi classificada como possível por nossos assessores legais, são as seguintes:

	2019	2018
Tributárias	131.488	46.927
Trabalhistas	1.245	55
Cíveis	4.263	107
Total	**136.996**	**47.089**

- *Ações tributárias - Referem-se principalmente a autos de infração decorrentes de questionamento da base de cálculo utilizada no recolhimento de ICMS substituição tributária no Estado da Bahia, e reconhecimento de decadência e/ou da prescrição de Crédito Tributário junto a Procuradoria da Fazenda Nacional.*

- *Ações trabalhistas - Referem-se a ações, tais como indenizações por danos morais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reclamações por responsabilidade subsidiária entre outras reclamações trabalhistas.*

- *Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas e ações de reparação de danos materiais e morais.*

Outros litígios

Processo Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
Em 2 de abril de 2015, foi instaurado Processo Administrativo pela Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apurar supostas infrações à ordem econômica previstas na Lei nº 12.529/2011, ocorridas desde, ao menos, 2007 até abril de 2011, em licitações públicas para aquisição de medicamentos promovidas em diversos Estados da Federação. Em 23 de abril de 2015, o Laboratório Teuto recebeu notificações relativas ao Processo Administrativo.

Esse Processo Administrativo deriva diretamente de investigações promovidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) contra três empresas farmacêuticas, que supostamente estariam envolvidas em práticas que configurariam cartel em licitações promovidas pela Secretaria de Saúde daquele Estado. O Laboratório Teuto não foi alvo de investigação do MP/MG.

A SG/CADE não conduziu nenhuma medida investigativa adicional. A Nota Técnica é um documento emitido para fundamentação formal por técnicos especializados em concorrência e defesa econômica, que instaurou o Processo Administrativo em comento se baseou apenas no material obtido pelo MP/MG no curso das investigações contra três empresas farmacêuticas.

A referida Nota Técnica não cita nenhum indício obtido por meio de busca e apreensão ou interceptações telefônicas contra o Laboratório Teuto. Entre os indícios identificados nos documentos apreendidos, a Nota Técnica cita apenas uma anotação de agenda de uma das empresas na qual há referência ao Laboratório Teuto. A SG/CADE não incluiu nenhum executivo ou funcionário do Laboratório Teuto no polo passivo desse processo.

Além da anotação de agenda mencionada acima, nenhum dos documentos juntados ao processo é citado como indício de participação do Laboratório Teuto em suposto cartel pela SG/CADE em sua Nota Técnica.

Até o momento não houve manifestação do CADE em relação às defesas apresentadas pelo Laboratório Teuto.

Com base na opinião dos assessores legais do Laboratório Teuto, o processo do CADE contra o Laboratório Teuto não fornece provas diretas ou mesmo indiretas suficientes para implicar a responsabilidade do Teuto pela participação no suposto cartel sob investigação. No entanto, como o processo ainda está pendente de instrução processual e novas evidências podem ser trazidas aos autos, a chance de perda foi estimada como "possível" e será revista assim que concluída, visando determinar os riscos envolvidos e possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, no valor de R$ 68.808, é formado por 54.655.555 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, cada ação ordinária nominativa atribui ao titular o direito de um voto nas resoluções em Assembleia Geral.

b. Reservas de capital

A Companhia obteve com o Governo do Estado de Goiás o direito de crédito especial para investimento, destinado à subvenção dos gastos com implantação da fábrica no complexo industrial de produtos farmacêuticos do Estado, com limite autorizado de R$ 2.676.

c. Reservas de reavaliação

A Companhia possui um saldo de reserva de reavaliação de ativos, líquido dos efeitos tributários, no valor de R$ 25.522 (R$ 26.964 em 2018), sendo a última reavaliação ocorrida em maio de 2005.

A Companhia mantém provisão dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação em contrapartida ao passivo não circulante, a qual está sendo realizada anualmente.

d. Reserva legal

O valor apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foi constituído em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social.

	2019	**2018**
Resultado do exercício	106.900	9.412
Reserva legal de 5%	**5.345**	**470**
(-) Limitação de 20% do capital social	(1.082)	-
Reserva legal constituída (5%)	**4.263**	**470**

e. Reserva de incentivos fiscais

Refere-se ao deságio gerado pela liquidação do Fomentar, registrado em contrapartida ao resultado do exercício, conforme disposição legal em vigor, retornando para o patrimônio líquido após destinação do lucro líquido.

Para fins de atendimento à legislação fiscal, que determina a não distribuição do valor recebido aos acionistas, a parcela reconhecida, limitada ao lucro do exercício, foi transferida para a reserva de incentivos fiscais.

Em 2018 a Companhia apurou um deságio de R$ 37.504 e, em função do limite do lucro do exercício, constituiu uma reserva de incentivo fiscal de R$ 10.478. Em 2019, a Companhia apurou um deságio de R$ 50.887, reconheceu a reserva de incentivo fiscal integral e uma constituição adicional de R$ 48.192, referentes à reservas não constituídas em períodos anteriores pelos limites de lucros apurados, totalizando uma reserva de R$ 99.079.

f. Reserva de lucros

No encerramento do exercício, a Companhia compensou o equivalente ao cálculo dos impostos diferidos sobre o ativo imobilizado no resultado apurado da reserva de lucros.

g. Dividendos a pagar

Não houve constituição de provisão para dividendos no exercício de 2019 e 2018 em função da insuficiência de lucros distribuíveis, tendo em vista a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais.

h. Juros sobre capital próprio a pagar

No exercício de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a deliberação de juros sobre capital próprio, o montante de R$ 5.000. O valor correspondente ao acionista espólio de Walterci de Melo de R$ 2.462 está disponível para pagamento e aguardando apenas a decisão judicial relacionada a inventário.

i. Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende a diferença entre o valor de custo e o valor justo, líquidos dos efeitos tributários, das propriedades para investimentos, no momento do reconhecimento inicial das propriedades para investimento ao valor justo, e a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos, ambos reconhecidos como outros resultados abrangentes.

	2019	**2018**
Saldo anterior	5.559	3.615
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	113	2.403
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perdas	(113)	(459)
Saldo atual	**5.559**	**5.559**

O saldo em 31 de dezembro de 2019 está relacionado apenas ao valor justo da propriedade para investimento.

24 Receita operacional líquida

A receita é reconhecida quando o controle dos produtos é transferido para o cliente; ou seja, para vendas Free on Board (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria, coleta o produto nas unidades da Empresa; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida apenas após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar como eles serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos. Os descontos representam uma contraprestação no preço da transação reconhecida na receita de acordo com o CPC 47. No exercício de 2019, o montante foi de R $ 22.123.

				2019
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	670.642	447.750	4.718	1.123.110
Impostos incidentes sobre as vendas	(94.388)	(54.034)	-	(148.422)
Devoluções	(3.816)	(3.808)	(1.009)	(8.633)
Receita operacional líquida	**572.438**	**389.909**	**3.709**	**966.055**

				2018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	510.081	394.432	5.986	910.499
Impostos incidentes sobre as vendas	(77.179)	(53.871)	(19)	(131.069)
Devoluções	(5.927)	(4.773)	(1.192)	(11.892)
Receita operacional líquida	**426.975**	**335.788**	**4.775**	**767.538**

25 Custos dos produtos vendidos

				2019
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Custo de materiais	(223.140)	(148.616)	(788)	(372.544)
Custo de mão de obra	(109.985)	(61.456)	(481)	(171.922)
Industrialização por terceiros	(3.381)	(48)	(10)	(3.439)
Depreciação	(12.539)	(7.705)	(53)	(20.297)
Gastos gerais de fabricação	(41.614)	(30.929)	(211)	(72.754)
Custo das mercadorias vendidas	(21.725)	(5.693)	(182)	(27.600)
	(412.384)	**(254.447)**	**(1.725)**	**(668.556)**

				2018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Custo de materiais	(169.028)	(132.756)	(1.073)	(302.857)
Custo de mão de obra	(90.877)	(55.239)	(574)	(146.690)
Industrialização por terceiros	(2.960)	(96)	(5)	(3.061)
Depreciação	(11.900)	(8.099)	(76)	(20.075)
Gastos gerais de fabricação	(36.446)	(27.300)	(264)	(64.010)
Custo das mercadorias vendidas	(16.070)	(9.433)	(108)	(25.611)
	(327.281)	**(232.923)**	**(2.100)**	**(562.304)**

26 Despesas com vendas

	2019	2018
Remuneração, encargos e benefícios	(67.235)	(50.512)
Fretes e carretos sobre vendas	(17.278)	(19.586)
Viagens e estadas	(9.154)	(7.746)
Indenizações judiciais	(5.280)	(623)
Perdas no recebimento de créditos	(140)	(407)
Despesas de *marketing*	(1.521)	(1.784)
Feiras e Congressos	(1.169)	(956)
Operação logística	(367)	(885)
Gastos gerais comerciais	(3.428)	(3.191)
Total	**(105.572)**	**(85.690)**

27 Despesas administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(24.887)	(18.027)
ICMS outras saídas	(5.584)	(4.952)
Depreciação e amortização	(2.076)	(1.738)
Despesas com serviços de terceiros	(2.302)	(2.416)
Despesas com manutenção e locação	(1.343)	(1.222)
Doação a entidades civis (Nota explicativa 10)	(80)	(1.866)
Tributos e taxas federais – líquidos de créditos extemporâneas	3.638	(1.367)
Outros gastos gerais	(3.266)	(1.061)
Total	**(35.900)**	**(32.649)**

28 Outras receitas e despesas líquidas

	2019	2018
Outras receitas		
Subvenções para investimentos (Nota explicativa 23.e)	50.887	39.404
Reversão provisão contingência (Nota explicativa 22)	5.612	1.705
Receita com avarias de produtos	2.041	1.780
Avaliação de propriedade para investimento a valor justo (a)	1.744	-
Outras receitas	1.448	1.427
Subtotal	**61.732**	**44.316**

(a) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes conforme nota 14, em 2018 a avaliação foi realizada e a valorização foi imaterial.

	2019	2018
Outras despesas		
Disposição de resíduos (descarte de itens provisionados)	(9.870)	(13.061)
Contingências (Nota explicativa 22)	(9.341)	(2.572)
Constituição de provisões para descarte	(405)	(570)
Provisão para premiação (Nota explicativa 18.i)	(8.000)	-
Protege sobre fomentar *(i)*	(6.454)	-
Despesas com regulatórios *(ii)*	(3.595)	(4.686)
Ajuste ao valor realizável líquido (Nota explicativa 6)	(1.787)	(3.565)
Outras despesas	(680)	(3.885)
Subtotal	**(40.132)**	**(28.339)**
Outras receitas (despesas) líquidas	**21.600**	**15.977**

(i) Refere-se à contribuição ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS que permite a manutenção dos benefícios fiscais concedidos pelo estado com relação ao ICMS, desde que o contribuinte beneficiário contribua para o Fundo. Caso este deixe de recolher esta contribuição, ele terá os benefícios do ICMS suspensos, até a sua regularização.

(ii) Refere-se a taxas de registros, modificações, boas práticas de fabricação recolhidas para a Anvisa.

29 Resultado financeiro líquido

a) Receitas financeiras	**2019**	**2018**
Variação cambial ativa	11.441	13.139
Rendimento de aplicações financeiras	1.539	991
Variação cambial empréstimos e financiamentos	1.225	12.599
Ganho Swap	1.114	27.125
Juros recebidos	470	373
Variação monetária ativa	358	444
Descontos obtidos	155	153
Redução Juros/Multa - Benefício Fiscal (i)	-	8.592
Subtotal	**16.302**	**63.416**

b) Despesas financeiras	**2019**	**2018**
Juros sobre debêntures (ii)	(43.242)	(20.423)
Variação cambial passiva	(11.079)	(17.919)
Juros sobre financiamentos nacionais	(2.969)	(20.235)
Variação cambial empréstimos e financiamentos	(2.319)	(36.256)
Juros sobre financiamentos internacionais	(605)	(4.850)
Perda SWAP	(273)	(15.257)
IOF	(281)	(2.423)
Descontos concedidos	(193)	(8.796)
Outras despesas	(558)	(3.542)
Subtotal	**(61.519)**	**(129.701)**

Resultado financeiro líquido	**(45.217)**	**(66.285)**

i)Refere-se à liquidação de processos de ICMS no estado de MG com redução de multas e juros utilizando precatórios.

ii) Em julho de 2018 a Companhia concluiu o reperfilamento da dívida junto às instituições financeiras realizando a substituição das operações de empréstimos e financiamentos em moeda local e estrangeira por debêntures, essas operações refletiram em ganhos e perdas com Swap, variação cambial e juros.

30 Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	Lucro básico		Diluído básico	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	106.900	9.412	106.900	9.412
Quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas	54.655	54.655	54.655	54.655
Lucro básico por ação (Em milhares de reais)	**1,96**	**0,17**	**1,96**	**0,17**

A Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluidoras em 31 de dezembro de 2019 ou 2018.

31 Informação por segmento e informação área geográfica

a) informação por segmento

A Administração da Companhia deliberou três segmentos : Negócios Farma, Unidade de Negócios Hospitalar e Exportação, sendo estes os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A administração avalia o desempenho desses segmentos com base em sua receita bruta.

Cada segmento é gerido por uma diretoria específica com auxílio de equipe composta por gerentes, supervisores.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

Unidade de Negócios Farma – abrange o atendimento do canal varejo farmacêutico, cadeia de farmácias localizadas no Brasil, com seus medicamentos similares, genéricos, alimentos, produtos para saúde e cosméticos, incluindo Helth Beatiful HB&S.

Pela farmacopeia brasileiras as definições dos produtos são as seguintes:
Medicamento similar – é aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal, responsável pela vigilância sanitária, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

Medicamento genérico – é aquele medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que pretende ser com esse intercambiável, geralmente produzido após a expiração patentearia ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB). Devendo sempre ser identificado pelo princípio ativo e com tarja indicativa de medicamento genérico.

Unidade de Negócios Hospitalar – abrange o atendimento de hospitais e clínicas no âmbito público e privado, com medicamentos similares e genéricos comercializados em embalagem múltipla com destinação hospitalar.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nosso principal produto, comercializado pela Companhia, qual seja, o medicamento "Bepeben", representou 5,35% de nossa receita operacional líquida. Em função de um portfólio diversificado, mix dinâmico, não há dependência de produto chave para a nossa receita.

Em 31 de dezembro de 2019, o percentual do nosso faturamento decorrente dos contratos diretos firmados com entidades da Administração Pública era de 2,40%, cerca de R$ 27.008.

Exportação – abrange o atendimento do mercado externo, através do comércio exterior.

	2.019			
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	670.642	447.750	4.718	1.123.110
Impostos incidentes sobre as vendas:	(94.388)	(54.034)	-	(148.422)
Devoluções:	(3.816)	(3.808)	(1.009)	(8.633)
Receita operacional líquida	**572.438**	**389.909**	**3.709**	**966.055**
Custo de materiais	(223.140)	(148.616)	(788)	**(372.544)**
Custo de mão de obra	(109.985)	(61.456)	(480)	**(171.921)**
Industrialização por terceiros	(3.381)	(48)	(10)	**(3.439)**
Depreciação	(12.539)	(7.705)	(54)	**(20.298)**
Gastos gerais de fabricação	(41.614)	(30.929)	(211)	**(72.754)**
Custo das mercadorias vendidas	(21.725)	(5.693)	(182)	**(27.600)**
Custo dos produtos vendidos	**(412.384)**	**(254.447)**	**(1.725)**	**(668.556)**
Lucro Bruto	**160.053**	**135.462**	**1.984**	**297.499**

				2.018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	510.081	394.432	5.986	**910.499**
Impostos incidentes sobre as vendas:	(77.179)	(53.871)	(19)	**(131.069)**
Devoluções:	(5.927)	(4.773)	(1.192)	**(11.892)**
Receita operacional líquida	**426.975**	**335.788**	**4.775**	**767.538**
Custo de materiais	(169.028)	(132.756)	(1.073)	**(302.857)**
Custo de mão de obra	(90.877)	(55.239)	(573)	**(146.689)**
Industrialização por terceiros	(2.960)	(96)	(5)	**(3.061)**
Depreciação	(11.900)	(8.099)	(77)	**(20.076)**
Gastos gerais de fabricação	(36.446)	(27.300)	(264)	**(64.010)**
Custo das mercadorias vendidas	(16.070)	(9.433)	(108)	**(25.611)**
Custo dos produtos vendidos	**(327.281)**	**(232.923)**	**(2.100)**	**(562.304)**
Lucro Bruto	**99.694**	**102.865**	**2.675**	**205.234**

b) Receita por área geográfica

	2019	2018
Brasil	1.118.392	904.514
Portugal	1.494	30
África	1.419	1.089
Angola	836	320
Líbia	426	2.525
Emirados Árabes Unidos	249	-
Ilhas Virgens Britânicas	185	-
Uruguai	83	121
Costa Rica	26	21
Índia	-	1.846
Venezuela	-	33
Receita Bruta	**1.123.110**	**910.499**

32 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativo	2019 Custo amortizado	2018 Custo amortizado	Hierarquia do valor justo	2019 Valor Justo	2018 Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	7.453	8.866	Nível 2	-	-
Contas a receber (Nota 5)	307.837	222.112	Nível 1	-	-
Outras contas a receber (Nota 12.b)	2.796	3.140	Nível 1	-	-
Caixa restrito (Nota 11)	14.752	9.533	Nível 1	-	-
Depósitos judiciais (Nota 12)	20.338	9.764	Nível 1	-	-
Outros créditos (Nota 12)	19.383	17.287	Nível 1	-	-
Total	**372.559**	**270.009**			
Passivo					
Fornecedores (Nota 16)	95.301	80.535	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	479.605	535.083	Nível2	503.622	543.195
Outras obrigações (Nota 21)	27.002	25.190	Nível 1	-	-
Total	**601.908**	**640.808**		**503.622**	**543.195**

A Companhia não divulgou os valores justos para os instrumentos financeiros, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, dividendos e outras obrigações de curto prazo, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

b. Políticas de gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez.

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A seguir, o detalhamento dos principais riscos:

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Risco de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e as compras são denominadas e a respectiva moeda funcional da Companhia, a qual está exposta essencialmente à variação na taxa de câmbio do Dólar.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal:

	2019			**2018**		
	USD	**EURO**	**R$**	**USD**	**EURO**	**R$**
Fornecedores	(12.215)	(1.665)	(56.780)	(11.563)	(517)	(47.092)
Clientes	370	121	2.048	239	-	925
Exposição líquida	**(11.845)**	**(1.544)**	**(54.732)**	**(11.324)**	**(517)**	**(46.167)**

Para os exercício de 2019 e 2018 a Companhia não contratou instrumentos de *hedge* cambial.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira da Companhia se o cliente ou a contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2019	2018
Perdas esperadas de créditos	(3.589)	(2.732)

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O departamento financeiro estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão inclui a avaliação das demonstrações financeiras, e informações de agências de crédito. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da diretoria financeira.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são varejistas, rede de distribuidores, órgãos públicos, ou clientes estrangeiros, seu histórico de negociação com a Companhia, e existência de dificuldades financeiras no passado.

Para determinados clientes a Companhia possui garantias hipotecárias em relação ao contas a receber no valor de R$ 9.505 para os quais a provisão de perda é o que exceder o valor da garantia.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

	2019	2018
Varejo	14	227.474
Redes e distribuidores	313.085	7.093
Órgãos públicos	5.477	624
Outros clientes	515	-
Exportação	2.049	926
Total	**321.140**	**236.117**

A companhia possui uma carteira de cliente bastante pulverizada sendo que em 31 de dezembro de 2019, o valor contábil do cliente mais relevante da Companhia (uma rede de distribuição) é de R$ 16.020 mil (2018 R$ 11.739 mil).

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que não quebre os limites ou cláusulas de empréstimos em qualquer uma de suas linhas de crédito (quando aplicável). Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	2019				
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	479.605	526.895	310.463	216.432	-
Fornecedores	95.301	95.301	95.301	-	-
Outras obrigações	27.002	27.002	21.322	2.813	2.867
Obrigações tributárias	7.567	7.567	7.567	-	-
Total	**609.475**	**656.765**	**434.653**	**219.245**	**2.867**

	2018				
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	535.083	759.457	260.814	498.354	289
Fornecedores	80.535	80.535	80.535	-	-
Outras obrigações	25.190	25.190	21.120	1.061	3.009
Obrigações tributárias	8.700	8.700	8.700	-	-
Total	**649.508**	**873.882**	**371.169**	**499.415**	**3.298**

c. Gestão de capital

O principal objetivo da gestão de capital da Empresa é garantir que a Empresa mantenha uma forte pontuação de crédito e índice de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial), deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2019	**2018**
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	479.605	535.083
Caixa restrito (Nota 11)	(14.752)	(9.533)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(7.453)	(8.866)
Dívida líquida	**457.400**	**516.684**

Total do patrimônio líquido	419.603	317.703
Patrimônio líquido ajustado	877.003	834.387
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	**52,15%**	**61,92%**

d. Análise de sensibilidade

O principal risco ao qual o valor dos ativos financeiros está exposto está relacionado à variação de taxas de juros e à taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e à variação na taxa de câmbio do Dólar e do Euro.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2019, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Dólar e Euro, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no Relatório de Mercado Focus/BC de 10 de janeiro de 2020, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, conforme Instrução CVM nº 475 de 2008, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019:

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI	Redução do CDI		3,89%	2,92%	1,95%
Aplicações financeiras		7.012	7.012	6.944	6.876
Juros estimados			273	205	136
Efeito estimado no resultado				**(68)**	**(136)**

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	Aumento do CDI		3,89%	4,86%	5,84%
Empréstimos e Financiamentos		104.523	104.523	105.539	106.556
Juros estimados			4.066	5.082	6.099
Efeito estimado no resultado				**1.016**	**2.033**
Efeito estimado líquido				**948**	**1.897**

A análise de sensibilidade apresentada a seguir considera as variações em relação ao dólar norte-americano e ao euro, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas aos demais riscos.

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
Dolar	Queda do Dolar		4,0400	3,0300	2,0200
Cliente		370	370	(4)	(751)
Variação cambial estimada		1.489	1.495	1.121	747
Efeito estimado no resultado				(374)	(747)
Euro	Queda do Euro		4,8900	3,6675	2,4450
Cliente		121	121	(27)	(323)
Variação cambial estimada		559	592	444	296
Efeito estimado no resultado				(148)	(296)

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar	Aumento do Dólar	-	4,0400	5,0500	6,0600
Fornecedores	12.215	49.236	12.215	24.553	49.227
Variação cambial estimada		-	49.349	61.687	74.024
Efeito estimado no resultado		**-**	**-**	**12.337**	**24.675**

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Euro	Aumento do Euro		4,8900	6,1125	7,3350
Fornecedores	1.665	7.545	1.665	3.701	7.773
Variação cambial estimada		-	8.143	10.179	12.215
Efeito estimado no resultado		**-**	**-**	**2.036**	**4.072**
Efeito estimado líquido				**14.373**	**28.747**

33 Seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	2019
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	150.000
Lucros cessantes em decorrência de incêndio	84.094
Equipamentos estacionários	3.000
Outras coberturas	9.600

34 Evento subsequente

Em 18 de fevereiro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas presentes, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram pela aprovação do quanto segue:

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações descrita na cláusula 3.5.1 (i) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação;

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações da Menor descrita na cláusula 3.5.2 (ii) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações da Menor passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas da Menor Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações da Menor Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações da Menor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação;

- aprovar (a) a alteração da composição do capital social da Emissora em decorrência do IPO, bem como de qualquer aumento de capital social e/ou desmembramento e/ou grupamento de ações da Emissora decorrentes do IPO, com a consequente não aplicação do vencimento antecipado automático das Debêntures na forma prevista no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão e ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a tais matérias previstos nos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, especificamente em virtude da realização do IPO; (b) a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para retirar a previsão relacionada à alteração da composição do capital social da Emissora, em decorrência do IPO; e (c) a exclusão dos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor. Em decorrência da deliberação constante na alínea (b) deste item (iii), o inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxi) qualquer mudança ou transferência do controle direto ou indireto da Emissora, exceto se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;"

- aprovar a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para fins de alterar o limite total anual de distribuição de dividendos obrigatórios, que passará de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações. Em decorrência da deliberação constante neste item (iv), o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxii) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto (a) pelos dividendos obrigatórios até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações; ou (b) se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;" Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura

de Emissão deverá passar a vigorar com a redação anterior, ou seja, com a previsão do limite total anual de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a distribuição de dividendos obrigatórios, ficando a Emissora e os Garantidores desde já obrigados a tomar todas as providências necessárias para tanto indicadas pelo Agente Fiduciário.

• aprovar (a) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 12 de fevereiro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor; e (b) a exclusão do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor referente ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a eleição dos membros do conselho de administração e/ou diretoria da Emissora, de modo que a eleição dos referidos cargos possa ocorrer de forma livre e independente nos termos do estatuto social da Emissora; e

• autorizar a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário para praticarem todos os atos e/ou convenientes à implementação das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamento à Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, bem como dos termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação ou das Ações da Menor Objeto da Liberação.

* * *

Marcelo Leite Henriques
Presidente

Luiz Alberto Lyra Pinheiro
Diretor-financeiro

Josy Rodrigues da Silva Peixoto
Contadora
CRC GO 15.990/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A

CNPJ: 17.159.229/0001-76

SUMÁRIO

Objetivo ____ 3
Descrição dos negócios ____ 4
Conjuntura econômica geral ____ 14
Pesquisa e Desenvolvimento ____ 17
Sustentabilidade ____ 18

OBJETIVO

Conforme as disposições legais da legislação societária brasileira, o Laboratório Teuto Brasileiro S.A apresenta o Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, destacando seus resultados operacionais e financeiros.

O Relatório da Administração é requerido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente pelo artigo 243 da Lei n° 6.404/76, sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

As informações contidas neste documento foram elaboradas conforme demonstrações financeiras da empresa, considerando os aspectos operacionais, econômicos e macroeconômicos.

Entre os principais indicadores destacamos os itens abaixo.

Destaques:

- Crescimento de **23%** da receita bruta em relação a 2018, atingindo R$1,123 bilhões;
- Receita Líquida de R$ 966 milhões, crescimento de **26%** superior a 2018;
- EBITDA de R$ 196 MM, crescendo **66%** em relação a 2018;
- Lucro Líquido de R$ 104MM, **1009%** maior que o realizado em 2018.

1. Panorama Geral

1.1. Laboratório Teuto Brasileiro S/A

O Laboratório Teuto Brasileiro S/A está há mais de 70 anos no mercado farmacêutico nacional , sendo pioneiro na produção de medicamentos genéricos no Brasil. Com 110 mil m² de área construída a companhia se consolida como uma solução completa na área de saúde, tanto no segmento voltado para farmácias e drogarias bem como hospitalar.

2. Contexto Operacional

Em 2019, o Laboratório Teuto Brasileiro S/A, registrou um crescimento na ordem de 23% na sua receita bruta versus o ano anterior, atingindo pela primeira vez o patamar de R$ 1,123 bilhões.

Ainda no ano de 2019, sua receita líquida atingiu R$ 966 milhões de reais, crescendo 26% em relação ao ano de 2018.

O segmento voltado para farmácias e drogarias, identificado como Unidade de Negócios Farma, obteve um crescimento de 32% em sua receita bruta comparativamente a 2018. Em valores o faturamento bruto foi de R$ 671 MM.

Para a divisão hospitalar, o crescimento na receita bruta foi de 14% e em valores totalizou R$ 448 MM no ano.

Referente as vendas para outros países, via exportação, tivemos queda de 21% da receita bruta em relação a 2018, registrando em valores R$ 5 MM.

Com essa separação, a participação da divisão farmácias e drogarias representou 59,73% do faturamento total, seguida da divisão hospitalar com 39,85% e exportação com 0,42% de participação no ano de 2019.

Em 2019, o EBITDA atingido foi de R$ 196 MM, ante R$ 118 MM de 2018, apontando para um crescimento de 66%. Com referência à margem Ebitda, no ano de 2019 o alcance foi de 20,33% versus 15,37% observada no ano de 2018.

O lucro líquido alcançado em 2019 é de R$ 104 MM, 1009% maior que em 2018. A partir de 2019, com estratégia comercial voltada ao lucro, bem como melhoria nos fundamentos para redução das despesas financeiras, o lucro líquido foi beneficiado por essas estratégias.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2019 foi marcado pela estratégia de orientação para o lucro, voltado para reduções de custos e despesas e aumento das margens dos produtos, pelo foco nos itens mais rentáveis, com retorno nos resultados da companhia.

De acordo com IQVIA, o mercado farmacêutico brasileiro alcançou, em 2019, R$ 215,6 bilhões de vendas, mostrando crescimento do varejo abaixo dos canais institucionais, porém ainda acima da inflação.

Segundo a mesma pesquisa, na contramão da maioria dos setores no Brasil, a indústria farmacêutica apresenta imponente crescimento nos últimos dois anos. Nem mesmo a instabilidade econômica que o país vivencia tem impedido o impulsionamento desse mercado e as expectativas são as melhores possíveis, com tendência de que nos próximos anos o Brasil assuma a quinta posição do ranking mundial da indústria farmacêutica.

Especificamente no caso do Laboratório Teuto S/A, o crescimento esperado em orçamento foi possível em função do diversificado mix de produtos, equipe comercial dedicada, foco na qualidade dos produtos e pelo alinhamento das estratégias.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em 2019, o Laboratório Teuto S/A fez o lançamento de 27 novos produtos, alcançando uma receita bruta de R$ 19 milhões, proveniente desses lançamentos.

A companhia mantém sua crença na inovação, atendendo às demandas do mercado com ações marcadas pela excelência e busca no que há de melhor para desenvolvimento de novos produtos.

Investimos em processos e treinamento com foco na tomada de decisão e melhores práticas do mercado. Realizamos parcerias com centros de pesquisa e desenvolvimento com grande experiência em diversos setores da indústria, produtores de APIs (matéria-prima) e máquinas, buscando a excelência e ganhos intelectuais.

SUSTENTABILIDADE

Há mais de 7 décadas no coração do Brasil, o maior complexo farmacêutico da América Latina mantém sua filosofia de crescimento contínuo com qualidade e inovação e se consolida entre os maiores no segmento de produtos complexos, similares, OTC e genéricos no mercado nacional, com novas estratégias também para o setor hospitalar.

Para os próximos anos, a estratégia é consolidar o crescimento, atendendo a crescente demanda por meio da excelência no desenvolvimento, fabricação e comercialização de seus produtos, sempre com qualidade e inovação, sem abrir mão da produtividade, valorizando também a responsabilidade socioambiental, reafirmando que "Se é Teuto, é de confiança".

O Laboratório Teuto possui, desde 2010, um programa de *Compliance*, que estabelece procedimentos específicos a serem seguidos pelos colaboradores, com o objetivo de reforçar o compromisso da companhia com a transparência e ética dos negócios, valores que pautam a história da companhia há mais de sete décadas.

teuto.com.br
+55 62 3310 2000
Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Endereço/Address: VP 7 D - Módulo 11, Quadra 13 - DAIA
Anápolis - Goiás - Brasil
CEP/Zip Code: 75.132.140

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **11**

Demonstrações do valor adicionado **12**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **13**

KPMG Auditores Independentes
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900, Fax +55 (62) 3604-7901
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e aos diretores do
Laboratório Teuto Brasileiro S.A
Anápolis - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Laboratório Teuto Brasileiro S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras

Em 29 de março de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Realização dos tributos diferidos ativos

Veja a Nota 9 e 3.i (ii) das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Tais saldos são reconhecidos à medida em que é provável que exista um lucro tributável futuro e contra o qual referidos tributos serão realizados. As projeções dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios e orçamento. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseiam em premissas, tais como crescimento da receita e aumento das margens de lucros, que se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros e avaliação da razoabilidade das premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a sua determinação, através da comparação com os dados disponíveis no mercado e efetuarmos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, das bases de cálculo dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição e as diferenças temporárias, incluindo confronto delas com as escriturações fiscais correspondentes e avaliação da natureza das diferenças temporárias apuradas. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos aceitável o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 19 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO

Fernando Rogerio Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas explicativas	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.866	15.119
Contas a receber	5	214.422	234.381
Estoques	6	285.550	230.080
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a)	1.955	6.145
Impostos a recuperar	7.b)	15.181	23.404
Despesas antecipadas		2.297	2.572
Outros créditos	11.a	11.922	10.197
Total do ativo circulante		**540.193**	**521.898**
Não circulante			
Contas a receber	5	7.690	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.a)	11.251	11.046
Impostos a recuperar	7.b)	8.669	7.294
Ativo fiscal diferido	8.e	42.458	63.559
Programa FOMENTAR	19	886	673
Despesas antecipadas		2.345	755
Caixa restrito	10	9.533	7.146
Depósitos judiciais	11.b	9.764	8.496
Outros créditos	11.a	5.365	7.531
Propriedades para investimentos	12	29.821	29.821
Imobilizado	13	361.773	375.017
Intangível	14	3.941	2.101
Total do ativo não circulante		**493.496**	**513.439**
Total do ativo		**1.033.689**	**1.035.337**

Passivo	Notas explicativas	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	15	80.535	69.755
Empréstimos e financiamentos	16	61.610	507.799
Obrigações trabalhistas	17	33.814	28.334
Obrigações tributárias	18	8.583	17.640
Programa Fomentar	19	435	322
Outras obrigações	20	15.218	10.823
Total do passivo circulante		**200.195**	**634.673**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	473.473	22.300
Instrumentos financeiros derivativos	31.c	-	30.070
Obrigações trabalhistas	17	85	171
Obrigações tributárias	18	117	234
Programa Fomentar	19	975	740
Provisão para demandas judiciais	21	31.169	30.302
Outras obrigações	20	9.972	10.500
Total do passivo não circulante		**515.791**	**94.317**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	68.808	68.808
Reserva de capital	22.b	2.676	2.676
Reserva de reavaliação	22.c	26.964	28.500
Ajuste de avaliação patrimonial	22.h	5.559	3.615
Reserva de lucros		213.696	202.748
Total do patrimônio líquido		**317.703**	**306.347**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.033.689**	**1.035.337**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2018	2017
Receita operacional líquida	23	767.538	740.034
Custo dos produtos vendidos	24	(562.304)	(546.128)
Lucro bruto		**205.234**	**193.906**
Despesas com vendas	25	(85.690)	(83.060)
Perdas no recebimento de créditos	5.3	(7.076)	(52)
Despesas administrativas	26	(32.649)	(31.657)
Outras receitas	27	44.316	45.198
Outras despesas	27	(28.339)	(27.817)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**95.796**	**96.518**
Receitas financeiras	28.a	63.416	85.675
Despesas financeiras	28.b	(129.701)	(171.779)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**29.511**	**10.414**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.f	(21.012)	(12.250)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.f	913	11.040
Resultado do exercício		**9.412**	**9.204**
Lucro por ação			
Lucro básico diluído por ação	29	**0,17**	**0,17**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2018	2017
Resultado do exercício		**9.412**	**9.204**
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo		2.403	1.973
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perd	22.h	(459)	(1.943)
Resultado abrangente do exercício		**11.356**	**9.234**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

					Reservas de lucros					
	Notas explicativas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**68.808**	**2.676**	**30.593**	**8.569**	**429**	**170.699**	**3.585**	**-**	**285.359**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.204	9.204
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributário	22.c	-	-	(2.093)	-	-	-	-	2.093	-
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	11.754	11.754
Outros resultados abrangentes:										
Cash flow hedges - effective portion of changes in fair value	31c	-	-	-	-	-	-	1.973	-	1.973
Cash flow hedges (Swap) reclassified to profit or loss		-	-	-	-	-	-	(1.943)	-	(1.943)
Destinações:										
Constituição de reserva legal	22.d	-	-	-	460	-	-	-	(460)	-
Reserva de incentivos fiscais	22.e	-	-	-	-	-	22.591	-	(22.591)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**68.808**	**2.676**	**28.500**	**9.029**	**429**	**193.290**	**3.615**	**-**	**306.347**
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	9.412	9.412
Realização de reserva de reavaliação (líquido dos efeitos tributário	22.c	-	-	(1.536)	-	-	-	-	1.536	-
Outros resultados abrangentes:										
Cash flow hedges - effective portion of changes in fair value		-	-	-	-	-	-	2.403	-	2.403
Cash flow hedges (Swap) reclassified to profit or loss	31c	-	-	-	-	-	-	(459)	-	(459)
Destinações:										
Constituição de reserva legal	22.d	-	-	-	470	-	-	-	(470)	-
Reserva de incentivos fiscais	22.e	-	-	-	-	(429)	10.907	-	(10.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**68.808**	**2.676**	**26.964**	**9.499**	**-**	**204.197**	**5.559**	**-**	**317.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		9.412	9.204
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social	8f	20.099	1.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado abrangente		1.002	-
Depreciação e amortização	13	22.422	22.920
Amortização do intangível	14	38	-
Baixa de ativos imobilizados líquido	13	616	628
Baixa do intangível líquido	14	405	38
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda no recebimento de créditos	5.3	7.076	52
Provisão para perdas de estoques obsoletos	6	3.565	(7.389)
Provisão para descarte	27	570	(1.394)
Provisão para demandas judiciais	27	867	2.366
Despesas de juros nacionais	16	40.658	26.268
Despesas de juros internacionais	16	4.850	14.689
Despesas de juros sobre obrigações tributárias		535	1.329
Variação monetária empréstimos internacionais	16	23.657	958
Resultado com *Swap*		(12.870)	29.390
Subvenção fiscal	27	(39.404)	(38.876)
Avaliação a valor justo de propriedade para investimento	12	-	(358)
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber		5.193	(45.464)
Estoques		(59.035)	58.964
Impostos a recuperar		10.832	12.775
Programa Fomentar		(213)	(158)
Despesas antecipadas		(1.315)	1.126
Caixa restrito		(2.387)	(3.825)
Outros créditos		(827)	1.458
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		10.780	(7.743)
Obrigações trabalhistas		5.395	2.149
Obrigações tributárias		52.717	62.924
Programa Fomentar		39.752	39.026
Outras obrigações		3.298	(1.762)
Impostos pagos		(54.560)	(65.501)
Juros sobre obrigações tributárias pagos		(7.866)	(370)
Juros sobre empréstimos e financiamentos nacionais pagos	16	(42.514)	(24.419)
Juros sobre empréstimos e financiamentos internacionais pagos	16	(5.860)	(21.145)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		**36.888**	**69.070**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	14	(9.794)	(5.526)
Aquisição de ativo intangível	15	(2.283)	-
Recursos líquidos utilizado nas atividades de investimento		**(12.077)**	**(5.526)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	17	616.465	232.549
Swap pagos		(15.257)	(65.303)
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(632.272)	(233.216)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de financiamento		**(31.064)**	**(65.970)**
Fluxos de caixa líquidos nos exercícios		**(6.253)**	**(2.426)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	15.119	17.545
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8.866	15.119
Redução de caixa e equivalentes de caixa nos exercícios		**(6.253)**	**(2.426)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório Teuto Brasileiro S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
RECEITAS	**926.021**	**911.377**
Vendas de Mercadorias, produtos e serviços	888.426	867.106
Provisão para Devedores Duvidosos - Reversão / Constituição	(7.076)	(52)
Outras Receitas	44.671	44.323
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TECEIROS (INCLUI ICMS, IPI,PIS e COFINS	**531.984**	**528.259**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	397.027	391.167
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	114.510	115.784
Perda / Recuperação de valores ativos	20.447	21.308
VALOR ADICIONADO BRUTO	**394.037**	**383.118**
RETENÇÕES	**21.813**	**22.582**
Depreciação, amortização e exaustão	21.813	22.582
VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**372.224**	**360.536**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	**36.292**	**49.960**
Receitas Financeiras	36.292	49.960
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**408.516**	**410.496**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**408.516**	**410.496**
Pessoal e encargos	**185.527**	**181.532**
Remuneração Direta	161.160	158.917
Benefícios	9.595	9.218
FGTS	14.772	13.397
Impostos, taxas e contribuições	**125.078**	**89.608**
Federais	78.466	47.924
Estaduais	46.194	41.266
Municipais	418	418
Remuneração de Capitais de Terceiros	**88.499**	**130.152**
Juros	88.367	130.028
Aluguéis	132	124
Remuneração de Capitais Próprios	**9.412**	**9.204**
Lucros do exercício	9.412	9.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Laboratório Teuto Brasileiro S.A. ("Laboratório Teuto" ou "Companhia") localizado à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, no Estado de Goiás, foi constituída em 17 de junho de 2002, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. A Companhia é pioneira na produção de medicamentos genéricos no Brasil, consolida-se como uma solução completa na área de saúde, confirmando sua tradição nos segmentos farma e hospitalar, com produtos nas classes de Genéricos, Medicamentos Isentos de Prescrição MIP's, Produtos Equivalentes (EQ's), produtos para saúde, alimentos e cosméticos. Além da atuação no mercado nacional, o Teuto exporta para América Central, América do Sul, África, Oriente Médio e Portugal.

Situação financeira

Em 2018 a Companhia concluiu o perfilamento da dívida junto às instituições financeiras, em condições compatíveis com seu fluxo de caixa e perspectiva de crescimento nos próximos anos sem afetar sua capacidade de reinvestimento. A Companhia vem cumprindo pontualmente com o cronograma de liquidação contratado e vem intensificando a execução de seu planejamento estratégico destacando-se as ações direcionadas a redução de custos e perdas, melhoria contínua de margem e lucro, bem como controle eficaz de seu orçamento de despesas. Sob a ótica do crescimento e melhor ambiente dos negócios da economia brasileira, observamos uma melhora na expectativa para a retomada do crescimento econômico.

A companhia almeja menos sobressaltos econômicos e maior resiliência da economia brasileira, no segmento farmacêutico a variação cambial possui um peso relativo nos custos industriais motivo pelo qual esse ambiente mais comportado pressupõe um câmbio com menos sobressaltos.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Todas as informações relevantes que devem ser apresentadas nestas demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão as sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 3.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota Explicativa nº 14 - Imobilizado (Revisão da vida útil do imobilizado)
- Nota Explicativa nº 3.p - Segmentos operacionais (definição dos segmentos operacionais)

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - provisão para perdas esperadas do contas a receber (definição do valor de perda histórica e prospectiva)
- Nota Explicativa nº 6 - Valor realizável líquido dos estoques
- Nota Explicativa nº 8 - Ativo fiscal diferido (Realização de ativos e passivos fiscais diferidos)
- Nota Explicativa nº 19 – Programa Fomentar - subsídio do governo

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

- Nota Explicativa nº 21 - Provisão para demandas judiciais (definição do valor e risco de perda)

Mensuração do valor justo
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 - Propriedades para investimentos

- Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto no caso das propriedades para investimentos e derivativos que são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Mudança nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

- CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1). De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. No caso da Companhia, isso ocorre na entrega dos produtos e não houve mudança no critério de reconhecimento da receita em relação a exercícios anteriores.

A Administração avaliou essa nova norma e não identificou efeitos relevantes em suas informações contábeis, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa.

- CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A Companhia adotou o CPC 48 usando o método de efeito cumulativo, sem reapresentação, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018), seu efeito foi no resultado.

A classificação dos seus instrumentos financeiros é mensurada pelo custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, e atendem aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" presente na norma. Foi realizada uma análise das perdas esperadas, levando em conta o histórico de perdas dos últimos cinco anos, a fim de se obter um *rating* geral para aplicação sobre a carteira de títulos a vencer de 31/12/2018.

Provisão para perdas de créditos - CPC 48	**Valor**
Provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2017 conforme CPC 38	6.527
Provisão para perdas adicionais reconhecidas na adoção do CPC 48	1.453
Provisão para perdas em 1º de janeiro de 2018 conforme CPC 48	7.980
Provisão para perdas em 31 de dezembro de 2018 CPC 48	9.679

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	15.119	15.119
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	234.381	234.381
Títulos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.531	7.531
Contas vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.146	7.146
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	18.722	18.722
Total de ativos financeiros			**282.899**	**282.899**

b. Receita operacional

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC - 30 (R1) /IAS 18 Receitas.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia não aceita devoluções, exceto em situações específicas, como por exemplo, danos de transporte ou problemas técnicos. Os descontos podem ser aplicados em ações comerciais de acordo com a estratégia da empresa ou podem ser lineares quando há contratos entre a empresa e as redes de Farmácia e Drogaria e representam uma contraprestação no preço da transação reconhecida na receita de acordo com o CPC 47.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e as despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas/despesas de juros
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros
- Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado
- Descontos obtidos e concedidos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são, geralmente, reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de passivos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como a VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia somente tinha ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia somente tinha passivos financeiros classificados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteger a variabilidade fluxos de caixa associados a transações previstas altamente prováveis decorrentes de variações nas cotações de moedas estrangeiras.

No início dos relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem se compensar mutuamente.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumulada na reserva de hedge. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo que são reconhecidas em ORA é limitada à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia liquidou operações de *hedge*, sendo as variações no valor justo desses instrumentos financeiros antes das liquidações reconhecidas no patrimônio líquido.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Os itens são identificados separadamente, analisando todos os gastos de aquisição, transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e à localização atuais.

O custo de cada item é determinado a partir da média ponderada móvel.

Nos custos de aquisição, compreende-se o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, exceto os recuperáveis, bem como os custos de transporte, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição do produto. Abatimentos e outros descontos comerciais são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Os custos de transformação dos estoques incluem todos os gastos diretamente relacionados com as unidades produzidas, também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

O reconhecimento como custo dos produtos vendidos no resultado é feito mediante a venda do produto, sendo registrado no respectivo período em que a receita é reconhecida.

Perdas de estoques

A Companhia reconhece e revisa trimestralmente a provisão para perdas de estoques, avaliando os itens individualmente com base em alguns fatores como o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade e itens avariados.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliações, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.
- Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, o dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente pela Companhia.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil média (em anos)	
	2018	**2017**
Prédios e benfeitorias	39,36	41,12
Instalações	1,25	1,21
Computadores e periféricos	1,81	1,90
Softwares e aplicativos	3,31	3,86
Máquinas, equipamentos e ferramentas	8,82	9,23
Sistemas de climatização	7,91	7,93
Móveis e utensílios	4,93	5,59
Veículos	1,62	2,21

(iv) Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

f. Intangível

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia têm vidas úteis definidas conforme contrato e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Referem-se a dossiês farmacêuticos (documentação para obtenção de registro no órgão regulador) e aquisição de direitos de uso de marca. Os custos com aquisição de documentação farmacêutica e cessão de direitos de uso são capitalizados quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando, ainda, sua viabilidade econômica. Anualmente a Companhia revisa a viabilidade econômica daqueles ativos que ainda não estão disponíveis para uso.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

(iii) Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo desse ativo intangível, ou sobre outro o valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual desse ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada para esses ativos que no caso dos novos produtos é em média de 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. A metodologia para o cálculo da perda esperada é descrita na Nota explicativa 5.3.

Para os demais ativos financeiros, a cada data de balanço, a Companhia avalia se esses ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando existe uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para demandas judiciais é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mensais para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

j. Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

k. Benefício a empregados

i) Remuneração variável

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de premiação a funcionários conforme avaliação de desempenho focado no EBITDA, redução de desperdício de insumos no processo produtivo bem como na manutenção da qualidade alinhados os objetivos da Companhia.

ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 (Resultado por ação).

O lucro básico por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

m. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório.

n. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia efetuou o desconto a valor presente referente ao incentivo do Estado de Goiás ICMS FOMENTAR para os débitos constituídos no período com vencimentos futuros. As dívidas constituídas no período com vencimentos futuros foram ajustadas a valor presente à taxa média histórica de desconto de 1,5% a.m até 31 de dezembro de 2032 , conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 20.

p. Segmentos Operacionais

A Companhia possui divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

As informações sobre os segmentos operacionais da Companhia estão demonstradas na Nota Explicativa 30.

q. Nova norma ainda não adotada

CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou os potenciais impactos das mudanças trazidas por essa norma e não identificou alterações significativas que possam gerar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual para relatório financeiro (CPC 00 (R2)/ Framework).
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23/IAS 1 and IAS 8).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos - Conta movimento	379	295
Aplicações financeiras (a)	8.487	14.824
Total	**8.866**	**15.119**

(a) Referem-se a aplicações compromissadas realizadas em instituição financeira, tendo rendimento baseado na variação do CDI com liquidez imediata e rendimento médio de 94% do CDI (Em 31 de dezembro de 2017 – 94% CDI).

5 Contas a receber

5.1 Composição do saldo

	2018	2017
Iniciativa privada - Clientes em geral (5.2)	236.036	242.599
Devoluções de clientes	(108)	(542)
Provisão para perda esperada (5.3)	(13.602)	(6.527)
Cheques devolvidos (5.2)	44	44
Provisão para perda de cheques (5.3)	(44)	(44)
Recebimentos a identificar	(251)	(1.231)
Subtotal	**222.075**	**234.299**
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 9.a) (5.2)	37	82
Total de contas a receber	**222.112**	**234.381**
Circulante	214.422	234.381
Não Circulante	7.690	-

5.2 Perda esperada

A Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Para o reconhecimento contábil de perdas esperadas é apurado um rating de perdas históricas abrangendo os últimos cinco exercícios, sendo considerados como perda os títulos baixados do contas a receber por perda e os títulos vencidos na data do encerramento do período deduzidos das garantias judiciais nos respectivos exercícios.

Para realização de tais análise a carteira de cliente é segregada em seis principais grupos: varejo, redes e distribuidores, órgãos públicos, outros clientes e estabelecimento privado de saúde sendo enquadrados nos percentuais de perda definidos com base no tempo de atraso.

Sendo assim, a provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2018 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

						2018
	Duplicatas a vencer	**Acima de 1 dias até 360 dias**	**Acima de 361 dias até 1080 dias**	**Acima de 1080 dias**	**Total duplicatas vencidas**	**Total Geral**
Redes e distribuidores	197.902	8.421	8.638	12.513	29.572	227.474
Órgãos públicos	2.729	3.720	9	635	4.364	7.093
Outros clientes	443	135	30	16	181	624
Exportação	526	92	-	308	400	926
Contas a receber	**201.600**	**12.368**	**8.677**	**13.472**	**34.517**	**236.117**
Taxa de perdas esperadas - %	**-1%**	**-4%**	**-67%**	**-43%**	**-35%**	**-6%**
Redes e distribuidores	(1.395)	(550)	(5.783)	(5.316)	(11.649)	(13.044)
Órgãos públicos	(38)	-	-	(203)	(203)	(241)
Outros clientes	(3)	-	(30)	(16)	(46)	(49)
Exportação	(4)	-	-	(308)	(308)	(312)
Provisão para perdas esperadas	**(1.440)**	**(550)**	**(5.813)**	**(5.843)**	**(12.206)**	**(13.646)**
Total	**200.160**	**11.818**	**2.864**	**7.629**	**22.311**	**222.471**
Devoluções de clientes	(108)	-	-	-	-	(108)
Recebimentos a identificar	(251)	-	-	-	-	(251)
Total contas a receber	**199.801**	**11.818**	**2.864**	**7.629**	**15.936**	**222.112**

						2017
	Duplicatas a vencer	**Acima de 1 dias até 360 dias**	**Acima de 361 dias até 1080 dias**	**Acima de 1080 dias**	**Total duplicatas vencidas**	**Total Geral**
Redes e distribuidores	205.236	17.265	6.459	9.950	33.674	238.910
Órgãos públicos	158	346	133	642	1.121	1.279
Outros clientes	1.228	191	72	10	273	1.501
Estabelecimento privado de saúde	43	13	-	-	13	56
Exportação	31	568	117	263	948	979
Contas a receber	**206.696**	**18.383**	**6.781**	**10.865**	**36.029**	**242.725**
Taxa de perdas esperadas - %	**0%**	**0%**	**-9%**	**-55%**	**-18%**	**-3%**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Redes e distribuidores	-	-	(488)	(5.687)	(6.175)	(6.175)
Órgãos públicos	-	-	-	(45)	(45)	(45)
Outros clientes	-	-	(72)	(10)	(82)	(82)
Exportação	-	-	(23)	(246)	(269)	(269)
Provisão para perdas esperadas	**-**	**-**	**(583)**	**(5.988)**	**(6.571)**	**(6.571)**
Total	**206.696**	**18.383**	**6.198**	**4.877**	**29.458**	**236.154**
Devoluções de clientes	(542)	-	-	-	-	(542)
Recebimentos a identificar	(1.231)	-	-	-	-	(1.231)
Total contas a receber	**204.923**	**18.383**	**6.198**	**4.877**	**29.458**	**234.381**

5.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	(6.571)	(6.519)
Provisões reconhecidas durante o ano	(11.960)	(52)
Provisões revertidas durante o ano	4.885	-
Saldo em 31 de dezembro	**(13.646)**	**(6.571)**

6 Estoques

	2018	2017
Produtos acabados	109.488	97.984
Produtos em elaboração	21.899	12.569
Matéria-prima	91.080	57.947
Materiais de embalagem	27.119	24.447
Materiais de consumo	29.844	28.860
Outros (*)	6.120	8.273
Total	**285.550**	**230.080**

(*) Compreendem compras para entrega futura, estoques de mercadorias para revenda, em poder de terceiros e mercadorias em transferência de estabelecimento.

O ajuste ao valor realizável líquido constituído leva em consideração o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade, avariados e a probabilidade de perda do estoque avaliada individualmente e revisada trimestralmente.

No exercício de 2018 a companhia constitui no resultado do exercício o total R$ 3.565 referente a ajuste ao valor realizável líquido. (Nota explicativa nº 27)

7 Impostos a recuperar e Imposto de Renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda	1.396	8.481	4.420	8.328
Contribuição social sobre o lucro	559	2.770	1.725	2.718
	1.955	**11.251**	**6.145**	**11.046**

Referem-se a Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa no ano corrente e em anos anteriores.

b) Impostos a recuperar

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
COFINS (a)	4.516	-	6.726	-
PIS	1.273	-	1.662	-
ICMS (b)	3.902	6.087	10.773	4.712
ICMS sobre venda não entregue	3.866	-	2.544	-
ICMS auto de infração (c)	-	2.582	-	2.582
Outros	1.624	-	1.699	-
	15.181	**8.669**	**23.404**	**7.294**

a)Refere-se aos créditos de COFINS apurados pelo regime cumulativo provenientes da compra de bens utilizados como insumos na produção, bem como da aquisição de bens para o ativo imobilizado.

b)Refere-se aos créditos de ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado classificado nos ativos circulante e não circulante, de acordo com os prazos previstos para recuperação, conforme determinado na Lei Complementar nº 102/2000. Também possui créditos por antecipação do imposto recolhido de acordo com a IN nº 1208/15 e IN nº 1269/16 que serão compensados conforme IN GSF nº 1428/18.

c)Refere-se aos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado cujo débito oriundo de um auto de infração foi compensado com créditos adquiridos de terceiros nos termos da Lei nº 15.573/06 e que está aguardando homologação por parte da Secretaria da Fazenda Estadual. Adicionalmente, a Companhia possui garantia real em eventual negativa de compensação com o vendedor dos créditos.

8 Imposto de renda

Referem-se aos créditos tributários sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e sobre diferenças temporárias

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no orçamento do exercício de 2018, elaborado pela Administração da Companhia. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

a. Composição do ativo fiscal diferido

	2018	2017
Crédito fiscal sobre prejuízo fiscal:		
Prejuízos fiscais	199.222	196.538
Alíquota aplicável	25%	25%
Subtotal	**49.806**	**49.135**
Crédito fiscal sobre base negativa:		
Base negativa de contribuição social	200.826	198.142
Alíquota aplicável	9%	9%
Subtotal	**18.074**	**17.833**
Total	**67.880**	**66.968**
Crédito fiscal sobre diferenças temporárias		
Ajuste de estoques ao valor realizável líquido	33.445	26.715
Provisão despesas sobre descartes	4.158	3.588
Provisão descontos concedidos	2.083	3.914
Provisão de fretes sobre vendas	2.233	1.004
Provisão viagens e estadas	235	246
Provisão honorários advocatícios	4.703	4.499
Provisão para premiações	180	-
Provisão para contingências trabalhistas/cíveis	31.169	30.302
Receitas não entregues	8.412	7.064
Apropriações a transcorrer	4.812	5.184
Resultado com *swap*	-	30.070
Base de cálculo	91.431	112.586
Alíquota aplicável	34%	34%
Subtotal	31.086	38.279
Total	**98.966**	**105.247**

b. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Segundo estimativas da Administração, os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social serão realizados com o seguinte cronograma:

Ano	Crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa	Crédito sobre diferenças temporárias	Total
2019	9.344	11.722	21.066
2020	15.136	7.252	22.388
2021	19.494	2.524	22.018
2022	17.240	2.523	19.763
>2023	6.667	7.064	13.731
Total	**67.881**	**31.085**	**98.966**

c. Movimentação do ativo fiscal diferido

	2018	2017
Saldo inicial	105.247	108.704
(-) Utilização	(18.431)	(25.513)
(+) Constituição	12.150	22.056
Saldo final	**98.966**	**105.247**

d. Passivo fiscal diferido

As obrigações com impostos diferidos referem-se principalmente a diferenças temporárias devido a depreciação com base na vida útil econômica e reavaliação de ativos conforme demonstradas a seguir:

	2018	2017
Exclusões por diferimento da tributação - Art. 409 RIR	1.952	1.317
Exclusão da avaliação a valor justo de propriedade para investimento	19.994	19.994
Depreciação Fiscal Lei n° 11941/09	94.978	49.696
Reserva de reavaliação de ativos	49.277	51.604
Base de cálculo dos tributos diferidos	166.201	122.611
Alíquota aplicável - IRPJ e CSLL	34%	34%
Impostos diferidos passivos	**56.508**	**41.688**

e. Compensação entre ativo e passivo fiscais diferidos

	2018	2017
Ativo fiscal diferido	98.966	105.247
Passivo fiscal diferido	(56.508)	(41.688)
Saldo líquido	**42.458**	**63.559**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

f. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Resultado antes dos impostos	29.511	10.414
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de IR e CSLL (*)	**(10.034)**	**(3.541)**
Adições e exclusões permanentes e diferenças temporárias:		
Despesas não dedutíveis	(3.706)	(4.121)
Ajustes Lei nº 11.638/07	-	(1.538)
Ajuste *Transfer price* IN n° 1312 PRL 40%	(788)	(1.531)
Efeito líquido das provisões não dedutíveis	(4.033)	1.929
Subvenção fiscal (Fomentar)	13.398	13.218
Ajuste líquido das receitas (CPC 30)	(458)	(26)
Depreciação fiscal Lei nº 11.941/09 (i)	6.595	6.514
Diferimento da tributação - Art. 409/99	216	270
Receita/despesa com avaliação a valor justo	-	122
Outras deduções	(277)	(256)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**913**	**11.040**
IRPJ/CSLL diferido s/ prejuízo fiscal	(12.581)	(2.664)
IRPJ/CSLL diferido s/ reserva de reavaliação	791	1.078
IRPJ/CSLL diferido s/ crédito de PIS e COFINS	-	1.546
IRPJ/CSLL diferido s/ *swap*	(9.222)	(12.210)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.012)	(12.250)
Total	**(20.099)**	**(1.210)**
Alíquota efetiva	(68,10%)	(11,62%)

iii) Refere-se à diferença entre a depreciação societária apurada em laudo técnico interno que apura a vida útil econômica dos bens e a depreciação fiscal cuja vida útil é determinada na legislação fiscal.

9 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: seus acionistas controladores, administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

Acionistas da Companhia (Beneficiários finais):

O espólio de Walterci de Melo detém 57,92 %, os filhos do espólio detêm 37,58% das ações da Companhia e o restante é detido por outros acionistas.

A seguir, estão relacionadas as transações realizadas entre as partes relacionadas:

- Doações à Fundação Teuto Brasileiro, uma entidade sem fins lucrativos administrada pelo Teuto com o objetivo de fornecer creche e pré-escola aos filhos dos funcionários.

- Repasse à Associação de funcionários do Teuto Anápolis, entidade sem fins lucrativos administrada por funcionários indicados pelo Teuto relativa a descontos realizados na folha de pagamento de colaboradores associados.

- Prestação de serviços entre Laboratório Teuto S.A. e ICF Instituto de Ciências Farmacêuticas Ltda cujo espólio de Walterci de Melo é sócio. Os principais saldos até 31 de dezembro de 2018 de ativos e passivos com partes relacionadas e os resultados produzidos estão apresentados a seguir:

a. Compra e venda de mercadorias e doações

Contas patrimoniais

	2018		2017	
Ativo	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Instituto de Ciências Farmacêuticas (NE 14)	28	-	-	-
Fundação Teuto Brasileiro (NE 5.1)	5	-	4	-
Associação Teuto Anápolis (NE 5.1)	32	-	78	-
Total	65	-	82	-

	2018		2017	
Passivo	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Associação Teuto Anápolis (NE 20)	241	-	356	-
Total	241	-	356	-

Contas de resultado

	2018			
	Pfizer Genéricos Ltda.	**Fundação Teuto Brasileiro**	**Associação Teuto Anápolis**	**ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas**
Receita líquida de vendas	-	-	298	-
Despesas com doações	-	1.866	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	7
	-	1.866	298	7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

	2017			
	Pfizer Genéricos Ltda.	Fundação Teuto Brasileiro	Associação Teuto Anápolis	ICF - Instituto de Ciências Farmacêuticas
Receita líquida de vendas	-	-	323	-
Despesas conformidade FCPA Pfizer	(2.451)	-	-	-
Despesas com doações	-	(1.727)	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	(43)
	(2.451)	(1.727)	323	(43)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia, pago ou a pagar estão assim demonstrados:

	2018	2017
Salários e benefícios de curto prazo a funcionários	11.483	11.142

10 Caixa restrito

	Não circulante	
	2018	2017
Caixa restrito	9.533	7.146
Total	**9.533**	**7.146**

Refere-se a saldos em moeda corrente reconhecidas a valor justos, vinculados à empréstimos e financiamentos e são provenientes de duplicatas que compõem a carteira de contas a receber e, embora estas tenham sido liquidadas, a movimentação para disponibilidades ocorre conforme o prazo de compensação das instituições financeiras.

11 Outros créditos e depósitos judiciais

a. Outros créditos

	2018	2017
Adiantamento a fornecedores (a)	6.957	4.443
Adiantamentos a funcionários	1.616	2.656
Créditos com devoluções	209	713
Crédito Pfizer (b)	3.140	2.385
Créditos com fornecedores ICMS - Lei nº 1.557	955	682
Outros créditos	4.410	6.849
	17.287	**17.728**

Circulante	11.922	10.197
Não Circulante	5.365	7.531

(a) Corresponde a adiantamentos para aquisição de mercadoria com prazo médio de liquidação dos em até 30 dias.

(b) Refere-se a créditos a receber com ex-sócios da Companhia.

b. Depósitos judiciais

Referem-se a garantias judiciais e recursos trabalhistas. As ações que compõem esse ativo não circulante estão classificadas conforme demonstrado a seguir:

	Não circulante	
Depósitos judiciais	**2018**	**2017**
Cíveis	1.558	1.408
Trabalhistas	7.016	6.057
Tributárias	1.031	1.031
Regulatório	159	-
Total	**9.764**	**8.496**

12 Propriedades para investimentos

Referem-se a imóveis rurais próximos às instalações da Companhia mantidos para valorização de capital.

a. Reconciliação do valor contábil

	2018	**2017**
Saldo em 1º de janeiro (*)	29.821	29.463
Alteração do valor justo	-	358
Saldo em 31 de dezembro	**29.821**	**29.821**

* O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes.

b. Mensuração do valor justo

(i) Hierarquia do valor justo

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com experiência recente na localização e na categoria das propriedades que estão sendo avaliadas e não apresentou variação significativa no último ano, conforme laudo apresentado.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

A mensuração do valor justo de propriedade para investimento de R$ 29.821 foi classificada como valor justo Nível 3 com base nos dados (*inputs*) para a técnica de avaliação utilizada.

(ii) Valor justo nível 3 - Técnicas de avaliação de apreçamento

Foram aplicados pelos especialistas contratados os seguintes métodos e técnicas de avaliação:

Método comparativo direto de dados de mercado: o valor do imóvel é determinado por comparação com outros semelhantes, em que são conhecidos seus preços de mercado (NBR 14653), que inclui os seguintes procedimentos:

- Vistoria: observação criteriosa.
- Pesquisa de mercado: coleta do maior número de elementos significativos em bases realistas e comprováveis.
- Tratamento de dados por fatores de homogeneização (Anexo B ABNT NBR 14653).
- Método do custo de reprodução: consiste em determinar o valor das edificações e benfeitorias através da elaboração de elementos sumários ou detalhados de todas as parcelas que compõem o valor do imóvel avaliado (custos primários ou diretos e custos secundários ou indiretos).
- Valor atual ou custo de reedição: é o custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

VUER técnico: no cálculo da depreciação pelo método Ross - Reidecke foram consideradas a vida útil estimada de prédios e as benfeitorias (tabela-padrão para obras civis).

13 Imobilizado

a. Composição

	2018			2017		
	Custo	**Depreciação**	**Total**	**Custo**	**Depreciação**	**Total**
Prédios e benfeitorias	231.466	(61.969)	169.497	226.898	(57.069)	169.829
Imóveis e terrenos	7.668	-	7.668	7.668	-	7.668
Instalações	2.142	(2.132)	10	2.142	(2.088)	54
Veículos	1.149	(1.090)	59	1.149	(1.037)	112
Máquinas e equipamentos	296.017	(127.604)	168.413	291.908	(113.555)	178.353
Móveis e utensílios	19.595	(10.396)	9.199	19.388	(8.561)	10.827
Computadores e periféricos	6.485	(5.298)	1.187	6.084	(4.701)	1.383
Software	8.217	(5.421)	2.796	7.938	(4.478)	3.460
Bens em construção	2.944	-	2.944	3.331	-	3.331
Total	**575.683**	**(213.910)**	**361.773**	**566.506**	**(191.489)**	**375.017**

Atendendo ao que dispõem a Lei nº 11.638/07 e o CPC 27, a depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada a taxas que levam em conta a vida útil remanescente dos bens. A depreciação do período foi alocada nos custos e nas despesas operacionais, de acordo com a natureza dos bens, cujos valores serviram de base para esse cálculo.

Embora uma parte da depreciação tenha transitado por resultado na forma de custo indireto, quando é efetuada apuração mensal do custo por absorção, é carregada para o estoque de produtos em elaboração, retornando ao resultado apenas a parcela que compõe o produto acabado por ocasião da venda ou da baixa.

A Companhia possui ativos imobilizados, sendo eles máquinas e equipamentos e obras civis, oferecidos como garantias de alguns de seus financiamentos que importam o montante de R$ 55.281.

b. Reconciliação do valor contábil

	2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2018
Prédios e benfeitorias	169.828	472	(33)	4.130	(4.900)	169.497
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	54	-	-	-	(44)	10
Veículos	112	-	-	-	(53)	59
Máquinas e equipamentos	178.352	3.198	(293)	1.205	(14.049)	168.413
Móveis e utensílios	10.827	114	(7)	100	(1.835)	9.199
Computadores e periféricos	1.385	216	(5)	189	(598)	1.187
Software	3.460	79	-	200	(943)	2.796
Bens em construção	3.331	5.715	(278)	(5.824)	-	2.944
Total	**375.017**	**9.794**	**(616)**	**-**	**(22.422)**	**361.773**

	2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2017
Prédios e benfeitorias	164.595	599	-	9.719	(5.085)	169.828
Imóveis e terrenos	7.668	-	-	-	-	7.668
Instalações	108	-	-	-	(54)	54
Veículos	199	-	-	5	(92)	112
Máquinas e equipamentos	190.941	1.641	(546)	(76)	(13.608)	178.352
Móveis e utensílios	13.133	110	(2)	(106)	(2.308)	10.827
Computadores e periféricos	1.444	239	(72)	417	(643)	1.385
Software	2.441	80	-	2.069	(1.130)	3.460
Bens em construção	12.510	2.857	(8)	(12.028)	-	3.331
Total	**393.039**	**5.526**	**(628)**	**-**	**(22.920)**	**375.017**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

14 Intangível

	2018	2017
Gastos com desenvolvimento de novos produtos - P&D (a)	2.198	-
Dossiês farmacêuticos (b)	1.115	1.501
Direitos de uso	600	600
Subtotal	3.913	2.101
Instituto de Ciências Farmacêuticas (9)	28	-
Total	**3.941**	**2.101**

(a) Em 2018 a Companhia passou a registrar os gastos com desenvolvimento de novos produtos no ativo intangível, os quais incluem gastos com mão-de-obra aplicada mediante apontamento de horas do pessoal técnico envolvido, materiais diretos consumidos, bem como serviços e outras despesas gerais necessárias às atividades de desenvolvimento.

Para tanto, o Laboratório Teuto implementou uma política interna que estabelece a distinção entre as fases de pesquisa e desenvolvimento e a criação de controles por projeto/produto, desde a aprovação de orçamentos a partir da conclusão da pesquisa até a conclusão do projeto, de onde espera-se obter um produto novo ou mudança substancial em um produto/processo existente, definindo também o início e critérios para amortização dos gastos ao resultado, a partir da comercialização do produto.

(b) Os referidos "dossiês farmacêuticos" são utilizados na fabricação de produtos a serem comercializados pela Companhia.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade ("impairment") dos saldos de gastos com de novos produtos, sempre que praticável, por método de fluxo de caixa descontado, considerando entre outros aspectos: a). premissas de geração futura de receitas, fundamentadas pelo tamanho de mercado atual e expectativa do mercado futuro, quantidade de *players*, preços as serem praticados e a participação de mercado que a Companhia espera atingir; b). Estimativa de custo direto e indireto, partindo da valorização da ficha técnica do produto e adicionado o custo de produção baseado na rota similar de produto já em linha produtiva; c). Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável;

Gastos associados a comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e frete.

O exercício de projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamentos dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor recuperável (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado.

KPMG

Reconciliação do valor contábil

	2.017	Adições	Baixas	Amortização	2.018
Desenvolvimento de novos produtos - P&D a)	-	2.236	-	-	2.236
Dossiês farmacêuticos b)	1.501	47	(405)	-	1.143
Direitos de uso soluções para lentes	600	-	-	-	600
(-) Amortização	-	-	-	(38)	(38)
Subtotal	**2.101**	**2.283**	**(405)**	**(38)**	**3.941**

	2.016	Adições	Baixas	2.017
Dossiês farmacêuticos	1.539	-	(38)	1.501
Direitos de uso soluções para lentes	600	-	-	600
Subtotal	**2.139**	**-**	**(38)**	**2.101**

15 Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores nacionais - Fornecedores em geral	33.419	33.972
Fornecedores internacionais	47.116	35.783
Total	**80.535**	**69.755**

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Composição

			2018		2017	
Modalidade	**Atualização**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Moeda Nacional						
Debêntures	CDI + 2,89% a.a.	2023	42.486	442.005	-	-
Capital de Giro	CDI + 3,04 a 3,18 % a.a.	2021	12.152	16.545	287.318	-
FCO	2,94 a 10% a.a.	2024	3.081	7.759	4.915	12.000
FINAME	2,5 a 9,5% a.a.	2024	3.891	7.164	4.968	10.300
Subtotal			**61.610**	**473.473**	**297.201**	**22.300**
Moeda estrangeira						
Capital de giro	3,00 a 3,90% a.a.	2019	-	-	205.693	-
FINIMP	5,42 a 5,53% a.a.	2017	-	-	4.905	-
Subtotal			**-**	**-**	**210.598**	**-**
Total			**61.610**	**473.473**	**507.799**	**22.300**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Em maio de 2018 o Laboratório Teuto emitiu 485 mil debêntures simples sob a forma nominativa e escritural de valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil Reais), incidindo juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação do CDI acrescido de 2,89% a.a., com seis meses de carência e amortização trimestral finalizando em 2023.
As debêntures contam com as seguintes garantias: alienação fiduciária de 40% das ações representativas do capital social da Companhia; e cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da comercialização de produtos pela Companhia.

Os financiamentos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) referem-se a repasses do BNDES para aquisição de máquinas e equipamentos novos destinados a produção industrial, pesquisa e desenvolvimento de produtos e estudos de bioequivalência farmacêutica.

(iii) Cronograma

Os vencimentos anuais classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 são:

Vencimentos	**Valor**
2020	98.391
2021	179.031
2022	158.411
2023 em diante	37.640
Total	**473.473**

(iv) Conciliação da atividade de financiamento

		Variações dos fluxos de caixa de financiamento			**Outras Variações**				
	31/12/2016	**Contratações**	**Pagamento principal**	**Total**	**Provisão juros**	**Pagamento juros**	**Variação cambial**	**Total**	**31/12/2017**
Moeda nacional	158.230	232.549	(73.127)	159.422	26.268	(24.419)	-	1.849	319.501
Moeda estrangeira	376.185	-	(160.089)	(160.089)	14.689	(21.145)	958	(5.498)	-
								-	210.598
Total	**534.415**	**232.549**	**(233.216)**	**(667)**	**40.957**	**(45.564)**	**958**	**(3.649)**	**530.099**

		Variações dos fluxos de caixa de financiamento			**Outras Variações**				
	31/12/2017	**Contratações**	**Pagamento principal**	**Total**	**Provisão juros**	**Pagamento juros**	**Variação cambial**	**Total**	**31/12/2018**
Moeda nacional	319.501	110.829	(378.392)	- 267.563	20.235	- 21.581	-	- 1.346	50.592
Moeda nacional Debêntures	-	485.000	-	485.000	20.423	- 20.933	-	- (510)	484.491
Moeda estrangeira	210.598	20.636	(253.880)	- 233.244	4.850	- 5.860	23.657	22.647	-
Total	**530.099**	**616.465**	**(632.272)**	**(15.807)**	**45.508**	**(48.374)**	**23.657**	**20.791**	**535.083**

(v) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária, hipoteca, recebíveis e máquinas e equipamentos.

	Saldo
Contas a receber - Clientes caucionadas	131.560
Imobilizado penhorado	55.281

(vi) Cláusulas restritivas de covenants

Esses covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras anuais, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 3,91, e EBIT / Resultado Financeiro de 1,69 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 2,50, e maior ou igual a 2,5 respectivamente. A Administração da Companhia obteve cartas de consentimento (waiver) por parte do credor e das instituições financeiras fiadoras da referida operação até 31 de dezembro de 2018 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia esteve em conformidade com as cláusulas de disciplina financeira.

17 Obrigações trabalhistas

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	6.598	-	5.606	-
INSS (a)	4.590	-	2.602	-
Provisão de férias e encargos de férias	21.086	-	18.734	-
FGTS	1.451	-	1.305	-
Encargos sociais parcelados	89	85	86	171
Contribuição sindical	1	-	1	-
Total	**33.814**	**85**	**28.334**	**171**

(a) A Companhia efetuava o recolhimento da contribuição previdenciária substituta sobre a receita bruta e a partir da Lei 13.670/18 passou a efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária patronal de 20 %, havendo assim um aumento nesta rubrica e nas provisões para encargos sobre férias.

18 Obrigações tributárias

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS - Parcelamento (a)	1.648	-	12.416	-
ICMS (b)	3.915	-	2.523	-
IRRF a recolher (c)	2.834	-	2.292	-
PIS/COFINS	117	117	117	234
Outros tributos	69	-	292	-
Total	**8.583**	**117**	**17.640**	**234**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

(a) Refere-se a um parcelamento de ICMS no Estado de Minas Gerais que em 2018 houve requerimento da Companhia para sua quitação utilizando precatórios adquiridos de terceiros com condição de pagamento parcial em espécie (Resolução conjunta SEF/AGE 5.031/2017) e aguarda a tramitação processual perante a Advocacia Geral do Estado.

A Companhia protocolou em 7 de maio de 2010, na Secretaria Estadual do Estado do Rio de Janeiro, pedido de compensação dos débitos de ICMS com precatórios adquiridos de terceiros. Atendendo à Emenda Constitucional nº 62/2009, esse processo está acolhido pelas reduções e pelos benefícios trazidos pela Lei nº 5.647/2010 e está aguardando homologação por parte da autoridade estadual. Com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a Companhia entende que a homologação ocorrerá sem nenhum tipo de perda.

(b) Refere-se a ICMS a vencer apurado mensalmente nos Estados de Goiás e São Paulo.

(c) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre notas fiscais de serviços e folha de pagamento a funcionários.

19 Programa Fomentar

A Companhia, por estar situada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), no Estado de Goiás, obteve no Estado um incentivo fiscal denominado Fomentar. Através deste, a Companhia tem um prazo até 2032 para liquidar 70% do ICMS devido ou liquidá-lo através de leilões com deságio, que historicamente acontecem duas vezes ao ano.

A Companhia vem cumprindo todas as obrigações contratuais. Os saldos em aberto em cada período estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Ativo:				
Bolsa garantia (a)	-	886	-	673
Total	**-**	**886**	**-**	**673**
Passivo:				
ICMS Fomentar (a)	-	8.860	-	6.725
Bolsa Garantia	379	-	276	-
Juros Fomentar (b)	56	-	46	-
Ajuste a valor presente (c)	-	(7.885)	-	(5.985)
Total	**435**	**975**	**322**	**740**

(a) Sobre a parcela de 70% incentivada do ICMS, 10% devem ser depositados em instituição financeira bancária e poderão ser utilizados em leilões oferecidos pelo Estado a companhias participantes do Projeto Fomentar. O reconhecimento contábil ocorre a partir da apuração do ICMS devido no período.

De acordo com a Lei nº 16.285/2008, os valores destinados ao Programa Bolsa Garantia não são corrigidos. A referida Lei revogou o art. 4º da Lei nº 14.063, de 26 de dezembro de 2001.

Refere-se às apurações mensais do ICMS de novembro e dezembro/2018 que não foram incluídos nos leilões oferecidos pelo Estado. O valor liquidado do ICMS Fomentar abrangeu os períodos de apuração de novembro/2017 a outubro/2018 utilizando o saldo da Bolsa Garantia que gerou um deságio de R$ 37.504. O ganho transitou em conta de resultado do exercício e constituirá a reserva para subvenções fiscais nos exercícios seguintes nos termos da Lei nº 11.941/09. Os resultados apurados estão demonstrados a seguir:

Evento	**Leilão em junho de 2018**	**Leilão em dezembro de 2018**	**Saldo**
Saldo devedor	20.698	21.441	42.139
Quitação com a Bolsa Garantia	(2.070)	(2.144)	(4.214)
Quitação por meio do DARE	(206)	(215)	(421)
Deságio	**18.422**	**19.082**	**37.504**

(b) Sobre o valor financiado do ICMS, 70% do valor apurado, incidem juros de 2,4% a.a.

(c) Os débitos constituídos no período com vencimento futuro foram ajustados a valor presente, utilizando uma taxa média histórica de 1,5% de desconto ao mês até 31 de dezembro de 2032. A contrapartida desse ajuste é registrada como outras receitas no resultado do exercício e sua realização é efetuada em contrapartida a despesas financeiras pelo regime de competência até o vencimento efetivo da obrigação.

20 Outras obrigações

	2018		**2017**	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Créditos de ICMS -Lei nº 15.573/06 (a)	-	210	-	210
Precatórios a pagar (b)	1.500	-	1.500	-
Contratos a realizar	1.101	-	806	-
Honorários advocatícios (c)	40	4.703	-	4.499
Acordos cíveis e trabalhistas a pagar	2.781	-	1.525	360
Apropriação a transcorrer (d)	-	4.812	-	5.184
Provisão para despesas de descarte (e)	4.158	-	3.588	-
Outras provisões de contas a pagar (f)	5.397	247	3.048	247
	14.977	9.972	10.467	10.500
Partes relacionadas (Nota 9)	241	-	356	-
Total	**15.218**	**9.972**	**10.823**	**10.500**

(a) A Companhia, aproveitando-se dos dispositivos legais da Lei Estadual nº 15.573/06, regulamentada pela Instrução Normativa GSF nº 774/06, adquiriu créditos tributários de terceiros que estão aguardando homologação da autoridade estadual, sendo os pagamentos suspensos sem incidência de atualização monetária.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

(b) A Companhia adquiriu precatórios de terceiros, com o objetivo de quitar débitos do ICMS no Estado do Rio de Janeiro, o pagamento restante está vinculado à homologação perante a Fazenda Estadual.

(c) Provisão de honorários advocatícios vinculados ao êxito em ações tributárias.

(d) Refere-se a gastos para ampliação e melhorias incrementais nas linhas de envase líquido e injetável que foram reembolsados e serão apropriados ao resultado na mesma proporção da depreciação pela vida útil.

(e) Refere-se à provisão para impostos e serviços sobre os inventários provisionados para perda, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	2018	**2017**
Saldo anterior	3.588	4.982
Constituições	2.378	2.364
Reversões	(1.808)	(3.758)
Saldo atual	**4.158**	**3.588**

(f) Referem-se principalmente à provisão de custos e despesas diversas, tais como a provisão de fretes a pagar registradas atendendo ao período de competência.

21 Provisão para demandas judiciais

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista. A determinação da provisão necessária para essas contingências foi efetuada após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais, conforme demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2016	**Adições**	**Reversões**	**Em 31 de dezembro de 2017**	**Adições**	**Reversões**	**Em 31 de dezembro de 2018**
Trabalhistas	26.495	4.385	(2.048)	28.832	2.572	(1.705)	29.699
Cíveis	1.441	39	(10)	1.470	-	-	1.470
	27.936	**4.424**	**(2.058)**	**30.302**	**2.572**	**(1.705)**	**31.169**

Resumo das ações classificadas como “risco provável” e provisionadas

Ao exercer o julgamento sobre a possibilidade de perda de uma ação, nossos assessores levam em conta as particularidades do andamento processual, como um recurso negado, uma sentença desfavorável e o histórico de julgamentos semelhantes.

- Ações trabalhistas – Refere-se a ações tais como indenizações e outras reclamações trabalhistas oriundas de reintegração, dispensa em período de estabilidade, pagamento de verbas salariais, danos morais e materiais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reconhecimento de vínculo empregatício, entre outras.

- Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas, danos materiais e morais, direitos autorais e ações regressiva acidentária.

Resumo das contingências classificadas como possíveis e não provisionadas

As contingências, cuja possibilidade de perda foi classificada como possível por nossos assessores legais, são as seguintes:

	2018	2017
Tributárias	46.927	44.456
Trabalhistas	55	55
Cíveis	107	107
Total	**47.089**	**44.618**

- Ações tributárias - Referem-se principalmente a autos de infração decorrentes de questionamento da base de cálculo utilizada no recolhimento de ICMS substituição tributária no Estado da Bahia.

- Ações trabalhistas - Referem-se a ações, tais como indenizações por danos morais em decorrência de doença ocupacional, acidente de trabalho, reclamações por responsabilidade subsidiária outras reclamações trabalhistas.

- Ações cíveis - Referem-se a ações, tais como indenizações em razão de protesto de duplicatas e ações de reparação de danos materiais e morais.

Outros litígios

Processo Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
Em 2 de abril de 2015, foi instaurado Processo Administrativo pela Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para apurar supostas infrações à ordem econômica previstas na Lei nº 12.529/2011, ocorridas desde, ao menos, 2007 até abril de 2011, em licitações públicas para aquisição de medicamentos promovidas em diversos Estados da Federação. Em 23 de abril de 2015, o Laboratório Teuto recebeu notificações relativas ao Processo Administrativo.

Esse Processo Administrativo deriva diretamente de investigações promovidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MP/MG) contra três empresas farmacêuticas, que supostamente estariam envolvidas em práticas que configurariam cartel em licitações promovidas pela Secretaria de Saúde daquele Estado. O Laboratório Teuto não foi alvo de investigação do MP/MG.

A SG/CADE não conduziu nenhuma medida investigativa adicional. A Nota Técnica é um documento emitido para fundamentação formal por técnicos especializados em concorrência e defesa econômica, que instaurou o Processo Administrativo em comento se baseou apenas no material obtido pelo MP/MG no curso das investigações contra três empresas farmacêuticas.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

A referida Nota Técnica não cita nenhum indício obtido por meio de busca e apreensão ou interceptações telefônicas contra o Laboratório Teuto. Entre os indícios identificados nos documentos apreendidos, a Nota Técnica cita apenas uma anotação de agenda de uma das empresas na qual há referência ao Laboratório Teuto. A SG/CADE não incluiu nenhum executivo ou funcionário do Laboratório Teuto no polo passivo desse processo.

Além da anotação de agenda mencionada acima, nenhum dos documentos juntados ao processo é citado como indício de participação do Laboratório Teuto em suposto cartel pela SG/CADE em sua Nota Técnica.

Até o momento não houve manifestação do CADE em relação às defesas apresentadas pelo Laboratório Teuto.

Com base na opinião dos assessores legais do Laboratório Teuto, o processo do CADE contra o Laboratório Teuto não fornece provas diretas ou mesmo indiretas suficientes para implicar a responsabilidade do Teuto pela participação no suposto cartel sob investigação. No entanto, como o processo ainda está pendente de instrução processual e novas evidências podem ser trazidas aos autos, a chance de perda foi estimada como "possível" e será revista assim que concluída, visando determinar os riscos envolvidos e possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia, no valor de R$ 68.808, é formado por 54.655.555 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, cada ação ordinária nominativa atribui ao titular o direito de um voto nas resoluções em Assembleia Geral.

b. Reservas de capital

A Companhia obteve com o Governo do Estado de Goiás o direito de crédito especial para investimento, destinado à subvenção dos gastos com implantação da fábrica no complexo industrial de produtos farmacêuticos do Estado, com limite autorizado de R$ 2.676.

c. Reservas de reavaliação

A Companhia possui um saldo de reserva de reavaliação de ativos, líquido dos efeitos tributários, no valor de R$ 26.964 (R$ 28.500 em 2017), sendo a última reavaliação ocorrida em maio de 2005.

A Companhia mantém provisão dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação em contrapartida ao passivo não circulante, a qual está sendo realizada anualmente.

d. Reserva legal

O valor apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 foi constituído em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social.

	2018	2017
Resultado do exercício	9.412	9.204
Reserva legal de 5%	**470**	**460**

e. Reserva de incentivos fiscais

Refere-se ao deságio gerado pela liquidação do Fomentar, registrado em contrapartida ao resultado do exercício, conforme disposição legal em vigor, retornando para o patrimônio líquido após destinação do lucro líquido.

Para fins de atendimento à legislação fiscal, que determina a não distribuição do valor recebido aos acionistas, a parcela reconhecida, limitada ao lucro do exercício, foi transferida para a reserva de incentivos fiscais.

O deságio gerado no exercício de 2018, no montante de R$ 37.504 (R$ 32.890 em 2017), foi reconhecido no resultado e será destinado para reserva de incentivos nos exercícios seguintes, tendo em vista que não havia resultado líquido suficiente para sua constituição.

f. Reserva de lucros

No encerramento do exercício, a Companhia compensou o equivalente ao cálculo dos impostos diferidos sobre o ativo imobilizado no resultado apurado da reserva de lucros.

g. Dividendos a pagar

Em agosto de 2017, a Companhia e seus acionistas em vista da dissolução da sociedade acordaram em reverter a provisão de dividendos constituída em anos anteriores. Não houve constituição de provisão para dividendos no exercício de 2018.

h. Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende a diferença entre o valor de custo e o valor justo, líquidos dos efeitos tributários, das propriedades para investimentos e a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos, ambos reconhecidos como outros resultados abrangentes.

	2018	2017
Saldo anterior	**3.615**	**3.585**
Hedges de fluxo de caixa - parte efetiva das mudanças no valor justo	2.403	1.973
Hedges de fluxo de caixa (Swap) reclassificados para lucros ou perdas	(459)	(1.943)
Saldo atual	**5.559**	**3.615**

No exercício de 2018, os instrumentos financeiros derivativos que suportavam o hedge foram liquidados e a parcela remanescente de R$ 1.944 foi transferida para o resultado, assim, o saldo em 31 de dezembro de 2018 está relacionado apenas ao valor justo da propriedade para investimento.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

23 Receita operacional líquida

A receita é reconhecida quando não há obrigação de desempenho a ser cumprida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido para o cliente, ou seja, para as vendas Free on Board (FOB), a receita é reconhecida quando o cliente, por conta própria. veículos, realiza a coleta do produto nas unidades da Companhia; e, para vendas de custo, seguro e frete (CIF), a receita é reconhecida somente após os produtos serem entregues no local estabelecido pelo cliente, que tem a capacidade de determinar a maneira como serão usados e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, reembolsos e descontos. Os descontos representam uma contraprestação no preço da transação reconhecida na receita de acordo com o CPC 47. No exercício de 2018, o montante foi de R $6.058.

				2018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	510.081	394.432	5.986	910.499
Impostos incidentes sobre as vendas	(77.179)	(53.871)	(19)	(131.069)
Descontos, abatimentos e devoluções	(5.927)	(4.773)	(1.192)	(11.892)
Receita operacional líquida	**426.975**	**335.788**	**4.775**	**767.538**

				2.017
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	527.675	345.845	1.946	**875.466**
Impostos incidentes sobre as vendas:	(79.728)	(47.277)	(67)	**(127.072)**
Descontos, abatimentos e devoluções:	(6.031)	(1.823)	(506)	**(8.360)**
Receita operacional líquida	**441.916**	**296.745**	**1.373**	**740.034**

24 Custos dos produtos vendidos

				2018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Custo de materiais	(169.028)	(132.756)	(1.073)	(302.857)
Custo de mão de obra	(90.877)	(55.239)	(574)	(146.690)
Industrialização por terceiros	(2.960)	(96)	(5)	(3.061)
Depreciação	(11.900)	(8.099)	(76)	(20.075)
Gastos gerais de fabricação	(36.446)	(27.300)	(264)	(64.010)
Custo das mercadorias vendidas	(16.070)	(9.433)	(108)	(25.611)
	(327.281)	**(232.923)**	**(2.100)**	**(562.304)**

				2018
	Farma	Hospitalar	Exportação	Total
Custo de materiais	(185.483)	(120.359)	(330)	**(306.172)**
Custo de mão de obra	(92.609)	(44.111)	(237)	**(136.957)**
Industrialização por terceiros	(4.512)	(79)	(1)	**(4.592)**
Depreciação	(12.876)	(7.654)	(43)	**(20.573)**
Gastos gerais de fabricação	(40.120)	(23.953)	(139)	**(64.212)**
Custo das mercadorias vendidas	(7.824)	(5.784)	(14)	**(13.622)**
Custo dos produtos vendidos	**(343.424)**	**(201.940)**	**(764)**	**(546.128)**

25 Despesas com vendas

	2018	2017
Perdas no recebimento de créditos	(407)	(2.890)
Remuneração, encargos e benefícios	(50.512)	(43.469)
Despesas de *marketing*	(1.784)	(3.281)
Viagens e estadas	(7.746)	(7.450)
Fretes e carretos sobre vendas	(19.586)	(18.623)
Representação comercial	-	(220)
Partes relacionadas (Nota explicativa 9)	-	(2.451)
Multas contratuais	(97)	(112)
Operação logística	(885)	(1.120)
Gastos gerais comerciais	(4.673)	(3.444)
Total	**(85.690)**	**(83.060)**

26 Despesas administrativas

	2018	2017
Materiais administrativos	(239)	(346)
Despesas com pessoal	(18.027)	(15.480)
Despesas com manutenção e locação	(1.222)	(1.359)
Despesas com serviços de terceiros	(2.416)	(2.230)
Depreciação e amortização	(1.738)	(2.008)
Tributos e taxas federais	(1.367)	(1.482)
ICMS outras saídas	(4.952)	(5.604)
Outros tributos e taxas estaduais	1.199	(172)
Tributos e taxas municipais	(418)	(419)
Indenizações judiciais	(78)	(31)
Doação a entidades civis (Nota explicativa 9)	(1.866)	(1.727)
Outros gastos gerais	(1.525)	(799)
Total	**(32.649)**	**(31.657)**

27 Outras receitas e despesas líquidas

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

	2018	2017
Outras receitas		
Despesas recuperadas	645	15
Reversão provisão para descarte	-	1.394
Reversão provisão contingência	1.705	2.058
Reversão multas indedutíveis	-	60
Subvenções para investimentos	39.404	38.876
Resultado energia de mercado livre	375	422
Recebimento de duplicatas baixadas	2	151
Avaliação de propriedade para investimento a valor justo (i)	-	358
Receita com avarias de produtos	1.780	1.506
ICMS Antecipado IN n° 1.208/15	-	180
Outras receitas	405	178
Subtotal	**44.316**	**45.198**
Outras despesas		
Equivalência/bioequivalência e pesquisa e desenvolvimento	(463)	(1.809)
Ajuste ao valor realizável líquido	(3.565)	7.389
Constituição de provisão para descarte	(570)	-
Contingências	(2.572)	(4.424)
Multas indedutíveis	(205)	(3.383)
Disposição de resíduos (ii)	(13.061)	(22.906)
Resultado com perdas e alienação de ativo imobilizado	(242)	(45)
Despesas com regulatórios	(4.686)	(1.149)
Outras despesas	(2.975)	(1.490)
Subtotal	**(28.339)**	**(27.817)**
Outras receitas (despesas) líquidas	**15.977**	**17.381**

(i) O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes conforme nota 12, e com valorização imaterial.

(ii) A Companhia efetuou o descarte (baixa efetiva) dos itens do estoque provisionados para perda.

28 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
a) Receitas financeiras		
Juros recebidos	373	1.023
Rendimento de aplicações financeiras	991	1.749
Descontos obtidos	153	41
Variação monetária ativa	444	1.252
Variação cambial ativa	13.139	6.835
Ganho Swap	27.125	35.913
Variação cambial empréstimos e financiamentos	12.599	38.862
Redução Juros/Multa (Benefício Fiscal) (i)	8.592	-
Subtotal	**63.416**	**85.675**

b) Despesas financeiras

Juros de mora	(892)	(1.270)
Despesa bancária	(707)	(579)
Descontos concedidos	(8.796)	(7.756)
Despesas com Debêntures	(47)	-
Variação monetária passiva	(497)	(953)
Variação cambial passiva	(17.919)	(7.124)
IOF	(2.423)	(3.483)
Juros sobre financiamentos nacionais	(20.235)	(26.268)
Juros sobre financiamentos internacionais	(4.850)	(14.689)
Variação cambial empréstimos e financiamentos	(36.256)	(39.820)
Juros sobre Debêntures	(20.423)	-
Despesas de juros - *Swap*	(15.257)	(65.303)
Ajuste a valor presente - FOMENTAR	-	(4.522)
Outras despesas	(1.399)	(12)
Subtotal	**(129.701)**	**(171.779)**
Resultado financeiro líquido	**(66.285)**	**(86.104)**

(i) Refere-se a liquidação de processos de ICMS no estado de MG com redução de multas e juros utilizando precatórios.

29 Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	Lucro básico		Lucro diluído	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	9.412	9.204	9.412	9.204
Quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas	54.655	54.655	54.655	54.655
Lucro básico por ação (Em milhares de reais)	**0,17**	**0,17**	**0,17**	**0,17**

30 Informação por segmento e informação por área geográfica

a) informação por segmento

A Administração da Companhia deliberou três segmentos : Negócios Farma, Unidade de Negócios Hospitalar e Exportação, sendo estes os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas. A administração avalia o desempenho desses segmentos com base em sua receita bruta.

Cada segmento é gerido por uma diretoria específica com auxílio de equipe composta por gerentes, supervisores.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Unidade de Negócios Farma – abrange o atendimento do canal varejo farmacêutico, cadeia de farmácias localizadas no Brasil, com seus medicamentos similares, genéricos, alimentos, produtos para saúde e cosméticos, incluindo Helth Beatiful HB&S.

Pela farmacopeia brasileiras as definições dos produtos são as seguintes:
Medicamento similar – é aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal, responsável pela vigilância sanitária, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.
Medicamento genérico – é aquele medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que pretende ser com esse intercambiável, geralmente produzido após a expiração patentearia ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB). Devendo sempre ser identificado pelo princípio ativo e com tarja indicativa de medicamento genérico.

Unidade de Negócios Hospitalar – abrange o atendimento de hospitais e clínicas no âmbito público e privado, com medicamentos similares e genéricos comercializados em embalagem múltipla com destinação hospitalar.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, nosso principal produto, comercializado pela Companhia, qual seja, o medicamento "Bepeben", representou 6,21% de nossa receita operacional líquida. Em função de um portfólio diversificado, mix dinâmico, não há dependência de produto chave para a nossa receita.

Em 31 de dezembro de 2018, o percentual do nosso faturamento decorrente dos contratos diretos firmados com entidades da Administração Pública era de 1,92%, cerca de R$ 17.456.

Exportação – abrange o atendimento do mercado externo, através do comércio exterior.

				2.018
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	510.081	394.432	5.986	**910.499**
Impostos incidentes sobre as vendas:	(77.179)	(53.871)	(19)	**(131.069)**
Descontos, abatimentos e devoluções:	(5.927)	(4.773)	(1.192)	**(11.893)**
Receita operacional líquida	**426.975**	**335.788**	**4.775**	**767.538**
Custo de materiais	(169.028)	(132.756)	(1.073)	**(302.857)**
Custo de mão de obra	(90.877)	(55.239)	(573)	**(146.689)**
Industrialização por terceiros	(2.960)	(96)	(5)	**(3.061)**
Depreciação	(11.900)	(8.099)	(77)	**(20.076)**
Gastos gerais de fabricação	(36.446)	(27.300)	(264)	**(64.010)**
Custo das mercadorias vendidas	(16.070)	(9.433)	(108)	**(25.611)**
Custo dos produtos vendidos	**(327.281)**	**(232.923)**	**(2.100)**	**(562.304)**
Lucro Bruto	**99.694**	**102.865**	**2.675**	**205.234**

				2.017
	Farma	**Hospitalar**	**Exportação**	**Total**
Receita operacional bruta	527.675	345.845	1.946	**875.466**
Impostos incidentes sobre as vendas:	(79.728)	(47.277)	(67)	**(127.072)**
Descontos, abatimentos e devoluções:	(6.031)	(1.823)	(506)	**(8.360)**
Receita operacional líquida	**441.916**	**296.745**	**1.373**	**740.034**

Custo de materiais	(185.483)	(120.359)	(330)	**(306.172)**
Custo de mão de obra	(92.609)	(44.111)	(237)	**(136.957)**
Industrialização por terceiros	(4.512)	(79)	(1)	**(4.592)**
Depreciação	(12.876)	(7.654)	(43)	**(20.573)**
Gastos gerais de fabricação	(40.120)	(23.953)	(139)	**(64.212)**
Custo das mercadorias vendidas	(7.824)	(5.784)	(14)	**(13.622)**
Custo dos produtos vendidos	**(343.424)**	**(201.940)**	**(764)**	**(546.128)**
Lucro Bruto	**98.492**	**94.805**	**609**	**193.906**

b) Receita por área geográfica

	2018	2017
Brasil	904.514	873.500
Portugal	30	134
África	1.089	357
Angola	320	38
Líbia	2.525	-
Ilhas Virgens Britânicas	-	1.321
Uruguai	121	50
Costa Rica	21	17
Índia	1.846	-
Venezuela	33	-
El Salvador	-	49
Receita Bruta	**910.499**	**875.466**

31 Instrumentos financeiros e gestão de risco

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor justo	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	8.866	15.119	-	-
Ativos Financeiros não mensurados ao valor justo					
Contas a receber (Nota 5)	Nível 1	222.112	234.381	-	-
Contas vinculadas (Nota 10)	Nível 1	9.533	7.146	-	-
Garantias judiciais (Nota 11 b)	Nível 1	9.764	8.496	-	-
Outros créditos (Nota 11 a)	Nível 1	17.287	17.728	-	-
Total		**267.562**	**282.870**	**-**	**-**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Passivo

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Fornecedores (Nota 15)	Nível 1	80.535	69.755	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	Nível 2	535.083	560.169	543.195	565.517
Outros obrigações (Nota 20)	Nível 1	25.190	21.323	-	-
Total		**640.808**	**651.247**	**543.195**	**565.517**

A Companhia não divulgou os valores justos para os instrumentos financeiros, tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos, fornecedores, dividendos e outras obrigações de curto prazo, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

A técnica de avaliação utilizada para a mensuração do valor justo dos empréstimos e financiamentos foi a dos fluxos de caixa descontados, que leva em consideração o valor presente dos pagamentos esperados, utilizando-se a taxa fixa contratual mais taxa de mercado de CDI de 0,54% (2017 – 0,83%).

Os empréstimos em moeda estrangeira estão registrados pelo valor justo.

b. Políticas de gestão de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez.

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A seguir, o detalhamento dos principais riscos:

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Risco de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, as compras e os empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia, a qual está exposta essencialmente à variação na taxa de câmbio do Dólar e utiliza contratos de *swap* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal:

	2018			2017		
	USD	**EURO**	**R$**	**USD**	**EURO**	**R$**
Fornecedores	(11.563)	(517)	(47.116)	(9.860)	(770)	(35.783)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(62.219)	-	-
Clientes	239	-	925	305		1.008
Exposição líquida	**(11.324)**	**(517)**	**(46.191)**	**(71.774)**	**(770)**	**(34.775)**

Para o contrato de empréstimo em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía instrumento financeiro derivativo (*swap*) como instrumento de *hedge*. Em 31 de dezembro de 2018 não havia instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira da Companhia se o cliente ou a contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2018	**2017**
Perdas esperadas de créditos	(7.076)	(52)

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

O departamento financeiro estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão inclui a avaliação das demonstrações financeiras, e informações de agências de crédito. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da diretoria financeira.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são varejistas, rede de distribuidores, órgãos públicos, ou clientes estrangeiros, seu histórico de negociação com a Companhia, e existência de dificuldades financeiras no passado.

Para determinados clientes a Companhia possui garantias hipotecárias em relação ao contas a receber no valor de R$ 9.505 para os quais a provisão de perda é o que exceder o valor da garantia.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber por tipo de contraparte era:

	2018	**2017**
Redes e distribuidores	227.474	238.866
Órgãos públicos	7.093	1.279
Outros clientes	624	1.419
Estabelecimento privado de saúde	-	56
Exportação	926	979
Total	**236.117**	**242.599**

A companhia possui uma carteira de cliente bastante pulverizada sendo que em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do cliente mais relevante da Companhia é de R$ 11.739 mil (2017 R$ 10.053 mil).

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que não quebre os limites ou cláusulas de empréstimos em qualquer uma de suas linhas de crédito (quando aplicável). Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

O excesso de caixa mantido, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

	2018				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	535.083	759.457	260.814	498.354	289
Fornecedores	80.535	80.535	80.535	-	-
Outras obrigações	25.190	25.190	21.120	1.061	3.009
Obrigações tributárias	8.700	8.700	8.700	-	-
Total	**649.508**	**873.882**	**371.169**	**499.415**	**3.298**

	2017				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	530.099	584.665	525.353	40.508	18.804
Fornecedores	69.755	69.755	69.755	-	-
Outras obrigações	21.323	21.323	16.139	106	5.078
Obrigações tributárias	17.874	17.874	17.757	117	-
Total	**639.051**	**693.617**	**629.004**	**40.731**	**23.882**

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	535.083	530.099
Contas vinculadas	(9.533)	(7.146)
caixa e equivalentes de caixa	(8.866)	(15.119)
Dívida líquida	**516.684**	**507.834**
Total do patrimônio líquido	317.703	306.347
Patrimônio líquido ajustado	**834.387**	**814.181**
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	**61.92%**	**62,37%**

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

c. Ativos e passivos derivativos designados como *hedges* de fluxo de caixa

A Companhia adota uma estrutura de *hedge Accounting* de fluxo da caixa que consiste na cobertura de suas dívidas em dólar norte-americano (USD), contra o risco cambial de flutuação de taxa de câmbio USD *versus* BRL, usando instrumentos financeiros derivativos *swap* como cobertura, em valores e vencimentos equivalentes. Abaixo, está demonstrada a relação de *hedge* designada para *hedge Accounting*:

Objeto de *hedge* (Dívida)			Instrumento de *hedge* (*Swap*)			2017				
Contratante	**Data de início**	**Vencimento**	**Data de início**	**Vencimento**	**Exposição/Risco protegido**	**Vl Base Objeto**	**Vl Base Instrumento**	**MTM**	**Curva**	**Efeito no PL**
Itaú	14/09/2015	14/09/2018	14/09/2015	14/09/2018	Var. Cambial USD+*Spread*	27.757	27.757	(15.777)	(15.524)	253
Bradesco	23/11/2015	07/11/2018	23/11/2015	07/11/2018	Var. Cambial USD+*Spread*	8.333	8.333	(1.316)	(1.261)	55
Bradesco	10/03/2016	22/02/2019	10/03/2016	22/02/2019	Var. Cambial USD+*Spread*	4.000	4.000	(3.866)	(3.858)	8
Santander	04/04/2016	04/04/2019	04/04/2016	04/04/2019	Var. Cambial USD+*Spread*	8.420	8.420	(2.734)	(2.698)	36
Itaú	27/05/2016	28/05/2019	27/05/2016	28/05/2019	Var. Cambial USD+*Spread*	4.823	4.823	(3.187)	(2.504)	683
Santander	20/06/2016	21/06/2019	20/06/2016	21/06/2019	Var. Cambial USD+*Spread*	7.405	7.405	(3.190)	(1.280)	1.910
Total						**60.738**	**60.738**	**(30.070)**	**(27.125)**	**2.945**

Em 31 de dezembro de 2018 não haviam instrumentos financeiros derivativos.

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, não liquidada, e a variação cambial dos instrumentos de *hedge* não derivativos são reconhecidas no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Essa parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual os instrumentos de *hedge* foram designados. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado.

d. Análise de sensibilidade

O principal risco ao qual o valor dos ativos financeiros está exposto está relacionado à variação de taxas de juros e à taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e à variação na taxa de câmbio do Dólar e do Euro.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2018, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Dólar e Euro, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no Relatório de Mercado Focus/BC de 18 de Janeiro de 2019, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, conforme Instrução CVM nº 475 de 2008, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI	Redução do CDI		6,39%	4,79%	3,20%
Aplicações financeiras		8.487	8.487	8.351	8.216
Juros estimados		-	542	407	271
Efeito estimado no resultado		-	-	(136)	(271)

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	Aumento do CDI		6,39%	7,99%	9,59%
Empréstimos e financiamentos		76.943	76.943	78.172	79.402
Juros estimados		-	4.917	6.148	7.379
Efeito estimado no resultado		-	-	1.229	2.458

A análise de sensibilidade apresentada a seguir considera as variações em relação ao dólar norte-americano e ao euro, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas aos demais riscos.

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
Dolar	Queda do Dolar		3,75	2,81	1,88
Clientes		239	896	672	448
Variação Cambial estimada		926	(30)	(254)	(478)
Efeito estimado no resultado líquido				(224)	(448)

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar	Aumento do Dólar	-	3,7500	4,6875	5,6250
Fornecedores	11.563	44.799	43.361	54.202	65.042
Variação cambial estimada		-	(1.436)	9.045	20.245
Efeito estimado no resultado		-	-	10.841	21.682

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Euro	Aumento do Euro		4,5300	5,6625	6,7950
Fornecedores	517	2.294	2.342	2.928	3.513
Variação cambial estimada		-	47	632	1.218
Efeito estimado no resultado		-	-	585	1.171

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

32 Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As principais informações sobre a cobertura de seguros vigentes, segundo as apólices de seguro, podem ser assim demonstradas:

	2018
Incêndio, IDT, raio e explosão de qualquer natureza	150.000
Lucros cessantes em decorrência de incêndio	84.094
Equipamentos estacionários	3.000
Outras coberturas	7.600

33 Evento subsequente

Em 18 de fevereiro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas presentes, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram pela aprovação do quanto segue:

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações descrita na cláusula 3.5.1 (i) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação;

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações da Menor descrita na cláusula 3.5.2 (ii) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações da Menor passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas da Menor Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações da Menor Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações da Menor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação;

- aprovar (a) a alteração da composição do capital social da Emissora em decorrência do IPO, bem como de qualquer aumento de capital social e/ou desmembramento e/ou grupamento de ações da Emissora decorrentes do IPO, com a consequente não aplicação do vencimento antecipado automático das Debêntures na forma prevista no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão e ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a tais matérias previstos nos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, especificamente em virtude da realização do IPO; (b) a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para retirar a previsão relacionada à alteração da composição do capital social da Emissora, em decorrência do IPO; e (c) a exclusão dos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor. Em decorrência da deliberação constante na alínea (b) deste item (iii), o inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da

presente data, com a seguinte redação: "(xxi) qualquer mudança ou transferência do controle direto ou indireto da Emissora, exceto se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;"

• aprovar a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para fins de alterar o limite total anual de distribuição de dividendos obrigatórios, que passará de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações. Em decorrência da deliberação constante neste item (iv), o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxii) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto (a) pelos dividendos obrigatórios até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações; ou (b) se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;" Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão deverá passar a vigorar com a redação anterior, ou seja, com a previsão do limite total anual de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a distribuição de dividendos obrigatórios, ficando a Emissora e os Garantidores desde já obrigados a tomar todas as providências necessárias para tanto indicadas pelo Agente Fiduciário.

• aprovar (a) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 12 de fevereiro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor; e (b) a exclusão do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor referente ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a eleição dos membros do conselho de administração e/ou diretoria da Emissora, de modo que a eleição dos referidos cargos possa ocorrer de forma livre e independente nos termos do estatuto social da Emissora; e

• autorizar a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário para praticarem todos os atos e/ou convenientes à implementação das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamento à Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, bem como dos termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação ou das Ações da Menor Objeto da Liberação.

* * *

Marcelo Leite Henriques
Presidente

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Luiz Alberto Lyra Pinheiro
Diretor-financeiro

Josy Rodrigues da Silva Peixoto
Contadora
CRC GO 15.990/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A

CNPJ: 17.159.229/0001-76

SUMÁRIO

Objetivo _____ 3
Descrição dos negócios _____ 4
Pesquisa e Desenvolvimento _____ 17
Sustentabilidade _____ 18

OBJETIVO

Conforme as disposições legais da legislação societária brasileira, o Laboratório Teuto Brasileiro S.A apresenta o Relatório da Administração referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, destacando seus resultados operacionais e financeiros.

O Relatório da Administração é requerido em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente pelo artigo 243 da Lei n° 6.404/76, sendo parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

As informações contidas neste documento foram elaboradas conforme demonstrações financeiras da empresa, considerando os aspectos operacionais, econômicos e macroeconômicos.

Entre os principais indicadores destacamos os itens abaixo.

Destaques:

- Crescimento de **4%** da receita bruta em relação a 2017, atingindo R$ 910 milhões;
- Receita Líquida de R$ 767 milhões, crescimento de **4%** superior a 2017;
- EBITDA de R$ 119 MM, mantendo o estável em relação a 2017;
- Lucro Líquido de R$ 9,4MM, **2%** maior que o realizado em 2017.

1. Panorama Geral

1.1. Laboratório Teuto Brasileiro S/A

O Laboratório Teuto Brasileiro S/A está há mais de 70 anos no mercado farmacêutico nacional , sendo pioneiro na produção de medicamentos genéricos no Brasil. Com 110 mil m² de área construída a companhia se consolida como uma solução completa na área de saúde, tanto no segmento voltado para farmácias e drogarias bem como hospitalar.

2. Contexto Operacional

Em 2018, o Laboratório Teuto Brasileiro S/A, registrou um crescimento na ordem de 4% na sua receita bruta versus o ano anterior, atingindo R$ 910 milhões .

Ainda no ano de 2018, sua receita líquida atingiu R$ 767 milhões de reais, crescendo 4% em relação ao ano de 2017.

Em 2018, o EBITDA atingido foi de R$ 118 MM, ante R$ 119 MM de 2017, mantendo estável.

O lucro líquido alcançado em 2018 é de R$ 9,4 MM, crescendo 2% em relação 2017.

Lucro Líquido
Δ% 18 - 17: ↑2%
9,2
9,4
2017
2018

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Em 2018, o Laboratório Teuto S/A fez o lançamento de 13 novos produtos, alcançando uma receita bruta de R$ 9,2 milhões, proveniente desses lançamentos.

A companhia mantém sua crença na inovação, atendendo às demandas do mercado com ações marcadas pela excelência e busca no que há de melhor para desenvolvimento de novos produtos.

Investimos em processos e treinamento com foco na tomada de decisão e melhores práticas do mercado. Realizamos parcerias com centros de pesquisa e desenvolvimento com grande experiência em diversos setores da indústria, produtores de APIs (matéria-prima) e máquinas, buscando a excelência e ganhos intelectuais.

teuto.com.br
+55 62 3310 2000
Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Endereço/Address: VP 7 D - Módulo 11, Quadra 13 - DAIA
Anápolis - Goiás - Brasil
CEP/Zip Code: 75.132.140

SUSTENTABILIDADE

Há mais de 7 décadas no coração do Brasil, o maior complexo farmacêutico da América Latina mantém sua filosofia de crescimento contínuo com qualidade e inovação e se consolida entre os maiores no segmento de produtos complexos, similares, OTC e genéricos no mercado nacional, com novas estratégias também para o setor hospitalar.

Para os próximos anos, a estratégia é consolidar o crescimento, atendendo a crescente demanda por meio da excelência no desenvolvimento, fabricação e comercialização de seus produtos, sempre com qualidade e inovação, sem abrir mão da produtividade, valorizando também a responsabilidade socioambiental, reafirmando que "Se é Teuto, é de confiança".

O Laboratório Teuto possui, desde 2010, um programa de *Compliance*, que estabelece procedimentos específicos a serem seguidos pelos colaboradores, com o objetivo de reforçar o compromisso da companhia com a transparência e ética dos negócios, valores que pautam a história da companhia há mais de sete décadas.

teuto.com.br
+55 62 3310 2000
Laboratório Teuto Brasileiro S/A
Endereço/Address: VP 7 D - Módulo 11, Quadra 13 - DAIA
Anápolis - Goiás - Brasil
CEP/Zip Code: 75.132.140

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições Não Contábeis 7

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15

3.7 - Nível de Endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 57

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 60

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 69

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 71

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 73

4.7 - Outras Contingências Relevantes 75

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 76

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 77

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 85

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 87

5.4 - Programa de Integridade 91

5.5 - Alterações significativas 97

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 98

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 99

6.3 - Breve Histórico 100

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 102

6.6 - Outras Informações Relevantes 103

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 104

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 116

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 117

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 118

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 133

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 134

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 149

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 150

7.8 - Políticas Socioambientais 151

7.9 - Outras Informações Relevantes 152

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 153

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 154

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 155

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 156

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 157

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 158

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 159

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 169

9.2 - Outras Informações Relevantes 170

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 171

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 188

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 192

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 193

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 197

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 199

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 200

10.8 - Plano de Negócios 201

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 203

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 205

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 206

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 207

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 214

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 217

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 220

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 221

12.7/8 - Composição Dos Comitês 225

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 227

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 228

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 229

12.12 - Outras informações relevantes 230

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 231

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 235

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 239

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 241

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 242

13.6 - Opções em Aberto 243

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 244

13.8 - Precificação Das Ações/opções 245

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 246

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 247

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 248

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 249

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 250

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 251

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 252

13.16 - Outras Informações Relevantes 253

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 254

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 256

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 257

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 258

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 259

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 260

15.3 - Distribuição de Capital 262

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 263

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 264

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 267

15.7 - Principais Operações Societárias 268

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 269

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 270

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 272

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 274

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 276

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 277

17.2 - Aumentos do Capital Social 278

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 279

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 280

17.5 - Outras Informações Relevantes 281

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 282

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 283

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 284

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 285

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 286

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 288

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 289

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 290

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 291

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 292

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 293

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 295

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 296

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 297

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 298

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 299

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 300

20.2 - Outras Informações Relevantes 302

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 303

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 305

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 307

21.4 - Outras Informações Relevantes 308

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**MARCELO LEITE HENRIQUES**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**LUIZ ALBERTO LYRA PINHEIRO**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MARCELO LEITE HENRIQUES, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 116.365-4, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 477.029.906-00, na qualidade de Diretor Presidente do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.159.229/0001-76, com sede e foro na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

MARCELO LEITE HENRIQUES

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LUIZ ALBERTO LYRA PINHEIRO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 201326035, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 433.831.065-00, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S.A.**, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.159.229/0001-76, com sede e foro na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LUIZ ALBERTO LYRA PINHEIRO

Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes.
CPF/CNPJ	57.755.217/0019-58
Data Início	31/08/2011
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS); (ii) prestação de serviços no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia em 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no último exercício social foi de R$ 787.815,36.
Justificativa da substituição	Não houve substituição de auditores no período.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fernando Rogério Liani	01/01/2020	264.351.628-16	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Busines Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: Fliani@kpmg.com.br
Jarib Brisola Duarte Fogaça	01/01/2013	012.163.378-02	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: jaribbrisola@kpmg.com.br
Marcelo José de Aquino	01/01/2011	129.747.258-64	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: maquino@kpmg.com.br
Marcelo José de Aquino	01/01/2015	129.747.258-64	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: maquino@kpmg.com.br
Marcio José dos Santos	01/01/2014	253.206.858-23	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: marciosantos@kpmg.com.br
Marcos Roberto Bassi	01/01/2019	245.971.358-47	Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 – 10º andar, Edifício, New Business Style, Jardim Goiás, Goiânia, GO, Brasil, CEP 74810-100, Telefone (62) 36047900, e-mail: mrbassi@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Para toda renovação de contrato/escopo relacionado aos serviços prestados pelos auditores independentes, é feita uma análise interna para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria, da mesma forma, os próprios auditores são requeridos para avaliar as questões de independência, conflito de interesse e objetividade, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as normas aplicáveis. Ainda, a Companhia informa que não há nenhuma outra remuneração a ser paga aos auditores independentes contratados além da remuneração pelos serviços descritos no item 2.1/.2 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	543.261.179,87	419.602.004,73	317.702.279,00
Ativo Total	1.244.685.037,84	1.121.277.261,91	1.033.689.280,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.048.722.594,73	966.054.965,25	767.538.217,02
Resultado Bruto	381.200.794,36	297.498.620,62	205.234.167,64
Resultado Líquido	143.987.338,76	106.899.726,01	9.411.835,76
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	54.655.555	54.655.555	54.655.555
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,940000	7,680000	5,810000
Resultado Básico por Ação	2,630000	1,960000	0,170000
Resultado Diluído por Ação	2,63	1,96	0,17

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	242.391	196.411	117.997
Margem EBITDA	23,11%	20,33%	15,37%
Dívida Líquida	374.720	472.152	526.217
Índice de Dívida Líquida	1,55	2,40	4,46
Índice de Endividamento Total	1,29	1,67	2,25

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa.

Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Dívida Líquida e o Índice da Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo o BRGAAP, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. Não deve ser analisado individualmente. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia.

A Dívida Líquida é representada pela soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeiras. O índice da dívida líquida é obtido pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA.

Índice de Endividamento Total

O Índice de Endividamento Total é calculado pela soma do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante consolidado da Companhia, dividido pelo patrimônio líquido consolidado, conforme a Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do lucro líquido da Companhia para o EBITDA e Margem EBITDA, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Resultado operacional líquida	143.987	106.900	9.412
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	34.671	21.921	20.100
(+) Resultado financeiro líquido	43.855	45.217	66.284
(+) Depreciação e amortização	19.878	22.374	22.201
EBITDA	**242.391**	**196.411**	**117.997**
Receita operacional líquida	1.048.723	966.055	767.538
Margem EBITDA	**23,10%**	**20,33%**	**15,37%**

Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como o Índice da Dívida Líquida para esses exercícios:

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
(+) Empréstimos e financiamentos (Circulante e Não Circulante)	423.305	479.605	535.083
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e aplicação financeira	48.585	7.453	8.866
Dívida (Caixa) Líquida	**374.720**	**472.152**	**526.217**
EBITDA	242.391	196.411	117.997
Índice da Dívida Líquida	**1,55**	**2,40**	**4,46**

Índice de Endividamento Total

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação do Índice de Endividamento Total da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Passivo Circulante	436.127	277.442	200.195
Passivo não circulante	265.296	424.232	515.791
Soma Passivo Circulante + Passivo não circulante	**701.423**	**701.674**	**715.986**
Patrimônio Líquido	543.262	419.603	317.703
Índice de Endividamento Total	**1,29**	**1,67**	**2,25**

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é uma medida útil para a avaliação da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o retorno gerado a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma forma alternativa para avaliar sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia entende que a Margem EBITDA é uma medição útil para a avaliação de sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

3.2 - Medições Não Contábeis

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

Dívida Líquida e Índice da Dívida Líquida

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida e do Índice da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

Índice de Endividamento Total

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento Total é útil na avaliação do grau de endividamento em relação ao seu patrimônio líquido.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, cuja emissão foi autorizada em 19 de fevereiro de 2021, apresentam os seguintes eventos subsequentes:

Em 18 de fevereiro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas presentes, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberaram pela aprovação do quanto segue:

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações descrita na cláusula 3.5.1 (i) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação;

- aprovar a liberação parcial da Alienação Fiduciária de Ações da Menor descrita na cláusula 3.5.2 (ii) da Escritura de Emissão, para fins de liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação, de modo que a Alienação Fiduciária de Ações da Menor passe a ser incidente somente sobre as Ações Alienadas da Menor Remanescentes. Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, as Ações da Menor Objeto da Liberação passarão a reintegrar automaticamente a Alienação Fiduciária de Ações da Menor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, sendo certo que essa condição será indicada no(s) termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações da Menor Objeto da Liberação;

- aprovar (a) a alteração da composição do capital social da Emissora em decorrência do IPO, bem como de qualquer aumento de capital social e/ou desmembramento e/ou grupamento de ações da Emissora decorrentes do IPO, com a consequente não aplicação do vencimento antecipado automático das Debêntures na forma prevista no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão e ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a tais matérias previstos nos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, especificamente em virtude da realização do IPO; (b) a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para retirar a previsão relacionada à alteração da composição do capital social da Emissora, em decorrência do IPO; e (c) a exclusão dos incisos "(viii)" e "(xi)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor. Em decorrência da deliberação constante na alínea (b) deste item (iii), o inciso "(xxi)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxi) qualquer mudança ou transferência do controle direto ou indireto da Emissora, exceto se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;"

- aprovar a alteração do Evento de Vencimento Automático previsto no inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão, para fins de alterar o limite total anual de distribuição de dividendos obrigatórios, que passará de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações. Em decorrência da deliberação constante neste item (iv), o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão passará a vigorar, a partir da presente data, com a seguinte redação: "(xxii) distribuição e/ou pagamento (inclusive por meio de antecipação) pela Emissora de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto (a) pelos dividendos obrigatórios até 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedade por Ações; ou (b) se aprovada previamente por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Debêntures em Circulação;" Caso o IPO não seja concluído em até 120 (cento e vinte) dias contados da presente data, o inciso "(xxii)" da Cláusula 6.1.1.1 da Escritura de Emissão deverá passar a vigorar com a redação anterior, ou seja, com a previsão do limite total anual de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para a distribuição de dividendos obrigatórios, ficando a Emissora e os Garantidores desde já obrigados a tomar todas as providências necessárias para tanto indicadas pelo Agente Fiduciário.

- aprovar (a) a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 12 de fevereiro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor; e (b) a exclusão do inciso "(vii)" da cláusula 3.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor referente ao direito de anuência e/ou veto dos Debenturistas em relação a eleição dos membros do conselho de administração e/ou diretoria da Emissora, de modo que a eleição dos referidos cargos possa ocorrer de forma livre e independente nos termos do estatuto social da Emissora; e

- autorizar a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário para praticarem todos os atos e/ou convenientes à implementação das deliberações desta assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamento à Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária da Menor, bem como dos termo(s) de liberação e/ou qualquer outro instrumento de formalização da liberação das Ações Objeto da Liberação ou das Ações da Menor Objeto da Liberação.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2020	2019	2018
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").	Além das reservas legais, até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.	Além das reservas legais, até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reteve a título de: Reserva de incentivo fiscal: R$77.067.384,07. Reserva de lucro: R$48.234.490,91.	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reteve a título de: Reserva de incentivo fiscal: R$99.079.629,96. Reserva legal: R$4.262.062,09.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reteve a título de: Reserva de incentivo fiscal: R$10.907.040,18. Reserva legal: R$470.591,74.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva de incentivo fiscal: 5% do lucro líquido do exercício. Reserva de lucro: 34% do lucro líquido do exercício.	Reserva de incentivo fiscal: 92% do lucro líquido do exercício. Reserva legal: 4% do lucro líquido do exercício.	Reserva de incentivo fiscal: 96% do lucro líquido do exercício. Reserva legal: 4% do lucro líquido do exercício. Reserva de lucro.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures restringe a distribuição de dividendos, exceto (i) pelos dividendos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações, até o limite anual de R$5 milhões; ou (ii) se aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures restringe a distribuição de dividendos, exceto (i) pelos dividendos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações, até o limite anual de R$5 milhões; ou (ii) se aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures restringe a distribuição de dividendos, exceto (i) pelos dividendos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações, até o limite anual de R$5 milhões; ou (ii) se aprovada por debenturistas que representem, no mínimo, 90% das debêntures em circulação.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	143.987.338,76	106.899.726,01	9.411.834,73
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	26,810000	25,820000	3,450000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	143.987.338,76	106.899.726,01	9.411.834,73
Data da aprovação da retenção		25/03/2020	09/05/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas. No entanto, a Companhia pretende declarar dividendos no valor de R$64.312.654,55, sendo R$16.078.163,64 referentes ao lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e R$48.234.490,91 referentes a reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais, provenientes de reservas de lucros, no montante de R$ 4.250 mil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais, provenientes de reservas de lucros, no montante de R$ 5.000 mil.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	701.423.858,97	Índice de Endividamento	1,29113209	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		2.611.753,91	2.294.000,00	0,00	0,00	4.905.753,91
Empréstimo	Garantia Real		219.136.780,44	199.262.416,81	0,00	0,00	418.399.197,25
Total			221.748.534,35	201.556.416,81	0,00	0,00	423.304.951,16

Observação

Critérios utilizados pela Companhia: (i) os Empréstimos contraídos pela Companhia consistem em contratos de dívida sem uma destinação específica para utilização dos recursos; e (ii) os Financiamentos contraídos pela Companhia consistem em contratos de dívida utilizados para financiar investimentos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, estávamos sujeitos a cláusulas de *cross-default* e de observação de índices financeiros (*covenants*) em razão de contratos de empréstimo e financiamento e valores mobiliários representativos de dívidas. Para mais informações, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 3.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os nossos negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez negócios futuros e/ou reputação, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "4.1. Fatores de Risco" e no item "4.2. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado".

Por fim, destacamos que os riscos aqui descritos se referem a nós, nossos acionistas controladores fornecedores, clientes, regulação e setores de atuação.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da pandemia da COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade dos mercados globais significativas. Em resposta ao avanço da pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação, distanciamento social e até mesmo *lockdown*, e algumas dessas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo aqueles onde atuamos, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o distanciamento social. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento dos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços e da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, com efeitos sobre o nosso setor de atuação, clientes, fornecedores, empregados e prestadores de serviços. Muitas dessas medidas restritivas continuam sendo adotadas pelos estados e municípios brasileiros na data deste Formulário de Referência e outras medidas mais restritivas do que aquelas que estão em vigor podem vir a ser adotadas. Não é possível estimar por quanto tempo durarão a pandemia e as restrições dela decorrentes ou qual o impacto elas terão sobre as nossas operações, receita operacional e resultado. Em decorrência do cenário atual, essas restrições a circulação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

podem também ocasionar interrupções ou atraso na entrega de produtos que oferecemos, o que poderia causar perda de clientes e reduzir nossas receitas. Adicionalmente, os nossos clientes podem não honrar com pagamentos de produtos já contratados e fornecedores podem não disponibilizar produtos de forma tempestiva. Além disso, a desaceleração econômica global em decorrência do avanço da pandemia da COVID-19, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em menor atividade comercial mesmo após a contenção da pandemia. Todos esses fatores podem ter um impacto adverso relevante sobre as nossas operações e a situação financeira.

No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia da COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios.

A disseminação da pandemia da COVID-19 nos levou a adotar medidas de distanciamento social que impactaram e podem continuar impactando, inclusive de formas desconhecidas até o momento, as nossas relações de trabalho. Parte das equipes envolvidas em atividades administrativas passou, mesmo que parcialmente, a trabalhar em regime de teletrabalho. Além disso, considerando a essencialidade das nossas atividades, estamos sujeitos a focos de contaminação da COVID-19 devido à não interrupção da prestação de serviços.

Podemos vir a tomar medidas adicionais caso assim exigido pelas autoridades governamentais ou caso determinemos que são do melhor interesse de nossos empregados, clientes e parceiros de negócios. Não somos capazes de mensurar os impactos das alterações nas relações de trabalho decorrentes da pandemia da COVID-19. Ademais, não é possível garantir que as medidas que tomamos serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia ou se serão consideradas satisfatórias pelas autoridades governamentais. A necessidade de adoção de medidas mais restritivas no caso de novos desdobramentos globais ou locais da pandemia poderá afetar sua capacidade administrativa, operacional e de geração de receitas.

A extensão em que o surto da COVID-19 afeta os nossos negócios, reputação, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa (incluindo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos e financiamentos) permanece incerta e dependerá de desenvolvimentos futuros, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas.

Continuaremos avaliando a evolução dos efeitos da pandemia da COVID-19 em nossas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre a nossa capacidade de continuar operando nossos negócios, e não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam nos fornecer orientação quanto ao efeito de uma pandemia severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que não somos capazes de estimar.

Por meio da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, o Governo Federal instituiu o pagamento de auxílio emergencial a determinados trabalhadores durante o período de enfrentamento à pandemia da COVID-19. Referidos recursos adicionais injetados na economia brasileira podem mascarar um efeito ainda não refletido na nossa receita. Dessa forma, assim que a medida de pagamento auxiliar por parte do Governo cessar, a economia brasileira e os nossos clientes poderão ser adversamente afetados e consequentemente, a nossa receita poderá diminuir.

Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A indústria farmacêutica e alimentícia é caracterizada pela inovação tecnológica e a estratégia dessas atividades passa pela nossa capacidade de aperfeiçoar e maximizar serviços existentes e desenvolver novos serviços.

Se não desenvolvermos ou adaptarmos nossos produtos de maneira oportuna e economicamente viável para atender às necessidades dos clientes em um ambiente tecnológico em evolução, a nossa competitividade poderá ser impactada negativamente e nossa retenção de clientes poderá ser prejudicada. Nós podemos sofrer dificuldades ou atrasos na pesquisa, desenvolvimento, produção ou comercialização de novos produtos, inclusive em decorrência de exigências e requisitos para a obtenção de licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros das autoridades governamentais competentes, incluindo aspectos de proteção ao meio ambiente, saúde e segurança, o que pode impactar negativamente nossos resultados operacionais e impedir-nos de recuperar ou realizar um retorno sobre os investimentos necessários para apresentar novos produtos ao mercado. Em particular, se um concorrente desenvolver ou obtiver direitos exclusivos para uma tecnologia inovadora, os nossos resultados financeiros podem ser prejudicados ou, ainda, podemos não alcançar os resultados previstos.

Podemos não conseguir implementar totalmente nossa estratégia de negócios.

Dependemos de uma série de fatores para a implementação das principais iniciativas para nosso crescimento, que fazem parte de nossa estratégia, dentre os quais nossa capacidade de:

- proteger e fortalecer nossas marcas, qualidade e inovação de nossos produtos;
- atingir taxas sustentáveis de crescimento e rentabilidade em nossos mercados atuais e identificar com êxito oportunidades em novos mercados;
- desenvolver com êxito novos conceitos de produtos e pesquisas, identificar novas tecnologias;
- fabricar produtos que respondam às demandas atuais do mercado;
- expandir por meio de aquisições estratégicas, bem como por crescimento orgânico;
- investir na eficiência operacional a partir da plataforma de infraestrutura já instalada; e
- continuar a expansão de nossa base de clientes, com foco no aumento da demanda por nossos produtos por meio de relacionamento com consumidores e a comunidade médica brasileira.

Não podemos assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados, nem que serão realizados com êxito e por completo. Isso porque, se não conseguirmos identificar com sucesso as demandas do mercado, se qualquer um de nossos produtos tiver problemas de qualidade, se nossos competidores tiverem propriedade intelectual protegida que nos impeça de oferecer produtos que sejam atraentes para nossos consumidores ou se as exigências legais impuserem limites nas matérias-primas e tecnologias que podemos utilizar, poderemos ter dificuldades em fabricar produtos atraentes para nossos consumidores finais. Assim, qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá afetar nossa estratégia de negócios e, consequentemente, causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos ser incapazes de desenvolver novos produtos de sucesso, o que poderá afetar adversamente nossa situação financeira e resultados.

O nosso crescimento contínuo dependerá, em parte, do nosso sucesso no investimento em novos produtos, sistemas de dosagem e administração. Todo desenvolvimento de novos produtos contém risco de alcance da performance vislumbrada na pesquisa ou quanto a excelência desses produtos, atendimento a regulamentação, além de questões concorrenciais no momento de lançamento de novos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Há muitas dificuldades e incertezas inerentes à pesquisa e desenvolvimento neste setor e há uma alta taxa de falha inerente ao desenvolvimento de medicamentos. As falhas podem ocorrer em qualquer ponto do processo, incluindo em estágio avançado após investimentos substanciais. Novos produtos potenciais que podem parecer promissores no estágio de desenvolvimento podem nem chegar ao mercado ou podem ter um sucesso comercial limitado. Isso pode ocorrer em decorrência do seu grau de eficácia ou de segurança, da necessidade de se obter aprovações regulatórias, da limitação do escopo de uso aprovado, dificuldade ou custos excessivos de fabricação, da potencial violação de patentes ou direitos de propriedade intelectual de terceiros, assim como da introdução de produtos originais concorrentes mais novos, resultando em interesse comercial reduzido em relação ao respectivo medicamento. Os produtos que chegam ao mercado podem, por fim, estar sujeitos a recalls ou outras suspensões nas vendas. A ocorrência de qualquer desses fatores pode afetar adversamente nossas receitas operacionais e condição financeira.

Desde a aquisição de insumos até a comercialização dos produtos fabricados por nós, existem diversos processos operacionais necessários para viabilização do negócio. A não formalização desses processos, falhas na sua execução ou a limitação da tecnologia empregada em tais processos pode interferir diretamente na nossa eficiência, gerando custos superiores aos esperados.

Além de estar sujeito a uma alta taxa de falhas, o processo de desenvolvimento de produtos farmacêuticos é demorado e dispendioso, e depende de uma avaliação antecipada das tendências em termos de tratamentos. Os produtos desenvolvidos por meio de esforços internos, se e quando totalmente desenvolvidos, testados e aprovados, podem não ser lucrativos. Os nossos produtos podem entrar no mercado após os mesmos produtos de outros fabricantes ou podem não ser econômicos e comercialmente atrativos para os clientes.

Além disso, o desenvolvimento de produtos pode desviar a atenção da nossa administração de outros aspectos do negócio, o que poderia prejudicar as vendas de nossos produtos atualmente existentes. Ademais, produtos recentemente desenvolvidos podem não contribuir favoravelmente para os nossos resultados operacionais, ainda que desenvolvidos em tempo hábil, o que pode impactar adversamente os nossos resultados operacionais.

Não podemos assegurar que os nossos investimentos resultarão na descoberta, no desenvolvimento ou no lançamento de produtos que terão sucesso comercial ou melhorarão a rentabilidade do nosso negócio no longo prazo, o que pode afetar de forma relevante e adversa os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

Estamos sujeitos a flutuações significativas de demanda em decorrência de variação na contratação para compra de nossos produtos e medicamentos, principalmente pelo Poder Público.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 2,29% da nossa receita bruta referentes ao segmento hospitalar foram decorrentes da venda de produtos e medicamentos direto à Administração Pública. Assim, estamos sujeitos a uma variação de demanda afetada em razão de políticas governamentais que determinam a relação e quantidade de produtos e medicamentos que serão adquiridos em determinado período. Uma eventual redução de demanda ou estimativa equivocada de demanda, seja em decorrência de uma eventual sazonalidade ou por decisão do Poder Público, pode afetar adversamente os nossos negócios, situação financeira e resultados, além de afetar o preço de mercado das ações ordinárias de nossa emissão.

Adicionalmente, o Poder Público contratante possui autonomia para extinguir contratos unilateralmente com respaldo no atendimento do interesse público. Se formos incapazes de substituir as receitas decorrentes de contratos extintos, os nossos resultados podem ser impactados adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Estamos sujeitos à aplicação de condenação em processo judicial e suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou de recebermos, direta ou indiretamente, benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por três anos, decorrente de Ação de Improbidade Administrativa.

Conforme descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência, na Ação de Improbidade Administrativa nº 0363057-51.2011.8.09.0051, julgada em abril de 2020, foi proferida sentença pela 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Goiás que condenou a Companhia (i) ao ressarcimento aos cofres públicos no valor de R$ 68.100,70, e (ii) a penalidade de proibição de contratar com a Administração Pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária pelo prazo de três anos.

O prognóstico dos advogados externos e internos da Companhia é de que a perda dessa ação é provável. A depender da decisão em segunda instância, a qual poderá reformar ou confirmar a sentença, estaremos sujeitos à aplicação de penalidade que impediria a nossa contratação com qualquer órgão da Administração de qualquer esfera federativa (União, Estados e Municípios) ou de recebermos benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária pelo prazo de três anos, o que poderá afetar material e adversamente os nossos resultados e condição financeira. Por outro lado, e caso a sentença não seja revertida, seria possível que o Poder Judiciário, decidisse em fase recursal que os efeitos da penalidade ficassem restritos a todos os órgãos do Estado de Goiás. Tal decisão, todavia, poderia impactar no recebimento, por este prazo, de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, concedidos pelo referido estado, como é o caso dos benefícios relacionados ao Fomentar (incentivo estadual relacionado ao ICMS formalizado por meio de Termo de Acordo celebrado entre a empresa e o estado de Goiás, com prazo de fruição limitado a 31 de dezembro de 2032).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 2,29% da nossa receita bruta referentes a linha hospitalar foram decorrentes da venda de produtos e medicamentos direto ao setor público, bem como 18% da nossa receita bruta em 2020 foi decorrente de contratos com a administração pública. Dessa forma, se o recurso em segundo grau for julgado improcedente e a sentença de primeiro grau for mantida, a sanção de suspensão temporária de contratar a Administração Pública ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos poderá afetar material e adversamente os nossos resultados e nossa reputação, inclusive em decorrência da acusação de prática de conduta reputada irregular perante a Administração Pública, com efeitos vinculados à Lei de Improbidade Administrativa.

Dependemos de nossa força de vendas especializada para gerar receita líquida e os níveis desejados de reconhecimento do produto e da nossa marca.

Dependemos de nossa rede de força de vendas especializada em vendas e *marketing* para aumentar o reconhecimento de nossos produtos e de nossa marca. Como resultado, nossas operações envolvem certos riscos, incluindo o risco de tal força de venda não cumprir os requisitos locais, direcionar os recursos necessários para obter a confiança e/ou a fidelidade dos médicos, ou não comercializar de maneira efetiva os nossos produtos. Ainda, o nosso crescimento e a rentabilidade futura dependerão, em parte, da eficácia e eficiência do nosso esforço comercial. Caso qualquer dos riscos acima venha a se materializar, os nossos negócios e resultados financeiros e operacionais podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O nosso sucesso depende extensamente de nossa capacidade em antecipar e responder em tempo hábil às demandas dos médicos.

O nosso sucesso depende em grande parte do apelo de nossos produtos a uma ampla gama de médicos, cujas preferências não podem ser previstas e estão sujeitas a mudanças. Se os nossos produtos atuais não atenderem às demandas existentes de médicos, a nossa receita líquida pode ser adversamente afetada. Ademais, conforme anteriormente mencionado, o nosso crescimento depende da nossa capacidade em desenvolver novos produtos ou adaptar os produtos existentes por meio de modificações e extensões de nossas linhas de acordo com as preferências de tais médicos. Desta forma, podemos não ser capazes de identificar precisamente as preferências dos médicos e traduzir seu conhecimento em produtos por eles aceitos ou, com sucesso, integrar esses produtos ao nosso portfólio de produtos ou operações. Também podemos experimentar um aumento em nossas despesas relacionadas ao desenvolvimento de produtos, *marketing* e publicidade, o que poderia afetar negativamente suas margens e, consequentemente, nossos negócios.

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

As principais matérias-primas utilizadas na fabricação, embalagem e transporte de nossos principais produtos estão sujeitas a substanciais flutuações de preço, particularmente os insumos cujos preços são denominados em moeda estrangeira. Tais oscilações poderão aumentar os nossos custos operacionais e reduzir as nossas margens, podendo causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e em nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores sobre os quais temos pequeno ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado ao clima, produção agrícola, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial. Adicionalmente, podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes os aumentos de custos de insumos e outros custos operacionais relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual ou utilizá-los de forma eficaz, bem como manter o direito ao uso de propriedade intelectual de terceiros.

Podemos não ser capazes de proteger os direitos sobre as patentes, marcas registradas ou nomes comerciais das quais somos detentores ou licenciados, ou garantir que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos nossos direitos de propriedade intelectual. Devido à dificuldade do monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual, podemos não ser capazes proteger adequadamente ou impedir que terceiros se apropriem dos nossos direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, terceiros podem alegar que os nossos produtos ou serviços violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer violação dos nossos direitos de propriedade intelectual também pode resultar em dispêndio de tempo e recursos para proteger esses direitos em âmbito judicial ou extrajudicial, o que pode gerar um efeito adverso relevante nos nossos negócios, resultados operacionais ou condição financeira. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de nossos pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das nossas marcas registradas podem diminuir o valor das nossas marcas ou sua reputação. Há também o risco, ainda que por omissão, de não conseguirmos renovar o registro de alguma de nossas marcas em tempo hábil, ou de que os nossos concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas por nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ainda, o nosso modelo de negócios foca, em parte, nos produtos que não são protegidos por patentes. Com isso, à medida que os direitos de propriedade intelectual vão evoluindo nos mercados, podemos ser obrigados a redefinir nossa estratégia de negócio. Sem a proteção da exclusividade, os nossos concorrentes também podem produzir e comercializar os mesmos produtos que produzimos, o que pode afetar o nosso negócio, resultados operacionais e a condição financeira. Ademais, não podemos assegurar que seremos capazes de redefinir com sucesso nossa estratégia de negócio a fim de ajustar aos cenários competitivos em constante evolução.

Falhas, interrupções em nossos sistemas de tecnologia da informação ou incidentes de segurança cibernética podem resultar em danos reputacionais e financeiros.

O êxito das nossas operações depende significativamente do desempenho dos sistemas de gerenciamento de informações e processamento de dados. Nossas atividades e nossos resultados dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e operacionalidade dos nossos centros de dados e demais sistemas de informática, incluindo os sistemas de pontos de venda, de comunicação, sistemas centralizados de logística e demais aplicativos de *software* utilizados para controlar os estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial.

Podemos ser adversamente afetados se algum desses sistemas for interrompido ou impactado por eventos imprevistos ou falhas, inclusive aquelas causadas por terceiros. A falha desses sistemas poderá prejudicar a exatidão do processamento das vendas e disponibilidade da contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, sistemas e da capacidade de realizar e projetar adequadamente os resultados operacionais e necessidade de caixa. Além disso, interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes a produtos e serviços, e fazer com que tais clientes decidam comprar os produtos de concorrentes. Ademais, o crescimento dos nossos negócios pode necessitar do aprimoramento dos sistemas operacionais e financeiros, os quais podem não ser realizados em tempo hábil. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que possuímos contratadas para nossos ativos. Perdas não cobertas por estes seguros ou cujas coberturas contratadas não sejam suficientes podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Para mais informações a esse respeito, vide fator de risco "*Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os nossos negócios*" abaixo.

Além disso, incidentes de segurança cibernética podem resultar em apropriação indevida de nossas informações e/ou das informações de nossos clientes, bem como, consequentemente, no vazamento de dados de nossas operações e/ou de nossos clientes, o que pode afetar material e adversamente nossa reputação e, consequentemente, a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

O risco de ocorrência de incidentes cibernéticos poderá ser acentuado em virtude da pandemia de COVID-19, considerando que adotamos o trabalho remoto para nossos colaboradores devido à pandemia da COVID-19. Assim, uma falha na segurança cibernética dos nossos sistemas internos poderá prejudicar nossa reputação e marca e, ainda, afetar substancialmente o nosso negócio, situação financeira e os resultados das operações.

Se a reputação de uma ou mais das nossas marcas líderes se desgastar significativamente, esse fato poderá causar um impacto relevante na nossa condição financeira.

O nosso sucesso financeiro depende diretamente do sucesso de nossas marcas. O sucesso destas marcas pode sofrer se o nosso esforço comercial e nossas iniciativas de *marketing* não apresentarem os resultados desejados no posicionamento e destaque das respectivas marcas, bem como no impacto na prospecção de novos clientes. Nesse sentido, os nossos resultados poderão ser afetados se uma de nossas principais marcas sofrer um impacto substancial em sua reputação devido a questões de qualidade, podendo impor a nós a necessidade de diligenciar procedimentos regulatórios adicionais. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nosso principal produto, qual seja, o medicamento "Losartana", representou 6,5% de nossa receita operacional líquida.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, os produtos farmacêuticos podem apresentar questionamentos inesperados quanto a sua segurança, eficácia ou outros fatores, sejam estes questionamentos cientificamente embasados ou não, gerando alterações nos regulamentos, *recalls* de produtos, retiradas ou redução nas vendas, assim como reclamações de responsabilidade pelo produto, e qualquer um deles poderá resultar em um efeito adverso para nós, na nossa condição financeira e em nossos resultados operacionais. Uma queda significativa ou prolongada da confiança do consumidor na reputação, segurança ou eficácia de qualquer uma de nossas marcas ou produtos poderão resultar em um efeito adverso relevante nos nossos negócios, condição financeira ou resultados operacionais. Nesse sentido, os nossos resultados poderão ser afetados se uma de nossas principais marcas sofrer um impacto substancial em sua reputação devido a questões de qualidade, podendo impor a nós a necessidade de diligenciar procedimentos regulatórios adicionais.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente os nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos, implementados recentemente para fins da Oferta, podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, situação financeira e os resultados das operações.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos nossos negócios, situação financeira e os resultados das operações.

Adicionalmente, reformulamos recentemente nossa estrutura de compliance para fins da Oferta, e esta pode não ser suficiente para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos funcionários e membros de nossa administração ou de terceiros agindo em nosso nome. Caso os nossos funcionários, membros da administração, distribuidores ou outras pessoas a nós relacionadas se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou suas políticas internas, agindo em nosso nome, interesse ou benefício, podemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossa reputação e imagem e, consequentemente, nossos negócios e situação financeira, bem como a cotação de nossas ações ordinárias. Para mais informações a esse respeito, vide Fator de Risco "*Podemos ser material e adversamente afetados por falhas nos nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações da Lei Anticorrupção brasileira e leis anticorrupção similares"* abaixo.

Podemos ser material e adversamente afetados por falhas nos nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações da Lei Anticorrupção brasileira, leis anticorrupção similares e Lei Antitruste.

Estamos sujeitos à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), à Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei 12.529/2011 ("Lei Antitruste"), que impõem responsabilidade às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude e condutas anticompetitivas (infrações à ordem econômica) praticadas por nossos dirigentes, administradores, funcionários, fornecedores, distribuidores e demais prestadores de serviços ou terceiros agindo em nosso nome, interesse ou benefício, inclusive por violações cometidas no âmbito de contratos administrativos e participação em processos licitatórios e/ou de contratação direta com Poder Público. As sanções aplicáveis aos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

responsabilizados incluem multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para entidades legais envolvidas em atos prejudiciais à administração pública, sujeitando o violador a penalidades, tanto administrativas como civis. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas responsabilizadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00. Violações podem também ocasionar a suspensão temporária à obtenção de novos financiamentos para empreendimentos, a perda do direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo Poder Público e o direito de participar de licitações.

A Lei Antitruste previne e reprime práticas que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: (i) limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa; (ii) dominar mercado relevante de bens ou serviços; (iii) aumentar arbitrariamente os lucros; e (iv) exercer de forma abusiva posição dominante. O infrator fica sujeito a multa de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração e penalidades acessórias como: (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos. Adicionalmente, somos parte em processo administrativo concorrencial instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Para mais informações acerca de tal processo administrativo, vide o fator de risco "*Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos administrativos, judiciais ou arbitrais podem ter um efeito adverso relevante sobre nós*", bem como o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei Antitruste ou leis similares (nacionais ou estrangeiras, na medida de sua aplicabilidade), especialmente no âmbito de contratos administrativos ou da participação em processos licitatórios; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, controladores, funcionários ou terceiros contratados para nos representar, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como a cotação de nossas ações ordinárias.

O Brasil ainda possui uma imagem de elevado risco de corrupção nas esferas pública e privada, o que pode, até certo ponto, nos deixar expostos a possíveis violações de leis anticorrupção e de leis antitruste, incluindo a brasileira.

Adicionalmente, os nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção, Lei Antitruste ou outras violações relacionadas, como infrações à ordem econômica e violações às leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do nosso negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam nos representar, (iii) gerenciar todos os riscos que a nossa política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou identificar novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Também podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção e à Lei Antitruste por nossos acionistas controladores, controladas ou coligadas, o que poderia afetar adversamente a nossa reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais e, consequentemente, a cotação de mercado das nossas ações. Além disso, a nossa reputação pode ser negativamente impactada por violações às referidas leis aplicáveis por qualquer de nossos acionistas.

Assim, falhas nos nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance, assim como a existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros que agem em nosso nome, podem afetar material e adversamente a nossa reputação, negócios, nossas atividades, nossa capacidade de contratação com o Poder Público, assim como na perda do direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo Poder Público e o direito de participar de licitações, bem como podem sujeitar nossos administradores a sanções criminais, e, consequentemente, afetar material e adversamente nossa reputação, condição financeira e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações de forma negativa. Além disso, nossas atividades, objeto de contratação com Poder Público, poderão ser questionadas e/ou anuladas, o que poderia afetar nossas atividades, condição financeira e, consequentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Podemos não ser capazes de honrar com as obrigações assumidas no âmbito de nossa 1ª emissão de debêntures, o que pode levar à excussão da alienação fiduciária sobre as ações de nossa emissão.

Na data deste Formulário de Referência, aproximadamente 15% das ações representativas do nosso capital social, que totalizam, 8.194.333 ações, sendo (i) 1.937.011 ações de titularidade do Sr. Ítalo Nogueira Alves de Melo, (ii) 1.921.488 ações de titularidade do Sr. Igor Nogueira Alves de Melo, (iii) 1.921.487 ações de titularidade da Sra. Priscilla Nogueira Alves de Melo, (iv) 496.860 ações de titularidade do Sr. Marcelo Leite Henriques, e (v) 1.921.487 ações de titularidade da Srta. Anna Liz Teles de Melo, estavam alienadas fiduciariamente em garantia aos debenturistas da nossa 1ª emissão de debêntures.

Caso não sejamos capazes de honrar com as obrigações assumidas na escritura de emissão (inclusive com os *covenants* financeiros, conforme descritos no item 10 deste Formulário de Referência) ou caso as debêntures vençam antecipadamente por quaisquer das hipóteses nela previstas, o agente fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas, poderá ceder, transferir, alienar e/ou de outra forma excutir as ações alienadas fiduciariamente e os direitos delas decorrentes, no todo ou em parte, por meio de venda, cessão, transferência ou por qualquer outro meio a terceiros, independentemente de quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, e aplicar os respectivos recursos para pagamento parcial ou liquidação das obrigações garantidas da forma que julgar conveniente. Caso as ações dos nossos atuais acionistas sejam excutidas, a nossa composição acionária e/ou o nosso controle acionário poderão ser alterados.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os nossos negócios.

Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Além disso, certos tipos de riscos não são garantidos pelas seguradoras que atuam no mercado, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não cobertos, ou de insuficiência de cobertura nas apólices contratadas, podemos sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos que tenham sofrido prejuízo, o que poderá comprometer o investimento realizado por nós. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter nossas apólices de seguro, renová-las a preços ou a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratá-las junto às companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Eventual ocorrência de quaisquer dessas hipóteses poderá causar um efeito prejudicial relevante nos nossos negócios e resultados.

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos administrativos, judiciais ou arbitrais podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Atualmente, nós somos, e podemos vir a ser, no futuro, parte em uma série de investigações, inquéritos, processos administrativos, judiciais ou arbitrais relacionados a questões concorrenciais, cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, regulatórias, entre outras. Alguns dos processos administrativos, judiciais ou arbitrais, principalmente de natureza tributária e concorrencial, dos quais somos parte, envolvem matérias e valores relevantes, que, caso decididos de maneira contrária aos nossos interesses, poderão afetar negativa e materialmente os nossos negócios, reputação e situação financeira.

Nós não podemos garantir que essas investigações, inquéritos e/ou esses processos judiciais serão decididos em nosso favor. Ainda, não podemos garantir que as nossas provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos administrativos, judiciais ou arbitrais. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais não temos nenhuma provisão ou temos provisão significativamente inferior ao montante da perda efetiva, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos sofrer um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e situação financeira. Para mais informações, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, somos parte em processo administrativo concorrencial instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. As autoridades concorrenciais investigam suposto cartel em licitações públicas destinadas à aquisição de medicamentos em determinados estados do país, como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Caso tal processo seja decidido de maneira contrária aos nossos interesses, estaremos sujeitos às penalidades impostas pelo CADE e pela legislação aplicável, incluindo a Lei Antitruste, sendo que tal fato poderá afetar negativa e materialmente os nossos negócios, reputação e situação financeira, estando a Companhia sujeita a multa de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração e penalidades acessórias como: (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos. Em casos de cartel, a jurisprudência do CADE indica que o percentual da multa aplicada tende a ser fixado entre 12% a 20% do faturamento da empresa, de acordo com fatores como a gravidade da infração, a boa-fé do infrator, eventual reincidência, entre outros. Adicionalmente, em razão da referida investigação ter como escopo suposto cartel em licitações públicas, é possível que processos administrativos sejam instaurados no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) para investigação dos mesmos fatos sob a ótica de fraude à licitação. Para mais informações sobre o referido processo, vide item 4.3 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, para mais informações acerca das penalidades a que estamos sujeitos, vide o fator de risco "*Podemos ser material e adversamente afetados por falhas nos nossos processos de governança, gestão de riscos e compliance, bem como por violações da Lei Anticorrupção brasileira e, leis anticorrupção similares e Lei Antitruste*" deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Da mesma forma, nossos administradores e/ou os acionistas podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em investigações, inquéritos, processos administrativos, judiciais e arbitrais de natureza cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, criminais, entre outras, cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

Decisões contrárias aos nossos interesses e de nossos administradores poderão causar um efeito adverso em nossa reputação, negócios, situação financeira, na nossa capacidade de contratação com o Poder Público, assim como na possibilidade de perda do direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo Poder Público e o direito de participar de licitações, e, consequentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, nossas atividades, objeto de contratação com Poder Público, poderão ser questionadas e/ou anuladas, o que poderia afetar nossas atividades e, consequentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a processos, podemos ser compelidos a realizar depósitos judiciais, oferecer garantias em tais processos, ou executar obrigações de fazer ou de não fazer, o que também poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira.

A perda de membros da nossa alta administração, assim como de funcionários qualificados, e/ou a incapacidade de atrair e manter conselheiros, diretores e funcionários qualificados podem causar um efeito adverso sobre as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O nosso crescimento e desempenho dependem em grande parte de esforços e da capacidade da nossa alta administração. A perda dos membros da nossa alta administração poderá afetar de modo adverso e relevante os nossos negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso venhamos a perder algum desses profissionais-chave poderemos não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. A eventual saída de tais administradores ou profissionais-chave poderá impactar os nossos negócios.

Adicionalmente, competimos com empresas do setor farmacêutico e alimentício, de forma que não há garantia de que seremos capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar ou gerenciar empregados altamente qualificados no futuro, o que poderia provocar um efeito material adverso nos nossos negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento das leis relativas à proteção de dados pessoais e da Lei Geral de Proteção de Dados, sendo que poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não podemos garantir que já adotamos todas as medidas para a proteção de dados adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente. Neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50 milhões por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, a Companhia terá de implementar um plano de ação para adaptar suas práticas às disposições da LGPD, uma vez que falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor das suas ações.

Quantidades substanciais de informações sobre os nossos produtos, clientes, funcionários e negócio são armazenados eletronicamente e estão sujeitos a ameaças de destruição, perda, alteração ou outras intrusões.

Coletamos e mantemos em meio eletrônico informações necessárias para conduzir nosso negócio e cada vez mais dependemos de sistemas de tecnologia da informação, infraestrutura e armazenamento e processamento de dados. Essas informações incluem, entre outras, informações confidenciais, assim como informações pessoais acerca de nossos clientes e funcionários. Os dados mantidos em meio eletrônico estão sujeitos ao risco de acessos não autorizados, destruição, perda, alteração e outras interferências que afetam a confiabilidade do serviço e ameaçam o sigilo dos dados, sua integridade e disponibilidade, incluindo ataques cibernéticos. Os ataques cibernéticos aumentam cada vez mais em termos de frequência, sofisticação e intensidade. O desenvolvimento e a manutenção dos sistemas de processamento, transmissão e armazenamento de dados é bastante custosa e requer monitoramento contínuo e atualização, uma vez que as tecnologias mudam e os esforços para superar medidas de segurança se tornam cada vez mais sofisticados.

Nesse sentido, estamos expostos aos riscos associados a acessos não autorizados, destruição, perda e alteração de dados. Violações de privacidade ou quebras de segurança por nossos funcionários ou terceiros pode impor um risco de que esses dados, incluindo propriedade intelectual ou informações pessoais, possam estar expostos a pessoas não autorizadas ou ao público. Se os nossos sistemas de dados estiverem comprometidos, nossas operações podem ser prejudicadas, podemos perder oportunidades rentáveis ou o valor dessas oportunidades pode ser reduzido, assim como podemos perder receitas como resultado de uso não licenciado de nossa propriedade intelectual, nossa reputação com clientes e funcionários pode ser prejudicada. Adicionalmente às possíveis sanções previstas na LGPD, também podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo comprometimento de dados confidenciais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Incêndios, acidentes ou outros desastres naturais podem afetar as nossas instalações e a nossa estrutura de custos, podendo causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Incêndios, acidentes, danos causados por desastres naturais, danos ambientais e outros eventos imprevisíveis e fora do nosso controle, causados por erro humano, mecânico, tecnológico ou por quaisquer outros fatores, podem ocorrer a qualquer tempo e danificar ou destruir as nossas instalações e propriedades. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nos nossos empreendimentos podem resultar em aumentos significativos nos nossos custos para contratação de meios alternativos de produção de energia, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Em setembro de 2020, um incêndio ocorrido em um dos nossos centros de distribuição localizado na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, o qual decorreu de incêndio iniciado em imóveis vizinhos, atingiu e danificou totalmente o estoque de produtos ali existentes, além de outros danos nas edificações. Caso outros incêndios e acidentes ocorram novamente em qualquer de nossas instalações e propriedades, poderemos ter um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Ainda, a ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros e pode vir a causar um efeito material adverso para nós. Para mais informações a esse respeito, vide fator de risco "*Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os nossos negócios*" acima.

Caso qualquer incêndio, acidente, dano causado por desastres naturais, dano ambiental e outros eventos imprevisíveis e fora do nosso controle ocorram, isto poderá resultar em danos a nossos ativos, ao meio ambiente ou até mesmo vitimar nossos funcionários ou terceiros. Os nossos negócios, resultados operacionais e imagem podem sofrer efeito negativo em decorrência de tais eventos, ou ainda em decorrência da forma como venhamos a responder a tais eventos.

Se não formos capazes de renovar nossas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

A nossa capacidade de captar recursos é fundamental para as nossas operações, a implementação da nossa estratégia e o nosso crescimento. Nosso endividamento total (total de empréstimos e financiamentos correntes e não-correntes), em 31 de dezembro de 2020, era de R$423.305 mil. Poderemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito, ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender futuras necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19. Para mais informações, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

Os mercados locais de dívida e de capitais foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis.

Na eventualidade de não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinanciar o nosso endividamento, quando necessário, ou se não conseguirmos obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Podemos não ser capaz de cumprir com índices financeiros previstos em contratos que compõem o nosso endividamento.

Possuímos compromissos de manutenção de índices financeiros em contratos que compõem o nosso endividamento. Esses compromissos podem afetar a nossa capacidade de reagir a mudanças na economia ou no nosso setor de atuação ou nossa capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos. Além disso, em decorrência da pandemia da COVID-19, podemos enfrentar dificuldades para obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos eventuais *covenants* financeiros aos quais estamos sujeitos no âmbito de nossas obrigações. Para mais informações, vide item 10 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, caso os eventuais índices financeiros sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores, e o nosso fluxo de caixa e condição financeira poderão ser afetados de maneira relevante e adversa. Além disso, os contratos financeiros celebrados por nós contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o nosso fluxo de caixa e condição financeira. Para maiores informações, vide item 10 deste Formulário de Referência.

Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações.

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados, inclusive aqueles relacionados às condições de trabalho decorrentes da pandemia da COVID-19, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e negócios.

Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços públicos podem nos afetar substancial e adversamente.

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia e outros serviços públicos, tais como água, gás e telefonia. Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na nossa receita operacional e potencialmente afetar negativamente a nossa rentabilidade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos repassar o aumento dos custos de energia elétrica e serviços públicos para os nossos clientes.

No caso de virmos a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, poderá haver uma diluição da participação de nossos acionistas.

Podemos ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas, incluindo os investidores nas nossas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas no nosso capital social, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento. Adicionalmente, ainda que venhamos a emitir ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de nossa emissão sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no nosso capital social.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido anual, conforme calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, venha a suspender a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição é incompatível com a sua situação financeira. Se isso acontecer conosco, os titulares das nossas ações poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos nossos resultados. Adicionalmente, os contratos financeiros celebrados por nós contêm ou podem conter no futuro cláusulas que estabelecem restrição acerca da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Tal restrição, bem como outras restrições que podem vir a ser aplicáveis no futuro, podem afetar de maneira adversa o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio a nossos acionistas.

A adoção de novas práticas contábeis ou a mudança na interpretação de políticas contábeis críticas pela Companhia poderá impactar substancialmente o nosso resultado.

A adoção de novas normas e interpretações contábeis ou uma mudança na interpretação de políticas contábeis críticas pela Companhia pode impactar substancialmente as nossas demonstrações financeiras, inclusive o valor de provisões constituídas, uma vez que podem vir a alterar entendimentos em vigência nos exercícios fiscais anteriores. Exemplo disso é adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, pela Companhia, a qual optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, sem reapresentar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 (apresentadas de acordo com CPC 06 (R1)/IAS 17 e ICPC 03 (IFRIC 04)), e sem reavaliar se contratos contém ou não um componente de arrendamento em sua data inicial. Para mais informações, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

Desta maneira, os nossos resultados, assim como o nosso balanço patrimonial podem vir a ser modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores, o que poderá nos afetar adversamente.

Poderemos perder a propriedade de alguns imóveis adquiridos por força de escrituras públicas de compra e venda com cláusulas resolutivas expressas.

Parte de nossos imóveis foram adquiridos por meio de escrituras públicas de compra e venda, com condição resolutiva expressa e estão localizados no Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA ("DAIA"). Nesse sentido, estamos sujeitos, sob pena de resolução contratual automática, ao cumprimento de condições, como, por exemplo, utilização dos imóveis para fins exclusivamente industriais, bem como cumprimento, sob qualquer pretexto, de leis, posturas, regulamentos e códigos de obras vigentes ou que venham a vigorar, aplicáveis ao DAIA. Na hipótese de não cumprimento de tais condições, os vendedores poderão requerer a resolução da compra e venda, situação em que os imóveis retornarão à titularidade do vendedor, sem que haja qualquer reembolso dos valores ja pagos pela Companhia. Na hipótese de resolução das escrituras e consequente perda da propriedade de imóveis, poderemos precisar realocar nossas atividades, conforme o caso, podendo nos afetar adversamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os imóveis de nossa propriedade podem ser desapropriados, o que poderá impactar adversamente nosso resultado operacional.

Os imóveis detidos por nós estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender a finalidades de utilidade e interesse público, o que pode afetar adversamente os negócios, bem como os nossos resultados operacionais e financeiros, uma vez que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da desapropriação ou expropriação, quando aplicável, pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel.

Estamos sujeitos a potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossas políticas de transações com partes relacionadas, conforme descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência, sejam eficazes para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes, e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada por nós e tenha como nossos acionistas, os acionistas controladores ou administradores.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários. Adicionalmente, caso venhamos a celebrar transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os nossos acionistas poderão ter seus interesses prejudicados.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados por um bloco de controle, cujos interesses poderão ser conflitantes com os interesses dos nossos demais acionistas.

Imediatamente após a conclusão da nossa abertura de capital, continuaremos sendo controlados por nosso atual bloco de controle, que continuará a deter a maioria do nosso capital social, por meio de um acordo de acionistas. Nossos acionistas controladores têm e continuarão a ter o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos-chave que requerem aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, distribuição de dividendos e vendas de ativos. Os interesses dos nossos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o nosso controle e determinar o resultado de qualquer deliberação de nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Nossos acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas nossas atividades. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a nossa administração, os nossos negócios, os resultados operacionais e a nossa condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não aplicável, visto que não vislumbramos riscos relacionados a nossos acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não aplicável, visto que não possuímos controladas ou coligadas.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

Se formos incapazes de obter insumos, incluindo princípios ativos, ou se os custos dos insumos que utilizamos aumentarem substancialmente, nossas operações poderão ser adversamente impactadas.

Dependemos de terceiros para obtenção de insumos, incluindo princípios ativos, aos quais estão, no geral, disponíveis junto a um número limitado de fornecedores. Assim, estamos expostos ao risco de fornecimento de insumos em termos não satisfatórios, intempestivo ou mesmo de interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso. Qualquer restrição na disponibilidade de insumos poderá comprometer a produção ou gerar outros atrasos. O nosso portfólio conta com 106 apresentações (ou seja, formas em que o produto pode ser apresentado, líquido em comprimidos ou caixas com diferentes quantidades de comprimidos), com apenas um fornecedor cadastrado na Anvisa. Os princípios ativos fornecidos apenas por este fornecedor representaram 7,51%, 7,74% e 6,40% de nossa receita operacional líquida em 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Caso este fornecedor não seja capaz de nos fornecer estes princípios ativos, podemos sofrer um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados. Além disso, o preço dos princípios ativos pode oscilar de forma relevante em um curto período, incluindo em decorrência de boa parte dos insumos adquiridos por nós estarem referenciados em moeda estrangeira, sendo que um aumento substancial nos custos de princípios ativos, bem como tais oscilação nos preços, poderão afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados.

Além disso, quando importamos princípios ativos ou outros insumos de países onde não operamos, essas importações estão sujeitas, em alguns casos, à aduana e outras liberações governamentais, encargos e regulamentação pelos países de origem, o que pode demorar, gerando, inclusive, um risco de perecimento dos insumos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados.

Alguns insumos necessários para a produção de determinados medicamentos possuem fornecedores únicos cadastrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), e a interrupção do fornecimento de tais insumos pode afetar nosso desempenho operacional e financeiro.

Alguns dos medicamentos comercializados por nós são produzidos a partir de insumos que possuem fornecedores únicos registrados na ANVISA, principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil Eventos adversos que venham a ocorrer com tais fornecedores, tais como, mas não se limitando à indisponibilidade de insumos, fornecimento de insumos em termos insatisfatórios e intempestivo, ou interrupção no seu fornecimento sem qualquer aviso ou em decorrência de processo administrativo instaurado pela ANVISA que determine pela suspensão da fabricação do insumo ou pelo cancelamento de seu registro, podem nos expor a riscos relacionados à incapacidade de produção de alguns desses medicamentos, o que pode afetar negativamente nossos negócios, situação financeira e resultado operacional e financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Possuímos acordos comerciais com parceiros internacionais para fornecimento de produtos que são comercializados no Brasil, sendo que, quaisquer alterações na legislação aplicável ou fatores macroeconômicos poderão afetar adversamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

As relações entre nós e nossos fornecedores internacionais poderão ser diretamente impactadas por eventuais alterações na regulamentação e legislação do Brasil ou dos países em que os parceiros estão sediados, nas relações diplomáticas estabelecidas com o Brasil, nas medidas e ações tomadas pelos governos desses países e do Brasil, nas barreiras comerciais formais ou informais entre os governos nacional e estrangeiro.

Ademais, os fatores macroeconômicos poderão impactar no custo de produção dos fornecedores estrangeiros, o que poderá resultar na tentativa de renegociação dos contratos e acordos celebrados conosco, principalmente em relação ao preço e condições de pagamento.

Qualquer dos fatores acima poderá afetar adversamente a nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Podemos ser adversamente afetados em caso de atrasos nas alfândegas.

Diversos insumos e equipamentos que utilizamos em nossas operações são produzidos ou fabricados no exterior e importados por fornecedores que os revendem no mercado brasileiro. Greves nos locais de entrada, como portos e aeroportos, atrasos nas alfândegas ou inspeções da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal podem afetar a disponibilidade de tais insumos, o que pode ter um efeito material adverso nas nossas operações.

Não há garantia de que os nossos fornecedores e prestadores de serviço não venham a se utilizar de práticas irregulares.

Não temos controle sobre as operações de fornecedores e prestadores de serviço e eventuais irregularidades que estes possam apresentar. Assim, não podemos garantir que alguns de nossos fornecedores ou prestadores de serviço não venham apresentar problemas com questões trabalhistas ou relacionadas à legislação ambiental e à sustentabilidade, quarteirização da cadeia e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos e, caso nossos fornecedores o façam, poderemos ter prejuízos financeiros, prejuízos à nossa imagem e em consequência, queda no valor de nossas ações.

Além disso, se os prestadores de serviço terceirizados que prestam serviços para nós não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, poderemos ser considerados responsáveis subsidiária e/ou solidariamente por referido descumprimento, o que pode resultar em multas, obrigação de pagamentos das verbas objeto de questionamento e outras sanções que podem nos afetar substancial e negativamente. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para nós dentro das nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem e nossos negócios.

Ademais, se os nossos fornecedores atuarem em desconformidade com práticas comerciais éticas e descumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao de escravo ou de proteção ambiental, nossa reputação poderá ser afetada adversamente, bem como poderemos ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidade solidária ou subsidiária.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

O uso de produtos fabricados por nós pode causar eventuais reações adversas em nossos consumidores. Incidentes envolvendo os produtos fabricados por nós poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como em nossa reputação. Ações judiciais ou processos administrativos com esse fim poderão ser propostos contra nós sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas, não continham informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou sobre os riscos de interação com outras substâncias químicas, dentre outras. Tais processos poderão resultar em custos significativos com o *recall* de produtos, além do custo com a promoção das defesas necessárias nos mais diversos tribunais e autoridades competentes.

Qualquer risco à saúde, real ou possível, esperado ou não esperado, associado aos produtos fabricados por nós, inclusive publicidade negativa referente a estes riscos, pode causar a perda de confiança dos consumidores na segurança, eficácia e qualidade de tais produtos. Qualquer alegação dessa natureza contra os produtos fabricados por nós poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como em nossa reputação e imagem. Quaisquer questões relacionadas aos consumidores, inclusive se os produtos de terceiros causarem danos aos consumidores, poderão criar publicidade negativa no nosso setor de atuação, o que pode resultar na queda de demanda por produtos da classe afetada.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O segmento de mercado farmacêutico e alimentício em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras companhias sólidas, com presença tanto no mercado nacional, quanto no mercado internacional. Ademais, algumas dessas empresas oferecem uma grande variedade de produtos nos segmentos em que atuamos, competindo assim com a maior parte de nossas linhas de produtos. Em escala global, alguns de nossos competidores possuem recursos financeiros e de marketing substanciais, têm maior facilidade do que nós para obter acesso a capital e a tecnologias, maiores bases de consumidores e maior variedade de produtos ofertados.

Adicionalmente, nossos atuais e futuros concorrentes podem ser bem-sucedidos em determinadas linhas de produtos e/ou regiões, bem como ter mais recursos financeiros e melhores campanhas de marketing de forma que a competição com tais concorrentes no mercado em que atuamos pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Poderemos vir a ter que aumentar nossos gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços de nossos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos.

O sucesso de tais medidas está sujeito a riscos, incluindo incertezas sobre a sua aceitação e efeito nos consumidores. Assim, referidas medidas poderão não ser capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado, o que poderá afetar adversamente nosso resultado.

Além disso, vale ressaltar que os medicamente genéricos não possuem proteção de medicamentos com patentes e, naturalmente, a competição entre farmacêuticas fabricantes deste tipo de medicamento é maior e mais acirrada, principalmente no que tange a concorrência por preços.

Ainda, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados. Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alterações na cadeia produtiva e de fornecimento na indústria farmacêutica brasileira poderão ter efeito adverso nos nossos negócios

O mercado farmacêutico brasileiro é altamente dinâmico. Assim, o setor está sujeito a eventuais mudanças na cadeia produtiva e de fornecimento, tais como:

- mudanças na política de fabricação de produtos farmacêuticos ou procedimentos que afetem, dentre outros, preços, venda, custo, estoque, distribuição e fornecimento e prazos de pagamento;

- mudanças nos métodos de distribuição dos produtos farmacêuticos;

- mudanças na legislação ou regulamentação relativa à indústria farmacêutica;

- exigências adicionais para armazenamento, estocagem, manipulação e transporte;

- imposições de controles de preço adicionais ou mais restritivos para os produtos farmacêuticos.

Quaisquer desses fatores, caso materializados, poderão afetar adversamente o fornecimento, demanda e preços dos nossos futuros produtos e serviços, restringir a nossa capacidade de realizar negócios em nosso mercado de atuação, atual e futuro e, consequentemente, poderão afetar adversamente nossos negócios, resultados e situação financeira.

O processo de fabricação dos produtos comercializados por nós é altamente complexo e uma interrupção em nossas fábricas ou em nossa cadeia de suprimento poderá afetar adversamente nosso negócio, condição financeira ou resultados operacionais.

Muitos dos nossos produtos são oriundos de processos complexos de fabricação, sendo que alguns exigem matérias-primas e processos altamente especializados e sofisticados. Se o fornecimento de certas matérias-primas for suspenso ou provar ser insuficiente para atender a demanda, os nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados. Adicionalmente, os produtos podem ser fornecidos em temperaturas inadequadas, o que resultaria em uma reprovação por parte da fiscalização, que, por sua vez, pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

O tamanho e a complexidade dos nossos sistemas tecnológicos e maquinário fazem com que estes sejam potencialmente vulneráveis, e isso pode resultar na perda de informações-chave, deterioração da produção e outros processos de cadeia de suprimento. Algumas das nossas instalações são igualmente vulneráveis a falhas humanas, desastres naturais ou outros tipos de interrupção relevantes, incluindo incêndios e cortes de energia. Em caso de interrupção, podemos precisar reformar nossas instalações ou construir e alugar unidades substitutas, sendo necessária a obtenção de aprovações regulatórias para esses novos locais, o que pode tomar tempo. A interrupção da fabricação de produtos e o recebimento de suprimentos pode gerar atrasos nas remessas, impactando o sistema de abastecimento de nossos produtos.

Se quaisquer desses eventos ou interrupções ocorrerem, a nossa capacidade em operar tais unidades será significativamente prejudicada. Esses eventos podem também inutilizar alguns, ou todos, os sistemas, maquinários e produtos presentes em tais unidades o que pode resultar em desvio de qualidade nos produtos com risco, agravo ou consequência à saúde e, por consequência, gerar a necessidade de *recalls* parciais ou integrais. Quaisquer eventos e interrupções poderão adversa e relevantemente afetar o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Estamos sujeitos a complexa regulamentação da indústria farmacêutica e alimentícia brasileira, o que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A indústria farmacêutica e alimentícia está sujeita a um grande número de regulamentações federais, estaduais e municipais relativas às exigências e aos requisitos para a obtenção de licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros, incluindo os padrões operacionais e de segurança do Ministério da Saúde, da ANVISA e departamentos estaduais e municipais de saúde, bem como leis e regulamentações relativas aos aspectos de proteção ao meio ambiente, saúde, consumidor e segurança, incluindo a exposição, o manuseio e descarte de substâncias perigosas, e a imposição de exigências para controle da comercialização de determinados medicamentos.

Não é possível garantir que as agências reguladoras, órgãos ambientais ou o Poder Judiciário reconhecerão que atendemos às exigências impostas por tais leis e regulamentos ou que conseguiremos cumprir novas exigências legais ou regulamentares dentro do prazo estipulado pelas autoridades competentes. Caso descumpramos quaisquer de nossas obrigações perante o Ministério da Saúde, a ANVISA e departamentos estaduais e municipais de saúde, seja por não manter vigente ou renovar as licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros ou em caso de não observância da legislação setorial, estaremos sujeitos não apenas à sanções civis e penais cabíveis, como também às sanções previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/77"), tais como advertência, multa, interdição do estabelecimento, cancelamento de autorização ou licença entre outras. Sanções similares podem ser aplicadas na hipótese de descumprimento de normas e obrigações ambientais.

Não podemos garantir que as autoridades públicas não alterarão as exigências já estabelecidas para obter ou renovar as licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros ou atrasar a emissão destas licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros. Mudanças significativas em tais exigências, ou a nossa inabilidade para atendê-las, ou atrasos das autoridades públicas para emitir licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados e/ou registros, ou ainda a não observância dos prazos estabelecidos pelas autoridades públicas, podem nos impedir de fabricar, vender e distribuir um determinado produto farmacêutico ou aumentar nossos custos, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos à regulamentação de controle de preços de medicamentos, sendo que tais situações podem limitar nossas margens e nossa capacidade de repassar o aumento de custos aos nossos clientes, o que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a leis federais que impõem controle de preços à maioria dos produtos farmacêuticos que vendemos e que regulamentam a forma como desempenhamos nossas atividades. Os preços que podemos cobrar pelos medicamentos estão sujeitos ao monitoramento pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED"), órgão interministerial responsável pela regulação econômica do mercado de medicamentos no Brasil e a ANVISA exerce o papel de Secretaria-Executiva da Câmara. A CMED estabelece limites para preços de medicamentos, como por exemplo, o preço fábrica (*i.e.*, preço máximo permitido para a comercialização dos medicamentos pelas empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras às farmácias e drogarias e entes da Administração Pública, sendo que para esses últimos deve-se observar a aplicação de desconto denominado de Coeficiente de Adequação de Preços, nos termos da Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006) para medicamentos genéricos não poderá ser superior a 65% do preço do medicamento de referência correspondente, nos termos da Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, adota regras que estimulam a concorrência no setor, monitora a comercialização e aplica penalidades quando suas regras são descumpridas. É responsável também pela fixação e monitoramento da aplicação do desconto mínimo obrigatório para compras públicas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer mudança significativa nas regras de controle de preços dos medicamentos pode limitar a nossa capacidade de repassar custos aos clientes, bem como pode resultar na redução da margem de lucro, afetando adversamente e de forma relevante os nossos resultados operacionais e condições financeiras. Não podemos garantir que o Governo Federal não irá impor controles de preço adicionais ou mais restritivos para os medicamentos no futuro, o que poderá afetar adversamente nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Mudanças nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor farmacêutico, especialmente no tocante à promoção e propaganda desses produtos, poderão nos afetar adversamente.

O mercado farmacêutico é altamente regulamentado. Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentações locais, estaduais e federais, incluindo, mas não se limitando, às leis e normas relacionadas aos medicamentos genéricos, operação e segurança do Ministério da Saúde e da ANVISA. Mudanças nessas leis e regulamentações poderão afetar adversamente várias de nossas operações reguladas, especialmente as vendas e atividades de marketing dos produtos farmacêuticos, restringir nossas operações existentes, limitar a expansão de nossos negócios e regular áreas de nossos negócios não reguladas anteriormente, o que pode afetar significativamente a nossa atividade, rentabilidade, situação financeira e os resultados operacionais.

Alterações na regulamentação relativa a propagandas, publicidade, informação e outras práticas de divulgação, promoção comercial, dispensação e comercialização de medicamentos, como ocorreu com a edição da Resolução de Diretoria Colegiada nº 96, de 17 de dezembro de 2008 da ANVISA ("RDC nº 96/08"), que criou regras mais rígidas para a propaganda de medicamentos isentos de prescrição médica, podem causar um efeito negativo sobre nossos negócios e resultados.

Estamos sujeitos às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possuímos contratos celebrados com entidades da Administração Pública.

Possuímos contratos com entidades da Administração Pública para fornecimento de produtos farmacêuticos e alimentícios, que são regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei de Licitações"), a qual prevê o regramento para contratação com o Poder Público para prestação de serviços e aquisição de bens, e pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 ("Lei do Pregão"), a qual prevê, também, a aquisição de bens e serviços comuns, porém considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e por meio de especificações usuais do mercado. Em 31 de dezembro de 2020, o percentual da receita bruta decorrente dos contratos firmados com entidades da Administração Pública era de 2,29%, cerca de R$28.021 mil.

Nos contratos regidos pela Lei de Licitações, em caso de descumprimento de cláusulas contratuais ou regras de contratação (incluindo dos editais de licitação), estamos sujeitos às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos; (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade a penalidade.

Adicionalmente, em caso de contratação com a Administração Pública por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação sem observar as formalidades pertinentes (e.g., processo de justificativa da contratação sem licitação pela entidade pública contratante), estamos sujeitos, além das penalidades indicadas acima, à responsabilização criminal dos indivíduos que comprovadamente concorreram para a consumação da ilegalidade e se beneficiaram da dispensa ou inexigibilidade ilegal (artigo 89, parágrafo único), cuja pena aplicável aos responsáveis é de detenção, de três a cinco anos, e multa (artigo 89).

No caso dos contratos regidos pela Lei do Pregão, ficará impedido de licitar e contratar e será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ("SICAF") pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses de: (i) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta e não celebrar o contrato; (ii) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; (iii) ensejar o retardamento da execução de seu objeto; (iv) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato; e (v) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais aplicações das penalidades indicadas acima podem ter efeito adverso relevante sobre a nossa reputação, bem como sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Importante ainda destacar que com a aprovação do PL 4.253/20 ("Nova Lei de Licitações"), haverá alterações sensíveis quanto às penalidades impostas até então pela Lei 8.666/93.

Aprovada em caráter terminativo pelo Senado Federal e sujeita a veto do Presidente da República, a Nova Lei de Licitações será obrigatória após 2 (dois) anos de sua publicação, facultado aos entes públicos sua adoção antes de tal prazo em substituição à Lei de Licitações. Apenas os artigos 89 ao 108 da Lei de Licitações serão revogados a partir da publicação, quando ocorrer.

No que tange às possíveis penalidades, a Nova Lei de Licitações inova prevendo que a multa será calculada na forma do edital ou do contrato, com limite mínimo e máximo, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centro), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato. Ademais, a Nova Lei de Licitações dispõe que o impedimento de licitar e contratar será restrito à esfera administrativa do ente sancionador e seu prazo máximo não ultrapassará 3 anos (artigo 155, § 4º). Já no caso da penalidade de declaração de inidoneidade, a Nova Lei de Licitações dispõe que o impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública será pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos (artigo 155, § 5º).

Após a promulgação da Nova Lei de Licitações, caberá aos entes públicos contratantes, durante o período de transição, definir o regime legal aplicável, quando do início do processo licitatório, o que definirá o possível conjunto de penalidades aos quais estaremos sujeitos em caso de descumprimento. Ainda não é possível estimar todos os impactos da Nova Lei de Licitações, tendo em vista que estamos diante da possibilidade de haver veto presidencial em temáticas relevantes.

Por fim, somos parte na Ação de Improbidade Administrativa nº 0363057-51.2011.8.09.0051. Tal ação foi julgada em abril de 2020, na qual foi proferida sentença pela 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Goiás que condenou a Companhia (i) ao ressarcimento aos cofres públicos no valor de R$ 68.100,70, e (ii) a penalidade de proibição de contratar com a Administração Pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária pelo prazo de três anos. Para mais informações acerca da referida ação, vide o fator de risco "*Estamos sujeitos à aplicação de condenação em processo judicial e suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou de recebermos, direta ou indiretamente, benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por três anos, decorrente de Ação de Improbidade Administrativa*" e o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Estamos sujeitos à fiscalização de órgãos de controle, como os Tribunais de Contas Estaduais e o Ministério Público Estadual, em razão dos processos públicos de contratação conduzidos por Municípios.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a celebração de contratos com Municípios obriga entidades privadas a participarem do procedimento licitatório. Em situações excepcionais, podem ser celebrados contratos em caráter emergencial ou por meio de processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Em ambos os casos, a observância aos procedimentos elencados na Lei de Licitações e na Lei do Pregão são obrigatórias, sob possibilidade de cumular na aplicação das penalidades descritas no fator de risco "*Estamos sujeitos às penalidades previstas na Lei de Licitações e na Lei do Pregão, tendo em vista que possuímos contratos celebrados com entidades da Administração Pública*".

Em caso de contratação com Municípios, estaremos sujeitos à atuação de órgãos fiscalizadores, como os Tribunais de Contas dos Estados e o Ministério Público Estadual, que podem instaurar investigações e processos judiciais e/ou administrativos contra nós em conexão com tais contratações, caso sejam verificadas eventuais irregularidades nos processos de contratação. Nessa hipótese, podemos nos ver obrigados a incorrer em custos e despesas com honorários advocatícios, além do pagamento de custas judiciais e a realização de depósitos, dentre outras medidas que possam gerar certo impacto financeiro a nós. Portanto, eventuais processos conduzidos pelos referidos órgãos de controle podem impactar adversamente os nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso seja verificado que a Companhia participou de processo licitatório fraudado ou irregular, e desde que provada conduta ilícita, poderemos, a depender da Lei Orgânica do Tribunal de Contas em questão, sofrer as seguintes penalidades: (i) pagamento de multa civil equivalente a danos ao erário; e (ii) proibição de contratar com o Poder Público. Esta última é comumente aplicada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU") e abrange a Administração Pública Federal, nos casos de fraude cometida por licitante.

Por fim, somos parte na Ação de Improbidade Administrativa nº 0363057-51.2011.8.09.0051. Tal ação foi julgada em abril de 2020, na qual foi proferida sentença pela 4ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Goiás que condenou a Companhia (i) ao ressarcimento aos cofres públicos no valor de R$ 68.100,70, e (ii) a penalidade de proibição de contratar com a Administração Pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária pelo prazo de três anos. Para mais informações acerca da referida ação, vide o fator de risco "*Estamos sujeitos à aplicação de condenação em processo judicial e suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou de recebermos, direta ou indiretamente, benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por três anos, decorrente de Ação de Improbidade Administrativa*" e o item 4.3 deste Formulário de Referência**.**

Enfrentamos riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação de nossas unidades.

As nossas unidades operacionais dependem de diversos cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e, também, da obtenção e regular manutenção de licenças e alvarás de órgãos municipais, estaduais e federais para sua regular instalação, operação e funcionamento.

Ademais, é necessário mantermos o credenciamento no SICAF atualizado e devidamente regularizado. Aplicável aos interessados em participar de processos licitatórios, o SICAF é a ferramenta para facilitar a fase de habilitação dos potenciais interessados e agilizar as contratações, sendo, em regra, obrigatório o credenciamento para a participação em pregões eletrônicos realizados por órgãos públicos que integram o Sistema de Serviços Gerais, os quais se referem à modalidade licitatória mais comum para fornecimento de produtos. Nesse sentido, caso não sejamos capazes de manter os dados corretos e atualizados no sistema, como consequência, poderemos não estar aptos a participar de pregões eletrônicos.

Além disso, as unidades estão sujeitas à fiscalização e emissão de licenças ou registros pelas autoridades competentes. Os alvarás de funcionamento assim como os autos de vistoria do Corpo de Bombeiros, alvarás sanitários e registros em conselhos profissionais em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Além disso, o cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças, alvarás e autos de vistoria do corpo de bombeiros.

Não podemos assegurar que atualmente possuímos, para todos os estabelecimentos, licenças válidas para operar e/ou que obteremos, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados e/ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido a pandemia da COVID-19, a qual resultou em adoção de medidas pelo Governo de redução de funcionamento de órgãos públicos. Este fator poderá eventualmente acarretar atrasos adicionais na emissão de certidões e na regularização de débitos tributários junto aos órgãos competentes.

Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham um entendimento diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações.

A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade do regular funcionamento das unidades operacionais, podendo inclusive ocasionar a interdição e o fechamento das instalações em questão, bem como a aplicação de multas e problemas relacionados a seguro em caso de acidentes, além de possíveis danos à nossa imagem e reputação, o que poderá impactar negativamente os nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente em caso de aplicação de multas pela administração pública, recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial, pagamento de indenizações pelas seguradoras nas hipóteses de sinistro, interdição ou o fechamento de unidades em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás, registros e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os nossos resultados operacionais.

Os nossos resultados operacionais poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais e financeiros. A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que possuiria alíquota de 12%, amplo direito ao crédito e regra mais benéfica para produtos da cesta básica. Uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderão afetar diretamente ou indiretamente os nossos negócios e resultados.

Além disso, a pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às nossas atividades. Tais medidas, se concretizadas, poderão afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, ou em eventual questionamento quanto a utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. Não podemos garantir que os provisionamentos para tais processos (quando houver) serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os nossos negócios, os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem nos afetar negativamente.

Além disso, usufruímos do benefício fiscal estadual "Fomentar", nos termos da Lei nº 11.180/1990. Não é possível assegurar que este benefício será mantido ou renovado. Se esse benefício fiscal não for renovado ou for modificado, limitado, suspenso ou revogado ou a legislação venha a ser alterada, os nossos negócios e condição financeira poderão ser adversamente afetados com o resultado de eventual aumento da carga tributária.

Nesse sentido, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Além disso, não podemos garantir que o benefício fiscal usufruído será mantido ou renovado ou, ainda que serão concedidos novos benefícios, inclusive considerando eventuais efeitos da Ação de Improbidade Administrativa nº 0363057-51.2011.8.09.0051. Para mais informações acerca da referida ação, vide veja o fator de risco "*Estamos sujeitos à aplicação de condenação em processo judicial e suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou de recebermos, direta ou indiretamente, benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por três anos, decorrente de Ação de Improbidade Administrativa*" e o item 4.3 deste Formulário de Referência. Caso esses benefícios fiscais e regimes especiais não possam ser mantidos, poderão ser suspensos ou cancelados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os nossos negócios, as nossas suas atividades e as nossas condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

Ainda no que se refere ao risco de perda ou suspensão dos benefícios fiscais, no dia 14/03/2019 foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Incentivos Fiscais de Goiás ("CPI/GO") para a investigação de possíveis irregularidades na concessão e na utilização de incentivos fiscais e financeiros no estado de Goiás. Trata-se de processo que alcança benefícios fiscais concedidos pelo estado de Goiás de forma geral. Conforme relatório final, de 10/03/2020, foram recomendadas, dentre outras, providências aos poderes e órgãos constitucionais autônomos do estado de Goiás com o intuito de se observar diretrizes orçamentárias e de responsabilidade fiscal, tornar as políticas públicas de concessão de incentivos fiscais mais transparentes, e de se aprimorar processos e técnicas de controle de concessão e fiscalização dos requisitos para a sua fruição.

Dentre as providências a cargo do Ministério Público do Estado de Goiás estão a instauração de inquéritos civis públicos e o ajuizamento de ações judiciais de obrigação de fazer em face do Estado de Goiás, com o objetivo de se determinar que o Poder Executivo requeira judicialmente a perda ou a suspensão do recebimento dos benefícios eventualmente fruídos pelos contribuintes situados no estado no período durante o qual tenha perdurado eventual irregularidade, por meio do ajuizamento de ações civis públicas contra empresas beneficiárias de incentivos fiscais.

Diante desse cenário, a 59ª Promotoria de Justiça da Comarca de Goiânia instaurou no dia 04/11/2020, o Inquérito Civil nº 202000180317, para apurar os fatos apontados no relatório final da CPI/GO. Portanto, caso o nosso benefício fiscal venha a questionado e não possa ser mantido, poderá ser suspenso, revogado ou cancelado, ocasião em que os nossos negócios, as nossas atividades e as nossas condições financeiras poderão ser adversamente afetados com o resultado do aumento de nossa carga tributária, além de também não podermos excluir o risco de as autoridades fiscais estaduais adotarem entendimento diverso para exigir débitos de ICMS de períodos anteriores, o que também poderia impactar os nossos resultados. Devido à abrangência do Inquérito, eventuais questionamentos nesse sentido poderão trazer impactos negativos não apenas para a Companhia, mas para outros contribuintes situados no estado de Goiás que usufruam de benefícios fiscais.

Ademais, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos regimes especiais/benefícios fiscais relativos ao ICMS por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF),

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no caso de a legislação estadual que embasa sua concessão não ter sido aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), o que pode afetar adversamente os nossos negócios. Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação.

Nesse contexto, há Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2441 ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal, no qual se questiona a constitucionalidade do benefício do Fomentar. Caso as regras de convalidação sejam descumpridas pelo estado de Goiás (que concedeu o benefício relacionado ao Fomentar), não se pode descartar a possibilidade de a Fazenda Estadual vir a exigir valores de ICMS. Não podemos assegurar que o estado continuará a cumprir as regras para convalidação do benefício usufruído ou que respeitará os limites para a concessão e prazos máximos para a fruição destes benefícios, o que pode impactar no contencioso tributário sobre o tema, bem como impactar negativamente os resultados da Companhia.

Ademais, não podemos afastar o risco de glosa de créditos de ICMS em operações interestaduais diante da tese firmada em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 628.975/RS), no sentido de que é constitucional o estorno proporcional de crédito de ICMS efetuado pelo Estado de destino em razão de crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ. Não podemos excluir o risco de as autoridades fiscais estaduais adotarem entendimento diverso para glosar créditos de ICMS de períodos anteriores, o que poderia impactar os resultados da Companhia.

Eventual aumento nas despesas de pessoal devido às novas exigências regulatórias ou às negociações trabalhistas desfavoráveis podem nos afetar adversamente.

O cumprimento de novas legislações, regulamentações das autoridades competentes ou negociações trabalhistas desfavoráveis à Companhia podem acarretar aumentos das nossas despesas operacionais, tais como (i) incrementos salariais, (ii) aumento do número de funcionários nas unidades e no centro administrativo, (iii) aumento de outras despesas relativas a vendas e produção, e (iv) manuseio e controles das nossas unidades.

Não podemos garantir que estes possíveis custos adicionais serão repassados aos nossos preços. Caso tais repasses não ocorram, estes aumentos de custos podem impactar a nossa rentabilidade e nos afetar adversamente.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

As exportações dos nossos produtos estão sujeitas a uma ampla gama de riscos, as quais poderão nos afetar adversamente.

Além do mercado brasileiro, exportamos nossos produtos para Angola, Israel, Panamá, Portugal, Uruguai, Líbia, Filipinas, Jordânia, Paraguai, Chile e El Salvador e Moçambique. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as exportações representaram 0,57%, 0,45% e 0,66% respectivamente, da nossa receita bruta. O nosso desempenho financeiro futuro dependerá do cenário econômico e das condições sociais e políticas em curso nos seus principais mercados de exportação. Nossa capacidade de exportar os nossos produtos no futuro pode ser adversamente afetada de forma relevante por fatores que estão além de nosso controle, tais como:

- variações cambiais;
- desaceleração das economias dos principais mercados de exportação;
- imposição ou aumento de tarifas (incluindo tarifas antidumping), ou barreiras alfandegárias;
- imposição de controles cambiais e restrições às operações cambiais;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- greves ou outros eventos que possam afetar a disponibilidade de portos e transporte; e
- sabotagem dos nossos produtos.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países para os quais exportamos ou venhamos a exportar, poderão afetar o nosso desempenho financeiro no mercado.

Barreiras comerciais, alterações nas leis, restrições de remessa e outros podem alterar a nossa relação com parceiros estrangeiros.

Atualmente, mantemos relações comerciais com empresas situadas em Angola, Israel, Panamá, Portugal, Uruguai, Moçambique, Líbia, Filipinas, Jordânia, Paraguai, Chile e El Salvador, para atividades de exportação, bem como China, Índia, Itália, entre outros, para atividades de importação, relativas ao desenvolvimento e comercialização de nossos produtos em ambiente internacional, obtenção de matérias-primas e desenvolvimento da tecnologia e compra de equipamentos para a nossa unidade fabril. Barreiras comerciais entre os governos, protecionismos comerciais, alterações nas leis e políticas nos países em que possuímos relações comerciais, controles cambiais, restrições de remessa para o exterior, disputas políticas e conflitos étnicos podem dificultar o estabelecimento e/ou a continuidade de relações entre nós e parceiros localizados em outros países, afetando adversamente a nossa receita de caixa, fluxo e rentabilidade.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Atuamos em segmentos de produtos cuja fabricação exige a utilização de substâncias potencialmente tóxicas e resulta na geração de resíduos sólidos e efluentes com potencial contaminante. Acidentes ou a manipulação equivocada de insumos químicos ou sua disposição incorreta no ambiente podem gerar danos ambientais consideráveis nas proximidades de nossas instalações operacionais e afetar negativamente nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados.

Atuamos nos setores de medicamentos, cuja produção exige manipulação de substâncias controladas que podem se tornar tóxicas e poluentes caso não sejam seguidos procedimentos operacionais reconhecidos como seguros, ou, ainda, caso haja falha no controle desses processos, de forma a permitir a liberação dessas substâncias químicas em níveis acima dos recomendados pela regulação em ambientes externos às áreas produtivas. Ademais, os nossos processos produtivos geram resíduos sólidos ou efluentes com potencial de contaminação considerável, caso dispostos no ambiente sem o devido tratamento ou incineração por entidades devidamente credenciadas para esse fim.

Acidentes ou falhas operacionais podem acarretar a liberação de insumos químicos, produtos farmacêuticos, resíduos ou efluentes contaminados, inclusive gases, com danos ao ambiente e às comunidades vizinhas às nossas instalações, com efeitos significativamente adversos sobre a nossa reputação, a percepção de nossas marcas e nossos resultados.

Em caso da configuração de condutas infracionais ao meio ambiente, poderemos nos sujeitar a sanções administrativas, tais como a imposição de multas – que podem variar de R$50,00 a R$50.000.000,00, de acordo com o Decreto Federal nº 6.514/2008 –, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das nossas atividades. Como as leis ambientais e sua aplicação vêm se tornando mais rigorosas, o valor e a época de gastos de capital e despesas relativos ao meio ambiente poderão variar significativamente em relação à respectiva previsão atual. Os dispêndios necessários para atendimento à legislação ambiental poderão acarretar reduções de outros investimentos estratégicos que tenhamos planejado, e o consequente declínio de nossos resultados. Quaisquer custos ambientais relevantes não previstos poderão prejudicar de modo relevante nosso negócio, resultados, situação financeira e perspectivas.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual não

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

exclui a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em nossas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos, direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando a demonstração do nexo de causalidade, podendo um dos agentes responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano. Como consequência, quando contratamos terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos ou a supressão de vegetação, não estamos isentos de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. Demandas de natureza ambiental não estão sujeitas a prazos prescricionais.

Além disso, se não observarmos a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderemos sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/1998) prevê a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual não exclui a das pessoas físicas. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais, o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo em nossas receitas e, ainda, inviabilizar a captação de recursos no mercado financeiro.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento dos danos causados ao meio ambiente.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações e condicionantes que tenham sido impostas a nós em razão do licenciamento de nossas unidades industriais, ou ainda que tenhamos assumido em razão de termos de ajustamento de conduta ou de acordos judiciais, poderá causar impacto adverso em nossa reputação, receitas e resultados.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em nossos estabelecimentos e o risco de eventual contaminação em razão das atividades desenvolvidas pode afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos ao gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais, e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, ficamos responsáveis pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também sermos obrigados a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Dessa forma, sendo a Companhia proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, poderemos incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso não sejamos capazes de cumprir com as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

responsabilidades impostas nesse sentido, poderemos nos tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não nos isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos. O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

A ausência de outorgas para uso de recursos hídricos poderá afetar adversamente as nossas atividades.

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos ("PNRH") estabelece que os usos de recursos hídricos estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água (ainda que de poço artesiano e/ou para consumo público), ou para o lançamento em corpo d'água, de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte, disposição final, inclusive barragens.

De acordo com a PNRH, considera-se infração administrativa a execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou pelo não atendimento das solicitações feitas. Tais condutas ensejam a aplicação de penalidades, dentre as quais advertência, multa diária e/ou multa simples proporcional à gravidade da infração, sendo que em ambas, os valores aplicados podem variar de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), além de embargo provisório ou definitivo.

Tais sanções podem ser aplicadas independentemente da eventual necessidade de reparação de danos ambientais, como, por exemplo, no caso do lançamento de efluentes fora dos padrões ensejar a poluição do corpo d'água.

A Companhia possui seis outorgas válidas para captação de corpos d'água, bem como Estação de Tratamento de Efluentes, para atendimento aos padrões de lançamento na rede coletora para indústrias localizadas nos distritos industriais, conforme determinado pela legislação, sendo que caso tais outorgas tornem-se irregulares por qualquer motivo, tais como descumprimento de condicionantes técnicas ou renovação intempestiva, poderemos estar sujeitos às penalidades previstas acima. Adicionalmente, a Companhia possui uma outorga emitida erroneamente para a atividade "barragem", onde há somente atividade de "tanque", a qual está em fase de cancelamento perante a Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de Goiás. De todo modo, caso sejam executadas obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos sem a respectiva outorga do direito do uso de recursos hídricos, ou em desacordo com seus termos e condições técnicas, poderemos estar sujeitos às penalidades previstas acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Estamos sujeitos a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas que podem alcançar valores de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). No caso de operação de atividades sem licenças ambientais ou em desacordo com as condicionantes/exigências da licença obtida, a multa administrativa pode chegar a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), bem como cancelamento de licenças, publicidade negativa (impacto reputacional) e responsabilidade por eventuais danos ambientais causados. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) Riscos Macroeconômicos

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, países da Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, tal como na recente tensão política entre Estados Unidos e Irã. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, países da Europa e outros países afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, nos afetar adversamente. Destacamos, ainda, que a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os nossos negócios, bem como nos resultados de nossas operações ou situação financeira.

Adicionalmente estamos sujeitos a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, Irã, Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de *commodities* e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os nossos custos operacionais e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando diretamente o mercado de ações.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas pode afetar adversamente nossos negócios, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também não podemos prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional pode resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que podem afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiros.

Em 1º de janeiro de 2019 o Presidente Jair Bolsonaro assumiu a presidência do país. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira. Incertezas quanto à implementação pelo governo de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como na legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ações.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do Governo Federal brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual Governo Federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o Governo Federal brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso Nacional para aprovar reformas específicas adicionais.

Além disso, ao longo do mês de abril de 2020, o Presidente do Brasil se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Sr. Luiz Henrique Mandetta, e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Esses ex-Ministros de Estado eram considerados nomes fortes do Governo Federal brasileiro, cujos respectivos desembarques do Governo Federal brasileiro provocaram ainda mais instabilidade na economia e no mercado de capitais brasileiros. Não podemos garantir que tais eventos ou outros não provocarão impactos adversos adicionais na situação político-econômica do Brasil.

Até a data deste Formulário de Referência, o Presidente do Brasil está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios relatada pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, com relação a alegadas tentativas de nomeação de funcionários para a Polícia Federal para atender interesses pessoais. Além disso, pedidos para a abertura de processo de impedimento (*impeachment*) contra o Presidente do Brasil foram feitos em razão, inclusive, da forma pela qual o Presidente do Brasil conduz o enfrentamento à pandemia da COVID-19. Caso seja constatada a ocorrência de tais atos impróprios ou caso os pedidos de abertura de processo de impedimento (*impeachment*) sejam aceitos, as respectivas consequências podem resultar em efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, assim como em negócios que operam no Brasil, inclusive os nossos.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o Governo Federal brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi 4,52% em 2020, 4,31% em 2019 e 3,75% em 2018, respectivamente. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente com a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos na Companhia.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de leasing.

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre nós.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. Poderemos vir a ser material e adversamente afetados por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, tais como investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, investigações conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal em relação ao presidente Jair Bolsonaro, entre outros, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e, também, podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Possíveis eventos de instabilidade na taxa de câmbio poderão nos afetar de forma adversa.

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira, em algumas oportunidades, tem sido desvalorizada em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras. A desvalorização do real frente a moedas estrangeiras importantes, incluindo o dólar norte-americano, poderá criar pressão inflacionária adicional no Brasil, fazendo com que o Banco Central do Brasil eventualmente entenda necessário aumentar a taxa de juros na tentativa de estabilizar a economia. Estas medidas, poderão afetar, conforme o contexto, o crescimento da economia brasileira como um todo e, de alguma maneira, poderão prejudicar as nossas condições financeiras e resultados operacionais. A desvalorização do real também pode, dentro de um contexto de desaceleração da economia, levar a uma diminuição do consumo, pressões deflacionárias e redução no crescimento da economia brasileira como um todo.

Da mesma forma, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia levar, conforme o caso, a uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como reduzir o crescimento das exportações, afetando os nossos consumidores que dependem de segmentos exportadores, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós.

A desvalorização de longo prazo do real encontra-se geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, assim como a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar dos Estados Unidos e outras moedas. Em 2008, por exemplo, devido à crise financeira global, o real desvalorizou-se frente ao dólar norte-americano em 30,9%. Em 2009 e 2010, o real valorizou-se em 25,2% e 4,8%, respectivamente, em relação ao dólar norte-americano. Em 2017, o real desvalorizou-se 1,8% passando de R$3,2538 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$3,3125 por dólar no final de 2017. Em 2018, o real apresentou uma desvalorização de 17,2% passando de R$3,3125 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$3,8813 por dólar no final de 2018. No ano de 2019, o real seguiu apresentando desvalorização com alta de 3,6% na taxa de câmbio, saindo de uma cotação de R$3,8813 por dólar norte-americano no início do ano para uma taxa de R$4,0195 por dólar no final de 2019. Mais recentemente, em maio de 2020, o real se desvalorizou ao seu nível mais baixo desde o início da moeda a R$5,99 por US$ 1,00. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio de compra do dólar foi de R$5,1961 por US$ 1,00, refletindo uma apreciação de 13,25% em relação ao dólar norte-americano em comparação a 1º de janeiro de 2020. Assim, não podemos prever as flutuações futuras da taxa de câmbio.

Não podemos garantir que o real não sofra qualquer apreciação ou depreciação em relação ao dólar norte-americano. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, devido a uma retração no consumo e aumento nos custos financeiros. A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e as compras são denominadas e a respectiva moeda funcional da Companhia, a qual está exposta essencialmente à variação na taxa de câmbio do Dólar. A depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode aumentar os custos operacionais relacionados à importação de mercadorias e despesas, que representaram 37,98% dos nossos custos em 31 de dezembro de 2020.

Podemos ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas de câmbio. A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais poderão refletir negativamente no resultado das nossas operações. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Variações nas taxas de juros podem aumentar os nossos custos de endividamento e, consequentemente, ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

O Banco Central do Brasil estabelece a taxa básica de juros para o sistema bancário brasileiro, com base em diversos fatores, incluindo níveis de crescimento econômico e inflação, e utiliza alterações em tal taxa como um instrumento de política monetária. Estamos expostos ao risco associado a variações da taxa de juros, especialmente a Taxa DI, à qual parcela substancial do nosso endividamento está atrelado. Em 31 de dezembro de 2020, 97,99% da nossa dívida bruta, correspondente a R$414.803 mil, estava atrelada à Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Taxa DI foi de, respectivamente, 2,75%, 5,96% e 6,42%.

Podemos incorrer em perdas em razão de variações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relacionadas ao nosso endividamento ou observar menores retornos decorrentes de nossos investimentos. Uma parcela substancial do nosso endividamento está atrelada a taxas de juros flutuantes (Taxa DI, IPCA e TJLP). Em 31 de dezembro de 2020, 97,99% da nossa dívida bruta estava sujeita a taxas de juros flutuantes, especialmente a Taxa DI, com os 2,01% remanescentes sujeitas a taxas de juros fixas. Os riscos associados a essas obrigações também podem impactar adversamente os nossos fluxos de caixa.

Aumentos significativos no consumo, inflação ou outras pressões macroeconômicas podem resultar em um aumento dessas taxas. Para mais informações sobre a nossa exposição ao risco de taxas de juros, veja item 4.2 deste Formulário de Referência.

A não implementação de reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem nos afetar adversamente.

A legislação, particularmente nos mercados de bens e trabalho, pode afetar negativamente a competitividade e produtividade da economia brasileira e dificultar a alocação de recursos ao seu mais eficiente uso. Tributos sobre o consumo, tributação sobre investimentos e ausência de flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro podem se tornar entraves para um crescimento da economia brasileira, incluindo dos nossos negócios e operações. Não há garantias que o Governo Federal brasileiro implementará reformas adequadas, endereçando tais impedimentos, com o fim de um maior crescimento econômico, o que, como resultado, pode nos afetar adversamente.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor’s rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em fevereiro de 2019, a Standard & Poor’s manteve seu rating em BB-/B, reafirmando a perspectiva estável avaliada em 2018.

Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, a qual foi mantida em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.

A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em agosto de 2018, a Fitch manteve seu rating em BB-, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável. Em maio de 2019, a Fitch manteve e reafirmou a perspectiva dada anteriormente.

A Fitch manteve a classificação de crédito soberano do Brasil em BB-, mas mudou a perspectiva de estável para negativa em maio de 2020, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o risco de que cada um deles possa piorar devido à incerteza política reiniciada, além das incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia do COVID-19.

Como a classificação de crédito soberano do Brasil está atualmente abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de classificação de crédito, os preços dos títulos emitidos por companhias brasileiras têm sido afetados negativamente. Qualquer prolongamento da atual incerteza política brasileira, entre outros fatores, poderia levar a novos rebaixamentos das classificações, enquanto qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

A volatilidade e a falta de liquidez inerente ao mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar significativamente a capacidade dos investidores de venderem nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos político e econômicos, incluindo, mas não se limitando, a:

- Mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter retorno total ou parcial sobre seus investimentos; e

- Restrições ao investimento estrangeiro e repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos e União Europeia. Não podemos garantir que, após a conclusão da oferta, haverá um mercado líquido ou que não haverá restrição possível à negociação das ações ordinárias, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações pelo preço e tempo desejados. O preço de nossas ações ordinárias pode flutuar significativamente em resposta a vários fatores que estão além do nosso controle. Além disso, o mercado brasileiro pode ser regulado de forma diferente do que os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender suas ações pelo preço e tempo desejados.

Além disso, o preço das ações após uma oferta pública está sujeito à volatilidade. Essas características do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias emitidas por nós, pelo preço e no momento desejado. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas por nós não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser negativamente afetado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de fluxo de caixa, risco de crédito e risco de liquidez.

A seguir, o detalhamento dos principais riscos:

Risco de juros

O risco de juros consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor dos fluxos de caixa futuros flutue devido à variação nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e as compras são denominadas e a respectiva moeda funcional da Companhia, a qual está exposta essencialmente à variação na taxa de câmbio do Dólar.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal:

	2020		2019		2018	
	USD	EURO	USD	EURO	USD	EURO
Fornecedores	(12.309)	(1.556)	(12.215)	(1.665)	(11.563)	(517)
Clientes	374	48	370	121	239	-
Exposição líquida	(11.935)	(1.507)	(11.845)	(1.544)	(11.324)	(517)

Risco de crédito

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O risco de crédito é o risco de perda financeira da Companhia se o cliente ou a contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a crédito, porém procura seguir algumas diretrizes que visam a minimizar esses riscos, através de análise financeira de novos clientes e fornecimento de limites de crédito de acordo com o tempo de relacionamento com o cliente, entre outras.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O risco de liquidez decorre da administração do capital de giro, dos encargos financeiros e da amortização principal dos instrumentos de dívida.

	2020					
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de 1 ano**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	423.305	444.551	232.239	172.590	39.722	-
Fornecedores e outras contas a pagar	104.797	104.797	104.797	-	-	-
Contas a pagar	37.497	37.497	26.537	1.918	3.681	5.361
Obrigações tributárias	10.413	10.413	10.413	-	-	-
Total	**576.012**	**597.258**	**373.987**	**174.507**	**43.403**	**5.361**

	2019				
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**0 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	479.605	526.895	310.463	216.432	-
Fornecedores	95.301	95.301	95.301	-	-
Outras obrigações	27.002	27.002	21.322	2.813	2.867
Obrigações tributárias	7.567	7.567	7.567	-	-
Total	**609.475**	**656.765**	**434.653**	**219.245**	**2.867**

	2018				
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	535.083	759.457	260.814	498.354	289
Fornecedores	80.535	80.535	80.535	-	-
Outras obrigações	25.190	25.190	21.120	1.061	3.009
Obrigações tributárias	8.700	8.700	8.700	-	-
Total	**649.508**	**873.882**	**371.169**	**499.415**	**3.298**

Análise de sensibilidade

O principal risco ao qual o valor dos ativos financeiros está exposto está relacionado à variação de taxas de juros e à taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Dólar e Euro, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no Relatório de Mercado Focus/BC de 11 de janeiro de 2021, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, conforme Instrução CVM nº 475 de 2008, respectivamente, nas variáveis de risco.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Premissas para a análise de sensibilidade em:

31 de dezembro de 2020

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI	Redução do CDI		3,00%	2,25%	1,50%
Aplicações financeiras		46.984	46.984	46.632	46.279
Juros estimados			1.410	1.057	705
Efeito estimado no resultado e patrimônio				**(352)**	**(705)**

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	Aumento do CDI		3,00%	3,75%	4,5%
Empréstimos e Financiamentos		221.749	221.749	223.412	225.075
Juros estimados			6.652	8.316	9.979
Efeito estimado no resultado e patrimônio				**1.663**	**3.326**

31 de dezembro de 2019

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI	Redução do CDI		3,89%	2,92%	1,95%
Aplicações financeiras		7.012	7.012	6.944	6.876
Juros estimados			273	205	136
Efeito estimado no resultado e patrimônio				**(68)**	**(136)**

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	Aumento do CDI		3,89%	4,86%	5,84%
Empréstimos e Financiamentos		104.523	104.523	105.539	106.556
Juros estimados			4.066	5.082	6.099
Efeito estimado no resultado e patrimônio				**1.016**	**2.033**
Efeito estimado líquido				**948**	**1.897**

31 de dezembro de 2018

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI	Redução do CDI		6,39%	4,79%	3,20%
Aplicações financeiras		8.487	8.487	8.351	8.216
Juros estimados		-	542	407	271
Efeito estimado no resultado		-	-	(136)	(271)

	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	Aumento do CDI		6,39%	7,99%	9,59%
Empréstimos e financiamentos		76.943	76.943	78.172	79.402
Juros estimados		-	4.917	6.148	7.379
Efeito estimado no resultado		-	-	1.229	2.458

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza concorrencial, cível, tributária e trabalhista, com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita na data deste Formulário de Referência, segregados conforme sua natureza.

Contingências Concorrenciais

Processo Administrativo nº 08012.002222/2011-09	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE
b. Instância	Superintendência-Geral do CADE
c. Data de instauração	2 de abril de 2015
d. Partes no processo	Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda., Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda., Dimaci Material Cirúrgico Ltda., Drogafonte Medicamentos e Material Hospitalar Ltda., Dupatri Hospitalar Comercial Importação e Exportação Ltda., Hipolabor Farmacêutica Ltda., Laboratório Teuto Brasileiro S.A., Macromed Comércio de Material Médico e Hospitalar Ltda., CM Hospitalar S.A., Merriam Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., Netfarma Comercial Ltda – ME, Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda., Prodiet Farmacêutica Ltda. (atual Profarma Specialty S.A), Rhamis Distribuidora Farmacêutica Ltda, Sanval Comércio e Indústria Ltda., Torrent do Brasil Ltda., Altisberto Martins Ferreira, André Neves de Magalhães, Apolônio Fernandes dos Santos, Armando Pedro Tortelli, Eugênio José Gusmão da Fonte Filho, Felipe de Melo Campos Chaves, Gustavo Neves de Magalhães, Júlio Issao Miyaoka, Lucio Mauro dos Santos Broseguini, Luiz Eustáquio Silva, Renato Alves da Silva, Akauan de Lucas Virtuoso, Dilma Mendes Luz, Douglas Peres de Araújo, Carlos Eduardo Ramirez, Fernando Luís Prochnow, Leonardo Teixeira Alves de Oliveira, Lígia Balestra de Pina Medeiros e Paulo César Prochnow.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente 15% do faturamento bruto do Teuto no ano de 2014 (ano anterior ao da instauração do processo administrativo), no mercado de fabricação de produtos farmacêuticos, atualizado pela taxa Selic do intervalo de meses entre dezembro de 2014 e o mês anterior à eventual decisão de condenação com a imposição de multa.
f. Principais fatos	O processo investiga um suposto cartel em licitações públicas destinadas à aquisição de medicamentos em vários Estados do país, tais como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco. As práticas teriam ocorrido possivelmente desde ao menos 2007, estendendo-se, a princípio, até o momento da realização das buscas e apreensões, em abril de 2011. Com vistas a implementar tais condutas, os Representados supostamente mantinham frequente comunicação com vistas a monitorar as licitações que ocorreriam e acordar entre os possíveis participantes: (i) valores a serem ofertados; (ii) quais seriam as empresas que venceriam determinada licitação; (iii) como os lotes de cada licitação seriam divididos; (iv) quais empresas apresentariam propostas ou lances de cobertura; e (v) quais empresas retirariam suas propostas ou não apresentariam lances. As supostas comunicações geralmente se davam antes e durante os processos licitatórios e tinham por objetivo definir preços e condições de participação nas licitações, bem como monitorar o cumprimento ou não de tais acordos, de forma a mitigar eventuais desvios entre seus participantes
g. Chance de perda	Possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo nº 08012.002222/2011-09	
h. Impacto em caso de perda do processo	Multa (conforme explicitado no item "e") e penalidades acessórias como: (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos. Além desse processo no CADE, a empresa poderia estar sujeita a ações indenizatórias no âmbito civil, decorrentes dos mesmos fatos.

Contingências Cíveis

Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0363057-51.2011.8.09.0051	
a. Juízo	4ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia/GO
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	16.09.2011
d. Partes no processo	Ministério Público de Goiás Laboratório Teuto Brasileiro S/A e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ressarcimento de R$68.100,70 aos cofres públicos, e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
f. Principais fatos	O Ministério Público alega que teria sido constatada ilegalidade nas compras de medicamentos promovidas pelo Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, pois supostamente nos anos de 2005 e 2006 a Companhia não teria realizado a desoneração do ICMS (Convênio CONFAZ nº 87/02 e do Decreto Estadual nº 5.285/03), causando danos ao erário. Em abril de 2020, foi proferida sentença de parcial procedência da demanda, condenando o Laboratório Teuto Brasileiro S/A a **(i)** ressarcir R$68.100,70 aos cofres públicos, e a **(ii)** não contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Foram interpostos recursos de apelação pelos corréus Cairo Alberto Freitas e Antônio Durval de Oliveira Borges em julho 2020, e pelo Laboratório Teuto Brasileiro S/A em setembro de 2020, respondidos pelo Ministério Público de Goiás. Pendente remessa dos autos à segunda instância para julgamento dos recursos de apelação.
g. Chance de perda	Provável, tendo em vista a sentença desfavorável.
h. Impacto em caso de perda do processo	Ressarcimento de R$68.100,70 aos cofres públicos, e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0181667-27.2018.8.21.0001	
a. Juízo	16ª Vara Cível de Porto Alegre/RS
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	12.11.2018
d. Partes no processo	Ministério Público do Rio Grande do Sul Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$500.000,00
f. Principais fatos	Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em decorrência de suposto descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta celebrado com o Laboratório Teuto Brasileiro S/A, referente a vícios na embalagem do lote 5910015, do medicamento "Atorvastatina Cálcica", cujo *recall* não abrangeu a integralidade da população. Diante disso, o Ministérios Público do Estado do Rio Grande do Sul pleiteia a condenação do Laboratório Teuto Brasileiro S/A ao pagamento de danos morais à coletividade, no montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), além de danos materiais a serem estipulados em liquidação de sentença. Em 21 de janeiro de 2019, o Laboratório Teuto Brasileiro S/A apresentou contestação, pela qual requereu a total improcedência da demanda e sustentou **(i)** ausência de dano à coletividade e inocorrência de dano moral coletivo; **(ii)** ausência de dano material à coletividade; e **(iii)** impossibilidade de inversão do ônus da prova, tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos para tanto. Em abril de 2019, foi proferida decisão saneadora que **(i)** deferiu o pedido do Laboratório Teuto Brasileiro S/A para produção de prova oral, e **(ii)** indeferiu o pedido de produção de prova pericial ("a fim de comprovar que o recall realizado abrangeu uma quantidade maior de consumidores, cumprindo o seu dever de informação", pois "a realização da perícia em nada auxiliaria para o julgamento do presente feito, uma vez que tal prova pode ser realizada com a juntada de documentos que comprovem que a demandada cumpriu o seu dever de informação, o que enseja o indeferimento da referida prova.") Em novembro de 2020, foi expedida carta precatória para oitiva de testemunha do Laboratório Teuto Brasileiro S/A, ainda pendente de cumprimento. Autos sem movimentações desde então.
g. Chance de perda	Possível, tendo em vista que a fase probatória não foi concluída.
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$500.000,00, conforme descrito no item "valores, bens ou direitos envolvidos" acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia, como a proibição de contratação com o Poder Público.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Fiscais

Execução Fiscal nº 367933.97.2005.809.0006	
a. Juízo	Vara da Fazenda Pública Estadual de Anápolis
b. Instância	1ª instância – TJ/GO
c. Data de instauração	28/12/2005
d. Partes no processo	Autor: Fazenda do Estado de Goiás Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 38.494.228,40
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos relativos ao ICMS, originados da lavratura do auto de infração nº 3011081407191, para a cobrança de débitos relativos ao ICMS em razão de tomada de créditos supostamente indevida em operações de importação de ativo imobilizado. Atualmente, o processo encontra-se suspenso em razão de discussão relativa à possibilidade de compensação com créditos adquiridos de terceiros.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$38.494.228,40, conforme descrito no item "valores, bens ou direitos envolvidos" acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

Execução Fiscal nº 0002485-53.2003.8.05.0001 e Embargos à Execução Fiscal nº 0049308-17.2005.8.05.0001	
a. Juízo	Superior Tribunal de Justiça
b. Instância	3ª instância
c. Data de instauração	08/01/2003
d. Partes no processo	Autor: Fazenda do Estado da Bahia Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$16.237.710,55
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança de débitos relativos ao ICMS, originados da lavratura do auto de infração nº 206983.0010/00-7, diante de controvérsia acerca da base de cálculo da substituição tributária sobre os medicamentos vendidos a contribuintes de ICMS dentro do Estado da Bahia. Os embargos á execução foram julgados favoravelmente à Companhia. Contra a sentença, a Fazenda do Estado da Bahia opôs embargos de declaração, os quais foram julgados rejeitados. A Fazenda do Estado da Bahia interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento. A Companhia interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, os quais não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos agravos interpostos pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$16.237.710,55, conforme descrito no item "valores, bens ou direitos envolvidos" acima, sendo que o débito objeto da presente execução fiscal se encontra garantido por imóvel de propriedade da Companhia. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução Fiscal nº 0007922-72.2015.4.01.3502 (relacionada ao mandado de segurança nº 2009.35.02.003846-0) e Embargos à Execução Fiscal nº 0002554-77.2018.4.01.3502	
a. Juízo	2ª Vara Justiça Federal de Anápolis - Goiás
b. Instância	2ª instância - Tribunal Regional Federal da 1ª Região
c. Data de instauração	18/12/2015
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 59.474.541,97
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada para a exigência de débitos relativos ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS, dos exercícios de 2000 (quarto trimestre), 2001 (janeiro/dezembro) e 2002 (primeiro trimestre), informados pela Companhia em suas Declarações de Tributos e Contribuições Sociais como compensados com crédito-prêmio de IPI, adquiridos de terceiros, cobrança essa originada do Processo Administrativo nº 13116.000003/2001-87. Após o ajuizamento da execução fiscal a Companhia apresentou exceção de pré-executividade, a qual foi julgada improcedente. A Companhia interpôs agravo de instrumento os quais aguardam julgamento. Em paralelo, a Companhia opôs embargos à execução fiscal. Os embargos à execução fiscal foram julgados improcedentes. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$59.74.541,97, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

Processo Administrativo Federal n° 13116.721483/2011-29	
a. Juízo	Câmara Superior de Recursos Fiscais -CSRF
b. Instância	3ª instância administrativa
c. Data de instauração	14/10/2011
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$48.802.720,20
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado diante da constatação de que a Companhia havia feito adesão ao Fomentar - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização, programa de incentivo no qual o Governo do Estado de Goiás concedeu aos participantes um empréstimo de até 70% do montante equivalente ao ICMS devido, dispondo ainda sobre a possibilidade de liquidação antecipada dos contratos de financiamento do Fomentar com descontos, e diante da alegação de que a Companhia teria considerado referidas receitas (relativas aos descontos obtidos) como subvenção para investimento, enquanto na opinião das autoridades fiscais, a Companhia deveria ter considerado referidas receitas como subvenção para custeio ou operação, as quais deveriam ser computadas na apuração do lucro operacional. Os autos de infração foram lavrados para a cobrança de débitos relativos ao IRPJ e à CSLL relativos aos anos-calendário de 2006, 2008, 2009 e 2010, multa isolada por alegada falta de recolhimento de estimativa referentes aos meses de junho de 2006, junho de 2008 e dezembro de 2010, além débitos relativos ao PIS e à COFINS dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010. As decisões de primeira e segunda instâncias administrativas foram parcialmente favoráveis à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela Procuradoria e pela Companhia.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$48.802.720,20, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo Federal n° 13116.720657/2016-15	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	30.03.2016
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$45.838.165,08
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado diante da constatação de que a Companhia havia feito adesão ao Fomentar - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização, programa de incentivo no qual o Governo do Estado de Goiás concedeu aos participantes um empréstimo de até 70% do montante equivalente ao ICMS devido, dispondo ainda sobre a possibilidade de liquidação antecipada dos contratos de financiamento do Fomentar com descontos, e diante da alegação de que a Companhia teria considerado referidas receitas (relativas aos descontos obtidos) como subvenção para investimento, enquanto na opinião das autoridades fiscais, a Companhia deveria ter considerado referidas receitas como subvenção para custeio ou operação, as quais deveriam ser computadas na apuração do lucro operacional. Os autos de infração foram lavrados para a cobrança de débitos relativos ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS relativos aos anos-calendário de 2011 e 2012. A decisão de primeira instância administrativa foi desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Companhia.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$45.838.165,08, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

Processo Administrativo Federal n° 13116000753/2009-14	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	3ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/04/2009
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11.579.069,43
f. Principais fatos	Tratam-se de autos de infração instaurados contra a Companhia para a cobrança de débitos relacionados à COFINS e ao PIS, dos períodos de 01/01/2006 a 31/12/2006, em razão das seguintes infrações: (i) alegada dedução a maior de crédito presumido apurado sobre a receita decorrente da venda de produtos farmacêuticos, haja vista que para determinados produtos a Companhia não teria comprovado ter apresentado pedido de fruição do benefício fiscal do crédito presumido junto à CMED/Anvisa; (ii) alegada dedução indevida de créditos decorrentes de despesas de armazenagem e fretes em operação de venda; (iii) alegada constatação de que determinados créditos apurados nos demonstrativos da Companhia já haviam sido objeto de pedido de ressarcimento de PER/DCOMP, razão pela qual foram excluídos; e (iv) alegada falta de tributação das receitas de subvenções para investimentos, decorrentes do benefício fiscal do Fomentar, o qual reduziu o saldo devedor do ICMS. As decisões de primeira e segunda instâncias administrativas foram parcialmente favoráveis à Companhia. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto pela Procuradoria.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$11.579.069,43, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo Federal n° 13116.724973/2019-09	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	02/07/2019
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 22.910.721,28
f. Principais fatos	Trata-se Declaração de Compensação realizado com fundamento em decisão judicial proferida no Mandado de Segurança nº 0004848-88.2007.4.01.3502, relativo à discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ao analisar o direito creditório da Companhia, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o pedido por entender que o valor do ICMS que deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS seria apenas aquele efetivamente recolhido, e não o valor do ICMS destacado na nota fiscal. Diante desse entendimento, a Receita Federal proferiu despacho decisório contra o qual a Companhia apresentou a correspondente manifestação de inconformidade. A decisão de primeira instância administrativa foi parcialmente favorável à Companhia, razão pela qual a Companhia interpôs Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$22.910.721,28, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

Processo Administrativo Federal n° 13116.737028/2019-69	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	24/10/2019
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Laboratório Teuto Brasileiro S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11.244.315,07
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para a imposição de multa isolada de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, em decorrência do Despacho Decisório proferido nos autos do processo administrativo nº 13116.724973/2019-09, descrito acima. A decisão de primeira instância administrativa foi parcialmente favorável à Companhia, em razão da decisão proferida no processo administrativo nº 13116.724973/2019-09. Por esse motivo, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, o qual está aguardando julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Eventual perda no processo poderá gerar um impacto financeiro à Companhia estimado em R$11.244.315,07, conforme descrito no item “valores, bens ou direitos envolvidos” acima. Além do potencial impacto financeiro decorrente de um resultado adverso na demanda, não há outros impactos estimados para a Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Trabalhistas

Processo nº 0001078-30.2012.5.18.0051	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Anápolis /GO
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	26/10/2012
d. Partes no processo	Autor: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICO-FARMACÊUTICAS NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLISGO Ré: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$15.000.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação de Cumprimento ajuizada pelo Sindicato, na qual se requer o pagamento de diferenças do prêmio de permanência (previsto em convenção coletiva de trabalho, sendo que a cada 5 anos de trabalho, há reajuste de 5%, limitado a 20 anos) para os empregados da Ré desde 2009 até o trânsito em julgado da ação. Também se requer a implementação de um plano de Progressões Horizontais em favor dos empregados da Ré, sem prejuízo da do pagamento do prêmio permanência. A sentença julgou procedentes esses pedidos. A Companhia interpôs recurso ordinário contra a sentença, ao qual foi negado provimento. Ato contínuo, a Companhia interpôs recurso em face do acórdão para o Tribunal Superior do Trabalho - TST, ao qual foi negado seguimento. Após a decisão do TST, a sentença transitou em julgado e foi iniciada a liquidação. Diante da grande quantidade de substituídos, o processo ainda está em fase de apuração dos valores devidos.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	A Ré deverá realizar os pagamentos e cumprir com as determinações da decisão transitada em julgado, que determinou o pagamento do prêmio “permanência” no período descoberto, de acordo com os valores a serem apurados no processo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3, em 31 de dezembro de 2020, era de R$15.136.201,40 (quinze milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e um reais e quarenta centavos).

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.5

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Não aplicável, pois a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável, pois a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Processo nº 0174686-39.2014.8.09.0006

O processo nº 0174686-39.2014.8.09.0006 (segredo de justiça), em trâmite perante a 3ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Anápolis, Estado de Goiás ("Processo de Inventário"), trata do inventário dos bens deixados pelo Sr. Walterci de Melo, que era um dos acionistas controladores diretos da Companhia, detentor de 57,92% das ações de sua emissão. Em razão de seu falecimento, todo o seu patrimônio, aí incluídas as referidas ações da Companhia, será igualmente partilhado entre seus herdeiros, os Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo, Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves Melo e Anna Liz Teles de Melo, esta última menor de idade representada pela genitora, Sra. Flávia Modesto Teles. Não há litígio entre os herdeiros e as últimas declarações já foram apresentadas. Discute-se no processo o valor devido a título de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, pois a Fazenda Pública do Estado de Goiás alega encontrar dificuldades em finalizar o cálculo do imposto.

Inquérito Civil Relacionado à Comercialização do Medicamento Atorvastatina Cálcica

Em 2016, determinado lote do medicamento Atorvastatina Cálcica para uso hospitalar foi comercializado em concentração diversa da especificada na embalagem, ensejando a realização de procedimento de *recall* pela Companhia. Em razão disso, foram instaurados inquéritos civis em alguns Estados do país visando apurar o ocorrido e firmados Termos de Ajustamento de Conduta pela Companhia, por meio dos quais a Companhia se comprometeu a abster-se de descumprir normas legais e regulamentares, bem como medidas, formalidades ou outras exigências sanitárias relacionadas às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitárias, além de recolher valores aos Fundos de Proteção e Defesa de Interesse Difusos a título de reparação. Atualmente, apenas o inquérito civil instaurado pela Promotoria de Justiça de João Pessoa, no Estado da Paraíba, permanece em andamento.

Procedimento de Acompanhamento Judicial - PAJ nº 000140.2014.18.003/7

O PAJ nº 000140.2014.18.003/7, em trâmite perante o Ministério Público do Trabalho - MPT, teve origem devido ao acordo judicial firmado na Ação Civil Pública – ACP nº 0010350-77.2014.5.18.0051 entre a Companhia e o MPT. A ACP, ajuizada em março/2014 pelo MPT contra a Companhia, tinha por objeto o excesso de jornada de trabalho dos empregados da Companhia.

Antes que houvesse qualquer decisão de mérito nos autos, as partes firmaram um acordo por prazo indeterminado em que a Companhia se compromete à manutenção de questões relacionadas à jornada de trabalho de seus empregados, nos termos da legislação vigente, como concessão dos intervalos interjornada, intrajornada e do descanso semanal remunerado, abstenção de prorrogação da jornada dos empregados além das 2 horas diárias, dentre outros. O descumprimento do acordo enseja o pagamento de multa não inferior a R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por cada obrigação descumprida e referente a cada mês em que ocorrer o referido descumprimento. O valor da multa deve ser revertido para instituições, projetos e/ou para o FAT.

O acordo foi homologado em 18/11/2014, já estipulando uma multa de R$350.000,00 devido ao descumprimento identificado. A ACP foi arquivada, todavia, o cumprimento do acordo firmado seguiu sendo acompanhado através do PAJ nº 000140.2014.18.003/7. Após a homologação do acordo, a Companhia sofreu as seguintes punições, devido aos descumprimentos identificados nos autos do PAJ: (i) em outubro de 2014 - R$350.000,00; (ii) em outubro de 2015 – R$1.400.000,00; e (iii) julho de 2017 - R$1.800.000,00. Como os valores são direcionados a projetos específicos em benefício da sociedade, a comprovação de pagamento se dá de acordo com o andamento desses projetos.

Atualmente, resta pendente a comprovação dos Termos de Entrega de Bens/Serviços ao Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (R$1.200.000,00) e à SRTE/GO (R$600.000,00). A Companhia tem até 24/02/2021 para comprovar os referidos pagamentos.

Considerando que o acordo firmado é por prazo indeterminado, caso sejam identificados novos descumprimentos, novas multas poderão ser estabelecidas.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota, desde, 18 de fevereiro de 2021 uma política de gerenciamentos de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"). A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 18 de fevereiro de 2021 e sua aplicação é monitorada pela Área de Compliance e Gestão de Riscos e pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem como referências (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as normas aplicáveis emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (iii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iv) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta Ética da Companhia; e (v) o modelo do COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO ERM").

Na condução de seus negócios, a Companhia enfrenta incertezas e que podem impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo ("Riscos"). Se não identificados e tratados de forma adequada, os Riscos podem comprometer a competitividade e perenidade dos negócios.

Toda e qualquer decisão envolve determinado grau de Risco. Deve-se destacar que os Riscos jamais serão eliminados. O objetivo é entendê-los, avaliar e definir ações de resposta para que as perdas sejam reduzidas e previstas. A análise de Riscos deve auxiliar o processo de tomada de decisão nos diversos níveis. Para todos os efeitos, os Riscos com limites aprovados devem ser levados em consideração na elaboração de projeções, adequando as metas se necessário, aos limites de Riscos aprovados. Eventualmente, planos de ação podem ser necessários à adequação de Riscos aos limites.

Anualmente, a Matriz de Riscos deverá ser atualizada pela área de Compliance e Gestão de Riscos conforme percepção de impacto e probabilidade pelo Comitê de Auditoria e posteriormente validada pelo Conselho de Administração da Companhia, possibilitando a consolidação a fim de ter uma ordem de prioridade de desenvolvimento de cada Risco.

As modelagens de Risco devem compor as ferramentas de análise e apoio às decisões das Diretorias e departamentos da Companhia, cabendo ao Comitê de Auditoria da Companhia fornecer o apoio necessário para o seu desenvolvimento junto aos Proprietários dos Riscos.

A assunção de Riscos que possam comprometer a continuidade do negócio, e/ou a inobservância/extrapolação deliberada dos limites, no exercício de suas funções, estará sujeita às sanções previstas no Código Conduta Ética da Companhia.

É fundamental o entendimento e disseminação, entre os órgãos e executivos envolvidos, da correta diferenciação de impactos causados por eventos e situações que não envolvem diretamente a gestão de Riscos como: (i) falhas de controles internos em processos; (ii) decisões estratégicas malsucedidas; ou (iii) falha na governança. Este entendimento visa aperfeiçoar e fortalecer o modelo de governança corporativa da Companhia.

Todos os Riscos desenvolvidos, com limites aprovados, deverão ser formalizados em relatórios, com planos de ação, se for o caso, incluindo designação de responsáveis e prazos de conclusão. Os relatórios deverão ser assinados pelo Proprietário do Risco e pelo Comitê de Auditoria.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia busca proteção para riscos divididos nas seguintes principais macro categorias, a serem consideradas e incluídas em seu Mapa de Riscos:

- **Riscos Estratégicos:** são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

- **Riscos Operacionais**: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.

- **Riscos Tecnológicos:** é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

- **Riscos de Conformidade**: são os Riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

- **Riscos Regulatórios:** abrange os Riscos resultantes de modificações nas leis, regulamentações e ações de governos ou órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva e de custos e afetar significativamente a administração eficiente dos negócios da Companhia e de suas controladas.

- **Riscos Financeiros:** são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político, mudanças de impostos, tributos, contribuições e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento de nossos negócios, de clientes ou consumidores, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar a perda financeira por cadastramento incorreto de índice de correção dos contratos, perda financeira devido a aplicações financeiras equivocadas, perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos realizados pelos clientes, aumentos de impostos, tributos, contribuições, dentre outros.

- **Riscos Ambientais:** são os Riscos relacionados a questões ambientais e de sustentabilidade que podem se materializar no curso do processo produtivo e distributivo da Companhia como a contaminação de água, solo e corte indevido de árvores nativas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Gestão de Riscos da Companhia é baseada (mas não se limita), no COSO ERM, padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 06 (seis) etapas descritas abaixo:

Contextualização dos Riscos: Referem-se ao estudo e entendimento do ambiente interno da companhia e seus objetivos estratégicos, bem como a análise dos ambientes macroeconômicos, políticos, sociais, ambientais e setoriais onde a Companhia opera.

Identificação dos Riscos: Os Riscos aos qual a Companhia está exposta devem ser identificados periodicamente para assegurar que quaisquer materializações que venham a ocorrer sejam conhecidas previamente e controladas dentro de limites aceitáveis. O entregável dessa etapa é o Mapa de Riscos da Companhia. Os Riscos serão categorizados de acordo com as macro-categorias principais dispostas no item **5.1.b.i** acima.

Avaliação dos Riscos: Os Riscos identificados devem ser classificados pela sua criticidade, de acordo com sua probabilidade de ocorrência e impacto na organização. O produto dessa etapa é a elaboração da Matriz de Riscos da Companhia, exemplificada abaixo:

- **Matriz de riscos:** Com o objetivo de visualizar e, ao mesmo tempo, implementar uma forma de tratamento de cada Risco, o resultado da avaliação dos Riscos é apresentado em um mapa de Riscos (Matriz de Riscos), permitindo o acompanhamento da mitigação.

  A Matriz de Riscos demonstra os pontos de cruzamento (horizontal e vertical) da probabilidade de ocorrência e impacto. Desta forma, pela divisão da Matriz de Riscos em quatro grandes quadrantes, podemos avaliar o nível de vulnerabilidade do processo. Quanto maior for à probabilidade e o impacto de um risco, maior será o nível do risco.

  É importante ressaltar que quanto maior o nível do Risco, maior sua criticidade para o processo. As respostas aos riscos serão determinadas no confronto do nível de Riscos com o apetite a Riscos definido pela Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Tratamento dos Riscos: Com base em sua classificação, os Riscos deverão ser priorizados e encaminhados para um dos possíveis tratamentos:

- **Eliminar –** Eliminar completamente o Risco ou descontinuar a atividade que gera o Risco, protegendo os objetivos da Companhia aos impactos associados;
- **Transferir** – Transferir o Risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- **Minimizar/Gerir** – Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto do Risco, reduzindo parcialmente a exposição; ou
- **Aceitar –** Nenhuma ação é adotada, mantendo-se apenas o monitoramento. Os impactos potenciais do Risco são aceitos, assim como as oportunidades derivadas de sua assunção.

Monitoramento dos Riscos: As ações de mitigação, bem como as possíveis mudanças de cenários devem ser continuamente monitoradas para que os riscos permaneçam dentro dos seus limites de controle.

- **Monitoramento da execução dos planos de ação:** deverá ser realizado pela área de Compliance e Gestão de Riscos da Companhia.

O acompanhamento da execução de cada plano consiste na verificação da implementação dos planos de ação de resposta aos riscos, considerando os prazos e as responsabilidades previamente definidas.

Para os planos de ação não implementados, são definidos novos prazos para implementação, que devem ser devidamente discutidos com os diversos gestores envolvidos no processo.

- **Reavaliação dos riscos:** A realização do monitoramento auxilia o processo de reavaliação do grau de Risco residual com base no nível de implementação dos planos de ação.

Anualmente, será realizada uma análise comparativa do nível de Riscos, desta forma é elaborado um novo mapa de Riscos que será possível verificarem a evolução dos níveis de riscos da companhia.

Comunicação: A comunicação de todas as etapas da gestão de Riscos deve garantir que as informações pertinentes sejam repassadas de forma ágil, proativa e transparente às partes interessadas.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os Riscos, em conformidade com a Política. A estrutura de gestão de Riscos da Companhia é baseada no modelo COSO-ERM, que recomenda a gestão de Riscos através do modelo das três linhas de defesa:

(i) **1ª Linha de Defesa**: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Trata-se dos Proprietários dos Riscos, responsáveis diretos pelos processos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) **2ª Linha de Defesa**: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de Riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria está a Área de Compliance e Gestão de Riscos, responsável pelas funções de riscos corporativos, ética e integridade. Os membros da Área de Compliance e Gestão de Riscos não acumulam outras atividades operacionais. No desenvolvimento de suas funções, a Área de Compliance e Gestão de Riscos pode solicitar o auxílio de outras áreas da Companhia, como o Comitê de Ética, a controladoria e o jurídico. A Área de Compliance e Gestão de Riscos se reporta ao Comitê de Auditoria; e

(iii) **3ª Linha de Defesa**: a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria. A Política define e comunica os papéis e responsabilidade dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de Riscos, desenhados buscando-se a construção e implantação de um modelo que capture as experiências, percepções e os melhores conjuntos de informações disponíveis para a tomada de decisão.

Nesse contexto, compete aos **Proprietários dos Riscos**:

A. Apoiar e multiplicar a disseminação da cultura de gestão de riscos em suas áreas de negócios;

B. Identificar os fatores de riscos e Indicadores Chave para a mensuração e monitoramento dos Riscos;

C. Atuar como primeira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

D. Colaborar para o entendimento do ambiente da Companhia e para o subsequente gerenciamento de riscos;

E. Propor limites para exposição aos Riscos sob a sua responsabilidade, observando o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

F. Sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco sob sua responsabilidade;

G. Apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado, na forma de relatórios detalhados a serem submetidos ao Comitê de Auditoria;

H. Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Compete ao **Comitê de Ética**, grupo de trabalho vinculado ao Comitê de Auditoria da Companhia, composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos indicados pelo Conselho de Administração dentro do quadro de funcionários próprios da Companhia, observados os termos da sua Política de Indicação, dentre outras funções previstas em Regimento Interno:

A. Ser instância de orientação e aconselhamento sobre o cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia aos colaboradores, fornecedores, clientes e demais stakeholders;

B. Apurar os relatos na plataforma Canal de Denúncias, submetendo casos considerados mais graves à atenção do Comitê de Auditoria;

C. Identificar e acompanhar oportunidades de melhoria dos processos internos provenientes das denúncias registradas no Canal de Denúncias;

D. Reportar-se ao Comitê de Auditoria quanto às suas atividades relacionadas à apuração de denúncias de violação às leis, regulamentos e normas internas da Companhia; e

E. Emitir recomendações à administração sobre eventuais sanções e medidas disciplinares aplicáveis.

Compete a **Área de Controles Internos,** estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria:

A. Desenvolver normas, políticas e procedimentos a fim de mitigar riscos e impactos relacionados a controles internos em todas as áreas da Companhia;

B. Monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos;

C. Atualizar os processos e procedimentos relacionados a controles internos; e

D. Reportar-se ao Comitê de Auditoria da Companhia quanto a questões estratégicas relacionadas a controles internos.

Compete à **Área de Compliance e Gestão de Riscos**, estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria:

A. Apoiar e multiplicar a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia;

B. Atuar como segunda linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

C. Elaborar e acompanhar a Matriz de Riscos da Companhia, atualizando-a anualmente ou sempre que necessário;

D. Apoiar e garantir a identificação e monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de ação;

E. Realizar a consolidação dos riscos e controles internos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

F. Reportar periódica e formalmente ao Comitê de Auditoria todas as informações pertinentes ao gerenciamento de riscos e, quando necessário, direta e independentemente ao Conselho de Administração;

No que diz respeito às funções de Compliance, compete à Área de Compliance e Gestão de Riscos, dentre outras matérias:

A. Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Conduta Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;

B. Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;

C. Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta Ética; e

D. Auxiliar o Comitê de Ética no tratamento das comunicações recebidas através do Canal de Denúncias, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação.

Compete à **Auditoria Interna**, estrutura autônoma que se reporta ao Comitê de Auditoria:

A. Atuar como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia;

B. Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da Companhia;

C. Auditar os procedimentos de controles internos, com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa;

D. Monitorar a resposta a eventuais não conformidades verificadas em sede de auditoria interna ou externa; e

E. Reportar suas conclusões ao Comitê de Auditoria.

Compete à **Diretoria**:

A. Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas;

B. Estabelecer priorização dos Riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos Riscos para fins de priorização e gestão;

C. Deliberar o planejamento da área de Compliance e Gestão de Riscos, solicitar ajustes se necessário, acompanhar a execução do mesmo e submetê-lo para validação do Comitê de Auditoria;

D. Acompanhar os Indicadores Chave e reportar desvios ao Comitê de Auditoria; e

E. Disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete ao **Comitê de Auditoria**, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, dentre outras atribuições, descritas em seu regimento específico:

A. Apoiar e multiplicar a disseminação da cultura de gestão de Riscos;

B. Deliberar sobre os padrões para o processo de gerenciamento de Riscos (metodologia, processos, sistemas, política, mecanismos de reporte, dentre outros) e solicitar ajustes, se necessário;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

C. Analisar as informações recebidas pelo Comitê de Ética a respeito da apuração de violações às leis, regulamentos e normas internas da Companhia, bem como deliberar acerca das medidas a serem tomadas pela Companhia;

D. Sugerir a atualização da Matriz de Riscos anualmente ou sempre que necessário, e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;

E. Avaliar e monitorar a exposição de Riscos da Companhia, tomando decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites e relatórios apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendando ações de respostas;

F. Reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de gestão de Riscos apresentadas e discutidas neste Comitê;

G. Validar o planejamento da Área de Compliance e Gestão de Riscos, solicitar ajustes (se necessários) e acompanhar a execução do trabalho;

H. Acompanhar as atividades de Auditoria Interna e reportá-las ao Conselho de Administração;

I. Discutir a Política de Gerenciamento de Riscos, solicitando ajustes, se necessários, monitorando seu cumprimento e avaliando a performance frente aos limites de Risco aprovados; e

J. Avaliar se a estrutura e o orçamento da área de Auditoria Interna são considerados suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete ao **Conselho de Administração**, dentre outras atribuições:

A. Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e revisá-la, anualmente ou sempre que necessário;

B. Aprovar as atribuições da área de Auditoria Interna;

C. Definir um apetite de Risco apropriado, priorizando riscos e aprovando planos de mitigação;

D. Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;

E. Acompanhar os resultados do processo e da performance do gerenciamento de Riscos;

F. Definir os Riscos a serem priorizados pela Companhia, com base na recomendação do Comitê de Auditoria.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos, conforme descrita neste item 5.1, está adequada para assegurar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política específica para gerenciamento de riscos de mercado, visto que a Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência cobre também riscos mercadológicos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos mencionada no item 5.1, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de juros, de câmbio, de crédito e de liquidez.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como *hedge* natural. A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição do balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia poderá utilizar instrumentos para a proteção cambial quando houver exposição a moedas estrangeiras, tal como indicado no item (i) acima.

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela sua administração.

A Companhia faz o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantém comunicação com diversos *stakeholders*, em relação às tendências de mercado.

A Companhia utiliza análise de sensibilidade para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado as quais a Companhia possa estar exposta para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e em cenários econômico-financeiros projetados.

(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Conforme estrutura descrita no item 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência, no que é aplicável ao gerenciamento de riscos mercadológicos.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pelo Comitê de Auditoria, a Controladoria de Negócios, a Área de Controles Internos e todos os demais colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas. Todo o processo é avaliado pela Auditoria Interna que, por sua vez, é a estrutura responsável pela prestação de serviços de avaliação, monitoramento**,** auditorias e revisões de processos e operações em todas as áreas da Companhia, aferindo a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia segue as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS/CPC); (ii) as informações financeiras são mensalmente aprovadas em reunião de comitê de Finanças com a gestão financeira e Presidência, sendo ainda aprovadas pelo contador responsável; (iii) os procedimentos para registro de transações contábeis, seguem políticas internas de registro, revisão e aprovação; (iv) as informações financeiras da Companhia, para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras, são inseridas em um sistema integrado de informações automatizadas; (v) os colaboradores envolvidos recebem os treinamentos necessários; e (vi) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis.

Dentre as suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar e acompanhar as atividades de auditoria interna e do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, gerenciamento de riscos e compliance.

A atividade de Auditoria Interna dispõe de equipe e recursos suficientes para o desempenho do trabalho, com canais de comunicação definidos para reporte das avaliações decorrentes dos trabalhos executados na Companhia, sendo-lhe garantido o livre acesso às informações necessárias para o exercício de suas atribuições. As ações de auditoria planejadas pela Companhia objetivam o aprimoramento dos controles internos, com a avaliação do desempenho e da conformidade das atividades. A Auditoria Interna auxilia a Companhia a alcançar seus objetivos com uma abordagem sistemática e disciplinada, com foco em eficiência dos processos e mitigação de riscos, para controle e governança corporativa.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com uma estrutura interna composta por múltiplas áreas de negócio, que atuam em conjunto para dar suporte a todo o processo de controles internos e evitar quaisquer conflitos de interesses:

Tributário: Responsáveis por todo o processo de registro de notas de entradas e saídas, bem como pela gestão tributária e impostos em geral;

Financeiro: Responsável por todo o gerenciamento do “contas a pagar” e “contas a receber” da Companhia, endividamentos e fluxo de caixa;

Jurídico: Responsável pelo acompanhamento e gestão de todos os processos judiciais da Companhia;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Controles Internos: Conforme atribuições dispostas na Política de Gerenciamento de Riscos e transcritas no item **5.1.b.iii**, é responsável por (i) Desenvolver normas, políticas e procedimentos a fim de mitigar riscos e impactos relacionados a controles internos em todas as áreas da Companhia; (ii) Monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos; (iii) Atualizar os processos e procedimentos relacionados a controles internos; e (iv) Reportar-se ao Comitê de Auditoria da Companhia quanto a questões estratégicas relacionadas a controles internos.

Auditoria Interna: Conforme atribuições dispostas na Política de Gerenciamento de Riscos e transcritas no item **5.1.b.iii** deste Formulário de Referência, cabe à Auditoria Interna aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia;

Área de Compliance e Gestão de Riscos: Dentre outras atribuições dispostas na Política de Gerenciamento de Riscos, no Código de Conduta Ética e nos itens **5.1.b.iii** e **5.4.a.ii** deste Formulário de Referência, a Área de Compliance e Gestão de Riscos é responsável por (i) garantir a conformidade da Companhia por meio do cumprimento das legislações aplicáveis, em especial à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), sendo responsável também por gerar orientações aos colaboradores afim de garantir que a companhia aja de acordo as leis e políticas que afetam o negócio, evitando multas e ou sinalizações jurídicas; e (ii) atuar como segunda linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos da Companhia.

Departamento Pessoal: Responsável pela folha de pagamento da Companhia, benefícios, registro de ponto, férias, entre outros. O Departamento trabalha regulamentado por normas e procedimentos específicos do Departamento de Recursos Humanos;

Controladoria: Responsável por todos os estudos de viabilidade do negócio, bem como por análises e testes financeiros inerentes, incluindo *impairment.* Responsável também pela gestão do orçamento da Companhia;

Controladoria Industrial: Responsável por toda a gestão do processamento do custo, orçamento, estoques; e

Contabilidade: Responsável por todos os registros contábeis, estando sujeita a uma série de normas, procedimentos e políticas internas para assegurar os controles necessários. O Departamento de Contabilidade conta com um rigoroso sistema de controle automatizado aplicado sobre os registros contábeis, que por sua vez são devidamente conciliados, revisados e aprovados seguindo rigorosamente os padrões e normas de contabilidade aplicáveis, incluindo legislações fiscais e societárias. As demonstrações financeiras são devidamente aprovadas pelo contador responsável e pela Diretoria Financeira e Presidência Executiva.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração principalmente por meio do Comitê de Auditoria, a quem compete assessorar o Conselho de Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos. Ademais, compete ao Diretor Financeiro e à Presidência Executiva a aprovação das Demonstrações Financeiras, de modo a garantir sua higidez.

A Companhia conta ainda com (i) uma área de Auditoria Interna responsável por verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis; e (ii) uma Área de Controles Internos responsável por monitorar e mapear os processos e procedimentos relacionados a controles internos.

Em suma, a administração da Companhia desempenha os seguintes papeis na supervisão da eficiência dos controles internos:

- **Comitê de Auditoria:** No tocante aos controles internos, compete ao Comitê de Auditoria:

  a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

  b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;

  c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

  d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e

  e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão e aprovação das demonstrações financeiras, e pela fiscalização da atuação da Diretoria; e

- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nos termos do Ofício Circular/CVM/SNC/GNA/n° 01/2020, item 7, os auditores independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da versão final e emitida da carta, observados os prazos legais. No prazo legal, a Companhia fará a devida divulgação por meio deste item.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3.d acima, tão logo a Companhia tenha acesso à versão final da carta preparada pelos auditores independentes, divulgará seus comentários sobre as eventuais deficiências apontadas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conduz seus negócios de acordo com seus valores, que incluem a ética e a integridade, e demanda de seus colaboradores que atuem em conformidade com todas as leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis aos seus negócios.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Conduta Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas. O Código de Conduta Ética estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de todos os que trabalham na Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes (chamados conjuntamente de "Colaboradores"), as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Sempre que possível, os Colaboradores devem transmitir os princípios e normas de conduta contidos no Código para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pelo Teuto ("Terceiros") ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem o Teuto se relacione.

Entre os principais temas tratados pelo Código de Conduta Ética estão (i) princípios ligados à ética e integridade, incluindo o cumprimento das leis e regulamentos, em especial aqueles ligados à prevenção da corrupção, vedação ao suborno e prevenção à lavagem de dinheiro; (ii) normas de relacionamento com agentes públicos e autoridades governamentais; (iii) normas para a concessão de cortesias corporativas, doações, contribuições filantrópicas e patrocínios; (iv) normas relacionadas à segurança da informação; (v) regras e uso de bens e recursos da Companhia; (vi) normas relacionadas a fusões, aquisições e reestruturações societárias; (vii) normas relativas à prevenção de conflitos de interesse; (viii) normas de convivência no ambiente de trabalho e respeito às pessoas; e (ix) responsabilidade socioambiental.

Além do Código de Conduta Ética, a Companhia conta ainda com uma série de políticas e procedimentos voltados à integridade corporativa, dentre os quais se destacam:

- **Política de Conduta nos Negócios**: norma aplicável a todos os Colaboradores e que visa assegurar que os Colaboradores de todos os níveis assumam com a sociedade o compromisso de atuar de acordo com o mais alto padrão moral e ético, observando rigorosamente em sua conduta profissional todos os princípios e valores do Teuto. Trata de temas como o cumprimento de leis e regulamentos, práticas comerciais e financeiras, confidencialidade, conflitos de interesse, e concessão de brindes, presentes e hospitalidade.

- **Política de Ética Empresarial**: norma aplicável a todos os Colaboradores e Terceiros, no que for aplicável, que visa estabelecer diretrizes de ética, responsabilidade e integridade no relacionamento com o público em geral.

- **Política de Desvio de Conduta:** norma aplicável a todos os Colaboradores e Terceiros, no que for aplicável, que visa permitir que Colaboradores da companhia, em quaisquer níveis, tomem medidas efetivas e oportunas no caso de conhecimento ou suspeita de desvios de conduta contra a Companhia, sem causar constrangimento ou temor de represália.

5.4 - Programa de Integridade

- **Política de Compliance:** norma aplicável a todos os Colaboradores da Companhia, que estabelece diretrizes para a interação e relacionamento com profissionais de saúde e autoridades governamentais de forma ética, íntegra e transparente, sempre de acordo com a legislação anticorrupção aplicável.

- **Política de Conflitos de Interesse:** norma aplicável a todos os Colaboradores da Companhia, que estabelece diretrizes para a prevenção de situação de conflitos de interesse.

- **Política de Transparência:** norma aplicável a todos os Colaboradores da Companhia, que estabelece que estabelece que nenhum empregado será dispensado, rebaixado, suspenso, ameaçado, perseguido, intimidado, coagido ou retaliado de qualquer outra forma, como resultado de uma reclamação de boa-fé ou por sua colaboração no tratamento ou investigação de uma reclamação de boa-fé, quando uma política do Teuto, políticas, ou lei aplicável, regra ou regulamentação tenha sido violada.

- **Política de Conduta nas Licitações:** norma aplicável a todos os Colaboradores, clientes, distribuidores, representantes comerciais e outros que interajam, direta ou indiretamente, na participação da Companhia em processos licitatórios. Estabelece orientações para atuação em licitações em consonância com a Política de Compliance e demais normas internas da Companhia.

As contratações de fornecedores, prestadores de serviço e terceiros da Companhia, bem como a realização de doações e patrocínios, são precedidas de procedimentos de *due diligence* realizados pela área de Compliance e Gestão de Riscos visando à identificação de potencial relacionamento com pessoas politicamente expostas, conflitos de interesse ou processos, inquéritos ou condenações potencialmente desabonadoras. Para tal, a Companhia conta com Procedimento de Monitoramento de Terceiros a ser seguido pela área de Compliance e Gestão de Riscos.

Ao adotar os mecanismos de integridade supracitados, a Companhia objetiva: (i) promover a cultura da transparência, ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; e (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores.

As Políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas anualmente, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de compliance e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

Área de Compliance e Gestão de Riscos: A área de Compliance e Gestão de Riscos, estrutura autônoma que se reporta a Comitê de Auditoria, é responsável por, dentre outras matérias (i) Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Conduta Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia; (ii) Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes; (iii) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta Ética; e (iv) Auxiliar o Comitê de Ética no tratamento das comunicações recebidas através do Canal de Denúncias, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação.

5.4 - Programa de Integridade

É assegurado à Área de Compliance e Gestão de Riscos autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições, para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico do Teuto, quando necessário.

A Área de Compliance da Companhia foi instituída informalmente em dezembro de 2012, tendo sido reestruturada para fins da Oferta e incumbida das funções de gestão de riscos em 18 de fevereiro de 2021. A independência do desempenho de suas funções é garantida pelo não desempenho, por parte de seus integrantes, de funções operacionais, bem como pela vinculação e reporte ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Comitê de Ética: o Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Comitê de Auditoria da Companhia, composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros efetivos indicados pelo Conselho de Administração dentro do quadro de funcionários próprios da Companhia, observados os termos da sua Política de Indicação. O Comitê de Ética foi criado em 21.12.2020 por deliberação do Conselho de Administração**.**

Ao Comitê de Ética compete (i) Ser instância de orientação e aconselhamento sobre o cumprimento do Código de Conduta Ética aos colaboradores, fornecedores, clientes e demais stakeholders; (ii) Apurar, mediante relato da manifestação, os relatos na plataforma Canal de Denúncias, submetendo casos considerados mais graves à atenção do Comitê de Auditoria; (iii) Identificar e acompanhar oportunidades de melhoria dos processos internos provenientes das denúncias registradas no Canal de Denúncias; (iv) Reportar-se ao Comitê de Auditoria quanto às suas atividades relacionadas à apuração de denúncias de violação às leis, regulamentos e normas internas da Companhia; e (v) Emitir recomendações à administração sobre eventuais sanções e medidas disciplinares aplicáveis.

A independência do desempenho de suas funções é garantida pelo não desempenho, por parte de seus integrantes, de funções operacionais, bem como pela vinculação ao Comitê de Auditoria e reporte direto no que diz respeito a suas atividades relativas à apuração de denúncias de violações à legislação, regulamentos e normas internas.

Auditoria Interna: responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança da companhia, auditando os procedimentos de controles internos com o objetivo de verificar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações contábeis, financeiras e operacionais da empresa. A área de Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria, de modo a preservar a independência do desempenho de suas funções enquanto representante da terceira linha de defesa da Companhia.

Conselho de Administração: responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Conduta Ética.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, instituído em 18 de fevereiro de 2021, regido por Regimento Interno próprio e com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. A ele cabe, no tocante à integridade corporativa, (i) receber do Comitê de Ética e tratar, de forma confidencial, informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos; (ii) acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; e (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

A Companhia possui um Código de Conduta Ética que foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021. O Código de Conduta Ética define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores, bem como diretrizes de relacionamento com terceiros e clientes. O Código de Conduta Ética é aplicável indistintamente a todos os Colaboradores do Teuto, e seu teor deve, sempre que possível, ser comunicado também aos parceiros de negócios, clientes, investidores, representantes e quaisquer Terceiros com quem a Companhia se relaciona.

- **se é com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A Companhia promove treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus Colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta Ética e demais temas específicos ligados à integridade corporativa. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença será controlada através dos meios adequados pela Área de Compliance e Gestão de Riscos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

As sanções aplicáveis a casos de violação ao Código de Conduta Ética ou às demais normas internas da Companhia estão previstas no próprio Código. Sempre que uma irregularidade for identificada, o Comitê de Ética da Companhia poderá concluir pela aplicação de sanção ao infrator, que pode consistir em:

- Advertência oral e/ou por escrito;
- Suspensão;
- Rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa)
- Tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e
- Quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

Caso a violação seja cometida por Terceiro, o Teuto poderá determinar o encerramento do relacionamento profissional e/ou contratual e se resguarda ao direito de buscar as medidas judiciais cabíveis contra os envolvidos. Quaisquer penalidades serão deliberadas pelo Comitê de Ética da Companhia, devendo ser aplicadas de acordo com os critérios de proporcionalidade, gradatividade e imediatidade.

Caso uma infração por membros de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração seja verificada, a aplicação de eventuais sanções ou medidas apropriadas caberá ao próprio Conselho de Administração.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética da Companhia foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021, estando disponível para consulta em seu website: ri.teuto.com.br.

5.4 - Programa de Integridade

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui Canal de Ética administrado por empresa terceirizada e cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia. O Canal de Ética pode ser acessado pelo telefone gratuito **0800 5800201** ou mediante acesso direto à plataforma da operadora do Canal (https://canalintegro.com.br/laboratorioteuto).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Ética da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de Colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Conduta Ética qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciantes são realizadas unicamente através do Canal de Denúncias.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Comitê de Ética da Companhia, com auxílio da Área de Compliance e Gestão de Riscos, é responsável pela apuração dos relatos recebidos através do Canal de Denúncias, o que se dará de forma confidencial e sigilosa. O Comitê de Ética terá o apoio do Comitê de Auditoria a na apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos da Companhia, e o Comitê de Auditoria deliberará sobre os casos considerados mais graves.

Nesse sentido, cumpre ao Comitê de Ética gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Denúncias, bem como conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar ao Comitê de Auditoria a contratação de investigação independente ou assessoria externa.

Para assegurar a razoabilidade das ações e decisões do processo de apuração de denúncias, se uma alegação comunica potencial violação perpetrada por um colaborador integrante do processo de gestão do Canal de Denúncias, em nenhuma circunstância, ele, sua equipe ou ainda o seu gestor, terão acesso aos registros da alegação. Nessa hipótese, as atividades de apuração e deliberações serão designadas a outras equipes, conforme estabelecido em normas internas. Em casos específicos, a Companhia poderá ainda designar a apuração a parceiros externos de modo a garantir a condução de uma investigação independente.

O Comitê de Ética reportará suas atividades relacionadas à apuração de violações ao Código de Conduta Ética, às políticas internas da companhia ou o descumprimento de leis vigentes ao Comitê de Auditoria.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Conforme disposto no Código de Conduta Ética da Companhia, para aquisição ou fusão de qualquer empresa será necessária a realização de *due diligence* por profissionais qualificados, para avaliação pelo Conselho de Administração de conformidade e detecção de eventuais vulnerabilidades, ou histórico de prática de atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção e outros ilícitos relacionados a corrupção e fraude a licitações e contratos administrativos.

5.4 - Programa de Integridade

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta em relação ao exercício anterior.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	25/03/1957
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Empresária Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 1947, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, sob a denominação Instituto Farmacêutico Teuto Brasileiro, pelo Sr. Adolfo Krumei.

Em 1966, a empresa Rical (Representações Industrial e Comercial Americana Ltda.), da cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, adquiriu o controle da Companhia.

Em 1986, a Companhia foi adquirida pelos empreendedores Walterci de Melo e seu irmão Lucimar de Melo, da qual eram representantes na região que hoje é formada pelos Estados de Tocantins, Goiás e parte do Pará e Maranhão. Com a aquisição, Walterci estrategicamente transferiu, em 1992, toda a indústria para a cidade de Anápolis, estado de Goiás. Em janeiro de 1993, a Companhia inaugurou a sua sede de 12 mil metros quadrados de área construída, substancialmente maior que as suas instalações na cidade de Belo Horizonte.

Em 1997, a linha de produtos da Companhia já era formada por mais de 170 apresentações farmacêuticas, o parque industrial já era considerado um modelo para a indústria nacional do mesmo ramo e a planta ocupava cerca de 26 mil metros quadrados. A Companhia investiu em sua nova sede e a transformou em um complexo industrial de referência. Inspirada nos projetos dos melhores laboratórios do primeiro mundo, sua planta é foi construída com moderna engenharia, obedecendo às normas de segurança e assepsia.

Em 1999, a Companhia foi a primeira indústria de medicamentos genéricos e MIPs (medicamentos isentos de prescrição) do Brasil com certificado ISO 9000.

Em 2001, a Companhia inaugurou o maior complexo farmacêutico da América Latina, de acordo com as informações publicadas pela Revista Pharmacia Brasileira, nº 29 (nov/dez/2001), com 103 mil metros quadrados de área construída em uma área total de 1 milhão de metros quadrados.

Em 2007, a Companhia foi eleita a segunda melhor companhia em respeito ao cliente, de acordo com as informações publicadas pela Revista Consumidor Moderno (dez/2007). Adicionalmente, em 2009, a Companhia foi a terceira colocada no mercado de genéricos no Brasil, de acordo com as informações publicadas pela IMS Health.

Além da atuação no mercado nacional, a partir de 2007, a Companhia passou a exportar seus produtos para a América Central, América do Sul, África, Oriente Médio e Portugal.

Em outubro de 2010, a Pfizer adquiriu 40% das ações de emissão da Companhia da família Melo. A partir dessa parceria, a Pfizer ampliou sua penetração no mercado brasileiro e a Companhia lançou versões genéricas dos medicamentos Pfizer.

Em 2012, a Companhia realizou investimentos relevantes em seu processo de qualidade e, em 2015, a Companhia passou a contar com uma nova estrutura de controle de qualidade, que envolveu a criação de uma diretoria de qualidade, responsável pelo desenvolvimento estratégico da Companhia, passando pela renovação do portfólio de produtos e conformidade das “Boas Práticas de Fabricação” (as melhores práticas internacionais).

Em 2016, a Companhia concluiu suas novas instalações para produção de sólidos e injetáveis.

6.3 - Breve Histórico

Em 2017, a Pfizer vendeu a sua participação na Companhia para a família Melo, que está à frente do negócio desde 1986 e já era a controladora da Companhia, tendo em vista a estratégia da Pfizer de concentrar esforços e recursos em seu atual portfólio de medicamentos, bem como produtos em desenvolvimento em outros países em que possui maior atuação, já que era uma decisão global da Pfizer deixar de atuar no segmento de medicamentos genéricos.

A partir de 2018, a Companhia estabeleceu sua nova estratégia comercial focada em rentabilidade e receita. Além disso, seu pipeline de produtos passou a focar em produtos complexos e inovação incremental.

Em 2019, foram realizadas melhorias no mix de portfólio, incluindo o lançamento de 11 novos produtos, 12 relançamentos, 1 inclusão de apresentação e 5 substituições de apresentação.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

A Companhia é uma das principais indústrias farmacêuticas e de produtos de saúde do Brasil, em termos de participação de mercado em volume de vendas, de acordo com dados da IMS Health, com forte presença no mercado nacional e exposição ao mercado internacional, produzindo e comercializando produtos para os setores varejista farmacêutico e hospitalar, pioneira na indústria de medicamentos genéricos com certificado ISO 9000 no Brasil. Seu portfólio é composto por produtos nas classes de medicamentos, incluindo as categorias de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), Similares, Genéricos Específicos, de Notificação Simplificada), produtos para saúde, além de uma gama complementar de alimentos e cosméticos.

Operando através de distribuidores e de parcerias de longo prazo com as principais redes de farmácia do país, hospitais, clínicas, governos e demais agentes privados e públicos do setor, a Companhia possui forte presença em todas as regiões do Brasil, além de possuir clientes internacionais, em especial na América Latina, Oriente Médio e Europa (como distribuidor para outros países).

Fundada em 1947, a Companhia possui extensa trajetória no setor farmacêutico brasileiro, com mais 70 anos de atuação no segmento. A Família Melo, por iniciativa dos empreendedores Walterci de Melo e seu irmão Lucimar de Melo, adquiriu a Companhia em 1986, e, atualmente sob a condução da segunda geração da família, vem executando um plano de expansão e consolidação da Companhia com um dos principais *players* do setor no país.

A entrada da Família Melo iniciou um novo capítulo na história da Companhia, transformando uma empresa de médio porte em uma das maiores e mais modernas empresas do setor farmacêutico no América Latina, de acordo com dados disponibilizados pela IMS Health, contando com um dos maiores Complexos Farmacêutico da América Latina de acordo com as informações publicadas pela Revista Pharmacia Brasileira, nº 29 (nov/dez/2001). Em 31 de dezembro de 2020, o Complexo Farmacêutico produziu de cerca de 9,5 bilhões de medicamentos sólidos (em comprimidos), 424 milhões de medicamentos injetáveis, 399 milhões de antibióticos, 49 milhões de medicamentos líquidos (em frascos), 27 milhões de medicamentos semissólidos (cremes, géis e pomadas) e 14 milhões de colírios (em frascos).

A Companhia passou por intenso processo de renovação e profissionalização da gestão ao longo dos anos 2000, incluindo a nomeação do atual diretor-presidente Marcelo Henriques. O reconhecimento desses esforços veio já em 2007, quando a Companhia foi eleita, pela TNS intersize, a segunda melhor empresa em respeito ao cliente no Brasil, e em 2009, quando assumiu a terceira posição, em volume de vendas, no mercado de genéricos nacional.

Em 2010, a Pfizer, uma das maiores e mais renomadas empresas farmacêuticas do mundo, escolheu a Companhia como seu parceiro para explorar o crescente mercado brasileiro, adquirindo 40% de seu capital social. Durante esse período de parceria, a Companhia passou por um intenso processo de evolução e desenvolvimento, com destaque para aprimoramento da gestão de qualidade e processos, *know-how* em inovação, modernização das instalações (incluindo as novas fábricas de medicamentos sólidos e injetáveis) e conformidade com padrões internacionais de melhores práticas de governança e *compliance*. Em 2017, a Pfizer, inserida no contexto de reformulação estratégica global orientada para redução de exposição a ativos sem patentes, revendeu sua participação na Companhia à família Melo, que, acreditando no potencial da Companhia, voltou a deter a totalidade da Companhia.

Desde então, a Companhia vem nos últimos anos executando uma nova estratégia de negócios, com foco em rentabilidade. Essa estratégia é focada (i) na implementação de portfólio de produtos diversificados, que conta com medicamentos genéricos de alta e baixa complexidade e similares (EQ'S), (ii) constante aprimoramento e adaptação do portfólio por meio do lançamento de novos produtos, (iii) recorrentes investimentos em inovação e tecnologia, (iv) gestão favorável aos incentivos comerciais. Por meio dessa estratégia, a Companhia pretende continuar a sua

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

consolidação no mercado como uma das principais indústrias farmacêuticas do país, aliando qualidade, confiabilidade, inovação e eficiência, a um plano de expansão sustentável.

A Companhia é atualmente detido pela Família Melo, já em sua segunda geração na administração da Companhia, representada pelos irmãos Ítalo de Melo, Igor de Melo e Priscilla de Melo, presentes no Conselho de Administração da Companhia desde 2010 e 2014.

Apresentamos abaixo o histórico completo de crescimento da Companhia:

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

A Companhia tem apresentado crescimento robusto aliado a consistência na execução e rentabilidade atrativa, como demonstrado por sua Receita Operacional Líquida de R$1.049 milhões, R$966 milhões e R$768 milhões em 2020, 2019 e 2018, respectivamente, e por seu EBITDA de R$242 milhões, R$196 milhões e R$118 milhões também em 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

As tabelas abaixo destacam algumas das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(Em R$ milhões)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**				
	2020	**AH (%)**	**2019**	**AH (%)**	**2018**
Receita líquida	1.049	8,6%	966	25,8%	768
EBITDA [(1)]	242	23,5%	196	66,1%	118
Margem EBITDA (em %)[(2)]	23,1%	-	20,3%	-	15,4%
Lucro Líquido	144	34,6%	107	1.088,9%	9

(1) O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida. A Margem EBITDA não é medida de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. Para maiores detalhes vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

PORTFÓLIO DE PRODUTOS DA COMPANHIA

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia conta com um portfólio de produtos diversificado e focado nas características, necessidades e dinâmicas particulares específicas de dois principais mercados, sendo eles Institucional e Varejo.

O mercado Institucional é formado por hospitais públicos e privados, clínicas e por agentes públicos, e os principais produtos ofertados consistem em medicamentos injetáveis, como por exemplo penicilinas, e medicamentos sólidos, tais como os antidepressivos e analgésicos, a Companhia atende esse mercado pelo seu segmento operacional de Unidade de Negócios Hospitalar. Por sua vez, o mercado de Varejo é composto pelas diversas redes varejistas de farmácias, e os principais produtos comercializados são medicamentos das categorias genéricos e similares, com destaque para medicamentos sólidos, tais como os anti-hipertensivos, antiasmáticos, antirreumáticos, vaso-protetores, cefalosporinas orais, conforme ilustrado abaixo, a Companhia atende esse mercado pelo seu segmento operacional de Unidade de Negócios Farma.

A Companhia entende que os mercados Institucional e de Varejo são complementares e sinérgicos, e, portanto, fundamentais para sucesso do seu modelo de negócios.

Enquanto o Varejo possui maior volume de vendas e giro de ativos, apresenta níveis mais elevados de competitividade em preço, o Institucional conta com menor disputa por preços, permitindo margens superiores, mas com um menor volume de negócios e exigindo constantes investimentos em inovação em função da alta complexidade de produção e maior tecnologia embarcada.

Dessa forma, a Companhia desenvolve sua estratégia de negócios pautado em estabelecer forte presença nos dois mercados-alvo de maneira equilibrada e balanceada. Em 31 de dezembro de 2020, 60,87% da receita bruta da Companhia foi originada do mercado de Varejo, sendo que a Companhia acredita que há espaço para crescimento neste mercado, tendo em vista a previsão de que o Varejo, no Brasil, é de R$104,5 bilhões no final de 2024, conforme dados divulgados pela IQVIA. Já, o mercado Institucional, em 2020, correspondeu a 38,559% da receita bruta da Companhia e, considerando a consolidação do setor hospitalar e de clínicas como resultado da autorização da participação estrangeira em referido setor e da adoção de modelos alternativos de remuneração dos hospitais, há potencial de crescimento dessas vendas.

Além da diversificação entre os dois mercados, a Companhia também procura diversificar os produtos de seu portfólio. O portfólio é composto por medicamentos sólidos, a semissólidos e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

líquidos, incluindo os medicamentos genéricos de alta, média e baixa complexidade, similares, específicos, líquidos estéreis, isentos de prescrição, de notificação simplificada, ou seja, a Companhia possui presença relevante nas mais diversas categoriais de medicamentos.

Em 31 de dezembro de 2020, o portfólio da Companhia era composto por mais de 460 produtos e mais de 950 apresentações de produtos[1], onde maior produto da Companhia representam 6,5% de sua receita bruta.

CONCENTRAÇÃO POR PRODUTO (EM % DA RECEITA BRUTA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020)

Para manter o portfólio diversificado, historicamente, a Companhia investe em tecnologia e pesquisas para lançamento de novos produtos que acompanhem as tendências de mercado. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a Companhia lançou 22, 27 e 13 novos produtos (divididos entre as classes de medicamentos e de cosméticos), respectivamente. Os novos produtos lançados[2] representaram 24%, 22% e 21% nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

[1] As apresentações são os formatos em que os produtos são vendidos, podendo ser conteúdo líquido ou comprimido.
[2] No cálculo da receita são considerados como lançamento os produtos lançados nos últimos cinco anos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Essa estratégia só é possível devido ao DNA de inovação da Companhia, que entende o valor e potencial que esses os novos lançamentos apresentam para o seu modelo de negócio, na medida em que permitem um posicionamento de mercado diferenciado em relação a seus principais competidores diretos.

MODELO DE DISTRIBUIÇÃO

Assim como na estratégia de portfólio de produtos, o modelo de distribuição da Companhia é também voltado para estimular diversificação por meio da atuação em todas as regiões do Brasil. A Companhia busca pulverizar a sua base de clientes e, para isso, conta com 245 gestores de vendas, 180 distribuidores, além de mais de 5 mil hospitais e 60 mil farmácias como clientes os quais estão presentes em todas as regiões do Brasil sendo que nenhum deles representa mais de 6%.

Em 31 de dezembro de 2020, os distribuidores da Companhia eram responsáveis por cerca de 96% das vendas, enquanto 2% eram feitas de forma direta às farmácias e hospitais e 2% ao Governo. Para estimular as vendas, os gestores de venda da Companhia contam com incentivos financeiros com base na receita e rentabilidade. O modelo de incentivos atual está em vigor desde 2017 no segmento Unidade de Negócios Hospitalar e 2018 na no segmento Unidade de Negócios Farma, e substituiu o modelo anterior que era relacionado exclusivamente ao volume de vendas. O novo modelo foi responsável por promover uma significativa mudança na orientação e foco do time de vendas, com impactos relevantes na rentabilidade da Companhia. Dentre esses novos mecanismos de incentivos, destaca-se metas atreladas ao EBITDA.

Em termos de receita bruta, o Sudeste do Brasil é o principal mercado consumidor da Companhia, somando 37% da receita bruta em 2020. Em seguida, a região Nordeste, representou 21% da receita bruta, e depois figuram as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte, com 20%, 17% e 5%, respectivamente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

CONCENTRAÇÃO POR REGIÃO (EM % DA RECEITA BRUTA NO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020)

COMPLEXO FARMACÊUTICO

Comprometido com os mais elevados padrões de qualidade, segurança e eficiência, a Companhia investiu mais de R$266 milhões entre 2013 a 2016 para que sua expansão de produção de medicamentos sólidos e máquinas para medicamentos injetáveis na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, estivesse na vanguarda tecnológica do setor farmacêutico ("Complexo Farmacêutico"). A Companhia transformou 103 mil m^2 de área num complexo de alta tecnologia, com toda a infraestrutura necessária para a consolidação de um laboratório de última geração.

O Complexo Farmacêutico utiliza de tecnologia de ponta para permitir patamares competitivos de produtividade, com produção flexível, ágil e adaptável, capaz de reagir as repentinas mudanças na demanda de mercado. Além da experiência da Pfizer no desenvolvimento de plantas industriais, durante o projeto, contamos também com a presença da Bosch, empresa alemã. Neste projeto, o envolvimento da Bosch se deu em duas etapas: a compra das máquinas de alta tecnologia e o serviço de instalação e construção (*turn-key*). A planta obedece todas as normas técnicas nacionais e internacionais de segurança e higiene, além de garantir completa gestão, eficiência e monitoramento.

A preocupação com padrões e exigências internacionais é essencial para o bom funcionamento de um laboratório de alto padrão. Diferente de muitas outras indústrias massificadas, a fabricação de medicamentos exige procedimentos bastante meticulosos, uma vez que os parâmetros de qualidade são definidos não apenas para se atingir um diferencial mercadológico, mas, principalmente, procurando atribuir absoluta eficácia e confiabilidade em cada medicamento. Isso se reflete na própria planta de construção do laboratório, planejada de forma a permitir fluxos contínuos e sucessivos de produção, evitando dessa forma riscos de contaminação cruzada.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

COMPLEXO FARMACÊUTICO TEUTO (ANÁPOLIS/GO)

Atualmente, a Companhia utiliza cerca de 60% da capacidade total do Complexo Farmacêutico, e está totalmente apta para fazer frente ao seu plano de expansão, com aumento da produção de forma significativa nos próximos anos sem a necessidade de novos investimentos massivos. Com o intenso ciclo de investimentos realizado entre os anos de 2013 a 2016, os investimentos adicionais deverão ser, em sua maioria, investimentos de manutenção das instalações, máquinas e equipamentos.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Os principais pontos fortes e vantagens competitivas da Companhia são:

Plataforma farmacêutica pioneira e única, com portfólio diversificado de produtos de qualidade

A Companhia conta com portfólio diversificado de produtos farmacêuticos e alimentícios, com uma ampla gama de classes terapêuticas, atendendo tanto ao mercado Institucional quanto ao de Varejo com ofertas e propostas de valor complementares e sinérgicas. Seus produtos se destacam pela qualidade, confiabilidade e competitividade, fortalecendo um posicionamento bastante diferenciado para os consumidores. A Companhia conta com cerca de 910 colaboradores, com experiência na indústria e dedicados ao monitoramento da qualidade dos processos de produção realizados no Complexo Farmacêutico e desenvolvimento de produtos complexos e com inovação incremental.

A Companhia possui uma estratégia diferente dos seus principais concorrentes diretos, uma vez que enxerga nas iniciativas de inovação uma das suas principais alavancas de crescimento e consolidação. Ainda, está constantemente investindo no desenvolvimento de novos produtos, demonstrado pela recorrência de novos lançamentos, incluindo aqueles que envolvem maiores níveis de complexidade e que poucos *players* possuem tecnologia e conhecimento para produzi-los.

Assim a Companhia entende ser pioneira neste modelo de negócio no país e acredita que esse é um dos motivos para o crescimento consistente que vem apresentado no mercado nacional. Esse crescimento vem solidificando não somente o posicionamento do laboratório na dinâmica competitiva do setor, mas coloca a Companhia como um dos líderes no mercado farmacêutico brasileiro[3].

[3] A Companhia está em 4º lugar em termos de participação no mercado farmacêutico em 2020, de acordo com a IMS Health.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

PARTICIPAÇÃO DE MERCADO EM 2020 (% DO MERCADO FARMACÊUTICO EM VOLUME TOTAL)

Fonte: IMS Health

Exposição a mercado farmacêutico com fortes tendências de expansão

O mercado farmacêutico brasileiro apresenta sólidos fundamentos que apontam para o grande potencial de expansão do setor. O Brasil, um país ainda relativamente jovem se comparado aos países desenvolvidos da América do Norte, Europa e Ásia, vem passando por um envelhecimento natural da população, fruto das sensíveis mudanças socioeconômicas que implicam na maior urbanização, aumento da renda per capita, maiores níveis de escolaridade, acesso a meios de contraceptivos eficazes, avanços e difusão de serviços médicos, entre outros.

Esse fenômeno de envelhecimento populacional acelerado já é realidade para muitos países, e o Brasil vem caminhando para um perfil semelhante no médio e longo prazo.

Considerando o portfólio diversificados de produtos, os investimentos constantes em tecnologia e lançamento de novos produtos para acompanhar tendência e o Complexo Farmacêutico, a Companhia acredita que o envelhecimento da população brasileira é uma grande avenida de crescimento, na medida em que entende estar pronto para atender essa demanda de forma eficiente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

POPULAÇÃO BRASILEIRA COM MAIS DE 65 ANOS (EM MILHÕES DE PESSOAS)

Fonte: Envelhecimento populacional mundial – Nações Unidas

Complexo Farmacêutico de última geração pronto para expansão da produção

Em 2001, a Companhia inaugurou um dos maiores complexos farmacêuticos da América Latina, de acordo com as informações publicadas pela Revista Pharmacia Brasileira, nº 29 (nov/dez/2001), com 103 mil metros quadrados de área construída em uma área total de 1 milhão de metros quadrados. Essas instalações de última geração fomentam uma vantagem competitiva relevante na medida em que permitem agilidade e flexibilidade na produção, implementação de novas linhas de produtos de maneira célere e precisa, grande capacidade de gestão de qualidade e controle produtivo, eficiência operacional com otimização de custos, entre outros.

Durante os anos de 2013 a 2016, a Companhia realizou relevantes investimentos na sua fábrica em Anápolis, primeiro com a instalação da produção de medicamentos sólidos (2013 a 2014) e posteriormente implementando a produção de medicamentos injetáveis (2015 a 2016). Nos últimos anos, a Companhia tem focado na estabilização da produção, com melhorias constantes no processo de otimização produtiva, visando patamares ainda mais elevados de qualidade e eficiência.

O Complexo Farmacêutico possui capacidade de produção de cerca de 9,5 bilhões de medicamentos sólidos (em comprimidos), 424 milhões de medicamentos injetáveis, 399 milhões de antibióticos, 49 milhões de medicamentos líquidos (em frascos), 27 milhões de medicamentos semissólidos (cremes, géis e pomadas) e 14 milhões de colírios (em frascos).

Toda essa infraestrutura de ponta permite que parte relevante do crescimento futuro da Companhia seja realizado sem a necessidade de novos investimentos significativos, uma vez que quase 40% da capacidade do Complexo Farmacêutico ainda não é utilizada. Com os devidos investimentos recorrentes de manutenção e eventuais investimentos pontuais para o desenvolvimento ou implementação de novas tecnologias, a planta da Companhia continuará a ser uma referência nacional no setor como uma das mais modernas e eficientes instalações farmacêuticas.

Sólidos padrões de governança, equipe experiente e acionistas de referência no setor

A Companhia conta com equipe operacional e administrativa formada por profissionais de excelência, com vasta e extensa experiência no setor farmacêutico. A família Melo, controladora da Companhia, possui experiência, *know-how* e *track-record* únicos no setor farmacêutico nacional.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com quase 35 anos comandando a Companhia e, atualmente, na segunda geração, a família Melo foi responsável por transformar uma empresa de médio porte e expressão local, em uma das maiores empresas farmacêuticas do país. A família Melo é atualmente uma das famílias empreendedoras mais renomadas e com maior tradição no segmento farmacêutico no país.

A Companhia possui rígidas práticas de governança corporativa, um Conselho de Administração com 6 membros, dentre os quais 2 e independentes, obedecendo as regras de novo mercado.

A preocupação com a sustentabilidade faz arte da história da Companhia, que possui uma área de ESG estruturada, atualmente seguindo 11 ODS e com diversas metas em relação ao meio ambiente, à área social e à governança, sendo parte da remuneração variável dos colaboradores alinhada com o atingimento destas metas

Crescimento consistente com rentabilidade sólida

Historicamente, a Companhia apresentou um crescimento consistente e rentabilidade sólida. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a receita liquida da Companhia foi de R$1.031 milhões, R$966 milhões e R$768 milhões, respectivamente. Ainda, nos mesmos períodos o lucro bruto foi de R$398 milhões, R$318 milhões e R$225 milhões e EBITDA de R$242 milhões, R$196 milhões e R$118 milhões, respectivamente.

Rigoroso controle regulatório e de qualidade no processo produtivo, com o apoio de profissionais qualificados e experientes

A Companhia se beneficia de uma vantagem competitiva natural para a comercialização de seus produtos na América Latina dado o nível de exigência dos protocolos da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), PIC's ICH (Pharmaceutical Inspection Co-operation Scheme) (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human), que é reconhecido como um dos mais rigorosos do mercado farmacêutico mundial para a aprovação de novos produtos e tido pelas agências reguladoras latino-americanas como referência regulatória internacional, o que cria uma barreira de entrada a novos players no mercado brasileiro. No mais, em 2015, a Companhia passou a contar com uma nova estrutura de qualidade, que envolveu a criação de uma diretoria de qualidade, responsável pelo desenvolvimento estratégico da Companhia, passando pela renovação do portfólio de produtos e conformidade das "Boas Práticas de Fabricação" (as melhores práticas internacionais).

As unidades produtivas da Companhia possuem certificações de boas práticas expedidas pela Anvisa, que são decorrentes dos rígidos controles regulatórios, de segurança, qualidade e eficácia exercidos pela Companhia em seus processos produtivos. Como pilares fundamentais para o fortalecimento da reputação e garantia do sucesso empresarial da Companhia, foi incorporada a diretoria de qualidade as gerencias de "Garantia de Qualidade" e de "Assuntos Regulatórios", as quais são constituídas de profissionais com mais de duas décadas de experiência no mercado farmacêutico. Tais gerenciais são responsáveis por garantir a conformidade com todos os devidos regulamentos nos países onde a Companhia submete seus dossiês de registro de medicamentos.

Na Companhia, todas as etapas de manufatura estão pautadas na padronização das operações, usando como guia a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC 301/2019) da Anvisa, conferindo confiabilidade com relação à qualidade de nossos produtos. Prova disso é o nosso time de Qualidade, que, em dados findos de dezembro de 2020, contava com 910 colaboradores, ou aproximadamente 25% dos colaboradores totais da Companhia, todos dedicados a garantir e monitorar todo o processo de produção e assegurar que todas as normas são seguidas indubitavelmente.

ESTRATÉGIA DA COMPANHIA

A Companhia pretende adotar as seguintes estratégias para alavancar seu crescimento e agregar valor aos seus acionistas:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Expansão da base de clientes

Atualmente, os hospitais privados representam 44% da receita bruta do segmento Unidade de Negócios Hospitalar da Companhia. Nas maiores redes de hospitais que representam 13% do mercado, a Companhia tem uma penetração de quase 5%, existindo uma grade oportunidade de expansão.

Também, o aumento das vendas no mercado Institucional é esperado à medida que, desde 2015, permite-se a participação estrangeira no setor de assistência à saúde e, consequentemente, aumenta-se o poder de barganha dos hospitais e clínicas e à medida que os hospitais e clínicas estão tendentes a adotar modelo alternativo de remuneração que incentiva a diminuição de suas despesas.

Aumento dos esforços de visitação médica

60,87% da receita bruta da Companhia em 2020 foi atribuída às vendas ao mercado de varejo farmacêutico pelo segmento Unidade de Negócios Farma, cujo foco são produtos complexos e com inovação incremental. A Companhia entende que há espaço para crescimento e melhora da rentabilidade nesse mercado e pretende fazê-lo por meio de lançamentos de produtos diferenciados e de esforços de visitação médica. Atualmente, a visitação médica é feita apenas aos clientes do mercado Institucional, ou seja, hospitais, clínicas e por agentes públicos. Em março de 2021, a Companhia iniciará o projeto piloto de visitação médica, dando o pontapé inicial para aumentar a rentabilidade do mercado de varejo farmacêutico.

Disrupção tecnológica aplicada à força comercial

A Companhia já adota a visitação *on-line* médica, com uma média de 13 reuniões por dia, e pretende iniciar para os hospitais, além de realizar congressos virtuais para potenciais clientes. A Companhia acredita que o esforço de vendas virtual alcançará um número maior de clientes, em diferentes regiões, e, em contrapartida, reduzirá os custos para captação de clientes.

Investimento contínuo no lançamento de novos produtos

A Companhia pretende continuar investindo em tecnologia e pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos tendo 200 apresentações em desenvolvimento até 2025. Em 2021, a Companhia pretende lançar 26 apresentações e 29 apresentações em 2022. Assim, espera-se que o trabalho de P&D, em especial, nos campos de produtos complexos, inovação incremental, biotecnologia, resulte no desenvolvimento e produção de medicamentos para atender às necessidades do mercado.

No setor de varejo, a Companhia busca uma expansão do mix de produtos com foco em inovação incremental como sublingual, cápsula mole, produtos compostos e complexos.

No setor hospitalar, a companhia possui foco em drogas de cadeia fria e na linha de produtos de alta complexidade. Além disso, a companhia busca a expansão do mix de produtos com foco no aumento da penetração de molécula grande, biológicos, oncológicos, entre outros.

Desenvolvimento de parcerias com empresas internacionais

Dada a experiência positiva que a Companhia teve durante sua parceria com a Pfizer e as mudanças benéficas decorrentes desta parceria, a Companhia sempre procura buscar novas oportunidades de parcerias com empresas internacionais que tenham potencial de agregar valor ao seu negócio. A intenção com este tipo de estratégia é de aumentar a penetração da Companhia na base de clientes existentes com cross-sell (venda cruzada) e up-sell (venda de produtos mais sofisticados), além de aumentar o portfólio de produtos complexos (ex: oncológicos, biosimilares e monoclonais). A intenção da Companhia não é de atuar como distribuidor de medicamentos de outras companhias, mas sim de aprender sobre o medicamento e seus pontos fortes, com transferência de conhecimento sempre em parceria alinhada com o benefício de ambas as partes. Acreditamos que parcerias com empresas internacionais são um ponto-chave para a estratégia de crescimento, uma vez que proporcionam experiência, repertório, transferência de tecnologia e visibilidade da Companhia no mercado farmacêutico nacional e internacional.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Investimento em crescimento orgânico e inorgânico

Além das estratégias para aumentar o crescimento orgânico mencionadas acima, a Companhia pretende investir aquisições de players com operações complementares aos negócios da Companhia. Apesar da Companhia não possuir aquisições relevantes no passado, estamos abertos a oportunidades de crescimento inorgânico, caso o projeto da Companhia de expansão seja muito custoso e lento para a Companhia, e a atuação da companhia a ser adquirida possa complementar nossas operações. Os principais focos estratégicos de aquisição incluem: aumento de presença em grandes grupos (hospitalares, redes farmacêuticas e associações farmacêuticas) e empresas que possuem forte foco em visitações médicas online. Uma vez implementada, a estratégia de crescimento inorgânico agregaria valor a Companhia trazendo ganhos de escala ao modelo de negócios.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais: Unidade de Negócios Farma, Unidade de Negócios Hospitalar e Unidade de Negócios Exportação, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Unidade de Negócios Farma	634.635	**61%**	572.438	**59%**	426.975	**56%**
Unidade de Negócios Hospitalar	408.257	**39%**	389.908	**40%**	335.788	**44%**
Unidade de Negócios Exportação	5.831	**1%**	3.709	**0%**	4.775	**1%**
Receita Operacional líquida	**1.048.723**	**100%**	**966.055**	**100%**	**767.538**	**100%**

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro bruto do emissor

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Unidade de Negócios Farma	193.412	**51%**	160.053	**54%**	99.694	**49%**
Unidade de Negócios Hospitalar	183.997	**48%**	135.462	**46%**	102.865	**50%**
Unidade de Negócios Exportação	3.792	**1%**	1.984	**1%**	2.675	**1%**
Lucro bruto	**381.201**	**100%**	**297.499**	**100%**	**205.234**	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

Segue abaixo breve descrição do processo de produção para nossas principais linhas de produtos.

Medicamentos

O processo de produção dos medicamentos sólidos inicia-se com a triagem das matérias-primas, logo depois, o líquido (álcool ou água) é acrescentado para ajudar na diluição da mistura. Em seguida, a mistura é granulada e sofre secagem. O produto é então pulverizado e os componentes que não entraram na mistura úmida são adicionados. Posteriormente, ocorre compressão, revestimento (se necessário) e a listagem/envelopagem. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens auxiliares (displays ou cartuchos) e nas caixas de transporte.

Os medicamentos semissólidos são produzidos pela mistura de matérias-primas em tanques de fabricação ou misturadores e, em seguida, são envasados em tubos de alumínio ou plástico. Posteriormente, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de transporte.

O medicamento líquido é feito a partir da mistura da matéria-prima em um tanque de fabricação. Então, o produto com o extrato passa por um período de decantação e posterior filtração e, em seguida, é envasado. Por fim, os produtos são colocados nas embalagens secundárias (cartuchos) e nas caixas de transporte.

O medicamento injetável começa pela manipulação da matéria-prima, que é totalmente automatizada, e utiliza o sistema “IASTECH”, em seguida ocorre a comunicação via sistema com a área de envase de ampola, interligados por tubulações em aço inox 316L. Após a etapa de formulação, o produto dessa linha é descarregado em tanques com capacidade de 300 litros cada. Posteriormente, ocorre o envase do produto, a sua esterilização e sua revisão. Durante a revisão faz-se a conferência de particulados, volumes e defeitos no fechamento. Por fim, os produtos são listados, embalados e seguem para a área de expedição.

No processo produtivo dos antibióticos, a matéria-prima do produto é primeiro pesada e, em seguida, é encaminhada para a área de manipulação. Após a manipulação, o produto é encaminhado para a área de produtos em processo, onde ocorre a listagem e envelopagem do medicamento. Após embalado, o medicamento sofre reconciliação e é levado de volta para o armazém. Por fim, o produto acabado é encaminhado para a área de expedição.

No Teuto, todas as etapas de manufatura e controle de medicamentos estão pautadas na padronização das operações usando como guia a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 301, de 21 de agosto de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, conferindo confiabilidade aos produtos.

Adicionalmente à produção de medicamentos, a Companhia produz alimentos para dietas restritivas e controladas, bem como alimentos com propriedade funcional ou de saúde realizada por meio de contrato com empresa terceirizada, sendo que, algumas fases da produção dos produtos para saúde são realizadas diretamente pela Companhia (por exemplo, a etapa de embalagem).

Controle de Qualidade

A Companhia preza pela qualidade do processo de produção, com mais de 910 funcionários dedicados a Qualidade, em 31 de dezembro de 2020, e é subdividido em 8 segmentos:

- Ambiental
- Garantia de qualidade
- Validação
- Controle de qualidade

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Desenvolvimento tecnológico
- Desenvolvimento analítico
- Registros regulatórios
- Atendimento ao cliente e farmacovigilância

No desenvolvimento de novos produtos, a Companhia segue um rigoroso padrão de qualidade, que leva em média 3 a 4 anos para ser submetido à Anvisa. As etapas incluem:

(i) Estudo Conceitual: Envolvendo estudos iniciais de viabilidade técnica, comercial, de mercado e estratégia de marketing.

(ii) Estudo Pré-clínico: Inclui o reconhecimento dos requisitos regulatórios e documentação científica, além da definição de design de estudo.

(iii) Desenvolvimento de Métodos: Ocorre a identificação de fornecedores, desenvolvimento analítico, caracterização e análise das matérias-primas que serão utilizadas no processo produtivo do medicamento.

(iv) Validação de Métodos: Nesta etapa o relatório de validação é confeccionado, com a elaboração do protocolo e a execução do estudo proveniente de etapas anteriores.

(v) Desenvolvimento Final dos Produtos: Envolve estudos primários de estabilização e formulação do medicamento, além do desenvolvimento final do método analítico. Ademais, ocorre a implementação de estudos de estresse e degradação do produto.

(vi) Desenvolvimento de Produtos: Desenvolvimento dos primeiros testes de fabricação, definições de protótipo, embalagem e dossiê da elaboração de produtos.

(vii) Validação do Método Analítico: Nesta etapa ocorre a validação final do método analítico do produto, juntamente com a elaboração do protocolo, execução do estudo e o relatório de validação.

(viii) Testes de Qualidade: Os principais testes de qualidade incluem os estudos de estabilidade aceleradas e de longa duração.

(ix) Estudos de Qualidade: Em alinhamento com a fase 8, nesta etapa há o reconhecimento dos requisitos regulatórios e sua documentação científica.

(x) Relatórios Finais: Nesta última etapa, há a elaboração final do dossiê para o registro do produto, concomitantemente com o acompanhamento de processos com a Anvisa e por fim, a aprovação e publicação do registro.

Seguros

A Companhia contrata apólice de Riscos Nomeados, vigente entre 22.11.2020 e 22.11.2021, com limite máximo de garantia de R$ 343.694.646,20 e prêmio líquido no valor de R$ 520.000,00. A apólice, contratada com a Mapfre Seguros Gerais S/A, prevê cobertura para (i) danos materiais causados aos bens e mercadorias da Companhia (no limite de R$ 250.000.000,00), (ii) perda de lucro bruto (no limite de R$ 84.093.646,20); (iii) equipamentos estacionários (no limite de R$ 3.000.000,00), e (iv) outras coberturas (no limite de R$ 6.600.000,00).

(b) Características do processo de distribuição

A distribuição de nossos produtos farmacêuticos é feita em diversos canais, envolvendo grandes cadeias farmacêuticas, hospitais, clínicas, governo, distribuidores, atacadistas especializados, pequenas farmácias independentes e outros países.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A distribuição por meio de distribuidores intermediários (canal indireto), os quais compram os produtos e os revendem aos estabelecimentos de menor porte que farão a comercialização ao consumidor final, é a principal forma de distribuição da Companhia, responsável por 96% da receita bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Nossos produtos são distribuídos em todas as regiões brasileiras. Nossa presença por região como percentual da receita bruta no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 se divide em:

- Norte: 5%
- Nordeste: 21%
- Centro-Oeste: 20%
- Sudeste: 37%
- Sul: 17%

Equipe de Vendas

Nosso time comercial possui, em dados findos de dezembro de 2020, 307 profissionais, em uma estrutura enxuta e eficiente com 100% dos funcionários registrados como tais nos termos de Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT") e designados para auxiliar em todas as regiões brasileiras. Possuímos uma equipe de vendas que é selecionada criteriosamente com base em experiência prévia no setor de saúde, o que possibilita uma comunicação assertiva e diferenciada com profissionais médicos, além de contar com relatórios técnicos e documentos científicos atualizados frequentemente do setor de saúde, com as perspectivas do mercado atual e suas respectivas projeções.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O objetivo de nossa equipe comercial é justamente acessar potenciais compradores, sejam médicos, hospitais, clínicas médicas, redes farmacêuticas, farmácias independentes, governo e distribuidores intermediários. Com a criação das duas unidades de negócios (varejo e institucional), passamos a segmentar as equipes de vendas para melhorar sua eficácia e desenvolver melhores estratégias de produto e mercado nessas duas áreas operacionais, permitindo a verticalização funcional das vendas de cada uma. O time de varejo é subdividido em: comercial e suporte de vendas. O time institucional é dividido em: público, suporte de vendas e por região: Norte/Nordeste, Sul/Sudeste e Centro-Oeste.

A equipe de vendas gerencia todas as atividades de geração e atendimento da demanda e é responsável pelo planejamento estratégico de suas áreas de atuação e pela gestão das contas mais relevantes da empresa.

Antes de 2018, nossa equipe de vendas era bonificada com base no volume de produtos vendidos e no faturamento. Entretanto, a partir de 2018, com um novo foco de estratégia da Companhia, em rentabilidade, começamos a bonificar nossa equipe de vendas com base no EBITDA da operação, combinando os focos de volume e rentabilidade.

Tanto no canal varejista quanto no hospitalar, a maioria de nossas vendas são feitas pelo por intermédio de distribuidores (canal indireto). No varejo, possuímos uma carteira pulverizada de clientes em receitas e pontos de venda, por conta disso, nossos distribuidores principais do canal de varejo são formados por empresas regionais. No canal institucional, possuímos uma forte base de clientes com compras hospitalares recorrentes, por isso contamos com distribuidores que possuem capilaridade nacional na indústria.

A Companhia não apresenta concentração de distribuidores. Em dados findos de dezembro de 2020, contamos com 231 distribuidores no canal varejista e 262 no canal hospitalar, totalizando um total de 493 distribuidores. O pagamento dos distribuidores é feito a prazo e possuímos boa relação com os distribuidores. A demanda gerada pela equipe comercial é feita, em sua maioria, por contratos com os distribuidores por demandas de hospitais, clínicas, redes farmacêuticas e farmácias independentes.

A Companhia sempre apostou nos distribuidores regionais, o que aumenta a capilaridade na distribuição dos medicamentos do laboratório. A estratégia permite ainda capturar o crescimento da classe C, atingindo também as farmácias independentes e redes de todo o país.

Em relação ao canal direto, o Teuto atende farmácias e drogarias que: (1) tenham potencial de faturamento; (2) já comprem pelo menos R$10 mil por mês; (3) que normalmente possuem centros de distribuição próprios para distribuição aos seus pontos de venda. Preços são revisados conforme necessário, com preços para varejistas sendo estipulados com base nas tabelas padrões de venda a distribuidores, atendendo às estipulações de cada contrato em relação a alterações de preço, caso aplicável. Pedidos são digitados pela administração de vendas que reporta ao cliente o nível de atendimento do pedido, expectativas de faturamento, entregas de pendências e possíveis rupturas. Em casos de contratos mais inflexíveis, o Teuto participa das cotações com menos produtos, apenas os que possuem rentabilidades maiores e suportariam mais oscilações no mercado.

Marketing

Nossa força de vendas atua em nossas linhas de negócios e distribuição, contando com o apoio de uma equipe de propaganda e *trade marketing* a fim de garantir a melhor exposição de todos os nossos produtos nos pontos de venda.

Parte dos esforços de marketing da Companhia inclui a interação com médicos por meio de visitas. Durante a pandemia, a visitação online médica se tornou algo usual no cotidiano da Companhia. Esta dinâmica de visitação possibilitou maior eficiência, alcance e economia por conta da redução de custos de transporte e redução do tempo de locomoção do time de vendas. Em média, antes da pandemia, 6 reuniões com médicos eram realizadas por dia e durante a pandemia este número subiu para 13.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Logística

A nossa atividade logística está dividida por segmentos de negócios, de forma a tirar o melhor potencial das sinergias e manter o foco operacional. Nossa logística apoia o processamento de produtos e informações com abrangência nacional.

Trabalhamos com uma rede de empresas terceirizadas para atendimento personalizado e transportadoras reguladas por cada segmento, de acordo com os requisitos das normas aplicáveis. O transporte de nossos produtos é majoritariamente terceirizado e rodoviário.

Possuímos um centro de distribuição principal para o negócio de medicamentos estrategicamente localizado em Anápolis (GO), na região centro-oeste do Brasil. Este centro de distribuição está localizado na nossa planta industrial, uma das maiores instalações da América Latina. Entre 2013 e 2016, criamos uma instalação de produção de sólidos e injetáveis, e fizemos investimentos em equipamentos de última geração, para este processo contamos com a parceria da Bosch. Em uma iniciativa inédita no Brasil, a companhia alemã disponibilizou serviço de instalação (*turn key*) para o Teuto, possibilitando o desenvolvimento em tecnologia e maquinários de última geração. Neste mesmo período, foram investidos aproximadamente R$265,6 milhões na planta de produção e atualmente trabalhamos com 62% da capacidade total da planta, em 2020, podendo rapidamente ajustar as demandas do mercado. Nossa capacidade produtiva em milhões de unidades por ano é:

- Sólidos: 9.475 mm/ano
- Líquidos: 49 mm/ano
- Injetáveis: 424 mm/ano
- Semissólidos: 27 mm/ano
- Antibióticos: 399 mm/ano
- Colírio: 14 mm/ano

Fonte: Empresa

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

(ii) Condições de competição nos mercados

Medicamentos

Classificação dos Medicamentos Comercializados no Brasil

Os produtos farmacêuticos comercializados pela Companhia no Brasil podem ser divididos em sete categorias principais:

- **Medicamentos de Referência:** São produtos inovadores registrados no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializados no País cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente por ocasião do registro, conforme a definição do inciso XXII, artigo 3º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 ("Lei nº 6.360/1976").

- **Medicamentos Similares:** São aqueles que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca conforme a definição do inciso XX, artigo 3º, da Lei n. 6.360/1976.

- **Medicamentos Genéricos**: Medicamentos idênticos ou bioequivalentes aos medicamentos de referência correspondentes na forma de dosagem, eficácia, segurança, potência, qualidade, desempenho e características de uso pretendido. Após a expiração da patente do medicamento de referência no qual se baseia, é possível desenvolver e usar formulações dos medicamentos de referência. As diferenças estão no nome, fabricante e forma de divulgação. Os medicamentos genéricos não são protegidos por patentes e, portanto, não podem ter a mesma nomenclatura dos seus respectivos medicamentos de referência, sendo designados somente pelo seu princípio ativo (ex: atorvastatina, ivermectina). Assim, os medicamentos genéricos devem ser designados pela denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo de acordo com o DCB (Denominações Comuns Brasileiras) ou, na ausência de um nome comum nos termos das regras brasileiras, pelo DCI (Denominações Comuns Internacionais ou *International Nonproprietary Names* – INN, adotadas pela Organização Mundial da Saúde). Devido aos menores custos de P&D e marketing, os preços dos medicamentos genéricos são inferiores aos dos medicamentos de referência. No Brasil, a regulamentação exige que o preço dos medicamentos genéricos seja pelo menos 35% inferior ao preço dos medicamentos de referência correspondentes. O preço destes medicamentos é regulado pela CMED.

- **Medicamentos OTC ("*over-the-counter*") ou Medicamentos de Venda Livre**: Medicamentos que podem ser vendidos livremente e não exigem receita médica. Esse grupo inclui medicamentos usados para tratar doenças agudas de fácil autodiagnostico, como antiácidos, antitussígenos, analgésicos e antigripais. Também chamados de Medicamentos Isentos de Prescrição ("MIP"). O preço destes medicamentos não é regulado de acordo com a Resolução nº 2, de 26 de março de 2019, editada pela CMED.

- **Medicamentos Específicos:** São os produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa não enquadrados nas categorias de medicamento novo, genérico, similar, biológico, fitoterápico ou notificado e cujas substâncias ativas, independente da natureza ou origem, não é passível de ensaio de bioequivalência, frente a um produto comparador, conforme a definição do parágrafo 1º, artigo 3º, da Resolução da Diretoria Colegiada nº 24, de 14 de junho de 2011.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Medicamentos de Notificação Simplificada – Baixo Risco:** São produtos farmacêuticos, tecnicamente obtidos ou elaborados, com finalidade profilática, curativa ou paliativa na qual existe baixo risco de que seu uso ou exposição possa causar consequências e ou agravos à saúde quando observadas todas as características de uso e de qualidade descritas no Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada nº 199, de 26 de outubro de 2006.

- **Medicamentos Fitoterápicos:** São os medicamentos obtidos com emprego exclusivo de matérias-primas ativas vegetais cuja segurança e eficácia sejam baseadas em evidências clínicas e que sejam caracterizados pela constância de sua qualidade, conforme definição do parágrafo 1º, artigo 2º, da Resolução da Diretoria Colegiada nº 26, de 13 de maio de 2014.

Produzimos e/ou comercializamos medicamentos em todas as categorias acima descritas. Do ponto de vista mercadológico, no entanto, organizamos nosso portfólio segundo a seguinte divisão: (i) Unidade de Negócios Farma: foco em médias/pequenas farmácias locais, (ii) Unidade de Negócios Hospitalar: foco em instituições privados como hospitais e clínicas.

No Brasil, a venda de medicamentos em estabelecimentos de varejo que não sejam farmácias e drogarias é proibida.

Canais de Atuação

Os canais de vendas da Companhia podem ser divididos em:

- **Unidade de Negócios Farma**: O mercado varejista que, em 2020, correspondeu por 61% das receitas operacionais líquidas da Companhia, é controlado principalmente por grandes redes de farmácias. Em estudo feito pelo IQVIA, as 4 maiores redes possuíam um *Market Share* conjunto de 33% em 2019. Os maiores players incluem: Raia Drogasil com 13,6%, Grupo DPSP com 10,6%, Pague Menos com 6,2% e Panvel com 2,6%. De acordo com o mesmo estudo, o canal varejista possui atualmente aproximadamente 87 mil farmácias ou 46 lojas/100 mil habitantes. A expectativa é que o mercado alcance um tamanho de R$104,5 bilhões no final de 2024. A relevância do canal varejista e a dinâmica de compra de medicamentos no Brasil ilustra a influência da figura do farmacêutico na decisão de compra do paciente. Caso a receita médica inclua a prescrição do medicamento de referência ou da substância ativa, o paciente tem a opção de adquirir, sob potencial influência do farmacêutico, o medicamento de referência, genérico ou similar.

- **Unidade de Negócios Hospitalar**: O mercado institucional que, em 2020, que correspondeu por 39% das receitas operacionais líquidas da Companhia, é caracterizado por ser um setor altamente fragmentado. De acordo com estudo da Associação Nacional de Hospitais Privados (ANAHP), os maiores hospitais privados em número de leitos são: Rede D'Or, Hapvida, Americas Medical City, Grupo Notredame Intermédica e Ímpar, que possuem em conjunto um *market share* de aproximadamente 13%. De acordo com a mesma fonte, há no Brasil mais de 7 mil hospitais. De acordo com estudo feito pela IQVIA, a expectativa de tamanho de mercado institucional é de R$71,2 bilhões em 2024. O mercado institucional vem sofrendo um processo de consolidação desde que a Lei 13.097/2015 foi sancionada, permitindo a participação direta ou indireta, inclusive controle, de empresas ou de capital estrangeiro na assistência à saúde. Embora a consolidação do setor possa aumentar o poder de barganha dos hospitais e clínicas na compra de insumos e medicamentos, mudanças na estrutura de remuneração dessas instituições por parte dos planos de saúde pode beneficiar a indústria farmacêutica. Atualmente, o padrão de remuneração no setor de hospitais e clínicas é o *fee for service*, onde a instituição é remunerada pelos serviços prestados e custos com insumos e medicamentos incorridos. Há uma tendência mundial de migração para um modelo de remuneração baseado em diagnósticos, no qual um valor fechado é pago ao hospital ou clínica independentemente dos seus gastos incorridos, sujeito à resolução do diagnóstico do paciente, o que pode fomentar os mesmos a serem mais criteriosos com relação a seus gastos, potencialmente migrando de medicamentos de referência para genéricos ou similares mais baratos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Visão Geral – Mercado Farmacêutico

Os gráficos a seguir mostram o tamanho do mercado e suas projeções, no varejo e no institucional, respectivamente, da indústria farmacêutica:

Projeção de crescimento de vendas 2021

Canal	Crescimento
Privado	13-16%
Público	8-11%

Nota: (1) Canal varejo – Preço em PPP (Pharmacy Purchase Price) e Canal Institucional – Preço em HPP (Hospital Purchase Price)
Fonte: IQVIA

Entre os mercados analisados pelo IQVIA (de acordo com as normas PPP), as vendas no varejo de produtos farmacêuticos no Brasil em 2019 aumentaram 10,6% em relação a 2018. Em 2019, o mercado de Produtos de Prescrição (*i.e.,* produtos cuja dispensação é restrita à apresentação de prescrição, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada nº 98, de 1º de agosto de 2016) do país cresceu 10,9%, enquanto os medicamentos no segmento de *Consumer Health* (*i.e.,* medicamentos que podem ser dispensados sem exigência de prescrição, conforme Resolução da Diretoria Colegiada nº 98, de 1º de agosto de 2016 e Instrução Normativa nº 11, de 29 de setembro de 2016, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 242, de 26 de julho de 2018) cresceram 6,6%, e o crescimento combinado de medicamentos genéricos e similares, segmento onde a presença do Teuto é mais forte, foi de 13,0%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com o padrão IQVIA PPP, segue abaixo as maiores empresas do segmento de Similares e Genéricos no Brasil, com suas respectivas participações no mercado, em 2019:

Mercado Farma			
Principais Empresas do Mercado de Similares e Genéricos no Brasil			
Ranking #	**Laboratório**	**Demanda (em R$)**	**Market Share % (2019)**
1	NC FARMA CORP	3.842.688.450	23,5%
2	HYPERA PHARMA CORP	1.814.374.959	11,1%
3	CIMED CORP	1.477.677.485	9,1%
4	SANOFI CORP	1.309.343.122	8,0%
5	EUROFARMA CORP	1.197.477.515	7,3%
6	TEUTO BRASILEIRO	897.786.073	5,5%
7	NOVARTIS CORP	839.651.876	5,1%
8	NATULAB CORP.	552.279.244	3,4%
9	ACHE	512.638.820	3,1%
10	UNIAO QUIMICA F N	503.423.035	3,1%
	OUTROS	3.370.844.825	20,7%
	TOTAL	16.318.185.403	100,0%

Fonte: IQVIA

O Teuto encontra-se na sexta posição, com um *market share* de 5,5% em 2019, de acordo com a IQVIA.

A tabela a seguir mostra a classificação das 10 maiores empresas farmacêuticas brasileiras em 2019 de acordo com os critérios de *Pharmacy Purchase Price* (PPP) do IQVIA:

Mercado Farma Total			
Principais empresas do Mercado Farma no Brasil			
Ranking #	**Laboratório**	**Demanda (em R$)**	**Market Share % (2019)**
1	NC FARMA CORP	5.668.734.643	8,4%
2	SANOFI CORP	4.698.882.448	7,0%
3	EUROFARMA CORP	4.535.644.182	6,7%
4	HYPERA PHARMA CORP	4.520.351.146	6,7%
5	ACHE	4.238.784.548	6,3%
6	NOVARTIS CORP	2.894.227.306	4,3%
7	GSK CORP	2.344.270.962	3,5%
8	TAKEDA PHARMA CORP	1.846.751.130	2,7%
9	BAYER CORP	1.844.844.750	2,7%
10	BIOLAB CORP	1.607.395.887	2,4%
	OUTROS	33.314.351.605	49,3%
	TOTAL	67.514.238.608	100,0%

Fonte: IQVIA

De acordo com o padrão IQVIA PPP, segue abaixo a participação de mercado e a demanda no varejo das maiores empresas do mercado de *Consumer Health* em 2019:

Mercado Farma			
Principais Empresas do Mercado de *Consumer Health* no Brasil			
Ranking #	**Laboratório**	**Demanda (em R$)**	***Market Share* % (2019)**
1	HYPERA PHARMA CORP	1.076.195.132	11,5%
2	SANOFI CORP	1.029.841.795	11,0%
3	GSK CORP	946.551.999	10,1%
4	J&J CORP	615.071.803	6,6%
5	TAKEDA PHARMA CORP	450.283.831	4,8%
6	RECKITT BENCKISER	430.803.171	4,6%
7	BAYER CORP.	348.078.810	3,7%
8	BOEHRINGER ING	338.554.003	3,6%
9	P&G CORP	317.057.256	3,4%
10	ABBOTT	252.915.779	2,7%
	OUTROS	3.529.018.871	37,8%
	TOTAL	9.334.372.450	100,0%

Fonte: IQVIA

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com o padrão IQVIA PPP, segue abaixo as maiores empresas do segmento de Produtos de Prescrição no Brasil, com suas respectivas participações no mercado, em 2019:

Mercado Farma			
Principais Empresas do Mercado de Produtos de Prescrição no Brasil			
Ranking #	**Laboratório**	**Demanda (em R$)**	**Market Share % (2019)**
1	ACHE	3.568.813.662	8,5%
2	EUROFARMA CORP	3.338.166.667	8,0%
3	SANOFI CORP	2.359.697.532	5,6%
4	NOVARTIS CORP	2.015.429.149	4,8%
5	NC FARMA CORP	1.709.869.790	4,1%
6	HYPERA PHARMA CORP	1.629.780.965	3,9%
7	LIBBS CORP	1.574.320.098	3,8%
8	BIOLAB CORP	1.543.192.911	3,7%
9	BAYER CORP.	1.496.765.941	3,6%
10	GSK CORP	1.397.718.963	3,3%
	OUTROS	21.227.924.988	50,7%
	TOTAL	41.861.680.665	100,0%

Fonte: IQVIA

Ao contrário dos Estados Unidos e de vários países europeus, o Brasil não possui um setor público de medicamentos bem desenvolvido, nem uma forte política governamental de subsídios e/ou plano de saúde privado para a compra de medicamentos, o que faz com que a distribuição da indústria seja extremamente pulverizada.

Apesar do investimento do governo, o Sistema Único de Saúde ("SUS") é um sistema público que oferece atendimento gratuito a todos os cidadãos brasileiros, mas não consegue atender às necessidades totais da população.

O consumo de medicamentos no Brasil e em outros países da América Latina está diretamente relacionado ao rápido envelhecimento e ao nível de renda da população. Segundo dados do IBGE de 2010, entre 2010 e 2060, cerca de 1 milhão de pessoas vão ingressar na população com mais de 60 anos a cada ano, portanto, a demanda por medicamentos aumenta, principalmente para usos relacionados a enfermidades crônicas. Diante disso, acreditamos que a indústria farmacêutica continuará crescendo nos próximos anos.

Características Comerciais do Setor de Medicamentos

A cadeia de negócios da indústria farmacêutica é composta por três partes principais: (i) fabricantes, responsáveis pelo desenvolvimento e produção de medicamentos; (ii) distribuidores, responsáveis pelas operações de logísticas e serviços nos pontos de venda; (iii) farmácias, responsáveis pela venda dos produtos ao consumidor final nos pontos de venda. Além disso, a comercialização e a distribuição de medicamentos também são realizadas por meio de hospitais e clínicas.

Segundo estudo de distribuição do IQVIA, apesar da tendência de integração entre distribuidoras e varejo, o Brasil ainda tem cerca de 87 mil farmácias e drogarias. De acordo com a mesma fonte, as grandes redes de farmácias concentram cerca de 33% do mercado, enquanto as médias redes concentram 42%, e as farmácias independentes 25% do mercado. A comercialização e/ou distribuição de medicamentos fora de farmácias e drogarias é proibida, com exceção de hospitais e clínicas. Algumas redes de supermercados e hipermercados estão investindo nas suas próprias farmácias e drogarias, localizadas dentro dos seus estabelecimentos, mas física e juridicamente segregadas das operações do canal alimentar.

A cadeia de suprimentos do mercado farmacêutico é altamente complexa, envolvendo diversos tipos de fornecedores, fabricantes, distribuidores, diferentes canais e pontos de venda. A visualização da logística pode ser simplificada com o seguinte diagrama retirado de estudo feito pela Falke Information:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: Falke Information

Principais Fatores de Crescimento

Os principais fatores que influenciam o crescimento da demanda por produtos farmacêuticos no Brasil estão descritos a seguir:

- **Nível de renda**. A demanda por medicamentos está diretamente relacionada à renda e aos padrões de vida da população, sendo que o consumo per capita é maior nos países economicamente desenvolvidos. À medida que melhoram as condições de vida da população, os gastos com consumo de medicamentos tendem a aumentar, fato que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos.

- **Envelhecimento da população (aumento da expectativa de vida)**. O consumo de medicamentos está relacionado à faixa etária, aumentando ao longo do envelhecimento. Aumentos nos níveis de renda, melhorias nas condições de vida e nos sistemas de saúde, avanços nos tratamentos médicos, acessibilidade aos medicamentos, e um declínio nas taxas de desemprego levaram a um aumento na expectativa de vida, especialmente em países mais desenvolvidos. Em 2010, a população com idade superior a 60 anos representava 10,0% da população do país. Em 2020, essa faixa etária deve chegar a 13,8% da população total, e de acordo com estimativas do IBGE (Projeção da População por Idade, 2013), chegará a 18,6% em 2030 e a 33,7% em 2060. Devido ao aumento da demanda por cuidados médicos, o aumento da população brasileira com mais de 60 anos terá um papel importante no consumo de medicamentos, e serviços médicos. De acordo com a mesma fonte, houve um crescimento nos gastos mensais familiares no setor da saúde na última década. Em 2008, o valor gasto por família por mês com saúde era de R$153,8 em média e representava 5,9% do orçamento total das despesas mensais. Em 2018, o valor gasto mensal foi equivalente a R$302,1 em média ou 6,5% do orçamento total das despesas mensais, um acréscimo de 0,6p.p.

- **Automedicação Responsável**. A automedicação responsável é uma das medidas eficazes capazes de trazer benefícios à população, segundo a ANVISA. A renda limitada de inúmeros brasileiros os impede de receber avaliações e prescrições corretas, pela falta de consultas médicas. Dessa forma, o consumidor costuma ir à farmácia ou drogaria e descrever seus sintomas ao farmacêutico, a fim de obter orientação sobre o medicamento correto a ser utilizado. A automedicação responsável beneficia o sistema de saúde porque pode reduzir custos e atingir pacientes críticos. O aumento da automedicação também está relacionado à ineficiência do sistema público de saúde do Brasil. Embora algumas empresas cooperem com farmácias e drogarias que oferecem medicamentos com desconto, as seguradoras de saúde geralmente não oferecem medicamentos em seus planos, apenas o SUS oferece medicamentos gratuitos para pessoas de baixa renda. Porém, como o SUS não tem recebido investimentos necessários, não consegue atender integralmente a essa demanda.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Maior uso de medicamentos genéricos**. A introdução de medicamentos genéricos, vendidos a preços mais baixos que medicamentos de referência, estimulou a demanda por grupos de baixa renda, aumentando demasiadamente a escala do mercado consumidor. Ressalta-se que a margem de lucro dos medicamentos genéricos tem apresentado resultados superiores à dos medicamentos de referência para distribuidores e varejistas.

- **Vencimento de Patentes**. O vencimento da patente tem um impacto positivo na indústria farmacêutica, pois após a perda da patente, os medicamentos genéricos e similares podem ser colocados no mercado, criando assim maior concorrência no setor.

- **Introdução de novos medicamentos**. Muitas doenças ainda são mal diagnosticadas, o tratamento é ineficaz ou carecem de terapias eficazes. Espera-se que o trabalho tradicional de P&D e pesquisa em novos campos, como biotecnologia e pesquisa genética, continue a produzir compostos novos e mais eficientes para atender às necessidades não atendidas dos pacientes.

- **Programas de saúde do governo**. Nos países em desenvolvimento, o governo desempenha um papel decisivo na melhoria dos serviços médicos prestados à população e na implementação de planos (como auxiliar no fornecimento de vacinas, prevenir ou subsidiar o tratamento de doenças desconhecidas). No Brasil, o governo federal formulou um plano de distribuição de produtos para doenças endêmicas e implantou o "Programa Farmácia Popular" em 2004.

- **Melhoria da qualidade de vida.** Novos medicamentos desenvolvidos para melhorar a qualidade de vida, como pílulas para emagrecer, suplementos nutricionais, anticoncepcionais e produtos para disfunção erétil, tornaram-se uma área de crescimento emergente na indústria.

- **Maior enfoque na prevenção de doenças.** Os médicos e a população em geral estão cada vez mais conscientes dos benefícios de prevenir doenças, em vez de apenas tomar medidas para curá-las. Novos medicamentos podem prevenir com eficácia certas doenças (relacionadas à diabetes, doenças cardíacas, etc.), evitando cirurgias e hospitalizações longas e caras.

- **Maior uso de terapias com medicamentos**. Em resposta ao aumento nos gastos com saúde, o governo e as seguradoras médicas adotaram medidas de controle de custos para encorajar o uso de terapias com o intuito de tratar doenças diagnosticadas por meio de medicamentos, ao invés de se submeter a cirurgias caras e internações longas, na medida do possível.

Participação e condições de competição nos mercados

Os segmentos de mercado em que atuamos são muito competitivos e enfrentamos concorrência de outras empresas de peso, tanto brasileiras, quanto multinacionais. Além disso essas empresas oferecem uma variedade de medicamentos que competem com a maioria de nossas linhas de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A tabela a seguir mostra alguns de nossos principais concorrentes.

Companhia	Descrição
NC Pharma	• Líder no mercado de similares e genéricos com a criação da farmacêutica EMS • Conglomerado de empresas farmacêuticas com atuação em mais de 40 países
Hypera Pharma	• 100% da operação no varejo farmacêutico • Atua nos segmentos de c*onsumer health* (OTC e adoçantes), produtos de prescrição, similares e genéricos
Cimed	• Grande relevância no mercado farmacêutico e líder em vitaminas e medicamentos OTC • Possui rede de distribuição e centro de bioequivalência próprios como principais diferenciais
Sanofi	• Multinacional francesa, com 80 plantas industriais ao redor do mundo • Grande relevância no Brasil principalmente em produtos de prescrição
Eurofarma	• Principal unidade de negócios em medicamentos de prescrição médica, com uma das posições de liderança no mercado brasileiro • Empresa brasileira com atuação em mais de 20 países
Novartis	• Multinacional suíça com mais de 250 anos de experiência e atuação mundial • Foco em medicamentos de prescrição, genéricos e cuidados oftalmológicos
Ache	• Portfólio com mais de 300 produtos com distribuição nos segmentos de varejo e institucional • Atua nos segmentos de produtos de prescrição, genéricos e OTC

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia usufrui atualmente do benefício fiscal instituído pela Lei n° 11.180/1990 – Programa Fomentar, regulamentado pelo Decreto nº 3.822/1992. Tal benefício é usufruído com base nos Termos de Acordo de Regime Especial ("TAREs") 001-1213/2019-GSE e 001-1082/2020–GSE, firmados pelo Teuto com o estado de Goiás.

De acordo com os TAREs, o Teuto poderá usufruir de financiamento de até 70% do ICMS incidente sobre operações próprias de industrialização. Poderá também ser objeto do financiamento, dentre outros, o ICMS devido na aquisição interestadual ou importação de bens para integração ao ativo fixo e, a depender de autorização prévia do fisco estadual, o ICMS devido na importação de matéria-prima, de material secundário e de acondicionamento para serem utilizados no processo industrial, desde que não possam ser produzidas pelo estado de Goiás. A parcela não financiada, equivalente a 30%, deve ser paga por documento de arrecadação específico.

O valor do crédito a ser utilizado deverá observar a proporção de investimentos efetuados pelo Teuto, a ser comprovada por auditoria.

Nos termos do TARE 001-1082/2020–GSE, considerando o disposto na Lei Complementar nº 160/2017, o benefício pode ser usufruído até 31 de dezembro de 2032. Além da implantação da unidade industrial, sua fruição é condicionada à contribuição ao PROTEGE que, atualmente, corresponde ao valor de 15% sobre a parcela financiada.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Nossos principais fornecedores de matérias primas são empresas estrangeiras, principalmente em relação aos ingredientes necessárias para a produção de medicamentos. Estes ingredientes são denominados "API" ou *Active Principle Ingredient,* e foram responsáveis, por 70,5% dos custos e despesas totais de fornecedores, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O custo destes produtos está sujeito a variações, para cada empresa fornecedora, há um custo de transporte envolvido que é variável por país, custos fiscais, e principalmente a variação cambial que afetam a volatilidade dos custos totais. Além de ingredientes, as classes envolvidas de fornecedores incluem: embalagem, produtos acabados, serviços, alimentação e transporte.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios é dependente de tecnologia. Utilizamos maquinários de última geração e sempre investimentos em novos tipos de máquinas e tecnologias para estar à frente da concorrência na produção de novos medicamentos. Nosso principal foco é no segmento de medicamentos complexos, e dada a sua dificuldade do processo produtivo, máquinas de ponta e de alto custo são necessárias.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Nossas matérias-primas principais e produtos não apresentam sazonalidade relevante.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Observamos especificações rigorosas para a escolha de nossos fornecedores, baseadas não somente na qualidade e preço dos produtos, mas também na reputação e situação financeira, garantindo os prazos de entrega e a disponibilidade dos produtos. Além disso, mantemos rigorosos controles de qualidade de forma a assegurar que os materiais atendam às especificações antes da distribuição aos canais de comercialização. Nossos principais fornecedores são os seguintes:

Nacionais: Klockner Pentaplast do Brasil LTDA, Schott Brasil LTDA, Macron Indústria Gráfica LTDA, Catalent Brasil LTDA, Alelo S.A., Formil Química LTDA, Perlen Packaging Anápolis Indústria e Com LTDA, Momenta Farmacêutica LTDA, Gerresheimer Plásticos São Paulo LTDA, Capsugel Brasil Imp. E Distr. De Ins. Farm. Alim. LTDA.

Internacionais: Cipla LTD, Lupin Laboratories LTD, IPCA Laboratories Limited, Destilaciones Bordas Chinchurr, Ashford Invest. E Trade Inc., Zhejiang Jiuzhou Pharmaceutical Co., Stolzle Oberglash GMBH, Jubilant Generics Limited, Aurobindo Pharma LTD, NCPC Internaltional Corp.

Para uma descrição detalhada do controle e regulamentação governamental aplicável sobre os insumos e matérias-primas que adquirimos, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Alguns dos medicamentos comercializados pela Companhia são produzidos a partir de insumos que possuem fornecedores únicos registrados na ANVISA, principal órgão regulador do mercado farmacêutico no Brasil. Nesse sentido, em certos casos, a Companhia possui dependência de um único fornecedor e, em outros casos, de poucos fornecedores no âmbito do abastecimento dos insumos para os seus produtos. Contudo, a Companhia mantém uma rede de fornecedores mapeada e identificada, que podem suprir sua demanda por certos insumos, caso seja necessário. Esses fornecedores passam por uma triagem e validação interna para que possam fornecer seus produtos à Companhia.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

A eventual volatilidade em nossos preços está principalmente relacionada com os custos de ingredientes importados por empresas estrangeiras. Assim, estamos sujeitos à variação cambial e sua volatilidade, impactando diretamente nos custos envolvidos com a importação da matéria-prima. Outro fator que influencia a volatilidade dos preços dos medicamentos comercializados pela Companhia é o ajuste anual dos seus preços, de acordo com os critérios estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). A Companhia possui, para cada um de seus medicamentos genéricos e similares, um preço máximo estabelecido no ponto final de venda, tanto

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

para o canal varejista quanto para o canal institucional. Em relação a estes preços máximos, a Companhia vende seus produtos para os distribuidores a um desconto médio de aproximadamente 84% do preço apresentado à CMED, por meio de Relatório de Comercialização, em dados findos de dezembro de 2020. Todo ano, a CMED determina os critérios para o ajuste destes preços de venda, com metodologia baseado na inflação, impactando na volatilidade dos preços dos medicamentos.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulação do Setor Farmacêutico e Alimentício no Brasil

As ações e serviços de saúde desenvolvidos no Brasil compõem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, criado pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro 1999 ("Lei nº 9.782/99"), e executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização sanitária.

No âmbito federal, a ANVISA é o órgão responsável pela promoção da proteção da saúde da população, que executa o controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

A Lei nº 9.782/99, em seu parágrafo 1º do artigo 8º elenca os principais bens e produtos sujeitos ao controle sanitário, dentre os quais se verificam os medicamentos de uso humano, alimentos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e produtos para saúde. Assim, empresas que pretendam praticar atividades com tais produtos devem se ater às regras e exigências da ANVISA, aplicáveis para cada tipo de produto.

Dentre tais regras e exigências, destacamos a necessidade de obtenção de autorizações para funcionamento das empresas, a necessidade de registro, notificação ou comunicação dos produtos e o cumprimento de regras de boas práticas quando do desenvolvimento de atividades com os produtos sujeitos ao controle sanitário.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais ("VISA") são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

Com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir possíveis riscos à saúde humana, é exigido pela VISA que cada estabelecimento que pratique atividades sujeitas ao controle sanitário obtenha junto a elas seu licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

Além do controle sanitário, a atividade profissional desempenhada também se submete ao controle das entidades profissionais competentes, conforme determina a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, ("Lei nº 6.839/80") que, em seu artigo 1º, torna obrigatório o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, sob a justificativa da necessidade da fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Ademais, considerando a crise do novo coronavírus no Brasil, que gerou emergência de saúde pública de importância nacional, verificam-se regulações da ANVISA, de caráter excepcional e temporário, para enfrentamento da pandemia da COVID-19, tais como RDC nº 346/20, RDC nº 350/20, RDC nº 352/20, RDC nº 392/20, RDC nº 400/20 e RDC nº 415/20.

Nesse contexto, a seguir serão retratados os tópicos centrais da regulamentação sanitária aplicável para o devido funcionamento da Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Âmbito Federal

Autorização de Funcionamento, Autorização Especial, Alvará Sanitário e Responsável Técnico

As empresas que pretendam desenvolver atividades com produtos sob fiscalização sanitária, devem solicitar autorização para tanto perante a ANVISA. Denominada de Autorização de Funcionamento ("AFE"), este ato de competência da ANVISA autoriza o funcionamento de estabelecimentos para a prática de determinada atividade, após analisado se atendidos os requisitos técnicos e administrativos constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 16, de 1º de abril de 2014 ("RDC nº 16/14").

Nos termos do artigo 5º da referida RDC, estão dispensados de obter AFE os seguintes estabelecimentos:

(i) exerçam o comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes;

(ii) sejam filiais que exerçam exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE;

(iii) exerçam exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes; e

(iv) realizem, exclusivamente, instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde.

Cabe ressaltar que há casos em que a AFE obtida pela matriz estende-se às filiais, como, por exemplo, quando a atividade da empresa envolver medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes. Nos casos de atividades envolvendo produtos para saúde, a AFE deverá ser obtida para cada estabelecimento da empresa (matriz e filiais). Ainda, no caso de empresas que praticam atividades com alimentos, a ANVISA não emite AFE.

Além da AFE, empresas que exerçam atividades com substâncias sujeitas a controle especial, assim definidas conforme a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio 1998 ("Portaria SVS/MS nº 344/98"), a Portaria SVS/MS nº 6, de 29 de janeiro de 1999 ("Portaria SVS/MS nº 6/99"), e as respectivas alterações, ou com medicamentos ou insumos farmacêuticos que as contenham ou realizem o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial devem requerer junto à ANVISA Autorização Especial ("AE") para tanto. Nesse caso, a AE deverá ser obtida para cada estabelecimento da empresa (matriz e filiais). Estão dispensados de obter AE, de acordo com o art. 8º da Portaria SVS/MS nº 344/98, os seguintes estabelecimentos:

(i) farmácias, drogarias e unidades de saúde que somente dispensem medicamentos objeto do Regulamento Técnico aprovado pela Portaria SVS/MS nº 344/98, em suas embalagens originais, adquiridos no mercado nacional;

(ii) órgãos de repressão a entorpecentes;

(iii) laboratórios de análises clínicas que utilizem substâncias objeto do Regulamento Técnico aprovado pela Portaria SVS/MS nº 344/98 unicamente com finalidade diagnóstica;

(iv) laboratórios de referência que utilizem substâncias objeto do Regulamento Técnico aprovado pela Portaria SVS/MS nº 344/98 na realização de provas analíticas para identificação de drogas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Para requerer a AFE e/ou AE junto à ANVISA, deve-se peticionar a autorização juntando os documentos e preenchendo os requisitos previstos na respectiva legislação aplicável, em especial a RDC nº 16/14 e a Portaria SVS/MS nº 344/98. Além disso, será devida Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, nos termos e valores constantes na Resolução da Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de dezembro de 2006, ("RDC nº 222/06").

Deferida a AFE e/ou AE pela ANVISA, sua eficácia inicia-se a partir da publicação de sua concessão inicial no Diário Oficial da União. A validade da AFE e da AE é por tempo indeterminado, não sendo, portanto, necessária sua renovação, conforme artigo 99 e Anexo da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014 ("Lei nº 13.043/14"), que alterou a Lei nº 9.782/99.

Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Distribuição e/ou Armazenagem

Nos termos da regulamentação aplicável da ANVISA, estabelecimentos que pratiquem atividades reguladas ou que utilizem produtos sujeitos ao controle sanitário devem observar as denominadas boas práticas aplicáveis as suas atividades, que nada mais são do que um conjunto de técnicas e medidas de manutenção da qualidade e da segurança dos produtos disponibilizados e serviços prestados.

Assim, para cada atividade a ser desenvolvida pela Companhia, devem ser observadas as respectivas diretrizes para boas práticas daquela atividade de acordo com o respectivo produto sanitário relacionado.

Nesse sentido, a concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem dependerá de inspeções sanitárias e/ou auditorias conduzidas por organismos terceiros reconhecidos pela ANVISA que atestem o efetivo cumprimento dos requisitos estabelecidos pelas normas de boas práticas, bem como da observância aos demais requisitos previstos na Resolução de Diretoria Colegiada nº 39, de 14 de agosto de 2013, da ANVISA. Segundo essa norma, a validade da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem será de dois anos, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ademais, em caso da terceirização de etapas de produção, de análises de controle, de transporte e de armazenamento de medicamentos, é necessária a celebração de respectivo contrato, bem como devem ser observadas as regras e requisitos previstos na Resolução da Diretoria Colegiada nº 234, de 20 de junho de 2018. Embora a empresa contratada seja solidariamente responsável perante as autoridades sanitárias, juntamente com a empresa contratante, pelos aspectos técnicos, operacionais e legais inerentes à atividade objeto da terceirização, a responsabilidade pela liberação do produto final é do detentor do registro do produto.

Já em relação à terceirização de etapas da fabricação ou da fabricação total de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, segundo a Resolução de Diretoria Colegiada nº 176, de 21 de setembro de 2006, o controle de qualidade é etapa privativa da empresa fabricante do produto, não podendo ser terceirizado salvo exceções específicas nos termos do item 7, do Anexo, dessa norma. Também, conforme referida norma, a terceirização deve ser objeto de contrato de modo a dispor sobre as obrigações de cada uma das partes e da responsabilidade do responsável técnico da empresa contratante, bem como fica condicionada à apresentação à autoridade sanitária competente de comunicação sobre a terceirização.

Âmbito Estadual e Municipal

As empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário devem também se ater às regras e exigências da VISA situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra. A depender da atividade desenvolvida e seu grau de complexidade sanitária, o controle sanitário será exercido pelo departamento de vigilância estadual ou municipal (ou distrital, conforme o caso).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013 que a regulamenta, para o regular funcionamento de estabelecimentos que comercializam medicamentos, cosméticos, produtos de higiene e de perfumaria, as exigências da legislação local acerca do licenciamento sanitário, mediante obtenção de alvará sanitário, também devem ser observadas, sendo, inclusive, condição prévia à obtenção da AFE e/ou AE.

A concessão do alvará sanitário será condicionada ao cumprimento de requisitos documentais e técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas, serviços e rotinas do estabelecimento de acordo com as normas sanitárias depois de vistoriados pela autoridade sanitária local. Além disso, via de regra, o alvará sanitário deverá ser renovado anualmente, mediante pagamento de devida taxa.

Ademais, a atividade profissional desempenhada também se submete ao controle das entidades profissionais competentes, conforme determina a Lei nº 6.839/80, que, em seu artigo 1º, torna obrigatório o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, sob a justificativa da necessidade da fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

No caso da atividade farmacêutica e alimentícia, que envolve a fabricação, armazenamento, transporte, distribuição, exportação e importação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes, a fiscalização da atividade profissional é exercida pelo Conselho Federal de Farmácia e respectivos Conselhos Regionais de Farmácia, criados pela Lei nº 3.820 de 11 de novembro de 1960.

Essas atividades, também, podem ser executadas por profissionais legalmente habilitados por outras entidades profissionais, como por exemplo o Conselho Federal de Química e respectivos Conselhos Regionais de Química, nos termos da Lei nº 2.800, de 18 de junho de 1956, e das Resoluções Normativas nº 105, de 17 de setembro de 1987, e nº 122, de 9 de novembro de 1990.

Nesse sentido, é estabelecido que as empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico e/ou profissional químico estão sujeitas ao registro do estabelecimento, à anotação dos responsáveis técnicos e ao pagamento de taxas e anuidade.

Para obtenção de tais documentos, deve a empresa apresentar os documentos requeridos pela Resolução nº 638, de 24 de março de 2017 e pela Resolução nº 494, de 26 de novembro de 2008, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Farmácia, bem como pelas Resoluções Normativas nº 12, de 20 de outubro de 1958, nº 126, de 25 de outubro de 1991 e a nº 133, de 26 de junho de 1992, todas emitidas pelo Conselho Federal de Química.

Ainda, segundo a Resolução nº 365, de 2 de outubro de 2001, alterada pela Resolução nº 515 de 26 de novembro de 2009, ambas emitidas pelo Conselho Federal de Farmácia, no caso de distribuidoras de medicamentos, importadoras e exportadoras de medicamentos, a assistência técnica exercida por farmacêutico deve ser mantida durante todo o horário de funcionamento do respectivo estabelecimento. Já nos demais casos (i.e. atividades envolvendo outros produtos sanitários, tais como produtos para saúde e alimentos), deve ser mantida assistência técnica farmacêutica por pelos menos cinco horas semanais.

Além disso, será devido o pagamento de anuidade ao Conselho Regional, que será calculada de acordo com o capital social da empresa, podendo chegar até quantia de R$5.251,66, conforme a Resolução nº 614, de 25 de novembro de 2015, do Conselho Federal de Farmácia, ou até R$6.192,00, segundo a Resolução Normativa nº 284, de 27 de setembro de 2019 editada pelo Conselho Federal de Química.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Caso os estabelecimentos da Companhia operem sem os devidos registros e anotações, bem como descumpram quaisquer das determinações estabelecidas na regulamentação aplicável poderão se sujeitar ao pagamento de multa, sendo seu valor arbitrado de acordo com as circunstâncias do respectivo processo administrativo, considerando o valor máximo até 3 salários mínimos regionais, nos termos da Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014, editada pelo Conselho Federal de Farmácia, ou até R$44.880,69, conforme a Resolução Normativa nº 284, de 27 de setembro de 2019, emitida pelo Conselho Federal de Química.

Produtos Farmacêuticos e Alimentícios

Para circulação no país dos produtos submetidos ao controle sanitário, via de regra, é necessário seu registro perante a Anvisa, que analisará a qualidade para garantir eficácia e segurança. Em caráter de exceção, em virtude do reduzido grau de risco à saúde populacional, é necessário apenas notificação ou comunicação do produto perante a ANVISA.

A fim de verificar se o produto deve ser registrado, notificado ou comunicado ou cadastrado perante a ANVISA, deve-se recorrer à legislação aplicável para cada tipo de produto que se pretende comercializar.

É comum que o requerimento seja feito pelo fabricante, que detém patente e/ou direitos sobre o produto, ou pelo importador, nos casos em que o fabricante é estrangeiro e autoriza o importador a registrar/notificar/comunicar seu produto. Independentemente de qual agente da cadeia produtiva fará o requerimento, é importante notar que deve já ter em posse a respectiva AFE e/ou AE para prática de atividades com determinado produto.

Uma vez deferidos, a validade inicial geralmente de cinco ou dez anos, contados da data de publicação no Diário Oficial da União, o registro, a notificação e a comunicação do produto podem ser revalidados por períodos iguais e sucessivos, devendo tal revalidação ser requerida nos termos e nos prazos legalmente estabelecidos para cada tipo de produto.

Segundo a Resolução da Diretoria Colegiada nº 317, de 22 de outubro de 2019, os medicamentos sujeitos à registro possuem prazo de validade dez anos, podendo ser renovados por períodos iguais e sucessivos, e os medicamentos sujeitos à notificação são isentos de registro e estão dispensados de renovação, mas além da observância dos requisitos específicos, deve-se declarar, nos últimos seis meses do decênio de regularização, o interesse na continuidade da comercialização do respectivo medicamento, sob pena de seu cancelamento.

No mesmo sentido, a Resolução da Diretoria Colegiada nº 312, de 10 de outubro de 2019, estabelece o prazo de dez anos para a validade do registro de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, contados a partir do dia de sua publicação no Diário Oficial da União, podem ser revalidado sucessivamente por igual período. Já, para a manutenção da regularização dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes isentos de registros, é necessária declaração de interesse na continuidade da comercialização dos produtos nos últimos seis meses do decênio de regularização.

Também, segundo a Resolução da Diretoria Colegiada nº 211, de 2 de janeiro de 2018, para os dispositivos médicos, incluindo produtos médicos e produtos para diagnóstico in vitro, o prazo de validade do registro é de dez anos, podendo ser revalidado sucessivamente por igual período. Os produtos médicos sujeitos à notificação ficam dispensados de revalidação, sendo sua manutenção vinculada ao cumprimento dos requisitos e das regras aplicáveis, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada nº 40, de 26 de agosto de 2015, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 423, de 16 de setembro de 2020.

Por outro lado, o registro de alimentos é válido por cinco anos e sua renovação deve ser solicitada no prazo de até sessenta dias antes da data do seu vencimento, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada nº 23, de 15 de março de 2000. Os alimentos dispensados da obrigatoriedade de registro podem iniciar sua comercialização após a comunicação do início de sua fabricação.

Também, o registro de insumos farmacêuticos ativos tem validade por cinco anos e pode ser revalidado por períodos iguais e sucessivos, devendo essa revalidação se requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de validade.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Regulação do Preço dos Medicamentos

O monitoramento de preços dos medicamentos é regido pela Lei n.º 10.742, de 6 de outubro de 2003 ("Lei 10.742/03"), que define normas de regulação para o setor farmacêutico, em especial quanto ao controle de preços de medicamentos no Brasil, bem como que cria a CMED.

Após a concessão do registro ou da notificação de produto, o detentor do registro ou notificação deve apresentar à CMED dados econômicos relacionados ao medicamento, acompanhado com sugestão para seu preço. A CMED avalia os dados apresentados e aprova o preço proposto antes da comercialização do produto. Entretanto, determinados medicamentos isentos de prescrição médica, medicamentos fitoterápicos, produtos tradicionais fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico poderão ser liberados dos critérios para o estabelecimento ou ajuste de preços, mediante comunicado específico do Comitê Técnico-Executivo da CMED, nos termos da Resolução nº 2, de 26 de março de 2019. Nesse sentido, o Comunicado nº 2, de 5 de março de 2020, divulgou os medicamentos a serem liberados dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços.

A CMED fixa os preços máximos para os medicamentos vendidos pelos fabricantes, importadores e seus distribuidores às farmácias e drogarias ("Preço Fábrica") e pelas farmácias e drogarias aos consumidores finais ("Preço Máximo ao Consumidor"). No caso de medicamentos comprados pelo Governo Brasileiro, sobre o Preço Fábrica é aplicado um desconto mínimo obrigatório, conhecido como Coeficiente de Adequação de Preços ("CAP"). Segundo a Resolução nº 5, de 21 de dezembro de 2020, para o ano de 2021, o CAP foi definido em 21,53%.

De acordo com a Lei 10.742/03, a CMED estabelece critérios para ajuste de preços de medicamentos, de forma que as empresas produtoras, importadoras e distribuidoras de medicamentos devem ajustar anualmente (em março) o Preço Fábrica a partir dos seguintes requisitos:

(i) Índice. O índice adotado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para o ano de 2020, o Índice aplicado foi de 4,01%, nos termos da Resolução nº 1, de 1º de junho de 2020;

(ii) Fator de Produtividade. Esse fator é expresso em percentual e refere-se as projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos. Conforme a Resolução nº 1, de 1º de junho de 2020 e o Comunicado nº 8, de 27 de novembro de 2019, para o ano de 2020, o Fator de Produtividade foi definido em 1,98%; e

(iii) Fator de Ajuste de Preço. Esse fator é expresso em percentual e composto por duas parcelas: (a) parcela intrasetor, que é calculada com base no poder de mercado, ou seja, no poder de monopólio ou oligopólio, na assimetria de informação e nas barreiras à entrada; e (b) parcela entre setores, que é calculada com base na variação dos custos dos insumos. Conforme a Resolução nº 1, de 1º de junho de 2020, e o Comunicado nº 1, de 5 de março de 2020, para o ano de 2020, o Fator de Ajuste de Preço Relativo entre Setores foi definido em 1,20%.

Ainda, segundo o Comunicado nº 8, de 27 de novembro de 2019, para o ano de 2020, o ajuste máximo de preços permitido foi de 5,21% para o nível 1, 4,22% para aqueles de nível 2 e 3,23% para o nível 3.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

O Preço Máximo ao Consumidor será obtido por meio da divisão do Preço Fábrica sobre os fatores constantes de uma tabela aprovada anualmente pela CMED, observadas as cargas tributárias do ICMS praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e COFINS. Em 2020, os fatores aprovados pela CMED, por meio da Resolução nº 1, de 1º de junho de 2020, foram, conforme tabela abaixo:

ICMS	Lista Positiva	Lista Negativa	Lista Neutra
0%	0,723358	0,745454	0,740214
12%	0,723358	0,748624	0,742604
17%	0,723358	0,750230	0,743812
17,5%	0,723358	0,750402	0,743942
18%	0,723358	0,750577	0,744072
20%	0,723358	0,751296	0,744613

Em caso de descumprimento às normas de regulação do mercado de medicamentos, podem ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, às pessoas física ou jurídica que atuem em referido setor, mediante decisão fundamenta e assegurado o direito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal, às penalidades de correção da prática infrativa e multa de até três milhões de vezes o valor da extinta Unidade Fiscal de Referência, substituída pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, nos termos da Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018.

A Regulação da Promoção Comercial de Medicamentos

De acordo com a Constituição Brasileira, a propaganda de produtos farmacêuticos que possam prejudicar a saúde dos consumidores está sujeita a restrições legais e deve incluir advertências associadas ao consumo e uso de tais produtos. A fim de realizar propaganda, o produto farmacêutico deve ser registrado e/ou notificado junto à ANVISA, dependendo do produto.

Os medicamentos estão sujeitos a uma regulamentação diferenciada em sua propaganda, que visa coibir a prática abusiva, indiscriminada e que possa induzir o consumidor a erro. Para os demais produtos controlados pela ANVISA, as exigências sanitárias são essencialmente menos restritivas e, via de regra, estão dispostas na legislação específica aplicável para cada tipo de produto.

Nos termos da Lei nº 9.294/96, regulamentada pelo Decreto nº 2.018/96, a propaganda de medicamentos sujeitos à prescrição médica está restrita às publicações especializadas dirigidas direta e especificamente a profissionais e instituições de saúde, e os medicamentos de venda livre podem ser anunciados nos órgãos de comunicação social com as advertências quanto ao seu abuso, conforme indicado pela autoridade classificatória.

A RDC nº 96/08 é o principal diploma normativo que regula propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou a promoção comercial de medicamentos.

Como regra geral, a publicidade de medicamentos sujeitos à prescrição médica e isentos de prescrição médica não deve conter nomes, incluindo nomes geográficos, símbolos, imagens, desenhos ou quaisquer indicações que possam conduzir a falsas interpretações, erros ou confusões quanto à origem, natureza, composição ou qualidade do medicamento ou que atribua aos medicamentos fins ou características diferentes daqueles que realmente possuam.

Em relação à publicidade de medicamentos isentos de prescrição médica, a RDC nº 96/08 estabelece que são proibidos a distribuição de amostras gratuitas e o uso de personalidades da televisão e/ou de celebridades que atestem ou sugiram o uso desses medicamentos.

Infrações Sanitárias

Conforme a Lei nº 6.437/77, configura infração sanitária construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Essas infrações sujeitam a empresa às seguintes penalidades: advertência, interdição parcial ou total do estabelecimento onde o produto é fabricado, cancelamento da AFE, da AE e/ou do Alvará Sanitário e multas que variam de R$2.000,00 a R$1.500.000,00. Em caso de reincidência, a multa pode chegar a R$3.000.000,00, sem prejuízo de outras sanções civis e criminais.

Regulamentações específicas em decorrência da pandemia da COVID-19

Desde o início da pandemia da COVID-19 no Brasil, que gerou emergência de saúde pública de importância nacional, a ANVISA vem editando uma série de regulações e orientações específicas para enfrentamento da crise. Dentre estas regulações e orientações verificam-se:

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus ("RDC nº 346/20");

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 350, de 19 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a fabricação e comercialização de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais sem prévia autorização da ANVISA e dá outras providências, em virtude da emergência de saúde pública internacional relacionada ao SARS-CoV-2 ("RDC nº 350/20");

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de cloroquina e hidroxicloroquina e de produtos sujeitos à vigilância sanitária destinados ao combate da COVID-19 ("RDC nº 352/20");

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 392, de 26 de maio de 2020, alterada pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 461, de 22 de janeiro de 2021, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos das Boas Práticas de Fabricação e de Importação de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus ("RDC nº 392/20");

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 400, de 21 de julho de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a aplicação de excepcionalidades a requisitos específicos de rotulagem e bulas de medicamentos, em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus ("RDC nº 400/20"); e

- Resolução da Diretoria Colegiada nº 415, de 26 de agosto de 2020, que define novos critérios e procedimentos extraordinários para tratamento de petições de registro e mudanças pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional do novo Coronavírus ("RDC nº 415/20").

Legislação Ambiental

Produtos Químicos Controlados

De acordo com a regulamentação aplicável, as pessoas físicas e/ou jurídicas que desempenhem atividades que envolvem produtos ou substâncias químicas com propriedades destrutivas, tóxicas, corrosivas, inflamáveis, explosivas, entre outras características, se sujeitam ao controle, regulação e fiscalização pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

No que se refere ao Exército, a Portaria do Comando Logístico nº 118, de 4 de outubro de 2019, dispõe sobre a lista de produtos controlados pelo Exército. Já, em relação ao Departamento da Polícia Federal, a Portaria nº 240, de 12 de março de 2019, estabelece os produtos químicos regulados pela referida autoridade, bem como prevê as atividades relacionadas a esses produtos e a quantidade mínima das substâncias químicas controladas. Os produtos químicos sujeitos ao controle do Departamento da Polícia Civil Estadual são determinados conforme a localidade do estabelecimento da Companhia.

Dessa forma, as pessoas físicas e/ou jurídicas que desempenhem atividades com produtos químicos controlados devem requerer as seguintes licenças, nos termos da regulação aplicável: (i) Certificado de Registro emitido pelo Exército; (ii) Certificado de Registro Cadastral e Certificado de Licença de Funcionamento, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Federal; e (iii) Alvará de Licença e Certificado de Vistoria/Inspeção, emitidos pelo Departamento competente da Polícia Civil Estadual.

De acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, e o Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, a operação de um estabelecimento sem os devidos certificados e alvarás, bem como qualquer violação às leis e aos regulamentos relativos ao controle/fiscalização de produtos químicos controlados pelo Exército e pelos Departamentos competentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual, independentemente da imposição de responsabilidade civil e penal após a conclusão do processo administrativo, podem sujeitar a Companhia às seguintes medidas administrativas cabíveis, aplicadas cumulativa ou isoladamente: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar de R$500,00 a R$1.064.100,00; (iii) apreensão dos produtos controlados; (iv) suspensão ou cancelamento de seus alvarás ou certificados; e (v) interdição do estabelecimento.

Licenciamento e autorizações ambientais

As atividades da Companhia estão sujeitas a autorizações governamentais de natureza ambiental, tais como licenças de operação, as quais são necessárias para qualquer tipo de atividade industrial.

Nossas atividades industriais estão sujeitas a prévio licenciamento ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981), que prevê que a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento. Além da esfera federal, nossas atividades podem ser sujeitas a prévio licenciamento ambiental nas esferas estadual e municipal.

O processo de licenciamento ambiental é regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreendendo, em regra, um sistema trifásico, o qual em regra engloba: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada, sendo que cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, sendo emitida em um único nível de competência.

As autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A ausência ou descumprimento de condicionantes de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais para operação de atividades e/ou de empreendimentos potencialmente poluidores sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas, no âmbito federal, que podem culminar em multas de R$500 a R$10.000.000, sem prejuízo de outras penalidades como embargo, desativação e demolição, dentre outras.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Gerenciamento de Resíduos e Logística Reversa

No que diz respeito à regulamentação de resíduos sólidos, nossos empreendimentos estão sujeitos ao gerenciamento de resíduos sólidos e à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, conforme delineado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, devido à natureza, composição ou volume dos resíduos gerados. O PGRS é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama. Por isso, devem ser disponibilizadas pelo empreendedor ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e às demais autoridades competentes, em periodicidade anual, informações completas e atualizadas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

Na implementação do PGRS, mesmo que terceirizados os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, a Companhia não é isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R$50 milhões.

A PNRS previu, também, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

No caso de medicamentos, normas de alguns Estados, já impunham certas obrigações ao setor, no sentido de receberem, se assim solicitado, de consumidor final, medicamentos vencidos, assim como impuseram obrigações de logística reversa também a outros setores e produtos, tais como embalagens, lâmpadas entre outros produtos. Em âmbito federal, a questão foi regulamentada pelo Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, que entrará em vigor 180 dias após a sua publicação.

A Companhia está sujeita ao sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, e de suas embalagens após o descarte pelos consumidores, regulamentado pelo Decreto nº 10.388/2020, cuja implementação está prevista para julho de 2021.

A Companhia deve observar normas de logística reversa nos Estados em que atua e está sujeita as regras de logística reversa estabelecidas em nível federal para parte dos produtos que distribui/comercializa. Caso descumpra as regras vigentes, estará sujeita a sanções administrativas (e.g. incluindo dificuldades ou impossibilidade de obter licenças ambientais) e criminais, bem como ao dever de reparar ou indenizar danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Não obstante, eventuais descumprimentos das regras de logística reversa já vigentes, sujeitam a Companhia às eventuais sanções específicas citadas.

Ademais, em relação ao centro de distribuição localizado na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, devem ser observadas as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, conforme a Resolução de Diretoria Colegiada nº 222, de 28 de março de 2018 ("RDC ANVISA nº 222/2018"). O complexo industrial localizado na cidade de Goiânia, Estado do Goiás, não se sujeita a essa norma, considerando o artigo 2º, parágrafo 2º, que prevê que as indústrias de produtos sob vigilância sanitária devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

Segundo referida norma, o gerador de resíduos de serviços de saúde é responsável por elaborar, implantar, implementar e monitorar todas as ações relativas ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, por meio de um plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde ("PGRSS"). No entanto, a elaboração, a implantação e o monitoramento desse plano pode ser terceirizada.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As etapas do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, compreendendo a segregação, acondicionamento, identificação, coleta, transporte, armazenamento e destinação, devem observar as regras e requisitos estabelecidos na RDC ANVISA nº 222/2018, de acordo com a classificação de risco do resíduo de serviço de saúde.

Em relação à destinação, os resíduos de serviços de saúde que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico podem ser encaminhados para reciclagem, recuperação, reutilização, compostagem, aproveitamento energético ou logística reversa.

Consequentemente, os rejeitos que apresentam risco biológico, químico ou radiológico devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada (Resíduos Perigoso – Classe I). Nesse sentido, as embalagens contaminadas por tais produtos, com exceção das embalagens primárias vazias de medicamentos da classe farmacêuticas previstas no artigo 59 da RDC ANVISA nº 222/2018, devem ser submetidas ao mesmo manejo do produto químico que as contaminou.

Recursos Hídricos

A Companhia se sujeita à regulamentação sobre utilização de recursos hídricos, devido à sua localidade ou à quantidade de água necessária para o desenvolvimento de sua atividade. A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, recentemente alterada pela Lei nº 14.066/2020, estabelece que esse uso é sujeito à outorga pelo Poder Público, inclusive para despejo de efluentes. A mencionada Lei dispõe que a utilização de recursos hídricos para qualquer finalidade sem a respectiva outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 até R$50.000.000,00.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais e, no caso de eventual inobservância ou violação, a Companhia fica sujeita a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, criminal e civil. Caso a Companhia ou alguma de suas controladas causem ou, de outra forma, sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, poderão ser verificados efeitos adversos em nossos resultados e negócios, inclusive sob o ponto de vista reputacional.

Responsabilidade Ambiental

A caracterização da responsabilidade civil ambiental é objetiva, o que significa dizer que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (artigo. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81), o qual terá o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada um para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, na qual qualquer dos agentes poderá responder pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores.

Dessa forma, tanto as atividades desenvolvidas pela Companhia que possam ser caracterizadas como potencialmente poluidoras do meio ambiente, quanto a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço, são devidamente fiscalizadas, evitando-se, assim, qualquer passivo ambiental. Por essa razão, considerando que poderão ser responsabilizados civilmente aqueles que concorrerem indiretamente para a ocorrência de eventual dano ambiental, é fundamental que haja uma gestão conjunta dos riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto específico, bem como exijam e fiscalizem o cumprimento de uma política ambiental adequada de seus clientes, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de uma eventual responsabilização solidária.

Com relação aos administradores, na esfera civil, eles somente poderão ser solidariamente responsáveis se agirem em desacordo com a legislação ambiental ou com o Estatuto Social, uma vez que não podem ser responsabilizados por atos regulares de gestão. Caso não tenha havido conduta em desacordo com a legislação ambiental ou Estatuto Social, a responsabilidade civil

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

ambiental somente poderá alcançar o administrador se ele também acumular a condição pessoal de sócio. No que se refere à responsabilização de administradores em âmbito penal, estes podem vir a responder somente de forma subjetiva, isto é, sendo necessário analisar a conduta do agente envolvido na infração ambiental.

Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento da doutrina e jurisprudência a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição, tampouco a limitação de valores.

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e o Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõem que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de efetiva ocorrência de dano ambiental. As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa de até R$50 milhões, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão por parte da mesma, ou suas controladas, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei nº 9.605/1998.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605/1998 prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional do Meio Ambiente também instituiu o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais ("CTF/APP"), sob administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), cujo registro é obrigatório para todas as pessoas jurídicas que realizem atividades potencialmente poluidoras descritas no Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA.

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981, alterada pela Lei Federal nº 10.165/2000, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades potencialmente poluidoras e que não estiverem inscritas no CTF incorrerão em infração punível com multa, cujo valor varia de R$ 50,00 (cinquenta reais) a R$ 9.000,00 (nove mil reais), sem prejuízo da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") devida para até 5 anos retroativos, com juros e encargos, quando aplicável. Além disso, o IBAMA pode impor outras sanções administrativas, como multas que variam de R$ 1.000,00 a R$100.000,00, caso entenda que o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras ("RAPP") não teria sido entregue de forma apropriada pelo empreendedor.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Regulamentação sobre Privacidade e Proteção de Dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuísta e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;

- a Lei nº 8.078/1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei nº 12.414/2011 ("Lei do Cadastro Positivo"), alterada em 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

- a Lei nº 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet"), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos usuários no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

- o Decreto nº 8.771/2016 ("Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet"), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da LGPD, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da referida lei abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que: (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços, ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais;(iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da ANPD, autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Relevante esclarecer que a ANPD somente iniciou as suas atividades de fato recentemente. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ainda, importante informar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente poderá ser feita a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais que se refere a infração; (d) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (e) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (f) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (g) proibição parcial ou total do exercício da atividades relacionadas a tratamento de dados.

(b) Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Intelectual") dispõe que a titularidade de uma marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo INPI, autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo no Brasil por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal prorrogação precisa ser requisitada no último ano de validade do registro, ou nos meses subsequentes ao término do período de vigência do registro, sob pena de extinção do registro.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular, em nome próprio ou em nome de suas controladas, de diversas marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às suas atividades, tais como “AERODINI”, “FENAFLAN”, “FREE” e “NIMESULIX”.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui diversos nomes de domínio devidamente registrados junto ao Registro.br, tais como <teuto.com.br> e <concursonamedida.com.br>.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar o item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas relevantes no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas relevantes no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas relevantes no exterior no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatório socioambiental.

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatório socioambiental.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatório socioambiental.

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatório socioambiental.

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatório socioambiental, uma vez que entende que a legislação ambiental atual não traz essa exigência para suas operações.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 7.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Planta Fabril	Brasil	GO	Anápolis	Própria
Filial Cotia (Armazém e Centro de Distribuição)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 819987786 para a marca "AERODINI" marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 06/08/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 819987921 para a marca "BACLOFEN", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 13/08/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 823527085 para a marca "BEPEBEN", marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 10/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 917831160 para a marca "BIOLÁGRIMA", marca nominativa na Classe NCL (11) 05	Até 03/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 905414519 para a marca "BIO SOAK", marca nominativa na Classe NCL (10) 05	Até 03/11/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 824402154 para a marca "CANDITRAT", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 03/11/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 823769631 para a marca "COLIRIO TEUTO", marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 09/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 823625869 para a marca "DERMDRYL", marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 01/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 823527166 para a marca "DEXASON", marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 10/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 819988219 para a marca "DIMEZIN", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 06/04/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 816462690 para a marca "FENAFLAN", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 22/02/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 911907416 para a marca "FLOBAC PRO", marca nominativa na Classe NCL (10) 05	Até 14/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 910509875 para a marca “FREE”, marca mista na Classe NCL (10) 05	Até 23/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 818979178 para a marca “HIPODERME”, marca nominativa na Classe 05 : 20	Até 30/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 823527174 para a marca “IBUPRIL”, marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 10/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 909547203 para a marca "LACTRAT", marca nominativa na Classe NCL (10) 05	Até 05/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 821540408 para a marca "LORADINE", marca nominativa na Classe 05 : 10	Até 09/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 826248020 para a marca "LOZAN", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 15/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 827600348 para a marca "MICOSIL", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 13/04/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 823727394 para a marca "MICOZEN", marca nominativa na Classe NCL (7) 05	Até 13/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 821469304 para a marca "NIMESULIX", marca nominativa na Classe 05 : 19	Até 09/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 819988588 para a marca "NOGRIPE", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 25/05/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 824269497 para a marca "PYLORITRAT", marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 09/09/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 830220836 para a marca "TEUPANTOL", marca nominativa na Classe NCL (9) 05	Até 30/08/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 800068548 para a marca “TEUTO”, marca nominativa na Classe NCL (8) 05	Até 26/10/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 919179363 para a marca “TUA D”, marca nominativa na Classe NCL (11) 05	Até 20/10/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n° 821248901 para a marca “VENAFLON”, marca nominativa na Classe 05 : 13	Até 07/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia esteja violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	Não é possível quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas. A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre estar e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandar judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro n° 914099523 para a marca "NAPROX", marca nominativa na Classe NCL(11) 05	N/A	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de domínio na internet	concursonamedida.com.br	Até 21/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Drteuto.com.br	Até 29/04/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Espacofarmaceutico.com.br	Até 29/04/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Teuto.com.br	Até 31/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Teutoonline.com.br	Até 02/09/2022	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	Umnovoolhar.com.br	Até 08/04/2023	No âmbito administrativo (junto ao Registro.br), a manutenção dos registros de nome de domínio no Brasil é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía participações em sociedades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$48.585 mil e a Dívida Líquida totalizava R$374.721 mil, com um Índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA de 1,55.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$7.453 mil e a Dívida Líquida totalizava R$472.152 mil, com um Índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA de 2,40.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 8.866 mil e a Dívida Líquida totalizava R$ 526.217 mil, com um Índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA de 4,46.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição da soma de passivo circulante e não circulante era de R$701.423 mil e o patrimônio líquido totalizava R$543.262 mil, com um Índice de Endividamento Total sobre o patrimônio líquido de 1,29.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição da soma de passivo circulante e não circulante era de R$701.674 mil e o patrimônio líquido totalizava R$419.603 mil, com um Índice de Endividamento Total sobre o patrimônio líquido de 1,67.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, a posição da soma de passivo circulante e não circulante era de R$715.986 mil e o patrimônio líquido totalizava R$317.703 mil, com um Índice de Endividamento Total sobre o patrimônio líquido de 2,25.

Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros (em R$ milhares)	**Em 31 de dezembro de 2020**	**2019**	**2018**
Ativo circulante	771.442	623.928	540.193
Passivo circulante	436.127	277.442	200.195
Liquidez Corrente	1,77	2,25	2,70

Índices de Liquidez	**Em 31 de dezembro 2020**	**2019**	**2018**
Índice de Endividamento			
(Ativo Total/Passivo Total)	1,77	1,60	1,44
Índice de Endividamento Total			
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	1,29	1,67	2,25

A liquidez corrente é calculada através da divisão do ativo circulante com passivo circulante. A variação negativa deste índice quando comparado entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, deve-se, principalmente, à amortização dos empréstimos e migração do passivo não circulante para passivo circulante, conforme tabela acima.

O índice de endividamento foi 1,77 em 2020 e 1,60 em 2019. O índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

O índice de endividamento total foi de 1,29 em 31 de dezembro de 2020 contra 1,67 em 31 de dezembro de 2019, demonstrando as obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido. Em 2018, esse índice foi superior (2,25) em 34,73% devido ao maior endividamento no período.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	701.423	701.674	715.986
Capital próprio (patrimônio líquido)	543.262	419.603	317.703
Capital total (terceiros + próprio)	**1.244.685**	**1.121.277**	**1.033.689**
Parcela de capital de terceiros	56,35%	62,58%	69,27%
Parcela de capital próprio	43,65%	37,42%	30,73%

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$543.262 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$701.423 mil, ou seja, 56,35% de capital de terceiros e 43,65% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$419.603 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$701.674 mil, ou seja, 62,58% de capital de terceiros e 37,42% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R$317.703 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R$715.986 mil, ou seja, 69,27% de capital de terceiros e 30,73% de capital próprio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de endividamento e endividamento total da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de 1,77 e 1,29, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R$423.305 mil de empréstimos e financiamentos tomados.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) atingiu o montante total de R$423.305 mil, representando uma redução de 11,74% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento total da Companhia atingiu o montante total de R$479.605 mil, representando uma redução de 10,37% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total da Companhia atingiu o montante total de R$535.083 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Diretores da Companhia acreditam que a tabela abaixo resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

			2020		2019		2018	
Modalidade	**Atualização**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Debêntures	CDI + 2,89% a.a.	2023	171.030	191.674	89.401	359.277	42.486	442.005
Capital de Giro	CDI + 1,49% a.a.	2022	46.594	5.505	8.622	7.333	12.152	16.545
FCO	5,44% a.a. 2,94% a 10% a.a.	2024	2.612	2.294	2.906	4.886	3.081	7.759
FINAME	2,5 a 9,5% a.a.	2024	1.512	2.083	3.594	3.586	3.891	7.164
Total			**221.748**	**201.557**	**104.523**	**375.082**	**61.610**	**473.473**

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Apresentamos abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento considerados pela Companhia como relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020.

Cédulas de Crédito Bancário

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido duas Cédulas de Crédito Bancário, sendo uma em favor do Banco BOCOM BBM S.A. e outra em favor do Banco do Brasil S.A. Tais Cédulas de Crédito Bancário, em conjunto representam o montante histórico de R$35.000 mil, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, ambas apresentavam, em conjunto, o com saldo devedor de R$34.136 mil. As principais características de tais Cédulas de Crédito Bancário estão elencadas no quadro abaixo:

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Data de Celebração	Vencimento	Valor	Taxa de Juros	Garantia
1.	Cédula de Crédito Bancário n° 602071	Banco BOCOM BBM S.A.	22/05/2020	24/05/2021	R$15.000.000,00	CDI + 3,38% a.a.	Cessão fiduciária de títulos e direitos
2.	Cédula de Crédito Bancário n° 330701444	Banco do Brasil S.A.	08/05/2020	04/05/2022	R$20.000.00,00	CDI + 4,45% a.a.	Cessão de direitos creditórios

Emissão de Debêntures

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma emissão de debêntures em vigor, no montante histórico de R$485.000 mil, com saldo devedor de R$362.704 mil, em 31 de dezembro de 2020. As principais características de tal emissão estão elencadas abaixo.

As debêntures foram emitidas por meio de oferta pública com esforços restritos em 11 de maio de 2018, no valor de R$485.000 mil e com vencimento em 20 de janeiro de 2023. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,89% a.a.

As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória da modalidade fiança prestada pelos Srs. Igor Nogueira Alves de Melo, Ítalo Nogueira Alves de Melo e Priscilla Nogueira Alves de Melo em garantia da totalidade dos valores devidos no âmbito das debêntures; (ii) garantia fidejussória da modalidade fiança prestada pelo Sr. Marcelo Leite Henriques no limite de 4,5% dos valores devidos no âmbito das debêntures; (iii) alienação fiduciária de 15% das ações representativas do capital social da Companhia; e (iv) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da comercialização de produtos pela Companhia. Em assembleia geral de debenturistas da referida emissão realizada em 18 de fevereiro de 2021, foi deliberado e aprovado pela liberação parcial do gravame decorrente da alienação fiduciária das ações representativas do capital social da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de empréstimos e financiamentos considerados pela Companhia como relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020 apresentam cláusulas restritivas quanto a observância de *covenants* financeiros, alienação do controle societário da Companhia, contratações de dívidas entre a Companhia e partes relacionadas, distribuição de dividendos, alienação de ativos imobilizados, alienação de participações societárias, entre outros.

Os *covenants* financeiros que a Companhia deve observar estão expostos abaixo. Tais *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras anuais.No âmbito da sua primeira emissão de debêntures, a Companhia deve observar, durante os prazos estabelecidos abaixo, todos os seguintes índices financeiros abaixo, apurados pela Companhia e acompanhados pelo agente fiduciário, anualmente, após o término do respectivo exercício social, com base nas demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Companhia:

(i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser: (i) inferior ou igual a 2,50 ao término do ano de 2018; e (ii) inferior ou igual a 2,00 ao término do ano de 2019 até a data de vencimento;

(ii) índice financeiro decorrente da Liquidez Corrente (conforme definido abaixo), que deverá ser: (i) igual ou superior a 1,60 ao término do ano de 2018; (ii) igual ou superior a 1,20 ao término do ano de 2019; (iii) igual ou superior a 1,10 ao término do ano de 2020; (iv) igual ou superior a 1,50 ao término do ano de 2021; e (v) igual ou superior a 2,00 ao término do ano de 2022; ou

(iii) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBIT (conforme definido abaixo) pelas Resultado Financeiro (conforme definido abaixo), que deverá ser: (i) igual ou superior a 2,50 ao término do ano de 2018; e (ii) igual ou superior a 3,00 ao término do ano de 2019 até a data de vencimento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela a seguir apresenta as medições realizadas de tais *covenants* no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020:

Indicadores nos termos da escritura de emissão de debêntures	
(em R$ milhares, exceto %)	**Exercício social encerado em 31/12/2020**
Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 2,00	**1,55**
Dívida Líquida	374.720
EBITDA	242.391
Liquidez Corrente igual ou superior a 1,10	**1,77**
Ativo Circulante	771.442
Passivo Circulante	436.127
EBIT/Resultado Financeiro igual ou superior a 3,00	**6,14**
EBIT	269.375
Resultado Financeiro	43.855

Exclusivamente para fins do disposto acima, Dívida Líquida, EBITDA, Liquidez Corrente, EBIT e Resultado Financeiro possuem o significado abaixo, nos termos previsto na respectiva escritura da primeira emissão de debêntures da Companhia:

1. "Dívida Líquida": significa a soma algébrica dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluindo (i) os títulos descontados com regresso, as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, arrendamento mercantil/leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis decorrentes de emissão pública ou privada, nos mercados financeiro ou de capitais, local ou internacional; e (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, bem como dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas ("Dívida"), menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes dos instrumentos financeiros (derivativos) indicados na escritura de emissão;

2. "EBITDA": (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) significa o resultado acumulado no ano fiscal, antes dos juros, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

3. "Liquidez Corrente": significa o ativo circulante dividido pelo passivo circulante;

4. "EBIT" (*Earnings Before Interest and Tax*) significa o resultado acumulado no ano fiscal, antes dos juros e do imposto de renda e contribuição social ; e

5. "Resultado Financeiro" significa, ao longo dos últimos 12 (doze) meses: (i) o somatório das despesas de juros, dividendos preferenciais, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, variação cambial oriunda da contratação de empréstimos e da venda de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF, menos (ii) o somatório de receitas de aplicações financeiras, juros e multas oriundos de duplicatas pagas em atraso, variação cambial oriunda de empréstimos concedidos e de títulos e valores mobiliários adquiridos. Caso a Companhia venha a adquirir ou de outra forma incorporar sociedade que passe a ser consolidada em suas demonstrações financeiras, o Resultado Financeiro será ajustado e calculado *pro forma*, considerando o Resultado Financeiro da referida sociedade, calculado na forma prevista neste parágrafo, para o período de 12 (doze) meses em questão.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima. Além disso, os covenants não serão afetados em razão da oferta pública inicial de ações da Companhia.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita operacional líquida	1.048.723	100,00%	966.055	100,00%	9%
Custo dos produtos vendidos	(667.522)	-63,65%	(668.556)	-69,20%	0%
Lucro bruto	381.201	36,35%	297.499	30,80%	28%
Despesas com vendas e administrativas	(145.732)	-13,90%	(141.472)	-14,64%	3%
Outras receitas (despesas) líquidas	(12.957)	-1,24%	18.011	1,86%	-172%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos	222.512	21,22%	174.038	18,02%	28%
Resultado financeiro, líquido	(43.854)	-4,18%	(45.217)	-4,68%	-3%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	178.658	17,04%	128.821	13,33%	39%
Imposto de renda e contribuição social	(34.671)	-3,31%	(21.921)	-2,27%	58%
Lucro do exercício	143.987	13,73%	106.900	11,07%	35%

Receita operacional líquida Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$1.048.723 mil comparativamente a R$966.055 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$82.668 milhões ou 9%. Este aumento é atribuído substancialmente aos incrementos de 11% na receita da Unidade de Negócios Farma e no aumento de 5% da Unidade de Negócios Hospitalar.

Adicionalmente, segue abaixo análise da receita operacional líquida da Companhia por segmento operacional:

- Unidade de Negócios Farma: a Unidade de Negócios Farma atende as farmácias localizadas no Brasil e está presente nas maiores redes de drogarias do país, bem como nas farmácias independentes e associativas, com seus medicamentos genéricos, similares, alimentos, cosméticos, produtos para saúde entre outros. A demanda gerada pela equipe comercial é realizada pelo sistema integrado com a Companhia por meio de pedidos de vendas, sendo que as áreas comerciais possuem integração com as equipes de logística, PCP, financeiro, tributário, monitorando todas as etapas até a entrega ao cliente do produto ("Unidade de Negócios Farma"). A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Farma no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 634.635 mil comparativamente a R$ 572.438 mil no mesmo período em 2019, o que representou um aumento de R$62.197 mil ou 11%. Este aumento é atribuído substancialmente (i) à redução do desconto praticado em 1,6 pontos percentuais, que resultou em um aumento de ticket médio de R$ 2,53 em 2019 para R$ 3,08 em 2020; (ii) a uma melhora no atendimento da demanda (nível de entrega dos produtos solicitados na demanda comercial) elevando o índice de 79% em 2019 para 92% em 2020, resultando em uma maior disponibilidade de itens, com foco nos produtos mais rentáveis. Este aumento também é atribuído ao impacto dos lançamentos de novos produtos, tais como: pregabalina e valsartana, que resultaram em um aumento de receita líquida no montante de R$ 6,5 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Unidade de Negócios Hospitalar: a Unidade de Negócios Hospitalar compreende atendimento a hospitais e clínicas privadas, incluindo as instituições de saúde pública nas esferas federal, estadual e municipal, além dos distribuidores hospitalares ("Unidade de Negócios Hospitalar"). A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Hospitalar no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 408.257 mil comparativamente a R$ 389.908 mil no mesmo período em 2019, o que representou um aumento de R$ 18.349 mil ou 5%. Este aumento é atribuído substancialmente ao impacto de lançamentos de novos produtos, tais como fentanila e oxacilina, que resultaram em um aumento de receita líquida no montante de R$ 5,8 milhões. Houve também o aumento em receita líquida decorrente do aumento do preço médio de R$ 15,76 por unidade de venda em 2019 para R$ 19,56 em 2020, resultante da mudança de mix em função da pandemia da COVID-19.

- Unidade de Negócios Exportação: A Unidade de Negócios Exportação, denominado Comex, atua nas vendas para os países da América Latina e África ("Unidade de Negócios Exportação"). A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Exportação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 5.831 mil comparativamente a R$ 3.709 mil no mesmo período em 2019, o que representou um aumento de R$2.122 mil ou 57%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de volume de vendas em decorrência do início das vendas dos produtos da Companhia em Israel, que resultou em um aumento de receita líquida no montante de R$ 3,1 milhões. No entanto, em função da pandemia da COVID-19, reduzimos o atendimento a outros países (África, Líbia e Emirados Árabes Unidos), que representaram uma redução de R$ 2.094 mil na receita líquida da Companhia. Houve também aumento em receita líquida decorrente do aumento do preço médio de R$ 5,72 em 2019 para R$ 18,97 em 2020, devido a mudança de mix e países atendidos.

Custos dos Produtos Vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 667.522 mil comparativamente a R$ 668.556 mil o mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$1.034 mil ou 0,15%. Esta redução é atribuída substancialmente a redução de 15% na Unidade de Negócios Hospitalar devido à mudança de mix de produtos.

Adicionalmente, segue abaixo análise do custo dos produtos vendidos da Companhia por segmento operacional:

- Unidade de Negócios Farma: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios Farma no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 441.223 mil comparativamente a R$ 412.384 mil no mesmo período em 2019, o que representou um aumento de R$28.839 mil, ou 7%. Esse aumento se deve principalmente ao aumento no custo dos materiais, responsáveis por um aumento de custos de R$ 34.133 mil, ou seja, 15% em 2020 em relação a 2019, devido substancialmente à valorização do dólar no ano, de R$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5,20 em 31 de dezembro de 2020, a qual foi a maior responsável por esse incremento.

- Unidade de Negócios Hospitalar: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios Hospitalar no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 224.260 mil comparativamente a R$ 254.447 mil no mesmo período em 2019, o que representou uma redução de R$ 30.187 mil, ou 15%, principalmente devido a uma mudança de mix de produtos em função da pandemia no ano de 2020 que permitiu uma redução de R$ 17.028 mil, ou seja, 11%, no custo de materiais, seguido pela redução de R$ 7.150 mil em custo de mão de obra e uma redução de R$ 4.332 mil em gastos gerais de fabricação.

- Unidade de Negócios Exportação: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios de Exportação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.039 mil comparativamente a R$ 1.725 mil no mesmo período em 2019, o que representou um aumento de R$314 mil, ou 18%, devido principalmente a um aumento de R$ 269 mil, ou seja, um incremento de 34%, em custos de materiais em decorrência da valorização do dólar no ano, de R$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R$ 5,20 em 31 de dezembro de 2020, e da mudança de mix, em função da venda para novos países.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$381.201 mil comparativamente a R$297.499 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$83.702 mil ou 28,1%. Este aumento é atribuído aos fatores acima. Lucro bruto representou 36,35% e 30,80% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

Despesas com vendas e administrativas

Despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$145.732 mil comparativamente a R$141.472 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$4.260 mil ou 3%. Despesas com vendas e administrativas representou 13,90% e 14,64% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento em valor é atribuído substancialmente ao aumento de R$5.657 mil em impostos e taxas federais incidentes à Companhia comparativamente ao ano de 2019 devido ao crédito de PIS/COFINS de R$ 4.796 mil registrado no exercício de 2019, sem efeito correspondente em 2020, compensado pela redução de despesas com feiras e congressos no montante de R$1.099 mil, em função da pandemia da COVID-19.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$12.957 mil de saldo devedor comparativamente a R$18.011 mil de saldo credor no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$30.968 mil ou 172%. O aumento de despesa líquida é atribuído substancialmente ao aumento de R$ 17.807 mil em despesas com ajuste a valor realizável líquido de estoques ao aumento de R$ 11.858 mil em despesas com provisão sobre ação judicial de crédito tributário do Processo PAES.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos

Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$222.512 mil comparativamente a R$174.038 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$48.474 mil ou 28%. Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos representou 21,22% e 18,02% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R$43.855 mil comparativamente a uma despesa de R$45.216 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$1.361 mil ou 3,00%. Resultado financeiro, líquido representou 4,18% e 4,68% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

As principais variações nessa rubrica são demonstradas abaixo:

(i) Receitas financeiras: as receitas financeiras da Companhia aumentaram R$25.925 mil, passando de R$16.302 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R$42.228 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento ocorreu devido, principalmente, ao aumento de R$11.583 mil em variação cambial nas operações da Companhia e ao impacto do ganho de swap em operações de empréstimos em moeda estrangeira no montante de R$ 11.510 mil, devido à depreciação de 22,4% do real frente ao dólar no período.

(ii) Despesas financeiras: as despesas financeiras da Companhia aumentaram R$24.563 mil, passando de uma despesa de R$61.519 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R$ 86.082 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento de R$23.114 mil em variação cambial passiva nas operações da Companhia devido à depreciação de 22,4% do real frente ao dólar no período, sendo que não houve aumento de taxas no período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$178.658 mil comparativamente a R$128.821 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$49.837 milhões ou 38,69%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,04% e 13,33% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma despesa de R$34.671 mil comparativamente a uma despesa de R$21.921 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$12.750 mil ou 58,16%. Imposto de renda e contribuição social representou 3,31% e 3,28% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a aumento do lucro antes do imposto de renda.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$143.987 mil comparativamente a R$106.900 mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$37.087 mil ou 34,69%. Lucro do exercício representou 13,73% e 11,07% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R$mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita operacional líquida	966.055	100,00%	767.538	100,00%	26%
Custo dos produtos vendidos	(668.556)	-69,20%	(562.304)	-73,26%	19%
Lucro bruto	297.499	30,80%	205.234	26,74%	45%
Despesas com vendas e administrativas	(141.472)	-14,64%	(118.339)	15,42%	20%
Outras receitas (despesas) líquidas	18.011	1,86%	8.901	-1,16%	102%
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos	174.038	18,02%	95.796	12,48%	82%
Resultado financeiro, líquido	(45.217)	-4,68%	(66.285)	8,64%	-32%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	128.821	13,33%	29.511	3,84%	337%
Imposto de renda e contribuição social	(21.921)	-2,27%	20.099	2,62%	-209%
Lucro do exercício	**106.900**	**11,07%**	**9.412**	**1,23%**	**1036%**

Receita operacional líquida

Receita operacional líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$966.055 mil comparativamente a R$767.538 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$198.517 mil, ou 21%. Este aumento é atribuído substancialmente a um aumento nas vendas das Unidade de Negócios Farma.

Adicionalmente, segue abaixo análise da receita operacional líquida da Companhia por segmento operacional:

- Unidade de Negócios Farma: A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Farma no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 572.438 mil comparativamente a R$426.975 mil no mesmo período em 2018, o que representou um aumento de R$145.463 mil ou 34,07%. Este aumento é atribuído substancialmente (i) ao crescimento do volume de vendas, de 4,2 bilhões de unidades vendidas em 2018 para 4,4 bilhões de unidades em 2019, devido a estratégia de priorização dos itens mais rentáveis, (ii) ao aumento dos preços, passando de um ticket médio de R$ 2,01 em 2018 para R$ 2,53 em 2019, e (iii) lançamentos de novos produtos, entre os quais: zolpidem, cefadroxila e travoprosta, que resultaram em um aumento de receita líquida no montante de R$ 6,5 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Unidade de Negócios Hospitalar: A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Hospitalar no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$389.909 mil comparativamente a R$335.788 mil no mesmo período em 2018, o que representou um aumento de R$54.120 mil ou 16,12%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento dos preços, elevando de R$ 12,74 em 2018 para 15,76 em 2019 o preço médio dos produtos ofertados e lançamentos de novos produtos, entre os quais: cefalotina e fenitoína, que resultaram em um aumento de receita líquida no montante de R$ 1,4 milhões.

- Unidade de Negócios Exportação: A receita operacional líquida da Unidade de Negócios Exportação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 3.709 mil comparativamente a R$4.775 mil no mesmo período em 2018, o que representou uma redução de R$ 1.066 mil ou 22,32%. Esta diminuição é atribuída substancialmente pela redução no volume de vendas dos produtos da Companhia para a Líbia e Índia em 2019 tendo resultado em uma redução de receita líquida no montante de R$ 3.945 mil, compensada pelo aumento das vendas em outros países, sendo que Portugal e África representaram incremento de R$ 1.794 mil em 2020.

Custos dos Produtos Vendidos

Custo dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 668.556 mil comparativamente a R$562.304 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$106.252 mil ou 15,89%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento de 27% da Unidade de Negócios Farma e 13% da Unidade de Negócios Hospitalar.

Adicionalmente, segue abaixo análise do custo dos produtos vendidos da Companhia por segmento operacional:

- Unidade de Negócios Farma: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios Farma no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 412.384 mil comparativamente a R$327.281 mil no mesmo período em 2018, o que representou um aumento de R$ 85.103 mil, ou 26%. Esse aumento se deve principalmente ao aumento no custo dos materiais, responsáveis por R$ 54.112 mil, ou seja, 32% de aumento de 2020 em relação a 2019, devido substancialmente à valorização do dólar no ano, de R$ 3,87 em 31 de dezembro de 2018 para R$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019, a qual foi um dos responsáveis por esse incremento.

- Unidade de Negócios Hospitalar: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios Hospitalar no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 254.447 mil comparativamente a R$ 232.923 mil no mesmo período em 2018, o que representou um aumento de R$ 21.524 mil, ou 9%. Esse aumento se deve principalmente (i) ao aumento de R$ 15.860 mil no custo dos materiais devido à valorização do dólar frente ao real, (ii) ao aumento de R$ 6.217 mil no custo de mão de obra, (iii) ao aumento de R$ 5.693 mil em custos das mercadorias vendidas, e (iv) ao aumento de R$ 3.629 mil em gastos gerais de fabricação.

- Unidade de Negócios Exportação: O custo dos produtos vendidos na Unidade de Negócios Exportação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 1.725 mil comparativamente a R$ 2.100 mil no mesmo período em 2018, o que representou uma redução de R$ 375 mil, ou 18%. Essa redução se deve principalmente a uma redução de R$ 285 mil, ou seja, uma redução de 27%, no custo de materiais devido à redução de volume de vendas da divisão e a mudança de mix em função da redução de venda para alguns países.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$297.499 mil comparativamente a R$205.234 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$92.265 mil ou 31%. Este aumento é atribuído aos fatores acima. Lucro bruto representou 30,80% e 26,74% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com vendas e administrativas

Despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$141.472 mil, um aumento de R$23.133 mil, ou 20% em comparação com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$118.339 mil. As Despesas com vendas e administrativas representaram 14,64% da receita líquida em 31 de dezembro de 2019 e 15,42% da receita líquida em 31 de dezembro de 2018. Esse fato é atribuído a um aumento de R$16.723 mil em despesas com remuneração, encargos e benefícios relativos a áreas comerciais devido a gratificações variáveis em função do atingimento do lucro bruto superior ao orçado, e um aumento de R$4.656 mil relativo a Indenizações Judiciais Trabalhistas das áreas comerciais devido a reclamações de naturezas extraordinárias.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$18.011 mil de saldo credor comparativamente a R$ 8.901 mil de saldo credor no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 9.110 mil ou 50,58%. Este aumento é atribuído principalmente pelo ganho relacionado a subvenções para investimentos FOMENTAR de R$ 11.843 mil no ano de 2020 maior que na comparação com ano anterior, compensadas pelo aumento de R$ 6.454 mil devido ao PROTEGE Goiás, contribuição ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás iniciada em 2019 que permite a manutenção dos benefícios fiscais concedidos pelo estado com relação ao ICMS, desde que o contribuinte beneficiário contribua para o Fundo. Caso este deixe de recolher esta contribuição, ele terá os benefícios do ICMS suspensos, até a sua regularização.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos

Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$174.038 mil comparativamente a R$95.796 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$78.242 mil ou 82%. Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos representou 18,02% e 12,48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R$45.217 mil comparativamente a uma despesa de R$66.285 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$21.068 milhões ou 31,78%. Resultado financeiro, líquido representou 4,68% e 8,64% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

As principais variações nessa rubrica são demonstradas abaixo:

(i) Receitas financeiras: as receitas financeiras da Companhia diminuíram R$47.114 mil, passando de R$63.416 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R$16.302 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Estas reduções ocorreram devido, principalmente as seguintes variações: Variação cambial ativa redução de R$1.698 mil, Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos redução de R$11.374 mil, Ganho operação com Swap redução de R$26.011 mil, influenciados pela taxa cambial, e Redução Juros/Multa relacionados a Benefício Fiscal R$8.592 mil registrados especificamente sobre um processo benefício fiscal no ano de 2018.

(ii) Despesas financeiras: as despesas financeiras da Companhia diminuíram R$68.182mil, passando de uma despesa de R$129.701 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para uma despesa de R$61.519 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Estas reduções ocorreram principalmente devido as seguintes variações: Variação cambial passiva redução de R$6.840 mil, Juros sobre financiamentos nacionais redução de R$17.266 mil, Variação cambial empréstimos e financiamentos redução de R$ 33.937, Perda operação com SWAP redução de R$ 14.984 e Juros sobre debêntures aumento de R$ 22.819 devido migração do endividamento da Companhia para debêntures.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$128.821 mil comparativamente a R$29.511 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$99.310 mil ou 77%. Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social representou 13,33% e 3,84% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma despesa de R$21.921 mil comparativamente a uma despesa de R$20.099 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$1.822 mil ou 8%. Imposto de renda e contribuição social representou 2,27% e 2,62% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a aumento do lucro antes do imposto de renda.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$106.900 mil comparativamente a R$9.412 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$97.488 mil ou 91%. Lucro (prejuízo) do exercício representou 11,07% e 1,23% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído aos fatores apresentados nos itens acima.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R$mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
ATIVO								
Circulante	**771.442**	**61,98%**	**623.928**	**55,64%**	**540.193**	**52%**	**19%**	**13%**
Caixa e equivalentes de caixa	48.585	3,90%	7.453	0,66%	8.866	1%	85%	-19%
Contas a receber	252.160	20,26%	295.803	26,38%	214.422	21%	-17%	28%
Estoques	434.231	34,89%	291.710	26,02%	285.550	28%	33%	2%
Impostos a recuperar	14.229	1,14%	9.058	0,81%	15.181	1%	36%	-68%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.184	0,10%	1.603	0,14%	1.955	0%	-35%	-22%
Despesas antecipadas	3.377	0,27%	2.849	0,25%	2.297	0%	16%	19%
Outros créditos	17.676	1,42%	15.452	1,38%	11.922	1%	13%	23%
Não circulante	**473.243**	**38,02%**	**497.349**	**44,36%**	**493.496**	**48%**	**-5%**	**1%**
Contas a receber	7.690	0,62%	7.690	0,69%	7.690	1%	0%	0%
Impostos a recuperar	5.261	0,42%	7.361	0,66%	8.669	1%	-40%	-18%
Imposto de renda e contribuição social	-	0,00%	11.475	1,02%	11.251	1%	0%	2%
Ativo fiscal diferido	36.221	2,91%	38.927	3,47%	42.458	4%	-7%	-9%
Programa FOMENTAR	5.194	0,42%	992	0,09%	886	0%	81%	11%
Despesas antecipadas	1.560	0,13%	1.464	0,13%	2.345	0%	6%	-60%
Caixa restrito	5.456	0,44%	14.752	1,32%	9.533	1%	-170%	35%
Outros créditos	2.944	0,24%	3.931	0,35%	5.365	1%	-34%	-36%
Depósitos judiciais	10.739	0,86%	20.238	1,80%	9.764	1%	-88%	52%
Propriedades para investimentos	32.515	2,61%	31.565	2,82%	29.821	3%	3%	6%
Imobilizado	348.350	27,99%	351.886	31,38%	361.773	35%	-1%	-3%
Intangível	17.313	1,39%	7.068	0,63%	3.941	0%	59%	44%
Total do Ativo	**1.244.685**	**100,00%**	**1.121.277**	**100%**	**1.033.689**	**100%**	**10%**	**8%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	2020 x 2019	2019 x 2018
PASSIVO								
Circulante	**436.127**	**35%**	**277.442**	**25%**	**200.195**	**19%**	**36%**	**28%**
Fornecedores	104.797	8%	95.301	8%	80.535	8%	9%	15%
Empréstimos e financiamentos	221.749	18%	104.523	9%	61.610	6%	53%	41%
Obrigações trabalhistas	56.827	5%	53.403	5%	33.815	3%	6%	37%
Obrigações tributárias	10.269	1%	7.400	1%	8.583	1%	28%	-16%
Programa Fomentar	772	0%	345	0%	435	0%	55%	-26%
Juros sobre capital Próprio a Pagar	4.924	0%	2.462	0%	-	0%	88%	0
Dividendos a pagar	16.078	1%	0	0%	-	0%	88%	0
Outras obrigações	20.712	2%	14.008	1%	15.218	1%	32%	-9%
Passivo não circulante	**265.296**	**21%**	**424.232**	**38%**	**515.791**	**50%**	**-60%**	**-22%**
Empréstimos e financiamentos	201.557	16%	375.082	33%	473.473	46%	-86%	-26%
Obrigações trabalhistas	-	0%	-	0%	85	0%	0	0%
Obrigações tributárias	144	0%	167	0%	117	0%	-16%	30%
Programa Fomentar	5.713	0%	1.091	0%	975	0%	81%	11%
Provisão para demandas judiciais	41.098	3%	34.898	3%	31.169	3%	15%	11%
Outras obrigações	16.784	1%	12.994	1%	9.972	1%	23%	23%
Patrimônio líquido	**543.262**	**44%**	**419.603**	**37%**	**317.703**	**31%**	**23%**	**24%**
Capital social	68.808	6%	68.808	6%	68.808	7%	0%	0%
Reserva de capital	2.676	0%	2.676	0%	2.676	0%	0%	0%
Reserva de reavaliação	23.879	2%	25.522	2%	26.964	3%	-7%	-6%
Ajuste de avaliação patrimonial	5.559	0%	5.559	0%	5.559	1%	0%	0%
Reserva de lucros	442.340	36%	317.038	28%	213.696	21%	28%	33%
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.244.685**	**100%**	**1.121.277**	**100%**	**1.033.689**	**100%**	**10%**	**8%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$771.442 mil, em comparação com R$623.928 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$147.514 mil ou 19%, decorreu principalmente em razão do abaixo exposto:

(i) Estoques: aumento de R$ 142.521 mil, ou 48,9%, passando de R$ 291.710 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 434.231 mil em 31 de dezembro de 2020, refletindo uma melhora na disponibilidade de produtos, em virtude de melhor gestão de estoques.

(ii) Que foi parcialmente compensado pela redução nas contas a receber de R$ 43.643 mil, ou 14,8%, passando de R$ 295.803 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 252.160 mil em 31 de dezembro de 2020, devido à redução de prazos de recebimentos negociados com clientes, além de melhora na distribuição ao longo dos meses.

Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 61,98% em 31 de dezembro de 2020 e 55,64% em 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$473.243 mil, em comparação com R$497.349 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$24.106 mil ou 5%, decorreu principalmente em razão da diminuição de Imposto de renda e contribuição social a recuperar em função do maior aproveitamento de créditos tributários no período. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 38,02% em 31 de dezembro de 2020 e 44,36% em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$436.127 mil, em comparação com R$277.442 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$158.685 mil ou 36%, decorreu principalmente em razão do aumento em Empréstimos e financiamentos de R$ 117.226 mil, ou 18%, passando de R$ 104.523 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 221.749 mil em 31 de dezembro de 2020, devido à migração dos empréstimos do não circulante para circulante. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 35% em 31 de dezembro de 2020 e 25% em 31 de dezembro de 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$265.296 mil, em comparação com R$424.232 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$158.936 mil ou 60%, decorreu da migração de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para passivo circulante. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 21% em 31 de dezembro de 2020 e 38% em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$543.262 mil, em comparação com R$419.603 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$123.659 mil ou 23%, deu-se substancialmente pelo aumento na reserva de lucros.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$623.928 mil, em comparação com R$540.193 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$83.735 mil ou 13%, decorreu principalmente em razão do abaixo exposto:

(i) Contas a receber: aumento de R$ 81.381 mil, ou 14,8%, passando de R$ 295.803 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 214.422 mil em 31 de dezembro de 2018, devido aos prazos de recebimentos negociados com clientes, visando melhor gestão do fluxo de caixa da Companhia.

(ii) Estoques: aumento de R$ 6.160 mil, ou 2%, passando de R$ 291.710 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 285.550 mil em 31 de dezembro de 2018, refletindo uma melhora na disponibilidade de produtos, em virtude de melhor gestão de estoques.

Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 55,64% em 31 de dezembro de 2019 e 52,26% em 31 de dezembro de 2018.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$497.349 mil, em comparação com R$493.496 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$3.853 mil ou 1%, decorreu principalmente dos dispêndios com desenvolvimento de novos produtos. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 44,36% em 31 de dezembro de 2019 e 47,74% em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$277.442 mil, em comparação com R$200.195 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$77.247 mil ou 28%, decorreu principalmente em razão do aumento de Empréstimos e financiamentos de R$ 42.913 mil, ou 41%, passando de R$ 104.523 mil em 31 de dezembro de 2019 para R$ 61.610 mil em 31 de dezembro de 2018, devido à migração dos empréstimos não circulante para circulante, conforme tabela abaixo com maiores detalhes:

			2019		2018	
Modalidade	**Atualização**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Debêntures	CDI + 2,89% a.a.	2023	89.401	359.277	42.486	442.005
Capital de Giro	CDI + 3,04 a 3,18 % a.a.	2021	8.622	7.333	12.152	16.545
FCO	2,94 a 10% a.a.	2024	2.906	4.886	3.081	7.759
FINAME	2,5 a 9,5% a.a.	2024	3.594	3.586	3.891	7.164
Total			**104.523**	**375.082**	**61.610**	**473.473**

Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25% em 31 de dezembro de 2019 e 19% em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$424.233 mil, em comparação com R$515.791 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$91.559 mil ou 22%, decorreu da migração de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para passivo circulante. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 38% em 31 de dezembro de 2019 e 50% em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$419.603 mil, em comparação com R$317.703 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$101.900 mil ou 24%, deu-se substancialmente pelo aumento na reserva de lucros.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício Social Findo em		
(em R$mil)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	113.331	74.124	36.888
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(24.736)	(16.098)	(12.077)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(47.463)	(59.439)	(31.064)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	41.132	(1.413)	(6.253)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$113.331 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$74.124 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$39.207 mil, ou 35%, é justificado principalmente pelo aumento do resultado operacional que passou de R$ 174.098 mil em 2019 para R$222.512 mil em 2020.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$24.736 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$16.098 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$8.638 mil, ou 35%, é justificado pela variação na aquisição de ativo intangível no montante de R$7.200 mil que compreende a iniciativa da Companhia em investir em desenvolvimento de novos produtos e variação de R$ 1.438 mil na aquisição de imobilização.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$47.463 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$59.439 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$11.976 mil, ou 25%, é justificada pelo aumento em amortização em 2020 mesmo tendo havido novas contratações, pois foram quitadas dentro do próprio período de contratação.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$74.124 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$36.888 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$37.236 mil, ou 50%, é justificado principalmente pelo aumento do resultado operacional que passou de R$ 95.796 mil em 2018 para R$174.038 mil em 2019.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$16.098 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$12.077 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$4.021 mil, ou 25%, é justificado pela variação da aquisição de ativo imobilizado no montante de R$ 3.084 mil devido ao investimento feito pela Companhia em equipamentos para produção e controle de qualidade e pela variação da aquisição de ativo intangível no montante de R$ 937 mil em virtude da retomada dos projetos de P&D.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$59.439 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$31.064 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$28.375 mil, ou 48%, é justificado principalmente pelo aumento de amortização, líquida de captação, de empréstimos e financiamentos em 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi a venda de medicamentos. A receita operacional líquida da Companhia é, basicamente, proveniente da venda de medicamentos por meio dos seguintes segmentos operacionais divulgados em suas demonstrações financeiras:

(i) Unidade de Negócios Hospitalar: consiste na divisão de negócios composta de medicamentos aplicados em tratamentos específicos em hospitais e clínicas, públicos ou privados;

(ii) Unidade de Negócios Farma: consiste na divisão de negócios que atende ao canal varejo farmacêutico; e

(iii) Unidade de Negócios Exportação: consiste na divisão de negócios que comercializa produtos para o exterior.

Descrição dos Componentes Principais de nossos Resultados Operacionais:

Segue abaixo um resumo dos itens que compõem nossa demonstração de resultados:

Receita operacional líquidas

A receita operacional líquida é proveniente de vendas de produtos farmacêuticos (medicamentos genéricos, similares, alimentos, cosméticos, produtos para saúde entre outros) de acordo com as seguintes unidades de negócio: Unidade de Negócios Farma que atende as farmácias localizadas no Brasil e está presente nas maiores redes de drogarias do país, bem como nas farmácias independentes e associativas; Unidade de Negócios Hospitalar que compreende atendimento a hospitais e clínicas privadas, incluindo as instituições de saúde pública nas esferas federal, estadual e municipal, além dos distribuidores hospitalares; Unidade de Negócios Exportação, denominado Comex, que atua nas vendas para os países da América Latina e África.

Custo das vendas

O custo das vendas consiste principalmente em custos relacionados a produção e venda dos produtos, incluindo a aquisição dos insumos para a produção de medicamentos, mão de obra relacionada a produção e cadeia de vendas, custos de transformação, custos de logística (que inclui custos de armazenamento e distribuição), provisão para obsolescência de estoque. Devido ao grande volume de importações de matérias-primas, as variações no câmbio podem afetar o resultado operacional da Companhia, visto que grande parte dos insumos essenciais à produção de medicamentos é adquirida no mercado internacional.

Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas consistem principalmente de despesas relacionadas a folha de pagamento de pessoal que dá suporte à operação, honorários, despesas de propaganda, entre outros.

Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado, não relacionadas a operação da Companhia e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm tem um impacto irrelevante nos resultados consolidados.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Receitas financeiras

A receita financeira é relacionada ao fluxo da empresa de caráter monetário, como os juros recebidos, rendimentos das aplicações financeiras, ou qualquer outro ganho que seja financeiro.

Despesas Financeiras

A despesa financeira consiste principalmente no custo dos empréstimos captados para desenvolvimento da operação e sustentar o plano de expansão industrial da Companhia, somos financiados principalmente através de empréstimos de longo prazo vinculados a aplicação dos recursos para desenvolvimento da empresa. As despesas financeiras também incluem custo de garantias bancárias, correções monetárias sobre depósitos e bloqueios judiciais e juros sobre provisões, e custo de vendas de recebíveis.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

O setor farmacêutico é geralmente afetado pelas mudanças na confiança e na demanda dos consumidores, pela concorrência, sazonalidade e níveis de preço.

As incertezas políticas e as condições econômicas gerais do país podem ter efeitos adversos no poder aquisitivo do consumidor, custos das mercadorias adquiridas, disponibilidade de mão de obra e de mercadorias e outros fatores que afetam nossos negócios e o setor farmacêutico em geral. Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, os consumidores tendem a comprar menos mercadorias, os preços caem e os financiamentos se tornam mais dispendiosos.

As atividades e resultados financeiros e operacionais também podem ser substancialmente afetados por aquisições e desinvestimentos realizados pela Companhia, visando adequar seu portfólio a novos patamares de crescimento e rentabilidade. Além dos fatores acima as atividades e resultados financeiros também são impactados pelo patamar das taxas de juros praticadas no país, principalmente CDI, TJLP e TR, que são os principais indexadores da dívida em reais da Companhia.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Cenário macroeconômico brasileiro: A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassado parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços. As variações cambiais afetam o resultado financeiro, o custo dos insumos importados, a depreciação ou apreciação da moeda brasileira diante do dólar e, desta maneira, o lucro bruto, com reflexos sobre o desempenho operacional da Companhia. A volatilidade da margem bruta apresentada nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018 foi parcialmente afetada pela volatilidade do câmbio.

Concorrência: O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo, de modo que a Companhia enfrenta a concorrência de outras companhias, com presença tanto nos mercados nacional quanto internacional. Essas empresas oferecem uma grande variedade de produtos, que concorre com a maioria dos produtos oferecidos pela Companhia. Dessa forma, o negócio é afetado pelas condições concorrenciais, sendo que a Companhia pode precisar aumentar seus gastos com marketing e promoção e/ou reduzir os preços dos produtos, adaptar os produtos existentes e lançar novos produtos para manutenção de sua competitividade no mercado.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Sazonalidade: Alguns produtos são afetados por sazonalidade. Todavia, de maneira geral, tais produtos tendem a ter suas vendas compensadas entre si, na medida em que o período sazonal de menores vendas de um produto tem seu resultado neutralizado pela venda de outros produtos, sujeitos as maiores vendas sazonais nestes períodos. No geral, esta compensação resulta em uma relativa estabilidade no faturamento total.

Preços: Os preços do setor caracterizam-se por aumentos graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes dois fatores: (i) aumento nos custos de produção; e (ii) aumento na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento do poder aquisitivo de nossos consumidores. Ganhos consistentes na produtividade do setor têm permitido aos fabricantes evitar o repasse de todos os aumentos nos custos aos consumidores. Além disso, de acordo com a legislação aplicável ao setor de medicamentos, o governo brasileiro controla preços de medicamentos no Brasil para a grande maioria das apresentações disponíveis no mercado. Para alguns produtos considerados “menos críticos” pela ANVISA, como fitoterápicos e correlatos, existe apenas o monitoramento de preços de mercado, sem um controle rígido do Governo Federal. A administração da Companhia acredita que os preços aos consumidores continuarão a crescer de maneira gradual, e que as companhias continuarão a obter ganhos de produtividade para evitar o repasse integral do aumento dos custos aos consumidores.

Demanda: A Companhia possui um portfólio amplo, composto por marcas e produtos diversificados que possuem demanda estabelecida em níveis diferentes, com rentabilidade atrativa e potencial de crescimento. A demanda é influenciada por diversos fatores, incluindo: (i) o envelhecimento da população que tende a aumentar a demanda pelos medicamentos; (ii) a melhoria do nível médio de renda que provoca aumento na demanda pelos produtos da Companhia direcionados às classes B e C; e (iii) os lançamentos de novos produtos.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos três últimos exercícios sociais, a receita da Companhia foi impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificações de preços.

Anualmente, as receitas provenientes do setor de medicamentos são impactadas por reajustes de preços controlados pelo governo federal, que afetam os preços máximos passíveis de serem praticados no mercado. Tais aumentos são permitidos a partir de 31 de março de cada ano e tomam como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ajustado por um fator de produtividade, por uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrassetor e uma parcela de fator de preços relativos entre setores, conforme definidos anualmente pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.

Além disso, os reajustes dos preços de medicamentos são escalonados em três níveis, segundo o grau de concentração do mercado em cada classe terapêutica, que é calculado com base no Índice Herfindahl-Hirschmann (IHH). Desde 2015, o nível 1 reúne classes sem evidência de concentração de mercado (com IHH < 1.500); o nível 2, classes em que há concentração moderada (1500 < IHH < 2.500); por fim, o nível 3, classes com forte concentração (IHH > 2.500). Até 2014, os níveis eram definidos conforme a penetração de genéricos nas classes terapêuticas que os integram: maior ou igual a 20% para o nível 1; igual ou superior a 15%, mas menor que 20% para o nível 2; inferior a 15% para o nível 3.

A tabela abaixo indica os patamares máximos de ajustes de preços permitidos nos últimos três anos pela CMED em cada nível de reajuste:

	2020	2019	2018
Nível 1	5,21%	4,33%	2,84%
Nível 2	4,22%	4,33%	2,47%
Nível 3	3,23%	4,33%	2,09%

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A receita da Companhia nos três últimos exercícios sociais também foi impactada pelo crescimento do volume de vendas de seus medicamentos. A receita da Companhia é ainda impactada pelo lançamento de novos produtos. Em particular, em medicamentos, o percentual da Receita Líquida proveniente de produtos lançados nos últimos três anos vem em trajetória ascendente, conforme indicado na tabela abaixo

Medicamentos	2020	2019	2018
Receita líquida anual proveniente de produtos lançados nos últimos 3 anos	7,49%	4,33%	2,84%

Por não ter receitas significativas denominadas em moeda estrangeira, as taxas de câmbio não têm impacto direto sobre o aumento de receita da Companhia, mas têm reflexo indireto sobre custos e inflação, que incorpora o aumento dos insumos em dólares e é posteriormente repassada para preços.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação. A receita de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. Não é possível prever, no entanto, se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Parte dos custos provém de insumos importados, cujos preços em reais oscilam conforme as alterações das taxas de câmbio. Ao longo dos três últimos exercícios sociais, o resultado operacional da Companhia foi negativamente afetado pelo aumento de tais custos. Tal efeito, no entanto, foi parcialmente compensado no resultado líquido em virtude de maior eficiência em termos de despesas com vendas, marketing, gerais e administrativas.

Já o desempenho financeiro é impactado pelo câmbio, pelas taxas de juros e pela inflação no Brasil. Tais indicadores têm efeitos sobre a despesa financeira e, por extensão, sobre o lucro líquido. Além disso, o desempenho financeiro da Companhia nos últimos três exercícios sociais foi influenciado pelas taxas de juros no Brasil, uma vez que (i) parte expressiva das debêntures, dos empréstimos e financiamentos é corrigida por indexadores como o Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a Taxa Referencial (TR), e (ii) os recursos financeiros que constituem nosso caixa e equivalentes encontram-se investidos a taxas atreladas principalmente ao CDI. A variação das taxas de juros, portanto, tem impacto sobre as despesas com juros e sobre as receitas financeiras, gerando efeitos sobre as despesas com juros líquidas e, por conseguinte, sobre o lucro líquido.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2020

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019

CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 / IFRS 16 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 / IFRS 16 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos da nova norma.

ICPC 22 – IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação.

Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2018

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1). De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. No caso da Companhia, isso ocorre na entrega dos produtos e não houve mudança no critério de reconhecimento da receita em relação a exercícios anteriores.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A Companhia adotou o CPC 48 usando o método de efeito cumulativo, sem reapresentação, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018), seu efeito foi no resultado.

A classificação dos seus instrumentos financeiros é mensurada pelo custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, e atendem aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” presente na norma.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia fez a transição da norma IFRS 16/CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. A aplicação dos requerimentos do CPC 06 / IFRS 16 (Arrendamento Mercantil) no reconhecimento inicial resultaram na constituição de ativos de direito de uso no valor de R$3.043 mil e de um passivo correspondente, conforme demonstrado a seguir. A Companhia não reconheceu o efeito do ajuste a valor presente sobre os contratos de arrendamento por serem considerados de baixo valor.

ANO 2019					
Objeto	**Início**	**Término**	**Valor mensal (em milhares de R$)**	**Exceção ao CPC 06 (R2)**	**Valor Ativo (em milhares de R$)**
Locação de antenas de estação e cabine de comunicação	22/09/2016	-	R$ 1	Valor imaterial	-
Locação de empilhadeira	01/11/2019	30/11/2022	R$ 4		R$ 135
Locação de máquinas e equipamentos de vigilância	01/12/2017	30/11/2020	R$ 7		R$ 80
Locação de máquina encapsuladora	01/08/2018	31/12/2023	Valor variável		R$ 1.728
Locação de posições de pallets.	01/05/2019	30/05/2022	R$ 32		R$ 1.100
Total					**R$ 3.043**

ICPC 22 – IFRIC 23 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Com a adoção do ICPC 22 – IFRIC 23 em 1º de janeiro de 2019, a Companhia realizou a análise dos procedimentos das apurações tributarias de IRPJ e CSLL, e de interpretações a luz das legislações tributarias aplicáveis quanto as dedutibilidades e de critérios utilizados na apuração dos impostos, a Companhia não identificou qualquer incerteza com relação à legislação nas esferas administrativas e judiciais, e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação.

CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, foi realizada uma análise das perdas esperadas, levando em conta o histórico de perdas dos últimos cinco anos, a fim de se obter um rating geral para aplicação sobre a carteira de títulos a vencer de 31/12/2018.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 possui parágrafo de ênfase mencionado a reemissão das demonstrações financeiras, conforme abaixo:

"*Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras*

Em 21 de fevereiro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração: Em relação à ênfase de reemissão das demonstrações financeiras, que não representa uma ressalva da opinião dos auditores independentes, ratificamos que esta reapresentação visa unicamente adequar as demonstrações financeiras do grupo aos requerimentos do órgão regulador (CVM) e são complementares às demonstrações originalmente apresentadas e auditadas. Vale ressaltar que tais demonstrações originalmente apresentadas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme opinião do auditor independente.

Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 possui parágrafo de ênfase mencionado a reemissão das demonstrações financeiras, conforme abaixo:

"*Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras*

Em 21 de fevereiro de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração: Em relação à ênfase de reapresentação das demonstrações financeiras, que não representa uma ressalva da opinião dos auditores independentes, ratificamos que esta reapresentação visa unicamente adequar as demonstrações financeiras da Companhia aos requerimentos do órgão regulador (CVM) e são complementares às demonstrações originalmente apresentadas e auditadas. Vale ressaltar que tais demonstrações originalmente apresentadas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme opinião do auditor independente.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 possui parágrafo de ênfase mencionado a reemissão das demonstrações financeiras, conforme abaixo:

"*Ênfase – Reemissão das demonstrações financeiras*

Em 29 de março de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras do Laboratório Teuto Brasileiro S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reemitidas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir uma base de preparação de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da CVM descrita na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

Comentários da Administração: Em relação à ênfase de reapresentação das demonstrações financeiras, que não representa uma ressalva da opinião dos auditores independentes, ratificamos que esta reapresentação visa unicamente adequar as demonstrações financeiras da Companhia aos requerimentos do órgão regulador (CVM) e são complementares às demonstrações originalmente apresentadas e auditadas. Vale ressaltar que tais demonstrações originalmente apresentadas apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme opinião do auditor independente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos subjetivos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. Na elaboração das demonstrações financeiras, utilizamos estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. As políticas contábeis e julgamentos críticos são aplicados de forma consistente. O julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. A Administração revisa as estimativas e premissas de forma contínua e essas são reconhecidas prospectivamente. As premissas utilizadas são revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando quando necessário, referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista.

A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais de cada exercício, ainda que não se possa ter precisão sobre os valores, porém, acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

- **Valor realizável líquido dos estoques**

A Companhia reconhece as perdas de estoques, avaliando os itens individualmente com base em alguns fatores como o total do estoque próprio próximos do vencimento sem expectativa de uso, o total do estoque próprio reprovado pela qualidade e itens avariados.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política de provisão para perdas no estoque é crítica pois envolve estimativas e julgamentos no cálculo de provisão de perdas e de obsolescência, cujos julgamentos críticos são aplicados de forma consistente.

- **Provisão para perdas esperadas do contas a receber**

As estimativas para a provisão para perdas esperadas do contas a receber são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde o risco de inadimplência é avaliado através da análise individualizada dos clientes, adicionalmente para o reconhecimento contábil de perdas esperadas é apurado um rating de perdas históricas.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política de provisão para créditos de liquidação duvidosa é crítica pois envolve estimativas e julgamentos no cálculo para a provisão para crédito de liquidação duvidosa, cujos julgamentos críticos são aplicados de forma consistente.

- **Provisões para demandas judiciais**

As estimativas para a constituição das provisões para demandas judiciais são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Comentários da Administração: o departamento jurídico da Companhia acompanha os andamentos dos seus processos junto com advogados externos, avaliando o risco de perda para cada demanda judicial e quando a chance de perda é classificada como provável, é constituída uma provisão contábil. Para os processos trabalhistas, devido ao número significativo de processos, a provisão é calculada, considerando o histórico de perdas para estimar o montante envolvido para as ações individuais. Fatores como histórico de pagamentos do último ano e segregação dos empregados pelas principais categorias, são utilizados para estabelecer a média dos pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados e para estimar perda nas reclamações existentes.

- **Mensuração do valor justo**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a política de provisão de valor justo dos instrumentos financeiros é crítica pois envolve estimativas e julgamentos dos dados utilizados no cálculo, cujos julgamentos críticos são aplicados de forma consistente.

- **Propriedade para investimento – valor justo**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que a mensuração do valor justo de propriedade para investimento é crítica pois envolve estimativas e julgamentos dos critérios utilizados no cálculo de avaliação.

- **Subvenções governamentais**

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Comentários da Administração: a Administração da Companhia entende que o reconhecimento de subvenção é crítica pois envolve julgamentos dos critérios utilizados para o reconhecimento.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nossos gastos de capital (*Capex* – definido como as adições feitas ao imobilizado) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$20.196 mil. Isto incluiu os gastos de capital relacionados a investimentos em novos produtos, e modernização e expansão e investimentos em informática.

R$ mil, exceto percentuais	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	Variação 2020 x 2019	Variação 2019 x 2018
Investimentos em novos produtos e compra de dossiês	6.033	1.234	-	389%	-
Investimentos em modernização e expansão	13.408	11.048	9.499	21%	16%
Investimentos em informática para modernização	755	596	295	27%	102%
Total	20.196	12.878	9.794	57%	31%

Os investimentos de capital previstos pela Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021 consistem fundamentalmente em investimentos associados ao desenvolvimento de novos produtos, investimento em força de vendas no canal hospitalar e de varejo, modernização e expansão e investimentos em informática. Esses investimentos representam 100% de um montante total de aproximadamente R$32 milhões a ser investido, pela Companhia, durante o ano de 2021. Parte do valor captado com a Oferta será usada para financiar tal o investimento em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e na força de vendas, sendo que o restante dos recursos será utilizado para capital de giro.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos realizados pela Companhia estão descritas no item 10.1(d) acima deste Formulário de Referência.

Para os investimentos previstos e descritos no item (i) acima, a Companhia pretende utilizar os recursos provenientes da Oferta como fonte principal de financiamento.

A Companhia pode, no futuro, utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia possui desenvolvimento de produtos em andamento, contudo, ainda não divulgados.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

A Companhia registra os gastos com desenvolvimento de novos produtos no ativo intangível, os quais incluem gastos com mão-de-obra aplicada mediante apontamento de horas do pessoal técnico envolvido, materiais diretos consumidos, bem como serviços e outras despesas gerais necessárias às atividades de desenvolvimento. Para tanto, a Companhia possui uma política interna que estabelece a distinção entre as fases de pesquisa e desenvolvimento e a criação de controles por projeto de onde espera-se obter um produto novo ou mudança substancial em um produto/processo existente, definindo também o início e critérios para amortização dos gastos ao resultado, a partir da comercialização do produto. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os custos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos em desenvolvimento de novos produtos considerados com ativo intangível da Companhia totalizaram R$10.419 mil em 2020, R$ 3.220 mil em 2019, e R$ 2.283 mil em 2018.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 em nossas atividades

As nossas operações não sofreram um impacto relevante em razão das medidas adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. As atividades da Companhia, ligadas aos segmentos farma e hospitalar, são consideradas negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco prováveis medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de produção de medicamentos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis.

Em virtude do acompanhamento contínuo da administração da Companhia, os seus níveis de estoques permanecem em níveis satisfatórios com o previsto em seu plano de negócio, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos.

Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. A maioria das atividades administrativas da Companhia estão ocorrendo em regime de home-office, revezamento e banco de horas desde março de 2020, e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades. Apesar de diversas incertezas quanto ao impacto dessa pandemia na economia global, a receita de 2020 não foi negativamente impactada e, para mitigar quaisquer riscos de impacto em seu resultado operacional e financeiro, a Companhia já tomou diversas ações com a finalidade de manutenção das receitas, redução de custos e geração de liquidez, tais como, aumento de estoque de produtos-chave, propiciando estoque satisfatório e evitando desabastecimento, além de controle rigoroso dos custos em todas as áreas da Companhia.

Até o momento, não identificamos riscos significativos à nossa operação, do fluxo de novos negócios ou na capacidade de pagamento de nossos clientes. Em relação aos recebíveis, a Companhia não verificou um aumento da inadimplência e não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento.

Em virtude do acompanhamento contínuo da nossa administração, foi possível observar que os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos.

Adicionalmente, não houve opção por contratação de financiamentos em função da COVID-19.

No âmbito tributário, a Companhia aderiu as postergações dos recolhimentos do INSS e FGTS nos meses de março, abril e maio de 2020, sendo que os valores foram liquidados dentro do próprio exercício de 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Medidas adotadas pela Companhia

Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de COVID-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo:

- Reforço da atenção à saúde condicionando a entrada em suas instalações à verificação de temperatura com termômetros de infravermelho;
- Adoção do trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores que fazem parte do grupo de risco da COVID-19, nas atividades administrativas;
- Criação de ferramenta Web, para avaliação diária da Saúde dos colaborares;
- Controle e monitoramento de pessoas contratadas por terceiros, restringindo apenas a serviços emergenciais com reforço no uso de EPI's;
- Exigência do uso de máscara e outros EPI's quando necessários, implantação do protocolo de higienização pessoal;
- Utilização de ferramentas eletrônicas para promover reuniões e a suspenção de viagens internacionais e restrições a viagens nacionais;
- Aumento no rigor com a limpeza e sanitização e higienização das áreas;
- Ampliação do ambulatório médico da Companhia para monitoramento e atendimento dos colaboradores e Terceiros;
- Implantação do programa "Carona Solidaria", disponibilizando combustíveis aos colaboradores para incentivar os colaboradores a deixarem de utilizar o Ônibus fretado a passarem a vir em seus respectivos veículos;
- A Companhia contratou e aumentou o número de Ônibus fretados para aumentar o distanciamento dos colaboradores;
- Os horários dos turnos foram separados com escalonamento de horários para entradas e saídas de turnos, incluindo escalonamento para horários de refeição, buscando desta forma evitar qualquer tipo de aglomeração;
- As áreas de refeitórios foram expandidas buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações;
- A Companhia instalou novos sanitários/banheiros/catracas, instalou barreiras físicas e demarcou com sinalização os lugares, buscando desta forma promover maior distanciamento e evitar aglomerações; e
- Criação do Comitê de Prevenção e Monitoramento da COVID-19, órgão interno de caráter permanente, consultivo e informativo, com foco na reavaliação das ações de prevenção implementadas.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por tampouco divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A administração da Companhia é composta por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria Estatutária, (iii) Conselho Fiscal não permanente, e (iv) Comitê de Auditoria Não Estatutário, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

(a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão deles. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(a) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme Artigo 6º do Estatuto Social;

(b) (i) qualquer alteração relevante no escopo do negócio da Companhia (incluindo os países em que a Companhia e/ou suas subsidiárias operem, tenham propriedade de ativos ou façam vendas) ou (ii) a aprovação de, ou qualquer alteração relevante ao Plano de Negócios;

(c) aquisição, compra ou venda (incluindo séries de aquisições ou vendas relacionadas), pela Companhia e/ou suas subsidiárias, de ativos, negócios ou linha de negócios, incluindo a compra ou venda de ativos ou participações societárias com valor igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

(d) aprovação do orçamento anual da Companhia e/ou de suas subsidiárias e plano operacional para qualquer exercício social, e qualquer aditamento ou modificação a estes, ou desvio destes;

(e) aprovar qualquer operação de natureza financeira, incluindo, mas não limitado, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, que resulte isoladamente em endividamento da Companhia perante a instituição financeira ou semelhante com montante igual ou superior a R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), não ser superior ao orçamento anual e com limite do índice de dívida liquida de 2x (duas vezes) o EBTIDA;

(f) ajuizamento de assinatura de acordo em relação a, renúncia ou liberação no âmbito de qualquer demanda ou litígio envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias seja igual ou superior a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(g) aprovação de doações por ou em nome da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

(h) constituição e instalação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, ou modificações nas funções de qualquer desses comitês da Companhia e/ou de suas subsidiárias;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) qualquer pesquisa, desenvolvimento (incluindo estudos e testes clínicos, e a busca de aprovações regulatórias), importação ou aquisição de matérias primas e insumos, manufatura, armazenamento, embalagem, teste, comercialização, promoção, distribuição, vendas, suporte, vigilância pós-marketing, reporte de eventos adversos, recall, processamento de devoluções ou outras atividades com relação a produtos farmacêuticos envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias, que estejam fora do orçamento anual aprovado;

(j) análise de qualquer contrato, acordo ou arranjo que envolva derivativos e estratégias de *hedging* envolvendo a Companhia e/ou suas subsidiárias, a serem deliberadas pela Assembleia Geral;

(k) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(l) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(m) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(n) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares;

(o) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(p) deliberar sobre transações com partes relacionadas, observado o disposto na política de transação com partes relacionadas da Companhia vigente à época da celebração;

(q) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(r) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(s) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(t) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e

(u) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Auditoria Não Estatutário

A Companhia tem um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. Os membros do Comitê de Auditoria, eleitos pelo Conselho de Administração, possuirão mandatos unificados de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas atribuições incluem:

(a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(b) supervisionar as atividades da auditoria independente;

(c) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

(f) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas;

(g) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(h) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente.

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.teuto.com.br).

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria possui regimento interno aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021. O regimento está disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (ri.teuto.com.br).

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui Comitê de Auditoria Estatutário. Uma vez que o Comitê de Auditoria não é estatutário, ele não segue as regras da Instrução CVM 308.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, é constituída de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 9 (nove) diretores, sendo (a) um Diretor Presidente; (b) um Diretor Financeiro; (c) um Diretor de Relações com Investidores; (d) dois Diretores Comerciais; (e) um Diretor Industrial; (f) um Diretor de Qualidade; (g) um Diretor de Novos Negócios; e (h) um Diretor de Marketing. Todos os diretores são residentes no país e tem mandato fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

As atribuições por cargo definidas pelo Conselho de Administração são:

- **Diretor Presidente**

(a) Dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores;

(b) Supervisionar as atividades de auditoria interna e dos advogados da Companhia;

(c) Informar o Conselho de Administração da implementação de operações relevantes que não exijam aprovação prévia do Conselho de Administração e Assembleia Geral

- **Diretor Financeiro**

(a) Apresentar e reportar informações financeiras históricas precisas e tempestivas sobre a Companhia e/ou suas subsidiárias;

(b) Investir o capital da Companhia e/ou de suas subsidiárias, levando em consideração o risco e a liquidez;

(c) Supervisionar a estrutura de capital da Companhia e/ou de suas subsidiárias, determinando a melhor composição de dívida, capital social e financiamento próprio;

(d) Executar previsões e modelagens econômicas e financeiras da Companhia e/ou de suas subsidiárias; e

(e) Identificar e avaliar riscos financeiros e econômicos aos quais a Companhia e/ou de suas subsidiárias possam estar sujeitas e preparar planos para mitigação destes riscos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- **Diretor de Relações com Investidores**

(a) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

- **Diretores Comerciais**

(a) Dirigir e coordenar a área Comercial divisão Hospitalar, realizando o planejamento estratégico através de reuniões com a alta administração e com o conselho administrativo, estabelecendo objetivos, metas, entre outros pontos, com o intuito de promover o alcance dos resultados, desenvolvimento e crescimento da Companhia.

- **Diretor Industrial**

(a) Definir e coordenar estratégias da empresa relacionadas às áreas de Produção, Engenharia e Manutenção e Otimização de Processos da Companhia.

- **Diretor de Qualidade**

(a) Dirigir e coordenar as áreas de Garantia da Qualidade, Controle de Qualidade, Registros - Assuntos Regulatório, SAC e Farmacovigilância, Desenvolvimento Tecnológico e Desenvolvimento Analítico realizando o alinhamento das metas com a presidência, definindo os planos de ação para atingir os resultados esperados, envolvendo as áreas, objetivando contribuir com os resultados da Companhia.

- **Diretor de Novos Negócios**

(a) Dirigir e coordenar as áreas de Novos Negócios, Suprimentos, Compras, Comercio Exterior e Lançamentos, realizando o planejamento estratégico das áreas através de reuniões com a alta administração e com o conselho administrativo, estabelecendo objetivos, metas, entre outros pontos, com o intuito de promover o alcance dos resultados, desenvolvimento e crescimento da Companhia.

- **Diretor de Marketing**

(a) Dirigir e coordenar o setor de marketing da Companhia, focando no tripé de responsabilidades, sendo eles, gestão de pessoas (endomarketing), gestão do canal de distribuição (Distribuidor e varejo) e consumidor final, definindo estratégias e projetos visando cumprir com o compromisso em promover saúde e bem-estar para as pessoas (colaboradores, clientes e pacientes).

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, competindo a ela as atribuições previstas na legislação aplicável, incluindo a Lei das Sociedades por Ações.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno próprio.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia não possui regimento interno do Conselho Fiscal, podendo aprovar um regimento quando de sua instalação.

(d) Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

A Companhia possui mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria que se reporta ao Conselho de Administração, conforme constante de seus respectivos regimentos internos e/ou indicado abaixo.

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, e do Presidente do Conselho. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro ou Presidente do Conselho, que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Diretoria: com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Diretor Presidente. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitê de Auditoria: o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, a cada 1 (um) ano, a sua autoavaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Conselho de Administração: o processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro e o fortalecimento dos valores e conduta ética. Cada Conselheiro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os Conselheiros.

Diretoria: o processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Auditoria: o processo de avaliação do Comitê de Auditoria é estruturado levando em consideração o seu desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento do seu respectivo regimento interno. Cada membro responde um questionário sobre estes temas; as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Conselho de Administração: os resultados consolidados das avaliações do Conselho e dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho. Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho. Os resultados das avaliações do Presidente do Conselho serão também disponibilizados a todos os Conselheiros.

Diretoria: Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de *feedback* individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

Comitê de Auditoria: os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

(iv) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até o momento, não houve contratação de serviços externos para auxiliar no procedimento de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e do Comitê de Auditoria.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a assembleia geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, conforme o estatuto social da Companhia aprovada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 12 de fevereiro de 2021 ("Estatuto Social") e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do artigo 6º do Estatuto Social;

(b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se houver;

(c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(e) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(f) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no artigo 6º do Estatuto Social;

(g) deliberar sobre a incorporação da e/ou pela Companhia (incluindo incorporação de ações), bem como fusão, cisão, ou transações similares envolvendo a Companhia;

(h) deliberar sobre a distribuição de dividendos;

(i) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;

(j) aprovar compra, resgate ou outra aquisição de quaisquer ações e/ou outros títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia;

(k) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(l) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(m) aprovar qualquer operação de natureza financeira, incluindo, mas não limitado, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds, notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, que seja superior ao orçamento anual e que ultrapasse o limite do índice de dívida liquida de 2x (duas vezes) o EBTIDA;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(n) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado;

(o) escolha de empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado;

(p) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: ri.teuto.com.br.

Endereço Físico: VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. De acordo com tais regras, não é admitido o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia exige o reconhecimento de firma, notarização, das procurações apresentadas, assim como, consularização e tradução juramentada, quando aplicáveis.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 07 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

(h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto à distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM 481, acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto à distância de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, sempre que convocada Assembleia Geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto à distância, conforme §1º do art. 21-A; ou (ii) propostas de deliberação para as Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto à distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901, cidade de Anápolis, Estado de Goiás, e ri.teuto.com.br.

(j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail: ri@teuto.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias úteis, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O conselheiro que assim participar à distância será considerado como presente em referida reunião.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 6 (seis) vezes, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 2 (duas) reuniões extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Conforme disposto no item 15.5 deste Formulário de Referência, o Acordo de Acionistas da Companhia, dispõe que os conselheiros deverão exercer seu direito de voto de forma a cumprir o disposto no Acordo de Acionistas. Caso algum conselheiro não vote em conformidade com as normas definidas no Acordo de Acionistas, seu voto será considerado ineficaz, não havendo cômputo de tais votos, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º da Lei de Sociedades por Ações.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira e na Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Partes Relacionadas") e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos no processo de aprovação que tenham um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverão declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação. Caso algum Conselheiro em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus acionistas, administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, sendo que, se tal transação necessitar de aprovação, nos termos da Política de Partes Relacionadas, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política de Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

(d) Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia, possui uma política formal de indicação de membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria estatutária ("Política de Indicação"), aprovada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em 18 de fevereiro de 2021. A Política de Indicação pode ser consultada no site de RI da Companhia: ri.teuto.com.br.

(ii) Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Conselho de Administração será formado por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 9 (nove) membros. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Conforme disposto na Política de Indicação, a indicação dos membros do Conselho de Administração deverá obedecer os seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia: (i) inexistir declaração de inabilitação por ato da Comissão de Valores Mobiliários;(ii) integridade pessoal e reputação ilibada; (iii) inexistir ocupação de cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iv) inexistir interesse conflitante com a Companhia; (v) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (vi) experiência profissional em temas diversificados, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas em seu mandato de Conselheiro ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (vii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (viii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A Diretoria será formada por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, dois Diretores Comerciais, um Diretor de Produção, um Diretor de Qualidade, um Diretor de Novos Negócios e um Diretor de Marketing. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Conforme disposto na Política de Indicação, a indicação dos membros da Diretoria deverá obedecer os seguintes critérios, de acordo com sua função: (i) inexistir declaração de inabilitação por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (ii) integridade pessoal e reputação ilibada; (iii) inexistir ocupação de cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; (iv) inexistir interesse conflitante com a Companhia; (v) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (vi) conhecimento e experiência profissional compatível com o cargo para o qual foi indicado, tendo exercido previamente funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de Diretor ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia no momento de sua indicação; (vii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; e (viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia.

O Comitê de Auditoria terá composição de, no mínimo, de 3 (três) membros.

Conforme disposto na Política de Indicação e observado o Regulamento do Novo Mercado, a composição do Comitê de Auditoria deverá obedecer aos seguintes critérios: (i) ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente, conforme definição constante no Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito de valores mobiliários e defini os deveres e as responsabilidades das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; (iii) o mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (i) e (ii) acima; (iv) nenhum dos membros poderá ser controlador da Companhia, nem diretor da companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas; (v) nenhum dos membros poderá ser cônjuge ou parente até segundo grau de membros da administração da Companhia ou de pessoas que possuam vínculo empregatício com a Companhia ou com suas sociedades controladas; (vi) os membros devem demonstrar alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e seu Código de Ética e Conduta; (vii) os membros devem apresentar visão estratégica, responsabilidade social e ambiental, formação acadêmica compatível com suas atribuições, conhecimento e experiência profissional em temas diversificados, compatíveis ao cargo e habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; (viii) os membros devem demonstrar disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e à responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões e da leitura prévia da documentação; e (ix) os membros devem possuir conhecimentos em auditoria, compliance, contabilidade, tributação e afins e/ou experiência em tais atividades, bem como em avaliação e gerenciamento de riscos.

A eleição dos membros dos Comitês pelo Conselho de Administração, sejam conselheiros ou não conselheiros, deverão obedecer aos seguintes critérios, além do estabelecido no parágrafo anterior para o Comitê de Auditoria: (i) possuam ilibada reputação e notórios conhecimentos do funcionamento dos mercados administrados pela Companhia e/ou por suas sociedades controladas; (ii) não ocupem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia ou de suas sociedades controladas e não tenham, nem representem, interesse conflitante com o da Companhia ou com o de suas sociedades controladas; (iii) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas; (iv) formação acadêmica compatível com as atribuições do Comitê para qual tal membro foi indicado; (v) conhecimento e experiência profissional na área de atuação, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato ou tendo reunido capacidades e experiências que sejam do interesse da Companhia; (vi) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e (vii) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões dos comitês e da leitura prévia da documentação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, conforme alteradas, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Osvaldo Soares Pinto	18/03/1962	Pertence apenas à Diretoria	11/11/2020	1 ano	10
038.027.578-31	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	11/11/2020	Sim	0.00%
N/A		Diretor Comercial			
Carlos Roberto de Andrade	31/08/1951	Pertence apenas à Diretoria	11/11/2020	1 ano	10
532.433.908-34	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	11/11/2020	Sim	0.00%
N/A		Diretor de Produção/Industrial			
Luiz Alberto Lyra Pinheiro	29/07/1965	Pertence apenas à Diretoria	18/02/2021	1 ano	3
433.831.065-00	Economista	19 - Outros Diretores	18/02/2021	Sim	0.00%
Eleito como Diretor Financeiro em 11/11/2020 para o mandato de 1 ano.		Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
Ítalo Nogueira Alves de Melo	07/04/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	5
693.025.881-49	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Priscilla Nogueira Alves Melo	25/06/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	2
704.292.431-20	Gestora Administrativa	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/02/2021	Sim	100.00%
N/A					
Carlos José Rolim de Mello	27/01/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	5
075.711.958-10	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/02/2021	Sim	100.00%
Membro efetivo do Comitê de Auditoria					
Igor Nogueira Alves de Melo	10/12/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	3
850.173.021-15	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	12/02/2021	Sim	100.00%
N/A					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcelo José de Aquino	23/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/02/2021	2 anos	0
129.747.258-64	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/02/2021	Sim	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria					
Marcelo Leite Henriques	03/10/1959	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	11/11/2020	1 ano	10
477.029.906-00	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	11/11/2020	Sim	100.00%
Eleito como membro do Conselho de Administração em 12/02/2021 para o mandato de 2 anos					

616

Experiência profissional / Critérios de Independência

Osvaldo Soares Pinto - 038.027.578-31

O Sr. Osvaldo Soares Pinto é graduado em administração de empresas com ênfase em marketing pela Universidade Nove de Julho. Trabalha na Companhia desde 2008, liderando toda a força de vendas com mais de 450 pessoas.
O Sr. Osvaldo Soares Pinto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Carlos Roberto de Andrade - 532.433.908-34

O Sr. Carlos Roberto de Andrade possui graduação em Administração da Produção Industrial pela Universidade de São Paulo e é bacharel em Química e Licenciado pela Universidade de Guarulhos. Também realizou diversos cursos e projetos como Implantação de Tecnologia, Redução de Preço em Embalagens e Otimização do Fluxo de Materiais com Menor Tempo e Melhores Precauções de Segurança pela Universidade Getúlio Vargas. Ingressou na Teuto em 2003 como Diretor Industrial, onde é responsável por 3.300 colaboradores.
O Sr. Carlos Roberto de Andrade não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Luiz Alberto Lyra Pinheiro - 433.831.065-00

O Sr. Luiz Alberto Lyra Pinheiro é graduado em Ciências Econômicas, Finanças, pela Faculdade Católica da Bahia, e possui MBA pela Universidade Federal de Pernambuco em Gestão de Negócios, e MBA pela Isead Business School em Agrobusiness. Desde 2018, é CFO no Laboratório Teuto, Conselheiro SICOOB e Vice-Presidente do IBEF-DF. Anteriormente, atuou como Diretor Financeiro Holding/Relacionamento Com Investidores e como Professor de Finanças no MBA no Grupo José Alves, entre 2015 e 2018.
O Sr. Luiz Alberto Lyra Pinheiro não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Ítalo Nogueira Alves de Melo - 693.025.881-49

O Sr. Ítalo Nogueira Alves de Melo é graduado em Marketing pela Florida Atlantic University, além de Gestão de Negócios pela Faculdade Cambury. É pós-graduado em gestão de negócios pela Fundação Dom Cabral, e em marketing pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Atua na Companhia há mais de 23 anos e em 2009 se tornou Diretor de Operações e Marketing.
O Sr. Ítalo Nogueira Alves de Melo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Priscilla Nogueira Alves Melo - 704.292.431-20

A Sra. Priscilla Nogueira Alves de Melo é bacharel em gestão de hotelaria e turismo pela Faculdade Alfa (2005) e mestre em Gestão de Pequenas e Médias Empresas pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, FIA (2010). Além disso, realizou diversos cursos como Administração de Cargos e Salários (Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, em 2008), Parceiros para Excelência - PAEX (Fundação Dom Cabral, em 2014), Governança Corporativa em Empresas Familiares (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em 2018), Programa de Governança Corporativa (Fundação Dom Cabral em janeiro de 2018), Cursos de Consultoria em Mercado Financeiro e Governança Corporativa (ministrado por bancos como XP, UBS, BTG, e Itaú, na Suíça, São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro), High Performance Boards Program (IMD International Institute for Management Development, na Suíça, em 2019), Programa de Governança Corporativa e Compliance (Fundação Dom Cabral e KPMG, em 2019) e Educação Financeira Corporativa (Universidade Federal de Goiás in company, em 2019). Anteriormente, atuou no Instituto de Ciências Farmacêuticas, onde criou o departamento de recursos humanos. Atualmente atua como membro do Conselho de Administração da Companhia e como coordenadora do Comitê da Cultura Teuto.
A Sra. Priscilla Nogueira Alves Melo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Carlos José Rolim de Mello - 075.711.958-10

O Sr. Carlos José Rolim de Mello é bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (1984-1988). Anteriormente, foi sócio fundador e atuou no Rolim de Mello Sociedade de Advogados de abril de 2017 a abril de 2018. Atualmente, é sócio do Souza, Mello e Torres, desde abril de 2018. Além disso, sua experiência internacional inclui a atuação como associado nos escritórios do Chadbourne & Parke LLP e Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP, em Nova York, liderando operações de destaque na América Latina. Nas últimas duas décadas, participou de operações importantes e complexas, no mercado brasileiro e internacional, com destaque para a venda da unidade de lácteos da BRF para a Parmalat, a aquisição da Companhia Providência por empresa investida de fundos do Blackstone e a aquisição da Ipiranga pela Ultrapar.
O Sr. Carlos José Rolim de Mello não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos José Rolim de Mello é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

617

Igor Nogueira Alves de Melo - 850.173.021-15

O Sr. Igor Nogueira Alves De Melo é graduado em administração pela PUC Goiás e em propaganda e marketing pela UNIP. Além disso, realizou diversos cursos como Agribusiness Seminar na Harvard University (2015), Presidents Board do evento ONE Ideas Conference da Alltech em Lexington, Kentucky (2016), “Governança Corporativa” promovido pela Fundação Dom Cabral (2017), “Governança Corporativa em Empresas Familiares”, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2018), Board Practice do High Performance Board do IMD, na Suíça (2019), “Educação Financeira Corporativa”, promovido pela Universidade Federal de Goiás” (UFG) in company, “Programa de Governança Corporativa e Compliance”, promovido pela Fundação Dom Cabral e pela KPMG (2019). Atua na Companhia há 15 anos, onde performou diversas funções nas áreas de expedição, produção, controle de qualidade e garantia, Comercial e Suprimentos, sendo a última contribuição como gerente de Novos Negócios. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Companhia e atua em projetos da área de agronegócio.
O Sr. Igor Nogueira Alves De Melo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcelo José de Aquino - 129.747.258-64

O Sr. Marcelo José de Aquino é bacharel em ciências contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis “Tibiriçá” (1995), pós graduado em administração financeira pela Fundação Getulio Vargas (1997-1999), mestre em ciências contábeis pela FUCAPE Business School (2016-2018), doutorando em ciências contábeis em administração de empresas pela FUCAPE Business School (2020-2024) e cursa MBA em digital Business na USP/ESALQ. Anteriormente, foi diretor da Trevisan Auditores, de fevereiro de 1995 a fevereiro de 2001, e sócio da KPMG Brasil, de abril de 2001 a agosto de 2020. Além disso, é consultor, conselheiro consultivo e conselheiro fiscal certificado pelo IBGC (CCI/IBGC), e atuou como professor universitário em graduação e pós-graduação, como também ministrou cursos relacionados a contabilidade, auditoria e governança corporativa. Atualmente participa do grupo de coordenação do Núcleo de Brasíliado IBGC e é sócio do Grupo Planning, desde outubro de 2020, além de membro Independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia.
O Sr. Marcelo José de Aquino não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Marcelo José de Aquino é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcelo Leite Henriques - 477.029.906-00

O Sr. Marcelo Leite Henriques é graduado em Engenharia Mecânica – Administração de Empresas pelo PGA (INSEAD), além de ter concluído mestrado em HEC Paris e Oxford – MBA pela USP-FIA. É CEO da Teuto desde 2006 e foi responsável por mudanças significativas na Companhia. Além disso é sócio investidor da RHR Construção e membro da COMSAUDE FIESP e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) desde 2002, 2009 e 2014, respectivamente, até a data deste formulário de referência.
O Sr. Marcelo Leite Henriques não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Osvaldo Soares Pinto - 038.027.578-31	
N/A	
Carlos Roberto de Andrade - 532.433.908-34	
N/A	
Luiz Alberto Lyra Pinheiro - 433.831.065-00	
N/A	
Ítalo Nogueira Alves de Melo - 693.025.881-49	
N/A	
Priscilla Nogueira Alves Melo - 704.292.431-20	
N/A	
Carlos José Rolim de Mello - 075.711.958-10	
N/A	
Igor Nogueira Alves de Melo - 850.173.021-15	
N/A	
Marcelo José de Aquino - 129.747.258-64	
N/A	
Marcelo Leite Henriques - 477.029.906-00	
N/A	

618

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Carlos José Rolim de Mello	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/01/1965	18/02/2021	1 ano
075.711.958-10		Advogado		18/02/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Marcelo José de Aquino	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	23/09/1971	18/02/2021	1 ano
129.747.258-64		Contador	Coordenador do Comitê	18/02/2021	0	0.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Carlos José Rolim de Mello - 075.711.958-10

O Sr. Carlos José Rolim de Mello é bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (1984-1988). Anteriormente, foi sócio fundador e atuou no Rolim de Mello Sociedade de Advogados de abril de 2017 a abril de 2018. Atualmente, é sócio do Souza, Mello e Torres, desde abril de 2018. Além disso, sua experiência internacional inclui a atuação como associado nos escritórios do Chadbourne & Parke LLP e Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP, em Nova York, liderando operações de destaque na América Latina. Nas últimas duas décadas, participou de operações importantes e complexas, no mercado brasileiro e internacional, com destaque para a venda da unidade de lácteos da BRF para a Parmalat, a aquisição da Companhia Providência por empresa investida de fundos do Blackstone e a aquisição da Ipiranga pela Ultrapar.
O Sr. Carlos José Rolim de Mello não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos José Rolim de Mello é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcelo José de Aquino - 129.747.258-64

O Sr. Marcelo José de Aquino é bacharel em ciências contábeis pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis “Tibiriçá” (1995), pós graduado em administração financeira pela Fundação Getulio Vargas (1997-1999), mestre em ciências contábeis pela FUCAPE Business School (2016-2018), doutorando em ciências contábeis em administração de empresas pela FUCAPE Business School (2020-2024) e cursa MBA em digital Business na USP/ESALQ. Anteriormente, foi diretor da Trevisan Auditores, de fevereiro de 1995 a fevereiro de 2001, e sócio da KPMG Brasil, de abril de 2001 a agosto de 2020. Além disso, é consultor, conselheiro consultivo e conselheiro fiscal certificado pelo IBGC (CCI/IBGC), e atuou como professor universitário em graduação e pós-graduação, como também ministrou cursos relacionados a contabilidade, auditoria e governança corporativa. Atualmente participa do grupo de coordenação do Núcleo de Brasíliado IBGC e é sócio do Grupo Planning, desde outubro de 2020, além de membro Independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia.
O Sr. Marcelo José de Aquino não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Marcelo José de Aquino é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlos José Rolim de Mello - 075.711.958-10	
N/A	
Marcelo José de Aquino - 129.747.258-64	

N/A

620

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Ítalo Nogueira Alves de Melo	693.025.881-49	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Priscilla Nogueira Alves Melo	704.292.431-20	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Ítalo Nogueira Alves de Melo	693.025.881-49	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Igor Nogueira Alves de Melo	850.173.021-15	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				
Administrador do emissor ou controlada				
Igor Nogueira Alves de Melo	850.173.021-15	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Priscilla Nogueira Alves Melo	704.292.431-20	Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	17.159.229/0001-76	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
Observação				
N/A				

621

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia não oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	12/08/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	09/05/2019	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	27/07/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	17/07/2018	100%	Não
Assembleia Geral Extraordinária	12/02/2021	100%	Não

Esclarecimentos adicionais sobre práticas de governança corporativa

Segmento do Novo Mercado

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir voluntariamente melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, (i) 25% do capital social; ou (ii) 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações de emissão da Companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto social da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2021 e poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.teuto.com.br) ("Política de Remuneração"). Não obstante, os objetivos e práticas de remuneração da Companhia estão alinhados às práticas de mercado, com o intuito de atrair e reter talentos e bons profissionais que demonstrem qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades da Companhia.

A Política de Remuneração possui como principais objetivos: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos beneficiários.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia deverá ser fixada pela Assembleia Geral, observado o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para os membros da Diretoria e os membros dos comitês.

A Companhia determina as remunerações de seus profissionais de acordo com: (a) as funções e responsabilidades de cada um; (b) o padrão de outros executivos e profissionais; e (c) o desempenho coletivo das equipes, no que tange as metas operacionais e de lucratividade.

(b) Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração é paga exclusivamente aos membros independentes do Conselho de Administração, sendo composta por uma remuneração fixa, a qual é alinhada com práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão, assim como entregas estratégicas; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos e seguro de vida coletivo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Diretoria Não Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável atrelada a gatilhos mínimos de desempenho corporativo e ajustadas de acordo com desempenho individual e das áreas sob gestão; e (iii) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica, aos diretores e dependentes cobertos e seguro de vida coletivo.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Todos os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Adicionalmente, os membros do Comitê de Auditoria são reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

(ii) Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

2020	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	49,96%	50,04%	N/A	100%
Diretoria Não Estatutária	36,57%	63,43%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	49,25%	50,75%	N/A	100%
Diretoria Não Estatutária	36,05%	63,95%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	84,00%	16,00%	N/A	100%
Diretoria Não Estatutária	79,83%	20,17%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente, apenas os membros independentes do Conselho de Administração são remunerados, uma vez que os demais membros são acionistas da Companhia e, portanto, renunciaram à remuneração pelo exercício do cargo.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: (i) avaliação de desempenho focado no EBITDA, (ii) redução de perdas no processo produtivo, bem como (iii) manutenção da qualidade dos produtos alinhados os objetivos da Companhia. A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho assim como a das áreas de Riscos e Compliance são predominantemente impactadas por entregas da área.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela do valor total pago aos Diretores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os Administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos Administradores com os da Companhia.

A remuneração variável anual dos Diretores leva em consideração o EBITDA da Companhia. Além disso, a remuneração variável de alguns Diretores está atrelada também ao atingimento de determinadas metas de venda.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros remunerados da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

As prática e procedimentos adotados para determinar a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas farmacêuticas, ou mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração será responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração e da Diretoria, bem como dos comitês de assessoramento.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração se baseia em uma tabela salarial feita com base em uma metodologia do mercado que visa definir o nível adequado dos cargos e das responsabilidades. Anualmente, essa tabela é ajustada de acordo com as variações do mercado, a fim de manter sua competitividade.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração poderá avaliar periodicamente a adequação da Política de Remuneração, a fim de identificar possíveis ajustes necessários, baseados nas práticas de mercado.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	675.288,00	8.011.888,90	0,00	8.687.176,90
Benefícios direto e indireto	0,00	20.500,80	0,00	20.500,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.318.640,65	0,00	2.318.640,65
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.749.876,81	0,00	7.749.876,81
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	462.729,26	0,00	462.729,26
Descrição de outras remunerações variáveis		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	675.288,00	18.563.636,42	0,00	19.238.924,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	264.000,00	7.630.370,38	0,00	7.894.370,38
Benefícios direto e indireto	0,00	18.763,37	0,00	18.763,37
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.643.824,91	0,00	7.643.824,91
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	264.000,00	15.292.958,66	0,00	15.556.958,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,40	4,00	0,00	10,40
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	7.516.644,92	0,00	7.516.644,92
Benefícios direto e indireto	0,00	17.173,19	0,00	17.173,19
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.516.644,92	0,00	7.516.644,92
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	15.050.463,03	0,00	15.050.463,03

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	3,50	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50	0,00	3,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	6.762.199,45	0,00	6.762.199,45
Benefícios direto e indireto	0,00	15.314,27	0,00	15.314,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.287.968,61	0,00	1.287.968,61
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	8.065.482,33	0,00	8.065.482,33

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	0	11
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	782.017,86	0	782.017,86
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.114.862,82	0	8.114.862,82
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	7.749.876,81	0	7.749.876,81
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	0	11
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	760.806,26	0	760.806,26
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	8.008.804,82	0	8.008.804,82
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	7.643.824,91	0	7.643.824,91
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	7.643.824,91	0	7.643.824,91
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,4	4	0	10,4
Nº de membros remunerados	0	4	0	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	888.719,98	0	888.719,98
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	7.915.486,38	0	7.915.486,38
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	7.516.644,92	0	7.516.644,92
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	7.516.644,92	0	7.516.644,92
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3,5	0	9,5
Nº de membros remunerados	0	3,5	0	3,5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	750.731,26	0	750.731,26
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	7.069.724,94	0	7.069.724,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.287.968,61	0	1.287.968,61
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.287.968,61	0	1.287.968,61
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Precificação das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações detidas por órgão

	Exercício social findo em 31/12/2020			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Companhia	17.872.793	2.459.500	N/A	17.872.793

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não patrocina planos de previdência complementar em benefício de seus funcionários e administradores.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	4,00	4,00	3,50	7,00	6,40	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	3,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	7.489.711,83	7.251.716,24	4.559.782,28	264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.583.828,78	1.535.248,11	372.820,43	264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	3.884.548,82	3.707.292,20	2.304.423,52	264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2019	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2019	Não havia membros remunerados.
31/12/2018	Não havia membros remunerados.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O Conselho Fiscal não foi instalado.
31/12/2019	O Conselho Fiscal não foi instalado.
31/12/2018	O Conselho Fiscal não foi instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

A remuneração informada no item 13.2 refere-se apenas à Diretoria Estatutária e ao Conselho de Administração. No entanto, na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras, foi informado o valor da remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e da Diretoria Não Estatutária. Por esta razão, o valor informado nas Demonstrações Financeiras é maior do que o valor informado no item 13.2.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Desde 2012, a Companhia possui uma Área de Compliance composta por 2 pessoas localizadas em Anápolis/GO. Além disso, em fevereiro de 2021, a Companhia passou a contar com as seguintes áreas localizadas na sede, em Anápolis/GO, (i) controles internos, composta por 1 pessoa, (ii) riscos corporativos, composta por 1 pessoa, (iiii) auditoria interna, composta por 1 pessoa.

Atividade	31/12/2020		
	GO	SP	Total
Presidente	1	0	1
Diretor	7	0	7
Gerente	26	0	26
Coordenador	53	1	54
Supervisor	94	2	96
Analista	892	2	894
Assistente	1.297	5	1.302
Técnico	274	0	274
Auxiliar	617	0	617
Total	**3.261**	**10**	**3.271**

Atividade	31/12/2019		
	GO	SP	Total
Presidente	1	0	1
Diretor	7	0	7
Gerente	27	0	27
Coordenador	53	1	54
Supervisor	87	2	89
Analista	850	1	851
Assistente	1.347	5	1.352
Técnico	254	0	254
Auxiliar	612	0	612
Total	**3.238**	**9**	**3.247**

Atividade	31/12/2018		
	GO	SP	Total
Presidente	1	0	1
Diretor	7	0	7
Gerente	24	0	24
Coordenador	51	1	52
Supervisor	85	2	87
Analista	862	1	863
Assistente	1.346	5	1.351
Técnico	252	0	252
Auxiliar	582	1	583
Total	**3.210**	**10**	**3.220**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2020		
	GO	SP	Total
Segurança Patrimonial	14	0	14
Alimentação	57	0	57
Transporte	46	0	46
Total	**117**	**0**	**117**

Atividade	31/12/2019		
	GO	SP	Total
Segurança Patrimonial	14	0	14
Alimentação	72	0	72
Transporte	30	0	30
Total	**116**	**0**	**116**

Atividade	31/12/2018		
	GO	SP	Total
Segurança Patrimonial	14	0	14
Alimentação	72	0	72
Transporte	30	0	30
Total	**116**	**0**	**116**

(c) Índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
1,7%	1,5%	1,7%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A Companhia possui um programa de premiação a funcionários conforme avaliação de desempenho, tendo como base o EBITDA, redução de desperdício de insumos no processo produtivo, bem como a manutenção da qualidade, alinhados com os objetivos da Companhia.

(b) Política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As relações entre a Companhia e os sindicatos da categoria se dão de forma tranquila e pacificada. Todos os colaboradores da Companhia contam com o respaldo de convenções coletivas de trabalho que garantem direitos além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não houve paralisações e greves dos empregados da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

São sindicatos representativos da categoria:

- SINDIFARGO - Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Patronal),
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico-Farmacêuticas no Município de Anápolis – GO (Laboral).

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
ANNA LIZ TELES DE MELO					
052.412.471-06	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
5.123.967	9,370%	0	0,000%	5.123.967	9,370%
Marcelo Leite Henriques					
477.029.906-00	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
2.459.500	4,500%	0	0,000%	2.459.500	4,500%
FLÁVIA MODESTO TELES					
980.182.301-10	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
9	0,020%	0	0,000%	9	0,020%
Priscilla Nogueira Alves Melo					
704.292.431-20	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
5.123.967	9,370%	0	0,000%	5.123.967	9,370%
ESPÓLIO DE WALTERCI DE MELO					
123.615.771-00	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
31.658.786	57,920%	0	0,000%	31.658.786	57,920%

654

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Ítalo Nogueira Alves de Melo					
693.025.881-49	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
5.165.358	9,450%	0	0,000%	5.165.358	9,450%
Igor Nogueira Alves de Melo					
850.173.021-15	Brasileira	Sim	Sim		
Não					
5.123.968	9,370%	0	0,000%	5.123.968	9,370%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
54.655.555	100,000%	0	0,000%	54.655.555	100,000%

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/02/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	7
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Atualmente, há um Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme descrito abaixo. No entanto, as Partes (conforme abaixo definido) estão aditando o Acordo de Acionistas para adaptá-lo às obrigações de companhia aberta e do Novo Mercado.

(a) Partes

Acordo de Acionistas celebrado entre: **(a)** Espólio de Walterci de Melo ("Espólio"), **(b)** Ítalo Nogueira Alves de Melo ("Ítalo"); **(c)** Igor Nogueira Alves de Melo ("Igor"); **(d)** Priscilla Nogueira Alves de Melo ("Priscilla"); **(e)** Anna Liz Teles de Melo ("Anna Liz" e, em conjunto com o Espólio, Ítalo, Igor e Priscilla, a "Família Melo"); **(f)** Flávia Modesto Teles ("Flávia"); e **(g)** Marcelo Leite Henriques ("Marcelo" e, em conjunto com a Família Melo e Flávia, "Partes"), e ainda, na qualidade de interveniente anuente, a Companhia.

(b) Data de celebração

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 30 de junho de 2017 ("Acordo de Acionistas").

(c) Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas entrou em vigor na data de sua assinatura, permanecendo válido pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos contados da data de sua assinatura.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas, por meio do Acordo de Acionistas, se comprometem, durante o prazo de vigência do Acordo de Acionistas, a exercer seus direitos de voto na Companhia e a envidar os seus melhores esforços para instruir os administradores - ou seja, os Diretores e Conselheiros da Companhia - a votarem com o objetivo de implementar as premissas e os direitos definidos no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia em consonância com as melhores práticas que possam ser adotadas para a Companhia. Cada ação ordinária dá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia. Os direitos e obrigações definidos no Acordo de Acionistas não podem ser renunciados nem alterados por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da Companhia. Nos termos do artigo 118, parágrafo 8º da Lei de Sociedades por Ações, o presidente das Assembleias Gerais, bem como o presidente do Conselho de Administração, não computará quaisquer votos proferidos de forma contrária às disposições do Acordo de Acionistas.

O Acordo de Acionistas vincula todas as ações ordinárias emitidas pela Companhia detidas pelos Acionistas, de tal maneira que todas as ações detidas pelos Acionistas na data de celebração do Acordo de Acionistas ou que sejam detidas por eles no futuro (ou, eventualmente, por Terceiros, desde que sejam cumpridas as disposições do Acordo de Acionistas), por qualquer motivo, e outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em e/ou permutáveis por Ações da Companhia (e as ações deles resultantes), doravante subscritos e/ou adquiridos pelos Acionistas, a qualquer título, inclusive, mas sem limitação, mediante subscrição, aquisição, bonificação, desdobramento, grupamento, conversão ou *swap* de quaisquer documentos ou títulos, conversão de debêntures e/ou do exercício de bônus de subscrição e/ou garantias que sejam exigidos por qualquer motivo pelos Acionistas, dividendo sobre ações, reestruturação, recapitalização, reclassificação, combinação ou permuta de quaisquer títulos ou valores mobiliários, inclusive debêntures conversíveis e bônus de subscrição, estarão sujeitas aos termos e às condições definidos no Acordo de Acionistas ("Ações", ou, individualmente, "Ação").

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Os Acionistas reconhecem e concordam que o Acordo de Acionistas deverá regular o exercício dos direitos dos Acionistas como acionistas da Companhia e/ou de qualquer outra empresa atualmente ou que venha a ser Controlada pela Companhia ("Entidades Vinculadas"). As disposições estabelecidas no Acordo de Acionistas aplicam-se *mutatis mutandis* às Entidades Vinculadas, e os Acionistas comprometem-se a certificar de que os Representantes e/ou procuradores da Companhia e as demais Entidades Vinculadas realizem seus respectivos votos para cumprir com as disposições do Acordo de Acionistas nas assembleias gerais e reuniões de administração de qualquer das Entidades Vinculadas. Os Acionistas devem abster-se e fazer com que seus respectivos Representantes se abstenham de quaisquer atos que impeçam o cumprimento integral do Acordo de Acionistas. O exercício de qualquer direito relacionado à participação detida, direta ou indiretamente, pela Companhia em qualquer das Entidades Vinculadas estará sujeito ao Acordo de Acionistas.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

O presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Presidente do Conselho de Administração") terá sua indicação será feita por Acionistas que representarem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração, que será sempre um indicado da Família Melo, deverá, entre outras atividades e responsabilidades, zelar pela manutenção das melhores práticas de governança corporativa, garantindo que as reuniões do Conselho de Administração ocorram seguindo um calendário adequado, tenham pauta pré-definida e alinhada com os tópicos de discussão e deliberação necessários para a Companhia e sejam baseados em materiais estruturados (relatórios, análises, apresentações, entre outros) e elaborados com antecedência às reuniões.

Os Acionistas terão o direito de indicar (e destituir) o Diretor Presidente da Companhia, o Diretor Financeiro da Companhia e tal indicação deverá ser ratificada pelo Conselho de Administração e só poderá ser vetada pelos conselheiros de forma justificada e com base em questões éticas comprovadas de maneira factual.

Observado o disposto no Acordo de Acionistas, em caso de substituição de um diretor (exceto o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro), os Acionistas poderão indicar em uma lista até 2 (dois) candidatos cada, a serem eleitos pelo Conselho de Administração.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Os Acionistas não transferirão qualquer Ação, nem assinarão quaisquer contratos em relação a uma Transferência de Ações, e a Companhia não registrará, reconhecerá ou dará qualquer efeito a qualquer Transferência de Ações, exceto quando tal Transferência for feita em conformidade com os termos e as condições definidos no Acordo de Acionistas. A Companhia e os Acionistas concordam que qualquer Transferência de Ações pretendida que não esteja em conformidade com os termos do Acordo de Acionistas será considerada nula e sem força e efeito, não conferindo nenhum direito e não dando efeito ou reconhecimento pela Companhia e não sendo registrada pelos administradores da Companhia em seus livros corporativos.

As disposições acima não se aplicarão à Transferência de Ações detidas pelos Acionistas para uma Afiliada ("Transferências Permitidas"). Não obstante, a Afiliada ou outro cessionário que passe a deter Ações de titularidade dos Acionistas, concomitantemente à Transferência das Ações para a Afiliada ou outro cessionário, tal Afiliada ou cessionário, conforme o caso, deverá seguir formal e incondicionalmente os termos e as condições do Acordo de Acionistas, mediante a assinatura de um termo de adesão, sendo certo que o Acionista cedente permanecerá solidariamente obrigado com sua respectiva Afiliada ou cessionário em relação às obrigações assumidas no Acordo de Acionistas.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Caso qualquer dos Acionistas ("Acionista Ofertante") receba proposta de Terceiro ("Potencial Adquirente") para aquisição, total ou parcial, de suas Ações, direitos de preferência na subscrição de novas ações ou de títulos conversíveis em ações ("Ações Ofertadas"), e o Acionista Ofertante decidir aceitar a proposta, tal Acionista Ofertante deverá notificar, por escrito, os demais Acionistas da Companhia ("Acionistas Ofertados"), com cópia para a Companhia ("Notificação de Oferta"). Os Acionistas Ofertados terão, então, o direito de preferência na aquisição de todas, e não menos do que todas, as Ações Ofertadas, ao mesmo Preço por Ação e nas mesmas Condições da Oferta, conforme abaixo definidos ("Direito de Preferência"). Para fins de esclarecimento, toda e qualquer oferta realizada pelo Potencial Adquirente aos Acionistas Ofertados deverá ser em caráter vinculante e irrevogável e deverá possuir um prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, sendo condição para o exercício de Direito de Preferência previsto neste parágrafo e para que a oferta do Potencial Adquirente seja considerada válida.

No caso de não exercício do Direito de Preferência, o(s) Acionista(s) Ofertado(s) terá(ão) o direito de exigir que a alienação das Ações Ofertadas pelo Potencial Adquirente englobe, no todo ou em parte, conforme parágrafo abaixo, as Ações então detidas pelo(s) Acionista(s) Ofertado(s) ("Direito de Venda Conjunta").

Os Acionistas concordam e aceitam que, desde que previamente concedido o Direito de Preferência e o Direito de Venda Conjunta, a qualquer tempo, Acionistas que, individual ou conjuntamente, sejam detentores de Ações representativas de 50% (cinquenta por cento) *mais* 1 (uma) Ação do capital social da Companhia ("Acionistas Negociadores") terão o direito, irrevogável e irretratável, de negociar a Transferência, a qualquer Terceiro, de 100% (cem por cento) das Ações de emissão da Companhia, hipótese em que os demais Acionistas ("Acionistas Exigidos") estarão obrigados, de forma irrevogável e irretratável, a Transferir a totalidade das Ações de que são, ou de que venham a ser, detentores, em conjunto com os Acionistas Negociadores, em termos e condições não menos favoráveis que aqueles aplicados aos Acionistas Negociadores, observadas as condições e os mecanismos abaixo estabelecidos ("Direito de Exigir a Venda Conjunta").

Para fins do Acordo de Acionistas, "Transferência" significa (i) qualquer transferência ou outra alienação direta ou indireta (incluindo como resultado de venda, reorganização societária, cessão, doação, resgate, conversão, promessa de venda, concessão de opção de venda, concessão de opção de compra, contribuição de capital, *swap* ou qualquer outra transação que resulte ou possa resultar na transferência direta ou indireta), por qualquer Pessoa, de Ações, quaisquer direitos ou participação nas mesmas ou derivados das mesmas, incluindo sem limitação por lei, sentença ou processo judicial, ou por execução, lançamento ou penhora; e (ii) a criação ou permissão de qualquer Ônus sobre, que se estendam a ou empenhem quaisquer Ações.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Conforme descrito no item "d" acima, os administradores deverão votar com o objetivo de implementar as premissas e os direitos definidos no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia em consonância com as melhores práticas que possam ser adotadas para a Companhia. Nos termos do artigo 118, parágrafo 8º da Lei de Sociedades por Ações, o presidente das Assembleias Gerais, bem como o presidente do Conselho de Administração, não computará quaisquer votos proferidos de forma contrária às disposições do Acordo de Acionistas.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

Não aplicável, visto que não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Alienação Fiduciária das Ações de Emissão da Companhia

Na data deste Formulário de Referência, aproximadamente 15% das ações representativas do capital social da Companhia, que totalizam, 8.194.333 ações, sendo (i) 1.937.011 ações de titularidade do Sr. Ítalo Nogueira Alves de Melo, (ii) 1.921.488 ações de titularidade do Sr. Igor Nogueira Alves de Melo, (iii) 1.921.487 ações de titularidade da Sra. Priscilla Nogueira Alves de Melo, (iv) 496.860 ações de titularidade do Sr. Marcelo Leite Henriques, e (v) 1.921.487 ações de titularidade da Srta. Anna Liz Teles de Melo, estavam alienadas fiduciariamente aos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

Para mais informações, vide o descrito no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência, bem como o fator de risco "*Podemos não ser capazes de honrar com as obrigações assumidas no âmbito de nossa 1ª emissão de debêntures, o que pode levar à excussão da alienação fiduciária sobre as ações de nossa emissão*" no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Espólio de Walterci de Melo

A Companhia esclarece que um de seus acionistas controladores diretos, detentor de 57,92% das ações de sua emissão, é o espólio do Sr. Walterci de Melo ("Espólio"), falecido em 9 de maio de 2014, e representado pelo Sr. Ítalo Nogueira Alves de Melo ("Inventariante"), regularmente nomeado no âmbito do Processo de Inventário. Os herdeiros legais do Sr. Walterci de Melo são os Srs. Ítalo Nogueira Alves de Melo, Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves Melo e Anna Liz Teles de Melo, esta última representada pela genitora, Sra. Flávia Modesto Teles ("Herdeiros"), estando todos eles, Herdeiros, cientes e de acordo com as providências tomadas pelo Inventariante. Após a expedição dos formais de partilha dos bens do espólio do Sr. Walterci de Melo, no âmbito do Processo de Inventário, os Herdeiros terão formalizada a titularidade das ações que inicialmente eram detidas pelo Espólio, em adição às ações que já possuem na data deste Formulário de Referência. Para mais informações acerca do Processo de Inventário, vide o item 4.7 (Processo nº 0174686-39.2014.8.09.0006) deste Formulário de Referência.

Aquisição da Participação de Controle da Companhia

Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, firmado em 30 de junho de 2017 entre Pfizer Medicamentos Genéricos e Participações Ltda. e Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda. de um lado (conjuntamente referidos como "Pfizer") e de outro Igor Nogueira Alves de Melo, Priscilla Nogueira Alves de Melo, Ítalo Nogueira Alves de Melo, Anna Liz Teles de Melo e Marcelo Leite Henriques (conjuntamente referidos como "Acionistas Adquirentes") (o "Contrato de Aquisição"), pelo qual os Acionistas Adquirentes adquiriram junto à Pfizer 21.862.222 ações de emissão da Companhia (as "Ações Adquiridas"), os Acionistas Adquirentes se comprometeram a fazer o pagamento à Pfizer, a título de parcelas de pagamento do preço da referida aquisição, de valores calculados (i) em função do montante total de recursos auferidos pelos Compradores em distribuição pública secundária de ações da Companhia por eles detidas, sujeito a um limite total de até 10% (dez por cento) deste montante; e (ii) em função do montante de avaliação implícita das ações da Companhia em decorrência da oferta pública inicial de ações da Companhia, sujeito a um limite total de até 10% (dez por cento) das Ações Adquiridas, após o desconto do valor indicado anteriormente no item (i) acima. Estas obrigações de pagamento dos Acionistas Adquirentes são garantidas pela Companhia. Os Acionistas Adquirentes destinarão parte dos recursos auferidos com a distribuição secundária de ações no âmbito da oferta pública inicial da Companhia para arcar com estes pagamentos, em observância aos termos, condições e prazos previstos no Contrato de Aquisição.

Além das informações descritas acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de fevereiro de 2021, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado e equidade de tratamento com terceiros, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência.

Ainda, referida política visa assegurar que as transações com partes relacionadas sejam conduzidas dentro de condições de mercado, ou seja, aquelas em que, durante a negociação, observam-se os princípios da: (a) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (b) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (c) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (d) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

A Política de Partes Relacionadas da Companhia aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; (ii) pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento (acionistas e administradores), direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa entidade; e (iii) membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Partes Relacionadas

Para fins da Política de Partes Relacionadas, conforme ilustram a Deliberação da CVM nº 642/10 e o Pronunciamento Técnico do CPC nº 05, entende-se como parte relacionada a pessoa ou a entidade (qualquer administrador, empregado, controlada, sociedade coligada ou afiliada, ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia) que está relacionada com a Companhia e, consequentemente, refletirá certos impactos nas demonstrações contábeis.

Aprovações

Nos termos da Política de Partes Relacionadas, todas as transações entre partes relacionadas deverão ser aprovadas conforme as seguintes alçadas:

(i) transações com Partes Relacionadas de valores até R$1.000.000,00 (um milhão de reais), excluídas aquelas previstas no item (iv) abaixo, deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria Financeira.

(ii) transações com Partes Relacionadas de valores entre R$1.000.000,01 (um milhão de reais e um centavo) até R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), excluídas aquelas previstas no item (iv) abaixo, deverão ser previamente aprovadas pelo Diretor Presidente da Companhia.

(iii) transações com Partes Relacionadas de valores superiores a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(iv) transações com Partes Relacionadas fora do curso normal dos negócios, quais sejam, aquelas que não se destinem diretamente à realização das atividades que constituem o objeto social da Companhia, serão submetidas ao Conselho de Administração, para aprovação pela Assembleia Geral, a qual deliberará sobre o assunto na forma do Estatuto Social.

Na análise de transações com partes relacionadas, serão considerados os seguintes pontos:

(i) se há motivos claros para que seja realizada a transação com a parte relacionada;

(ii) se a transação com a parte relacionada é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a ou por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes;

(iii) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver;

(iv) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado;

(v) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação com a parte relacionada; e

(vi) a observância aos princípios e regras da Política de Partes Relacionadas.

Transações com Partes Relacionadas Vedadas

São vedadas as seguintes transações com partes relacionadas:

(i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; e

(ii) a concessão direta de empréstimos ou operações de mútuo ou prestação de garantia (aval/fiança):

(a) aos administradores e membros do conselho fiscal ou do Conselho de Administração ou comitês estatuários ou não e seus respectivos suplentes, bem como aos respectivos cônjuges, companheiros, descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros;

(b) aos parentes, até o 2º (segundo) grau, das pessoas mencionadas acima; e/ou

(iii) aos acionistas, pessoas naturais ou jurídica, ou pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 5% (cinco por cento), quaisquer administradores da Companhia e seus respectivos suplentes, bem como seus cônjuges, companheiros(as), descendentes ou descendentes dos respectivos cônjuges ou companheiros(as) e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

A Política de Partes Relacionadas está disponível para consulta no site da Companhia: ri.teuto.com.br.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Instituto de Ciências Farmacêuticas	13/01/2021	4.300,00	2.150,00	4.300,00	6 meses podendo ser renovado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O acionista majoritário da Companhia (Espólio do Sr. Walterci de Melo) é sócio do Instituto de Ciências Farmacêuticas.						
Objeto contrato	Realização de um novo projeto de perfil de dissolução do produto fenobarbital 100mg comprimido.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em realizar um novo projeto de perfil de dissolução do produto fenobarbital 100mg comprimido. O Instituto de Ciências Farmacêuticas realiza tais projetos. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto de Ciências Farmacêuticas	08/10/2020	100.000,00	50.000	100.000,00	12 meses podendo ser renovado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O acionista majoritário da Companhia (Espólio do Sr. Walterci de Melo) é sócio do Instituto de Ciências Farmacêuticas.						
Objeto contrato	Realização de estudo de equivalência farmacêutica para o produto propofol 10mg/ml emulsão injetável.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em realizar o estudo de equivalência farmacêutica para o produto propofol 10mg/ml emulsão injetável. O Instituto de Ciências Farmacêuticas realiza tais serviços. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto de Ciências Farmacêuticas	08/10/2020	522.500,00	313.500	522.500,00	06 meses podendo ser renovado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O acionista majoritário da Companhia (Espólio do Sr. Walterci de Melo) é sócio do Instituto de Ciências Farmacêuticas.						
Objeto contrato	Realização de estudo de bioequivalência farmacêutica para o produto Propofol 10mg/ml emulsão.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em realizar o estudo de bioequivalência farmacêutica para o produto Propofol 10mg/ml emulsão. O Instituto de Ciências Farmacêuticas realiza tais serviços. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto de Ciências Farmacêuticas	11/03/2020	8.360,00	4.180	8.360,00	06 meses podendo ser renovado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	O acionista majoritário da Companhia (Espólio do Sr. Walterci de Melo) é sócio do Instituto de Ciências Farmacêuticas.						
Objeto contrato	Realização de estudo de perfil de dissolução para o produto norfloxacino 400mg comprimido revestido.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia possui interesse em realizar o estudo de perfil de dissolução para o produto norfloxacino 400mg comprimido revestido. O Instituto de Ciências Farmacêuticas realiza tais serviços. Disto surge a relação comercial entre as partes.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

667

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota uma série de procedimentos visando à efetiva aplicação de preços de mercado em suas transações com partes relacionadas. Para tanto, a Companhia adota mecanismos como a tomada de orçamentos comparativos com empresas prestadoras de serviços semelhantes, por exemplo.

As celebrações das transações mencionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência foram avaliadas pelos diretores como contratos em condições comutativas e não prejudiciais à Companhia, adotando-se, como referências comparativas, cotações de mercado e contratos similares firmados anteriormente com terceiros.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas no mercado à época em que são negociadas, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, adotando-se, inclusive, quando aplicáveis, parâmetros utilizados em negociações pretéritas, de mesma natureza, realizadas entre a Companhia e terceiros.

As transações descritas no item 16.2 foram celebradas em caráter comutativo, conforme descrito a seguir:

Instituto de Ciências Farmacêuticas (ICF)

O Instituto de Ciências Farmacêuticas (ICF) foi primeiro laboratório de bioequivalência e biodisponibilidade certificado pela ANVISA e o primeiro brasileiro pelo Instituto de Salud Publica del Chile (ISP). É constantemente auditado por empresas de todo mundo.

As relações comerciais do ICF com a Companhia têm como objeto a realização de análises de insumos e substâncias farmacêuticas e estudos em tais substâncias, conforme exigência regulatória.

Para evitar conflitos de interesses entre a Companhia e o Instituto de Ciências Farmacêuticas, foram adotadas as medidas a seguir:

Todas as relações com fornecedores de bens e serviços, o que inclui o ICF, são reguladas pela Política de Compras da Companhia, que estabelece que todas as operações de compras e contratação de serviços devem ser sustentadas pela formalização do processo de compra, que são auditados internamente pela Companhia, posteriormente à contratação.

Tal Política estabelece a obrigatoriedade de realização de cotações com pelo menos 3 (três) fornecedores, escala de aprovação por alçada de valores, cujo fechamento de ordem de compra ocorre com o terceiro que apresentar a melhor proposta técnico-comercial.

Os fornecedores da Companhia, incluindo o IFC, também passam por um processo periódico de due diligence, que consiste na análise e investigação de terceiros com o quais a organização se relaciona, tais como parceiros, fornecedores, intermediários, com o objetivo de detectar qualquer possível risco para a Companhia, incluindo exposição à corrupção, impacto na marca e reputação, conflitos de interesses, entre outros.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Associação Teuto Anápolis (ATA)

A Associação Teuto Anápolis (ATA) é uma associação dos colaboradores da Companhia, sem fins lucrativos, que oferece áreas de recreação e prática de atividades físicas. É composta por livraria, academia, biblioteca, farmácia, salão de jogos, farmácia e lanchonete, a iniciativa é uma forma de proporcionar mais bem-estar à equipe.

O espaço possibilita a oportunidade de lazer e diversão nos intervalos do horário de trabalho, além de alternativas de compra a preços especiais.

Para evitar conflitos de interesse, algumas ações foram tomadas, que incluem:

- A contabilidade é escriturada e realizada por escritório independente;
- Os balancetes são publicados periodicamente;
- Possui documentos de todas as transações financeiras;
- Possui corpo diretivo eleito pelos associados, que conta com Presidente, Diretor Financeiro e Tesoureiro;
- Possui assessoria jurídica independente.

A ATA vende diretamente a colaboradores, sendo que as únicas transações financeiras com a Companhia se referem à venda de medicamentos, que são revendidos para os colaboradores associados com desconto pela farmácia da associação; e o repasse dos descontos em folha de pagamento, referentes à mensalidade associativa e compras realizadas pelos associados nas dependências da ATA. Ou seja, é um benefício que a Companhia proporciona aos seus funcionários por meio da ATA.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
12/02/2021	68.808.167,59	N/A	54.655.555	0	54.655.555
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
12/02/2021	68.808.167,59	N/A	54.655.555	0	54.655.555
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
12/02/2021	68.808.167,59		54.655.555	0	54.655.555
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
12/02/2021	175.000.000,00	N/A	0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não foram realizados aumentos do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório (distribuídos aos acionistas de forma proporcional) em um montante igual a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos da Companhia, após a dedução dos montantes mencionados no Artigo 202, I da Lei 6.404/76.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia pleiteou a listagem de suas ações ordinárias no segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece nenhuma hipótese de limitação ao direito de voto de acionistas significativos.

Quanto à obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações ("OPA"), o Estatuto Social prevê as hipóteses de: (i) OPA por alienação de controle, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) OPA para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Caso não haja definição expressa nesta seção 18.2, os termos definidos desta terão o significado que lhes é atribuído no Estatuto Social da Companhia.

OPA por Alienação de Controle

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

OPA para Saída do Novo Mercado

A saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada acima, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas.

Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	14/05/2018
Data de vencimento	20/01/2023
Quantidade (Unidades)	485.000
Valor total (Reais)	485.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	362.704.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, o resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures (“Resgate Antecipado Total Facultativo”). O Resgate Antecipado Total Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até da data do efetivo resgate, acrescido de prêmio flat equivalente a 0,25% sobre o saldo devedor das debêntures. Sem prejuízo do disposto na escritura de emissão, a Companhia deverá, obrigatoriamente, realizar o resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, na ocorrência das hipóteses previstas na escritura de emissão (“Resgate Antecipado Total Obrigatório”). O Resgate Antecipado Total Obrigatório ocorrerá mediante o pagamento do valor nominal unitário ou do saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até da data do efetivo resgate, acrescido de prêmio flat equivalente a 0,25% sobre o saldo devedor das debêntures.
Características dos valores mobiliários de dívida	A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única da Companhia, foi realizada com esforços restritos de distribuição. As principais hipóteses de vencimento antecipado nos termos da escritura de emissão são: inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer garantidor, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das debêntures; decretação de falência da Companhia; declaração de vencimento antecipado de obrigação pecuniária da Companhia e/ou de qualquer dos garantidores contraída no âmbito do mercado financeiro ou mercado de capitais; alteração na composição do capital social da Emissora, ou qualquer mudança ou transferência do controle direto ou indireto da Companhia, inobservância de covenants financeiros, contratações de dívidas entre a Companhia e partes relacionadas, reorganização societária, distribuição de dividendos, alienação de ativos imobilizados, alienação de participações societárias, entre outros.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nas deliberações das assembleias gerais de debenturistas, a cada debênture em circulação caberá um voto. Todas as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas pelos Debenturistas que representem no mínimo 90% das Debêntures em Circulação, exceto quando exigido quórum diferente.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Outras características relevantes	As debêntures contam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 15% das ações representativas do capital social da Companhia; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos da comercialização de produtos pela Companhia.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	3

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição

1ª Emissão de Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companha, realizada em 11 de maio de 2018, conforme rerratificadas em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 17 de julho de 2018 e 27 de julho de 2018, os acionistas da Companhia autorizaram a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação de 485.000 debêntures. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R$1.000,00, perfazendo o montante total de R$485.000.000,00. Referida oferta foi dispensada de registro perante a CVM, tendo em vista que a oferta foi realizada nos termos da Instrução CVM 476. Para mais informações, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos captados por meio da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia foram destinados para: (i) prioritariamente, para a liquidação das dívidas da Companhia, representadas por (a) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 10563969, emitida em 17 de novembro de 2016 pela Companhia em favor do Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (b) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 10745435, emitida em 8 de março de 2017 pela Companhia em favor do Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (c) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 11148617, emitida em 10 de novembro de 2017 pela Companhia em favor do Banco Bradesco S.A., conforme aditado, conforme aditado; (d) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 11321668, emitida em data de 28 de fevereiro de 2018 pela Companhia em favor do Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (e) *Loan Agreement*, com data de 8 de março de 2016 celebra da entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (f) Boleto de Confirmação de Operação de Swap nº 05K00613067, com data de contratação de 18 de novembro de 2015 celebrada entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (g) *Loan Agreement* nº 01171504434, com data de 19 de novembro de 2015 celebrada entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (h) Boleto de Confirmação de Swap n° 06C00083992, com data de contratação de 8 de março de 2016 celebrada entre a Companhia e o Banco Bradesco S.A., conforme aditado; (i) Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa n° 109815090035000 com data efetiva de 14 de setembro de 2015 celebrado entre a Companhia e do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; U) Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa n° 109816050023400 com data efetiva em 27 de maio de 2016 entre Companhia e Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (k) Contrato de Empréstimo Internacional n° AGE916174/1 com data de 24 de maio de 2016 celebrado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., conforme aditado; (1) Cédula de Crédito Bancário Internacional n° AGE873874/1 emitida em 10 de setembro de 2015 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (m) Cédula de Crédito Bancário n° 101116120003300 emitida em 12 de dezembro de 2016 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (n) Cédula de Crédito Bancário n° 101117030001900 emitida em 14 de março de 2017 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (o) Cédula de Crédito Bancário n° 101117060001500 emitida em 16 de junho de 2017 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (p) Cédula de Crédito Bancário n° 101217090000300 emitida em 12 de setembro de 2017 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (q) Cédula de Crédito Bancário n° 101117120003000 emitida em 14 de dezembro de 2017 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (r) Cédula de Crédito Bancário n° 101117110003200 emitida em 27 de novembro de 2017 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (s) Cédula de Crédito Bancário n° 101118020003900 emitida em 26 de fevereiro de 2018 pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (t) Cédula de Crédito Bancário nº 101118030002200 emitida em 14 de março de 2018 pela Emissor 9 em favor do Itaú Unibanco S.A., conforme aditada; (u) Cédula de Crédito Bancário n° 4076847 emitida em 31 de março de 2016 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (v) Nota de Negociação - Swap n° FXCS863201658971 celebrado em 31 de março de 2016 entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (w) Cédula de Crédito Bancário n° 4078887 emitida em 17 de junho de 2016 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (x) Nota de Negociação - Swap n° FXCS863201928789 celebrado em 16 de junho de 2016 entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (y) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 270001918 emitida em 3 de janeiro de 2018 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (z) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 270003518 emitida em 4 de janeiro de 2018 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (aa) Cédula de Crédito Bancário - Financiamento à Importação nº 4104175 emitida em 16 de abril de 2018 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (bb) Cédula de Crédito Bancário - Financiamento à Importação n° 4105751 emitido em 5 de março de 2018 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (cc) Nota de Negociação - Swap n° FXCS863204457515 celebrado em 5 de março de 2018 entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (dd) Cédula de Crédito Bancário - Financiamento à Importação n° 4108021 emitida em 2 de abril de 2018 pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (ee) Nota de Negociação - Swap n° FXCS863204764310 celebrado em 2 de abril de 2018 entre a Companhia e o Banco Santander

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(Brasil) S.A., conforme aditado; (ff) Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro n° 270156018 emitida em 4 de abril de 2018 emitida pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; e (gg) Nota de Negociação Swap n° FXCS863204932567 celebrado em 16 de abril de 2018 entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A., conforme aditado; (ii) sendo o saldo remanescente utilizado para liquidação das demais dívidas da Companhia perante o Banco Bradesco S.A., o Itaú Unibanco S.A. e/ou o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou recomposição do fluxo de caixa da Companhia, a exclusivo critério da Companhia.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios na aplicação efetiva dos recursos decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, senão aqueles informados na escritura de emissão, conforme informado no item anterior.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Conforme informado no item anterior, não houve desvios na aplicação dos recursos decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição nos três últimos exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**18/02/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O(s) acionista(s) controlador(es), direto(s) e indireto(s), os administradores, os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os associados com acesso à informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O propósito da "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, "Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante" e digitar "Teuto" no campo disponível; (ii) da Companhia (ri.teuto.com.br); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, até que seja divulgada ao mercado na forma de fato relevante, nos termos da Política. Também se aplica (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia e (ii) sempre que: (a) estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum; ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim. Após Divulgação de Fato Relevante Nas hipóteses de restrição previstas acima, mesmo após a divulgação de fato relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação caso esta possa interferir nas condições dos negócios em questão, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais e demonstrações financeiras, inclusive no próprio dia de sua respectiva divulgação, enquanto não forem públicos. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia A AG e o CA não poderão aprovar aquisição ou na alienação de valores mobiliários de emissão da Companhia enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a (i) celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário (ii) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle ou (iii) existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo fato relevante. Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por (i) Pessoas Vinculadas (por intermédio de pessoas ligadas) (ii) terceiros (com contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário) ou (iii) qualquer pessoa com conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que (i) não sejam exclusivos e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (ri.teuto.com.br), bem como fisicamente no escritório administrativo da Companhia, localizado na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, à VP 7D, Módulo 11, Quadra 13, Distrito Agroindustrial de Anápolis, CEP 75132-901.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do Diretor de Relações com Investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.teuto.com.br) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor de Relações com Investidores, seja considerado como de maior complexidade, deverá constar da informação divulgada uma explicação sobre o seu significado.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, o Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar prévia ou simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, serão responsáveis por comunicar ao Diretor de Relações com Investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que presumam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação, nos termos da Política de Divulgação.

A comunicação ao Diretor de Relações com Investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@teuto.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação nos termos da Política de Divulgação, inclusive na hipótese de a informação relevante se tornar conhecida, parcial ou totalmente, ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciada ou, ainda, na hipótese de a CVM ou entidades do mercado decidirem pela divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento à CVM, nos termos da Instrução CVM 358.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do Diretor de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor de Relações com Investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço luiz.lyra@teuto.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita simultaneamente à CVM e às entidades do mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários sejam negociados. Caso seja necessária a divulgação antes do início dos negócios, tal divulgação deverá ocorrer, sempre que possível, com, pelo menos, 1 (uma) hora de antecedência da abertura da sessão de negociação. Em qualquer hipótese, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.